

## **CARTAS**

Obras de e sobre

**SANTO INÁCIO DE LOIOLA E SÃO FRANCISCO XAVIER**

**Exercícios Espirituais de Santo Inácio**

Trad.: Vital Dias Pereira, S.J./ Org. e Notas: F. de Sales Baptista, S.J.

**Autobiografia de Santo Inácio de Loyola**

Trad.: António José Coelho, S.J.

**Cartas – Santo Inácio de Loyola**

Org. e selecção: António José Coelho, S.J.

**Obras Completas de S. Francisco Xavier**

Trad.: Francisco de Sales Baptista, S.J.

**Inácio de Loyola – *Álbum***

P. Imhof / K. Rahner

**Inácio de Loyola – *Fundador da Companhia de Jesus***

C. Dalmases

**Em Tudo Amar e Servir – *Vida de Santo Inácio de Loyola***

Dário Pedroso, S.J.

**Missionário do Mundo – *Vida de S. Francisco Xavier***

João Caniço, S.J.

**S. Francisco Xavier – *450 anos da sua morte (1542-2002)***

Actas da V Semana de Estudos de Espiritualidade Inaciana

**Aventuras de um Santo – *Vida de Inácio de Loyola* (BD)**

Miguel B. Martínez / Angel A. O. Gómez

**S. Francisco Xavier – *Aventuras de um Missionário* (BD)**

Miguel Berzosa Martínez

**Santo Inácio de Loiola**

## **CARTAS**

*Organização e selecção:*  
*António José Coelho, S.J.*



**Editorial A. O. – Braga**

Tradução:	<i>António José Coelho, S.J.</i>
Adaptação do português falado no Brasil (Edições <i>Loyola</i> ) para o português falado em Portugal:	<i>António José Coelho, S.J.</i>
Introdução e notas (adaptação):	<i>António José Coelho, S.J.</i>
Capa:	<i>Virgílio Cunha</i> Editorial A. O. – Braga
Paginação:	<i>Editorial A. O. – Braga</i>
Impressão e Acabamentos:	<i>Fabigráfica</i> – Pousa – Barcelos
Depósito Legal nº	241634/06
ISBN	972-39-0661-9
	Abril de 2006
	<b>Com todas as licenças necessárias</b>



©  
**SECRETARIADO NACIONAL  
DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO**  
L. das Teresinhas, 5 – 4714-504 BRAGA  
Tel.: 253 201 220 \* Fax: 253 201 221  
livros@snao.pt; www.jesuitas.pt/ao

*Nos 450 anos  
da morte de Santo Inácio*



## INTRODUÇÃO

### VALOR DO EPISTOLÁRIO

Basta conhecer um pouco a rica personalidade de Santo Inácio, e a sua múltipla e transcendental acção na história da restauração católica, para deduzir a importância que necessariamente hão-de ter documentos da índole das cartas, nas quais se vai mostrando, dia-a-dia, o mais íntimo e vital da pessoa humana, e em que se vão tratando e resolvendo os assuntos que formam a trama da vida de um homem.

Nas cartas transparece a alma com as suas reacções e anelos, descobrem-se os recursos mais íntimos da personalidade, as suas alegrias e tristezas, as suas lutas e inquietações. Por isso, nas páginas que se seguem, podemos sentir pulsar o palpitar humano de Santo Inácio, e dar-nos conta das suas reacções mais pessoais.

Mas Santo Inácio não foi, de maneira nenhuma, um ser isolado. Muito pelo contrário, foi o centro de um movimento poderoso de reforma. Giraram à sua volta personagens de toda a espécie. A sua posição destacada reflecte-se nas cartas que nos pintam, com as mais vivas cores, o ambiente da Roma do Renascimento e da restauração católica, com os seus claro-escuros tão sugestivos e os seus problemas tão complexos.

Através de pormenores e sucessos, às vezes insignificantes em si mesmos, é-nos permitido penetrar no estado social, material e moral e espiritual da família, da sociedade e, sobretudo, do clero e da Igreja-

ja; descobrem-se inúmeros costumes cheios de colorido, familiarizam-nos com o ambiente da época.

Devemos, porém, ter em conta que são testemunhos de uma *época distante* da nossa. Não podemos, portanto, julgar o século XVI com a nossa mentalidade de hoje. A sociedade renascentista era bastante unitária, monárquica e dividida em classes muito diferenciadas. A nossa sociedade de hoje, moderna ou «pós-moderna», é muito mais pluralista, democrática e igualitária.

A visão panorâmica que oferece o campo epistolar inaciano, não conhece fronteiras de nações ou classes determinadas.

Só para darmos alguns exemplos, na correspondência de Inácio encontramos os maiores nomes do mundo católico do século XVI, como os Papas Paulo III que aprovou a Companhia de Jesus; Marcelo II que foi seu grande amigo e protector; Paulo IV que lhe fez dificuldades; Júlio III que renovou a aprovação da Companhia. Príncipes da Igreja, como Carlos de Guise, cardeal de Lorena; Reginaldo Polé, cardeal da Inglaterra; cardeal Henrique de Portugal. Vários bispos figuram também nas cartas de Inácio.

Nelas aparecem também os grandes deste mundo: imperadores, reis, príncipes, como Carlos, Fernando, rei dos romanos, Alberto V da Baviera, o zeloso D. João III de Portugal e todos os membros da família real de Bragança, o infante Luís de Portugal e muitos outros.

Mas a maior parte da correspondência é dirigida, evidentemente, aos membros da Companhia. A ordem gozava de um desenvolvimento rápido, que Inácio seguia dia-a-dia. Daí a troca de relatórios e instruções aos superiores, aos provinciais, aos visitantes, mas também cartas individuais enviadas aos membros, operários apostólicos, irmãos coadjutores e escolásticos e candidatos à Companhia.

Desde o começo, a Companhia organiza esta circulação de informações dos companheiros de Inácio e de Inácio aos companheiros. Todos informam e consultam o Geral. Ele responde a cada um em



particular, e reenvia a todos, num ritmo regular, um conjunto de notícias recebidas de toda a parte. Depressa nasceu também o costume de imprimir colectâneas de Cartas edificantes e curiosas.

Tinha um grande empenho em que informações precisas e troca frequente de cartas unissem fortemente os membros da Companhia entre si e cada um com o seu chefe. Por isso, o fundador da Companhia tinha um grande rigor na redacção dessas cartas. Escreve a Fabro: «A carta principal escrevo-a uma vez, mas em seguida, examinando e corrigindo, torno a escrevê-la, pois o que é escrito deve ficar mais amadurecido do que o falado».

Nelas se tratam os grandes problemas, como seja a reforma do clero ou a reorganização de uma Universidade, como se recomenda maior sobriedade em certo estilo de vida ou se tranquiliza uma alma perturbada.

Para onde vão essas cartas? Para as diferentes regiões do mundo. Para a Europa, em primeiro lugar: em Espanha, em Portugal, na Alemanha, na Flandres, na França, recebe-se o impulso de Roma. Mas elas vão também para as Índias e o Japão, vencendo fronteiras e raças.

As cartas são também uma espécie de comentário aos *Exercícios* e *Constituições*. Aqui encontramos as mesmas ideias e os mesmos princípios, como explicitaremos mais adiante.

Mas aprofunda-se sobretudo o modo próprio de pensar e reagir de Santo Inácio. E isto não só através dos assuntos das cartas, mas também (o que ajuda ainda mais a penetrar na personalidade do santo), através do mesmo modo de apresentar os problemas. O santo aparece diante de nós em contínua acção; é como que um companheiro no íntimo da sua vida ordinária, na solução dos assuntos. Basta fixarmo-nos no modo como ia resolvendo as questões, que princípios aplicava e ainda o modo concreto como se ia adaptando à realidade, de acordo com as circunstâncias.

## **A REDACÇÃO DAS CARTAS**

Todos os dias partem cartas de Roma. Mas que atenção paciente preside à sua redacção! Temos numerosas e fidedignas informações a este respeito. Mas Inácio queria igualmente que fossem mais que efusões tumultuosas ou um aglomerado incoerente.

Além do que já dissemos atrás, podemos conferir os autógrafos de algumas cartas, rascunhos corrigidos e rasurados, que atestam o esforço de assegurar, por relações claras, o maior serviço da divina bondade e a maior utilidade do próximo: «É o meio para cada um dar prazer aos outros», diz Inácio.

## **CONTEÚDO DAS CARTAS**

O número e diversidade dos correspondentes, com os quais é preciso tratar de assuntos, exigem que as cartas adoptem géneros bastante diferentes. Ora é uma carta pessoal, onde abundam conselhos espirituais, dados por ocasião de um luto ou provação. Outras vezes, a carta toma um tom afectuoso ou severo de admoestação. As mensagens enviadas aos grandes personagens têm por assunto pedidos de graças, propostas de serviço, agradecimentos ou recusas firmes. Nestes casos, o género das cartas é mais elevado e oficial, mas o estilo permanece essencialmente o mesmo.

Assim, não podemos buscar em Inácio a magia do verbo, o maravilhoso da imagem, nem tão pouco o andamento espontâneo que faz o encanto literário de outros autores espirituais, por exemplo Santa Teresa de Ávila. Inácio ficou sempre um estudante e a sua simplicidade pode chegar até à incorrecção.

É impossível catalogar as cartas de Santo Inácio em categorias, baseados nas várias matérias. Santo Inácio entregava-se a tudo em

todos os momentos e aproveitava todas as ocasiões que podia para semear o bem. Empenhava-se (sobretudo nas cartas aos seus irmãos jesuítas, como já dissemos) em transmitir os grandes princípios sobrenaturais que enchiam a sua alma. Um dos que mais aparecem na sua pena é o da *riqueza inesgotável e infinita de Deus*, além de que se via obrigado a misturar recomendações com conselhos, a solução de um assunto com outras de consolação e ânimo. Muitas vezes, no meio de cartas de negócios, deixa cair a semente de uma consideração espiritual. A partir deste ponto de vista, todas as suas cartas, ou pelo menos a maioria, podem considerar-se cartas espirituais, se bem que não fosse próprio de Santo Inácio andar a divagar pelo campo da piedade, à procura de grandes considerações espirituais.

Ainda que as cartas não tratem de temas ascéticos, encontram-se espalhadas nelas máximas de vida interior de valor inestimável, e sobretudo faz-se nelas a aplicação a um campo determinado de algum grande princípio regulador inaciano.

É grande a riqueza que encerra o epistolário inaciano. Além de muitas outras normas e considerações espirituais, impossíveis de enumerar, podemos encontrar *exortações às principais virtudes*, de modo particular à pobreza e à obediência; recomenda-se o zelo das almas; referem-se vários aspectos da perfeição religiosa; explica-se como devem ser as relações com os superiores e a submissão aos prelados.

Seria utópico pretender reduzir a uns tantos capítulos a gama quase infinita de ideias que encerram as cartas. Mas ainda assim, deixando muitos outros aspectos, não queremos deixar de assinalar a *importância de muitas das instruções que foi dando aos seus filhos espalhados por todo o mundo*, já que não existe interpretação mais autêntica do modo de pensar do Santo nos pontos de perfeição e acção apostólica.

Algumas dessas instruções são verdadeiros tratados de governo ou de virtude. Outras são breves e concisas, mas em todas se encontram

princípios fecundos de apostolado e normas prudentíssimas de comportamento.

## A AUTORIA DAS CARTAS

A correspondência inaciana é mesmo de Santo Inácio? É evidente que não se pode responder a esta questão com um simples sim ou não. A complexidade do problema não permite, de modo nenhum, uma resposta desse género.

Por outro lado, seria humanamente impossível que um só homem, com as responsabilidades que tinha Santo Inácio e dado o seu estado de saúde muito precário, atormentado por dores de estômago, provocadas pelas santas loucuras da vida penitente levada em Manresa, pudesse suportar sozinho este trabalho e escrever «materialmente» os milhares de cartas que conhecemos.

Inácio teve a ajuda de secretários, o primeiro dos quais foi o português Bartolomeu Ferrão, mas o principal foi o espanhol João Afonso de Polanco, que a partir de 1547, trabalhou durante nove anos a seu lado.

Mas isto não significa que ele tenha deixado o assunto com os secretários, sem mais. Polanco (que como dissemos foi o secretário principal) tem o cuidado de reflectir fielmente os pensamentos e as decisões de Inácio. Por isso, encontramos nas cartas frases do género: «*Nosso pai mandou dizer-vos...*»; «*Recebei esta carta como provinda do instrumento, da pena do Nosso pai que me ordenou escrever deste teor...*»

Algumas vezes, Polanco declara ter consultado Inácio, dizendo que transmite a sua decisão; outras, diferencia, em dois parágrafos, o ponto de vista daquele em cujo nome escreve (Inácio) e o seu parecer pessoal.

Os rascunhos de Polanco são revistos e corrigidos pelo Geral da Companhia e basta esta afirmação para desfazer qualquer dúvida que pudesse existir sobre o autor real do documento.

O primeiro biógrafo do santo, Pedro Ribadeneira, nos seus «*Ditos e Feitos de Santo Inácio*», confirma o cuidado que o fundador tinha neste ponto: «*No escrever cartas, especialmente a pessoas principais e de coisas de importância, era tão atento que gastava muito tempo em considerar o que escrevia, e via e revia as cartas escritas, e examinava cada palavra, riscando e emendando o que lhe parecia, e algumas vezes fazendo copiar a carta, tendo por bem empregar todo o tempo do trabalho que era preciso para isto*».

Os historiadores e hermeneutas concordam neste ponto: o secretário reflecte fielmente o pensamento e até o estilo do fundador. Nas suas palavras nota-se o profundo respeito e amor que o discípulo sente pelo seu mestre, ao qual consagra uma grande admiração. Podemos afirmar que este secretário «perfeito» conseguiu apropriar-se tão bem da maneira particular do seu mestre que se torna impossível *distinguir entre as cartas que Inácio escreveu pessoalmente e as escritas por Polanco, por ordem de Inácio*.

## EDIÇÕES DAS CARTAS

As cartas de Santo Inácio gozaram, desde o princípio, de grande veneração. Em muitos colégios da Companhia, e até em famílias particulares começaram a guardar-se como cobiçadas relíquias. Mas tratava-se de cartas soltas. Tornava-se impossível reunir os muitos milhares de cartas que o Santo tinha escrito a inumeráveis destinatários espalhados por todas as partes do mundo.

Ao princípio só se puderam publicar algumas mais importantes e de mais utilidade prática, como a da perfeição ou da obediência, ou,

no máximo, intercalar umas tantas na vida do Santo ou de alguém que estivera em correspondência com ele.

Não faltaram, contudo, alguns padres que, por devoção ou amor ao Santo, começaram a reunir os originais ou cópias que encontravam. Mas nenhum conseguiu juntar quantidade apreciável e menos ainda publicar alguma colecção dessas cartas.

Contudo, alguns autores, como os padres Bartolomeu Alcázar e Telles, intercalaram um bom número delas nas histórias que publicaram; o primeiro, na Província de Toledo em 1710, e o segundo, na de Portugal em 1645. Finalmente, no ano de 1804, o P. Roque Menchaca pôde publicar, em Bolonha, a primeira colecção de 100 cartas. O jesuíta alemão, o P. Genelli, conseguiu acrescentar a essas mais 45. Um grupo espanhol, animado pelo P. de la Torre, pôde recolher e imprimir 842 até 1889.

Mas o que constituiu um verdadeiro avanço e trabalho preparatório e decisivo para a edição definitiva das cartas, foi a grande obra em 6 volumes, preparada em Madrid por vários Padres da Companhia de Jesus, cuja impressão demorou 15 anos...

A edição definitiva é formada por XII tomos da colecção *Monumenta Historica S.I.*, publicados em Madrid entre 1903 e 1911, segundo as normas críticas. Não só é a edição mais numerosa [nela aparecem cerca de 7000 cartas (!)], como também a mais segura e cuidadosa.

Este conjunto é impressionante, mesmo comparado com os homens mais célebres do seu tempo. De S. Francisco Xavier temos 137; Erasmo, cuja correspondência é preciosa sob muitos aspectos, escreveu 2.500; Calvino, 4.271. Em 1868, o francês P. Marcelo Bouix apresentou uma nova colecção de 145 cartas, traduzidas para o francês e bastantes delas desconhecidas até então.

Apesar do número impressionante de cartas que aparecem nesta edição, Santo Inácio escreveu muitas mais que desapareceram, provavelmente para sempre.

## **CARÁCTER DESTA EDIÇÃO**

Também nós, nesta edição, temos que nos contentar necessariamente com uma selecção muito restrita das cartas do Santo.

Por outro lado, não nos limitamos às cartas de carácter puramente espiritual, mas respigámos algumas que oferecem algum aspecto interessante da personalidade de Inácio ou nos oferecem algum aspecto interessante dos seus princípios de acção. Por isso, podemos afirmar que nesta edição podemos encontrar boa parte das cartas de interesse geral.

Assim, publicamos um bom número de instruções de pontos de governo, respostas a consultas de estudos ou de formação literária, e em geral tudo aquilo que representa algum valor especial, seja pelo destinatário da carta, seja pelos acontecimentos que nela se descrevem.

Sempre que virmos ser necessário, introduziremos, em rodapé, a «apresentação» da pessoa ou pessoas às quais as cartas são escritas.

Também pode acontecer omitirmos partes de cartas que versam assuntos sem interesse para o leitor.

## **AS CARTAS, OS EXERCÍCIOS ESPIRITUAIS E AS CONSTITUIÇÕES**

As mesmas ideias, os mesmos princípios, as mesmas atitudes sobrenaturais se encontram nas Cartas, nos *Exercícios* e nas *Constituições*, como já dissemos antes. Mas o ponto de vista adoptado para as expor é, evidentemente, mais concreto na correspondência e permite ver melhor os aspectos que os *Exercícios* e as *Constituições*, na sua brevidade e densidade calculadas, podiam deixar perceber.

O P. Laínez, companheiro e sucessor de Inácio, dizia que ele era homem de «poucas verdades, mas muito profundas». É por isso

natural que essas verdades, sintetizadas muito concisamente no livro dos Exercícios, reapareçam continuamente na correspondência inaciana.

Santo Inácio costuma terminar as suas cartas pedindo a Deus «graça completa» ou «abundante», «para sentirmos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumprirmos». Trata-se do objectivo fundamental dos Exercícios inacianos: conhecer existencialmente a vontade de Deus, para realizá-la em toda a nossa vida.

A um inquieto companheiro, Inácio termina desejando que a carta o encontre onde e como melhor possa «servir e louvar» a Deus. Não é outro o «fim do homem», segundo o *Princípio e fundamento* (EE. 23). Expressões semelhantes aparecem constantemente nas cartas: «Em louvor de nosso Criador e Senhor», «em serviço da sua divina Majestade», «para maior glória de Deus N. S.», etc.

Tema constante do epistolário inaciano é também a *inesgotável e infinita riqueza de Deus*, nosso Criador e Senhor. De acordo com esta riqueza, devemos servir a Deus com grande diligência, mas sem aflição, pois, diz ele, recalcando a mesma ideia, o único Senhor a quem queremos servir «é muito rico de poder e misericórdia» e «nunca nos abandonará».

Inácio não se cansa de falar de Deus, «nosso último fim», «sumo bem» e «de quem todo o bem procede». Ele é força para o abatido, saúde para o doente, sabedoria para o humilde de coração. O homem deverá acolher com docilidade a acção de Deus, para o quê precisará de entrar num processo de purificação.

O *carácter cristocêntrico* da espiritualidade inaciana, patente na 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> semanas dos Exercícios, também aparece nas Cartas. Estas começam habitualmente com a fórmula: «A suma graça e amor eterno de Cristo nosso Senhor esteja sempre em nosso contínuo favor e ajuda». Jesus Cristo é o nosso Criador e Redentor, Aquele que pelo seu sangue nos conquistou a vida eterna, é Deus de toda a criação e



cabeça de toda a Companhia. Os companheiros e discípulos de Inácio devem ter diante dos olhos a Jesus Cristo nu sobre a cruz, e eleger a pobreza «por amor de Cristo pobre», mestre e verdadeiro exemplo de pobreza espiritual.

Também podemos descobrir nas cartas uma espiritualidade explicitamente trinitária. Os títulos divinos, como «Criador» e «Senhor», «sua Divina Majestade», são aplicados ora ao Pai, ora ao Verbo encarnado. A descoberta da vontade de Deus, objectivo do discernimento, é possível unicamente «pela unção do Espírito Santo», que nos guia e dirige. O tema da «discrição dos espíritos», presente na Sagrada Escritura, é explicitado e sistematizado por Inácio, a partir da sua experiência espiritual das «moções» espirituais, polarizado nos estados interiores de «consolação» e «desolação».

O mesmo, mais ou menos, poderíamos dizer no que se refere às *Constituições*, sobretudo no que diz respeito à *vocação, pobreza, castidade, obediência e oração*. Não explicitamos mais em pormenor estes pontos, para não tornar demasiado longa esta apresentação, mas ao longo das Cartas iremos fazendo várias alusões às *Constituições*, a fim de que se veja mais explícita e claramente a relação entre o texto das Cartas e as *Constituições*.

## ESTRUTURA DO LIVRO

Este livro das Cartas de Santo Inácio tem *três partes*.

Na *primeira*, incluímos as Cartas redigidas entre 1524 a 1541, que constitui o período que vai do princípio dos seus estudos sacerdotais em Barcelona, até à sua eleição para Superior Geral da Companhia de Jesus, recentemente aprovada por Paulo III.

É toda uma vida nova para o convertido de Loiola, que depois da visita à Terra Santa, resolve estudar para ser sacerdote e trabalhar

no serviço de Deus. Não o podendo conseguir bem na Espanha, vai para Paris e entre os universitários da Sorbona conquista os primeiros companheiros que compartilham o seu ideal de pobreza, de castidade e de apostolado na Terra Santa, ou não podendo fazê-lo aí, realizá-lo em qualquer parte a que os quisesse enviar o Sumo Pontífice.

Nestas primeiras Cartas ainda prevalece o encanto do mais antigo, e constituem quase um comentário da Autobiografia.

Na *segunda*, faz-se uma selecção do mais espiritual, tendo em vista a finalidade da leitura, que pretende ser uma ajuda para penetrar melhor como o próprio santo vivia a espiritualidade dos Exercícios.

Na *terceira parte*, poderemos ver nas Cartas a aplicação que ele fazia dos seus *Exercícios* ao apostolado, a saber, às empresas julgadas por ele da maior glória de Deus.

O conteúdo das cartas desta terceira parte é muito *heterogéneo*, desde o breve e curioso bilhete a um amigo, até longas e minuciosas instruções dadas aos padres enviados ao Concílio de Trento ou à Alemanha; desde as que tratam de assuntos privados, às mais oficiais e protocolares, dirigidas a alguma autoridade política ou eclesiástica.

Por outro lado, poderíamos reduzir a três grupos que se salientam nesta terceira parte: *o serviço da Igreja, o amor à Companhia e a política social e religiosa de Santo Inácio*.

## CONCLUSÃO

As cartas exigem uma leitura atenta e repetida. Seria de lamentar ler de maneira rápida e superficial, aquele que fez da «repetição» (EE. 62) um método de orar, especialmente apto para «sentir e saborear intimamente as coisas» (EE. 5). O próprio Inácio, por si ou por meio do seu secretário, corrigia-as e tornava a escrevê-las, como já dissemos atrás, e mandava que o mesmo fizessem os seus companheiros. Não

menor cuidado devemos ter hoje ao lê-las, se quisermos compreender textos mais de quatro séculos distantes de nós.

Ao divulgar as cartas de Inácio de Loiola, anima-nos a esperança de que o público de língua portuguesa venha a compreender melhor este homem do século XVI, homem de Deus profundamente equilibrado, porque consciente da sua origem e do seu destino final, cujo pensamento e influência continuam vivos no nosso tempo.

Que estas Cartas possam ajudar principalmente aqueles que se exercitam na espiritualidade inaciana, a cumprir no concreto da vida o ideal que o Senhor lhes mostrou, pelos distintos passos do grande livro, aprovado solenemente por Paulo III e aconselhado por muitos Papas seguintes.



## SIGLAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Borgia: Franciscus Borgia, Sanctus, MHSI, Roma, 5 vols.
- Const.: Inácio de Loiola, *Constituições da Companhia de Jesus*. Lisboa, 1975.
- Cron.: *Chronicon Patris Ioannis A. de Polanco*, MHSI, Roma, 6 vols.
- Dalm.: C. Dalmasses, *Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus*, Livraria A. I., Porto, 1984.
- Dumeige: Ignace, Saint, *Letres*. Traduites e commentées par G. Dumeige, S.I., Desclée de Brouwer, Paris, 1959.
- EE.: Inácio de Loiola, Sto., *Exercícios Espirituais*.
- Ep.: *Sancti Ignatii de Loyola Epistolae et instructiones*. MHSI, Madrid, 12 Vols.
- Ex. G.: «Exame Geral que se há-de propor a todos aqueles que pedirem a admissão na Companhia de Jesus», em Const., pp. 33-70.
- Form.: «Fórmulas do Instituto da Companhia de Jesus», em Const. pp. 19-30.
- Iparr.: *Obras Completas de San Ignacio de Loyola*. Edición manual, Transcripción, introducciones y notas del P. I. Iparraguirre, S.I., «BAC», Madrid, 1952.
- MHSI: *Monumenta historica Societatis Iesu*.
- S. Th.: *Summa Theologiae Sancti Thomas Aquinatis*.
- V. Revma.: Vossa Reverendíssima.

V. S. <sup>a</sup> :	Vossa Senhoria.
Xav. Ep.:	<i>Epistolae: Francisci Xavierii, MHSL, Roma, 2 vols.</i>
Autob.:	Autobiografia de Santo Inácio de Loiola, publicada nesta mesma editorial.
N. P.:	Nosso Padre (como os primeiros jesuítas denominavam Santo Inácio).
S. A.:	Sua Alteza.
S. M.:	Sua Majestade.
S. S.:	Sua Santidade (o Papa).
S. S. <sup>a</sup> :	Sua Senhoria.
V. A.:	Vossa Alteza.
V. Exa.:	Vossa Excelência.
V. M.:	Vossa Majestade.
V. Mcê.:	Vossa Mercê.
V. R. <sup>a</sup> :	Vossa Reverência.
V. Rev.ma.:	Vossa Reverendíssima.

## **I PARTE**





## 1

**A INÊS PASCUAL<sup>1</sup>**

Barcelona, 6 de Dezembro de 1524 ou 1525

(Ep. I, 71-73)

IHS. Pareceu-me bem escrever-vos pelos desejos que em vós descobri no serviço do Senhor; pela ausência daquela bem-aventurada serva<sup>2</sup> que ao Senhor aprouve levar para si; e ainda pelos muitos inimigos e impedimentos do serviço do Senhor que agora tendes nesse lugar e pelo inimigo da natureza humana cujas tentações nunca cessam. Por tudo isto creio vos sentireis cansada.

Por amor de Deus procurai sempre caminhar em frente, fugindo sempre dos inconvenientes. Se souberdes fugir destes, a tentação não poderá ter nenhuma força contra vós. É isto que sempre deveis fazer, antepondo o louvor do Senhor a todas as coisas, tanto mais que o Senhor não vos manda que façais coisas que redundem em detrimento ou trabalho da vossa pessoa; pelo contrário, quer que vivais alegremente n'Ele, dando ao corpo o necessário.

---

<sup>1</sup> A primeira mulher que encontrou o peregrino Iñigo no seu caminho de Monserrate para Manresa foi a piedosa Inês Pujol, casada em segundas núpcias com Bernardino Pascual, algodoeiro de Barcelona, que vivia habitualmente em Manresa.

Inês Pascual tornou-se, desde o primeiro momento, o «anjo tutelar» de Iñigo. Não deixou nunca de ajudá-lo e favorecê-lo com todos os meios que estavam ao seu alcance, por exemplo hospedando o Santo em Barcelona, de 1524 a 1526, em casa do seu marido.

<sup>2</sup> Não se conhece o nome desta amiga, cuja morte causou desolação a D. Inês em Manresa e foi uma das causas que motivou a carta de Inácio (cf. *Autob.* 21).

O vosso falar, pensar e conversar seja nEle, e em todas as coisas necessárias para este fim, antepondo em tudo os mandamentos do Senhor. É isto que Ele quer e manda. Quem isto bem considerar, achará ser maior aflição e dor nesta vida o...<sup>3</sup>.

Um peregrino que se chama Calixto<sup>4</sup> encontra-se aí, com o qual desejaria que comunicásseis as vossas coisas; pode ser que nele encontreis mais do que pode parecer à primeira vista.

Assim, por amor de Nosso Senhor que nos esforcemos nEle, já que tanto lhe devemos, porque muito mais depressa nos cansamos em receber os seus dons que Ele em no-los dar.

Praza a nossa Senhora que interceda entre nós pecadores e seu Filho e Senhor e nos alcance a graça de com o nosso esforço e trabalho, converter os nossos espíritos fracos e tristes, em fortes e alegres, para seu louvor.

De Barcelona, dia de S. Nicolau, 1525.

O pobre peregrino IÑIGO

---

<sup>3</sup> Faltam aqui quatro ou cinco palavras que não é possível ler no original. Um autor pensa que essas palavras poderiam ser [desistir do serviço do Senhor].

<sup>4</sup> Calixto de Sá, de nacionalidade portuguesa, tinha decidido seguir Santo Inácio até Barcelona. Foi na sua companhia até Salamanca (*Autob.* n. 64), mas mudou de intenção e desistiu da sua empresa. Dirigiu-se a Portugal e foi duas vezes à América, onde conseguiu ganhar muito dinheiro e depois estabeleceu-se em Salamanca (cf. *Autob.* 62, 66-67, 80).

**A MARTIN GARCIA OÑAZ<sup>1</sup>**

Paris, Junho de 1532

(Ep. I, 79-83)

(...) Dizeis que vos alegrastes muito por vos parecer ter eu deixado a maneira com que vos tratei, isto é, de não vos escrever. Não vos admireis: para curar uma chaga grande, aplica-se-lhe, logo no princípio, um remédio; outro no meio; e outro no fim. Assim no princípio do meu caminho era-me necessária uma cura; um pouco mais adiante, não me faz mal outra diferente; pelo menos, se visse que alguma me fazia mal, certamente não buscaria segunda ou terceira.

Não é de estranhar que isto se tenha passado comigo, quando S. Paulo, pouco depois de se ter convertido, afirma: «Foi-me dado um estímulo na carne, um anjo de Satanás, para me espancar» (2 Cor 12,7)<sup>2</sup>. E noutra parte: «Vejo outra lei em oposição à lei da minha mente» (Rom 7,23); a carne combate contra o espírito e o espírito contra a carne (Gal 5,17). E tanta rebelião sentia na sua alma, que chega a dizer: «O bem que quero não o faço; e faço o mal que não quero; não entendo o que faço» (Rom 7,15). Depois, mais adian-

---

<sup>1</sup> Martin Garcia de Oñaz era o segundo dos irmãos de Santo Inácio. Pela morte de seu pai, Beltrán Yañez de Loyola, ocorrida a 23 de Outubro de 1507, ficou constituído morgado da família. O primeiro filho tinha falecido antes.

Nesta carta trata primeiro dos assuntos familiares sobre os quais o irmão o tinha consultado. Segue-se a parte que publicamos.

<sup>2</sup> Santo Inácio cita este e os outros textos desta carta de memória, mudando algumas palavras e até frases.

te, diz: «Porque estou certo que nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem coisas futuras, nem qualquer criatura, será capaz de me separar do amor de Deus que está em Jesus Cristo, nosso Senhor» (Rom 8, 38.39).

No princípio não deixei de parecer negligente; no meio e no fim praza à suma bondade não me negue a sua inteira e santíssima graça, para que tal não pareça, mas imite e sirva a todos os que são seus verdadeiros servos. E se tenho de desgostar a Deus em algo ou se em algum ponto tenho de afrouxar em seu santo serviço, antes Ele me queira tirar desta vida.

Vindo ao propósito, há cinco ou seis anos que mais frequentemente vos escreveria, se duas coisas não mo impedissem: a primeira, o impedimento dos estudos e muitas conversações, mas não temporais; a segunda, o não ter probabilidade e conjecturas suficientes, para pensar que as minhas cartas pudessem ser de algum serviço e louvor a Deus N. S. e de consolação para os meus irmãos e parentes segundo a carne, para que fôssemos tais, também segundo o espírito e ao mesmo tempo nos ajudássemos nas coisas que hão-de durar para sempre. Porque a verdade é esta: tanto posso amar uma pessoa nesta vida, quanto ela se ajuda no serviço e louvor de Deus N. S., «porque não ama a Deus de todo o coração quem ama alguma coisa por si e não por Deus».

Se duas pessoas servem a Deus N. S., uma que é parente, outra que não é, quer Deus N. S. que nos cheguemos mais ao pai de família, que àquele que o não é; ao benfeitor e ao parente que a nenhum outro; ao amigo e conhecido mais que a desconhecidos. Por este motivo, veneramos, honramos e amamos mais aos apóstolos eleitos que a outros santos inferiores, porque mais amaram e serviram a Deus nosso Senhor, «porque a caridade, sem a qual ninguém pode conseguir a vida, se diz ser o amor com que amamos a Deus nosso Senhor por si mesmo, e a todas as demais coisas por

Ele, mais que o dever de louvar a Deus nos seus santos», como diz o salmista (Sl 150,1).

Desejaria muito, e mais que muito, se assim se pode dizer, que na vossa pessoa, parentes e amigos, coubesse intensamente esse tal e tão verdadeiro amor e forças crescidas no serviço e louvor de Deus N. S., para que eu mais vos amasse e servisse; porque a minha vitória e a minha glória está em servir os servos do meu Senhor. E com este amor autêntico e vontade sincera e aberta, falo, escrevo e aviso, como eu de coração queria e desejo que me avisassem, despertassem e corrigissem, com sincera humildade e não por glória profana e mundana.

Não me compete a mim condenar que alguém nesta vida tenha vigílias, ânsias e cuidados, para construir, aumentar paredes, rendas e estado, para deixar na terra um grande nome e memória; mas também não o posso louvar, porque, segundo S. Paulo, «devemos usar das coisas deste mundo como se não as tivéssemos; possuí-las, como se não as possuíssemos, e ainda ter mulher, como se não a tivéssemos, porque a figura deste mundo dura muito pouco tempo» (1 Cor 7, 29-31). Talvez, e oxalá talvez.

Se alguma parte disto sentistes no tempo passado ou presente, por reverência e amor de Deus N. S. vos peço que procureis com todas as forças ganhar honra no céu, memória e fama diante do Senhor, que nos há-de julgar, pois vos deixou em abundância as coisas terrenas, para ganhar com elas as coisas eternas.

Dai bom exemplo e sã doutrina aos vossos filhos, servos e parentes. Usai com um de santas palavras; com outro, castigo justo, contudo, sem ira nem desgosto; com um, favor da vossa casa; com outro, dinheiro e fazendas, fazendo o bem que puderdes a órfãos e necessitados. Não deve ser tacanho aquele com o qual Deus N. S., foi tão generoso. Encontraremos tanto descanso e consolação, quanto nesta vida os distribuímos. E porque muito podeis na terra onde vi-

veis, uma e outra vez vos peço, por amor de nosso Senhor Jesus Cristo, vos esforceis muito, não só em pensar, mas em fazê-lo, porque nada há difícil para aqueles que querem verdadeiramente, sobretudo nas coisas que se fazem por amor de nosso Senhor Jesus Cristo...

(...) À senhora da casa<sup>3</sup> com toda a sua família, e a quantos vos parecer gostarão de ser lembrados por mim, me recomendareis muito, no Senhor que nos há-de julgar. A Ele fico rogando que por sua imensa bondade nos dê a graça de sentirmos a sua santíssima vontade e aquela inteiramente cumprir<sup>4</sup>.

Ano de 1532...

Praza à suma bondade que tudo se ordene para o seu santo serviço e contínuo louvor.

Pobre de bondade,

IÑIGO

---

<sup>3</sup> A sua cunhada Madalena de Araoz.

<sup>4</sup> É esta a primeira carta conhecida em que o santo emprega esta cláusula final, que será depois a maneira ordinária de acabar as cartas.

**A ISABEL ROSER<sup>1</sup>**

Paris, 10 de Novembro de 1532

(Ep. I, 83-88)

IHS. A graça e o amor de Cristo N. S. estejam em nós!

(...) Escreveis-me descrevendo a vossa longa e grande dor de estômago que ainda continua. É verdade que ao pensar na má disposição e dor presente, não posso deixar de condoer-me dentro da minha alma, pois vos desejo toda a paz e prosperidade que se podem imaginar que vos possam ajudar na glória e serviço de Deus N. S.

Contudo, devemos considerar que muitas vezes estas doenças e outras perdas temporais são muitas vezes da mão de Deus nosso Senhor, para que mais nos conheçamos e mais percamos o amor às coisas criadas, e mais inteiramente pensemos quão breve é esta vida, e adornar-nos para a outra que sempre há-de durar. Assim, ao julgar que com estes acontecimentos Ele visita as pessoas que ama, não posso sentir tristeza nem dor, pois penso que um servidor de Deus

---

<sup>1</sup> Isabel Roser era uma matrona nobre, muito conhecida em Barcelona e levava uma vida exemplar. Estando um dia, em 1523, a ouvir um sermão em Santa Maria do Mar, D. Isabel viu Santo Inácio sentado entre as crianças, nas grades do altar. Edificada pela sua modéstia e gravidade, chamou-o para sua casa e convidou-o a comer. Aquele convite foi o começo de umas relações espirituais muito íntimas que hão-de durar toda a vida. No ano de 1543, já viúva, veio a Roma e fez a sua profissão no dia 25 de Dezembro de 1545, pondo-se às ordens de Santo Inácio, mas as coisas não correram bem e Santo Inácio teve que pedir a Paulo III que o libertasse do cuidado das religiosas. Em 1547, Isabel voltou a Barcelona e ingressou no mosteiro de Nossa Senhora de Jerusalém, da Regra de S. Francisco, onde morreu santamente.

sai de uma enfermidade meio doutor, para dirigir e ordenar a sua vida à glória e serviço de Deus N. S.

Também pedíeis que vos perdoasse, se não me pudésseis ajudar mais, pois tendes que cumprir com muitas obrigações, e as forças da vossa parte não bastam para tudo. Não há porque falar de perdão; da minha parte é que penso que se não faço por todos os meus benfeitores aquilo que Deus nosso Senhor me exige, a sua divina justiça não me perdoará, especialmente pela obrigação contraída com a vossa pessoa.

Enfim, quando eu não bastar para cumprir nesta parte, não tenho outro refúgio senão que o Senhor conte os méritos alcançados por mim diante da sua divina Majestade e ganhos mediante a sua graça, para distribuí-los pelas pessoas a quem devo obrigações, a cada um segundo o serviço feito a Ele em minha ajuda, principalmente a vós a quem devo mais que a quantas pessoas conheço nesta vida. E como conheço, espero em Deus N. S. que me ajudarei e aproveitarei neste conhecimento. Assim, pensai que daqui em diante, a vossa vontade tão recta e tão sincera será recebida por mim tão cheio de prazer e gozo espiritual, como com todo o dinheiro que me poderíeis enviar. Porque Deus N. S. nos obriga a amar mais o doador do que o dom, para sempre ter diante dos nossos olhos, na nossa alma e no nosso coração.

Dizeis também quantas malícias, ciladas e falsidades vos cercaram por todos os lados. Não me espanto disso, nem que fosse muito mais, porque na hora em que uma pessoa se determina, quer, e com todas as forças se esforça para a glória, honra e serviço de Deus N. S., então trava batalha contra o mundo e ergue bandeira contra o século e se dispõe a lançar alto o seu olhar, abraçando as coisas pequenas, aceitando o que é alto e o que é baixo: honra e desonra, riqueza e pobreza, o que estima e aborrece, o que acolhe e o que deixa; enfim, a glória do mundo ou todas as injúrias do século.



Não podemos afligir-nos com as contrariedades desta vida, quando não passam de palavras, porque todas juntas não podem partir um cabelo; e as palavras de duplo sentido, feias ou injuriosas, só causam tanta mais pena ou descanso, quanto mais ou menos desejadas. Se o nosso desejo é viver em honra e em glória dos nossos vizinhos, nem poderemos estar bem arraigados em Deus Nosso Senhor, nem é possível ficarmos sem ferida, quando aparecem as afrontas.

Assim, quando me comprazia, ao ver que o mundo vos afrontava, tanto me pesava em pensar que por essas adversidades, penas e aflições, fostes obrigada a buscar remédios de medicina. Prouvesse à Mãe de Deus que houvesse em vós inteira paciência e constância, considerando as injúrias e afrontas maiores que Cristo N. S. passou por nós. E oxalá que sem pecado para ninguém, vos viessem mais afrontas, para merecerdes mais e mais.

E se não encontramos esta paciência, mais razão temos de nos queixarmos da nossa sensualidade e fraqueza, e por não estarmos tão mortificados nem tão insensíveis às coisas mundanas como deveríamos. Assim, menos razão temos de nos queixar daqueles que nos afrontam, porque estes nos dão matéria para ganharmos lucros maiores do que aqueles que um homem pode ganhar nesta vida e riquezas maiores do que um homem pode alcançar neste mundo (...).

(...) Praza à Santíssima Trindade vos dê tantas graças em todas as adversidades desta vida, em todas as outras coisas em que o possais servir, como eu desejo para mim mesmo, e a mim não me dê mais do que aquilo que para vós desejo.

Ao senhor Roser e a todas as pessoas que conheceis e gostarão de ser saudadas por mim, me recomendareis muito.

De Paris, 10 de Novembro de 1532.

Pobre de bondade,

Iñigo

**A INÊS PASCUAL<sup>1</sup>**De Paris, 13 de Junho de 1533<sup>2</sup>

(Ep. I, p. 90-92)

A graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Faz agora um ano que recebi uma carta vossa, em mãos do doutor Benet (que esteja em glória!)<sup>3</sup>, quando me trouxe esmola e provisão daí. Por vossa carta e por informações que me deram aqui, conheci a muita diligência que empregastes nas minhas coisas, com vontade muito inteira, como sempre mostrastes comigo. Além disso, vos oferecíeis toda daqui em diante, para colocar nisso a vossa diligência e solicitude. Parece que não só me carregastes com toda a gratidão do passado, mas ainda me quereis obrigar com a de todo o futuro. Praza a Deus N. S. que esse Senhor verdadeiro, por cujo amor e reverência o fazeis, vo-lo pague!

Embora vos tenha escrito, em resposta da que me enviastes, pensei em escrever-vos esta, tanto por ser tão grande a vossa boa

---

<sup>1</sup> Inácio responde à carta de Inês, agradecendo a solicitude dela para com ele. Dá-lhe a notícia de ter alcançado o mestrado em Filosofia, mas também de ter gasto muito nisso e se achar em necessidade. Indica-lhe o nome de várias senhoras nobres que se ofereceram para ajudá-lo. Manda uma bela saudação a João, filho de Inês (*Ep. I* p. 90).

<sup>2</sup> Tendo vencido o exame em Filosofia, em 13 de Março de 1533, em Junho já dera os primeiros passos para a graduação de mestre, embora só obtivesse esse grau em Abril de 1534, recebendo o diploma somente em 14 de Março.

<sup>3</sup> Carta que não se conservou, vinda na mesma ocasião da 3.<sup>a</sup> de Isabel Roser. «Que esteja na glória»: o doutor Benet falecera nesse período.

vontade, como por ter aumentado o meu estudo mais alto do que nunca. Porque, nesta quaresma, alcancei o mestrado, e nisso gastei nas coisas inevitáveis mais do que pedia e podia a minha capacidade<sup>4</sup>. Fiquei assim muito endividado; será muito necessário que Deus N. S. me ajude. Por isso escrevo à Sra. Zapila, a qual generosamente se me ofereceu, numa carta que me escreveu, para prestar-me os maiores favores, dizendo que lhe escrevesse sobre as minhas necessidades.

Escrevo a Isabel Roser, mas não sobre este pedido, pois ela escreveu-me uma carta em que me declarava não me espantasse de não me poder prover mais, como ela desejava, pelos muitos apertos em que se via. Creio com certeza e, se se pode dizer com justiça, digo ter ela feito por mim mais do que podia e por isso lhe devo mais do que lhe poderei pagar. Parece-me que não lhe deveis dar a entender nenhuma necessidade minha, para que não se entristeça de não me poder ajudar.

Quando parti daí, a esposa do Sr. Gralla<sup>5</sup> ofereceu-se generosamente para muito me prover no meu estudo e assim o cumpriu sempre. Da mesma forma se ofereceram D. Isabel de Josa e D. Aldonza de Cardona<sup>6</sup>, e esta também o cumpriu. A estas três, não lhes

---

<sup>4</sup> Inácio, a princípio, não tencionava tomar títulos nos seus estudos; depois, sem dúvida, foi aconselhado pelo mestre a tomá-los e naturalmente teve de gastar o necessário para isso (*Autob.* 84).

<sup>5</sup> Seu marido, Francisco, era contador-mor, um dos grandes magistrados do reino da Catalunha. A sua esposa, Jerónima de Hostalrich, era filha do governador militar do Condado Ruscínense. Da mesma família, D. Guiomar Gralla mandava dar a Inês muitos molhos de trigo, para, transformados em massa, serem distribuídos por Inácio aos pobres, enquanto ele mendigava para si o necessário pelas portas de Barcelona (1524-1525). Mais tarde, Jerónima (1545) pagava o aluguer da casa em que residiam os primeiros jesuítas instalados na cidade (*Ep.* I p. 91-92).

<sup>6</sup> Essas senhoras nobres e outras de Barcelona, no período de estudos de Inácio na Espanha (1524-1527), visitavam-no e prestavam-lhe favores... Aldonza, por

escrevo, para não me mostrar importuno. Transmitir-lhes-eis muitas recomendações minhas. Quanto à Sra. Gralla, penso que, informando-a, quererá contribuir com a sua parte na esmola que para mim recolherem. Com ela e com todas as outras procedereis como melhor vos parecer. Considerarei isso o melhor partido e ficarei contente e sempre lhes serei devedor e nunca me julgarei livre de tal dívida.

A pessoa que leva esta carta vos informará mais largamente das coisas de cá: tanto me fio dele como de mim mesmo. De João vosso filho, meu velho amigo e irmão de verdadeiro amor no Senhor, que nos há-de julgar, desejo muito me escrevais a dizer-me como vai: sabeis que não posso senão alegrar-me de seu bem e doer-me do contrário. Praza a Deus N. S. dar-lhe graça para conhecer-se inteiramente a si mesmo e, dentro de sua alma, à divina Majestade, para que, presa do seu amor e graça, seja livre de todas as criaturas do mundo. Termino rogando a Deus N. S., por sua bondade infinita, nos faça tais quais fez àquela bem-aventurada mãe e a seu filho S. Agostinho.

Às vossas vizinhas, conhecidas e amadas em Cristo N. S. transmitireis muitas recomendações minhas.

De Paris, 13 de Junho de 1533.

A pessoa que devia levar esta carta teve de ficar, por certo assunto. Este homem, que envio com a carta, deve voltar imediatamente.

Pobre de bondade,

Íñigo

---

casamento, ingressara na família do duque de Cardona, de que fala Inácio na *Autob.* 35.

**A JAIME CASSADOR<sup>1</sup>**De Veneza, 12 de Fevereiro de 1536<sup>2</sup>

(Ep. I, p. 93-99)

IHS. A graça e amor de Cristo N. S. esteja sempre em nosso favor e ajuda!

Lendo a carta escrita de vossa mão em 5 de Janeiro, não só me alegrei, mas também me entristeci, ao saber de sucessos tão adversos e repugnantes. São dois efeitos diversos e contrários: alegria em ver o zelo tão bom que Deus N. S. vos dá, afligindo-vos com os aflitos

---

<sup>1</sup> O destinatário desta carta, de família alemã, mudou seu sobrenome, Jaeger, para o catalão Cassador. Era então arcediogo de Barcelona e, em 22 de Junho, foi nomeado bispo da mesma cidade. Enviou, várias vezes, esmolas para os estudos do Santo. Inácio responde aos seis pontos de uma carta de 5 de Janeiro: 1.º modo de mandar-lhe a esmola costumada; 2.º situação em Paris de três sobrinhos do arcediogo; 3.º conselho a dar ao seu amigo Sr. Claret, gravemente enfermo; 4.º desejos que tem de fazer bem em Barcelona, dar os seus bens aos pobres, se puder, salva a justiça e a caridade; 5.º proveito em tratar com pessoas espirituais; 6.º causas pelas quais Deus permite perturbações e aflições nas pessoas dedicadas ao serviço divino, como sucedia no convento de Santa Clara.

<sup>2</sup> Inácio está agora em Veneza a estudar teologia. Em 1534, dera os Exercícios aos seus primeiros companheiros definitivos de Paris: Pedro Fabro, Diogo Laínez, Afonso Salmerón, Nicolau Afonso de Bobadilha, Simão Rodrigues e Francisco Xavier; e com eles pronunciara os primeiros votos de Montmartre. Por motivo de saúde e por negócios familiares dos companheiros, volta em 1535 à Espanha, passa três meses na sua terra natal em edificante apostolado, outros quatro meses a tratar os assuntos dos companheiros, e em fins de Dezembro chega a Veneza, onde se juntarão os companheiros vindos de Paris em Novembro de 1536 (*Autob.* 85, 88, 90, 91).

não só nas enfermidades corporais, mas muito mais nas espirituais; muita dor, ao considerar as desgraças que na vossa carta descreveis. Sobre ela me ocorrem cinco ou seis pontos a que devo responder. Começarei pelos mais baixos, que menos matam a sede das nossas almas, para não ficarmos com sabor e gosto dos que menos importam à nossa salvação eterna.

– Primeiro: dizeis que não faltareis com a contribuição costumada. Só pedis que vos avise sobre a data. Isabel Roser escreveu-me que em Abril próximo vai mandar-me os recursos para terminar os meus estudos. Parece-me que assim será melhor, a fim de poder prover-me para todo o ano, tanto de livros como de outros objectos necessários. A vida está cara nesta terra, e a disposição por ora não me ajuda a sofrer indigência e trabalhos corporais, além dos que o estudo traz consigo<sup>3</sup>. Apesar disso estou assaz provido, porque Isabel Roser conseguiu que me dessem aqui, à sua conta, doze escudos<sup>4</sup>, além da outra quantia que daí me enviastes como esmola, por amor e serviço de Deus N. S. Espero que Ele tudo vos pagará com boa moeda, não só o que fazeis por mim, mas também todo o cuidado que tendes nas minhas penúrias. Não creio que pais, neste mundo, o tenham maior para com os seus filhos.

Antes do Natal, por quinze dias, estive em Bolonha; sete, passei-os na cama, com dor de estômago, arrepios e febres. Por isso resolvi vir para Veneza. Aqui estou há cerca de um mês e meio, com muita e até extraordinária melhoria de saúde, na casa e em companhia de um

---

<sup>3</sup> A própria experiência lhe ensinou que em tempo de estudos sérios não podia ter as preocupações que traz a indigência, e isso aplicou depois aos estudantes da Companhia, cujas casas podem ter posses e rendas para se sustentarem (Fórm. Instit. 1550 n. 8; Const. 327).

<sup>4</sup> Escudo: moeda antiga de bastante valor, pois era cunhada em ouro ou prata.

homem muito douto e bom. Parece-me que com tantas vicissitudes não poderia estar mais a propósito<sup>5</sup>.

Segundo: a notícia de que os vossos três sobrinhos deixaram Manble não me inquietou muito. Gostaria, entretanto, de saber qual o motivo. Espero conhecê-lo em breve, pois escrevi a um dos meus amigos em Paris, pedindo que os visite e saúde em meu nome. Disse que não me inquietei, porque, se não me engano, são tímidos e respeitosos. Por isso penso que, em qualquer situação, saberão comportar-se bem. Enquanto lá estive, vi que Losada, seguindo o exemplo dos dois maiores, especialmente de Jaime, estava calmo. Espero em Deus N. S. que eles cumprirão o seu dever. Praza a Ele, em sua inteira e suma bondade, querer guiá-los sempre com a sua mão.

Terceiro: conforme me pedistes e, por nosso verdadeiro Senhor, me mandastes que escrevesse ao Sr. Claret<sup>6</sup> sobre a sua enfermidade, assim me pareceu bem fazê-lo. Nessa carta vereis tudo, e nesta nada mais tenho a dizer. Só desejo que o ajudeis a dispor da sua saúde interior e de tudo o mais que Deus N. S. lhe deu nesta vida. Penso não haver outra pessoa que ele aceite melhor do que vós. Portanto, se não tem filhos nem outros parentes próximos, aos quais por lei esteja obrigado a deixar os seus bens, parece que o melhor e mais recto, e disso não duvido, seria dar àquele de quem tudo recebeu, a saber, ao nosso universal Doador, Governador e Senhor, em obras pias, justas e santas. E é melhor fazê-lo em vida, quanto puder, do que depois dela. Porque deixar bens um homem

---

<sup>5</sup> Tudo o que sofreu de Génova a Bolonha e daí a Veneza (*Autob.* 91). O hospedeiro do Santo foi Martín de Sornoza, cônsul de Carlos V em Veneza (*Larr. Autob.* BAC 445).

<sup>6</sup> João Claret era um homem rico de Barcelona, a quem Inácio conheceu durante a sua estadia nessa cidade. Sobreviveu à doença, de que se fala nesta carta. O Pe. Araoz visitou-o, da parte de Santo Inácio, em 1539 (*Iparr.* BAC 655).

a outro, para alimentar cavalos, cães de caça, honras, títulos e faustos mundanos, não o posso aprovar.

S. Gregório<sup>7</sup> põe, entre outros, dois graus de perfeição; um, quando se deixa tudo o que se tem a consanguíneos e parentes, e se segue a Cristo N. S.; outro, quando se deixa tudo, distribuindo-o aos pobres, segundo aquilo: «Se queres ser perfeito, vai, vende o que tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro nos céus, vem e segue-me» (Mt 19,1), entendendo ser melhor dar a pobres, quando a necessidade não é igual entre parentes e pobres e não parentes, pois, «em condições iguais» (cf. EE. 338) de pobreza, devo dar aos parentes de preferência aos não parentes.

Quarto: o desejo que mostrais de ver-me aí em pregação pública, certo eu mesmo o tenho e habita em mim. Não que sinta em mim glória de fazer o que outros não podem, ou de chegar onde outros não conseguem; mas, como pessoa menor, queria pregar assuntos inteligíveis, mais fáceis e menores, esperando em Deus N. S. que seguindo os menores me dará a sua graça, para podermos de algum modo aproveitar em seu louvor e devido serviço. Acabado o meu estudo, que será dentro de um ano, a partir desta quaresma<sup>8</sup>, espero não me deter mais, para levar a palavra divina a nenhum outro lugar de toda a Espanha antes de nos vermos aí, conforme desejo de ambos. Parece-me, e não duvido, que maior obrigação e dívida contraí com essa população de Barcelona do que com nenhum outro povo deste mundo.

Isto se deve entender, «salvo erro de minha parte»<sup>9</sup>, se Deus N. S. não me puser em circunstâncias mais afrontosas e trabalhosas para

---

<sup>7</sup> *In Ez. L. 2* hom. 8 n. 4; *PL* 76, 1029D-1039A.

<sup>8</sup> Primeiros meses de 1537, quando os companheiros já estariam em Veneza e se preparariam para ir à Terra Santa (*Autob.* 86,93).

<sup>9</sup> Em latim: «Clave non errante»; a expressão vem da Idade Média, dos teólogos que distinguiam, no «poder das chaves» confiadas aos sacerdotes, a «chave do



mim, fora da Espanha, pois não estou certo nem disto nem daquilo. Em todo o caso, a minha determinação é pregar em pobreza e não com a largueza e embaraços que no presente tenho com os estudos<sup>10</sup>. Seja o que for, em sinal do que digo, acabado o estudo, logo enviarei para aí, onde estais, os poucos livros que tenho ou vier a ter, pois assim prometi a Isabel Roser.

Quinto: dizeis e deseiais, como escrevestes àquela santa mulher<sup>11</sup>, que nos reuníssemos e de coração aberto nos alegrássemos mutuamente. Acho certo, e é regra geral para mim, que quando converso com alguém para comunicar coisas de Deus N. S., embora seja eu muito pecador, sou eu o que ganho e encontro proveito, muito mais com pessoas servas e eleitas de Deus N. S., eu sou o que em tudo devo levar a melhor parte. Assim, por certo, depois que o doutor Castro<sup>12</sup> me informou largamente sobre ela e depois de saber que vós mesmo a dirigis da vossa mão, lhe tive sempre muita afeição, dando glória a Deus N. S. por tudo o que nela opera. DEle espero que nos reunirá muito em breve, se disso há-de derivar serviço e louvor seu e maior proveito nosso<sup>13</sup>.

---

poder» e a «chave da ciência» (Henrique de Souza; *Summae Aureae* L. V., n. 1). É uma provável reminiscência escolar de Inácio.

<sup>10</sup> Essa determinação é a raiz da pobreza na Companhia de Jesus para os membros já formados (Fórm. Instit. 7; Constit. VI 557).

<sup>11</sup> Não se sabe a quem se refere Inácio.

<sup>12</sup> É João de Castro (1488-1556), doutor da Sorbona, mestre de Inácio e, a conselho deste, confessor de Pedro Fabro, oprimido de escrúpulos. Mais tarde, Inácio deu os Exercícios a Castro, que quis segui-lo, mas foi impedido pelos parentes. Depois de exercitar a pregação em Burgos e outras cidades da Espanha, entrou na Cartuxa de Vall de Cristo, perto de Segorbe. Em 1542, foi eleito abade da Cartuxa de Porta-Coeli em Valença. Inácio visitou-o neste mosteiro em 1535 (*Autob.* 75-78, 90 e nt.).

<sup>13</sup> Essa reunião não se realizou. Sabe-se que nos princípios de sua conversão, Inácio buscava com sofreguidão pessoas espirituais que o ajudassem. Mas poucas encontrava nessas condições e por isso perdeu essa ânsia de as buscar (*Autob.* 37).

Sexto: a propósito do que escreveis do mosteiro de Santa Clara<sup>14</sup>, certamente não seria cristão aquele que não tivesse o coração trespassado ao ver tanta quebra no serviço de Deus N. S. E dou menos importância à falta de juízo de uma só pessoa, do que ao dano que resulta para muitas outras e outros, que se poderiam aplicar no serviço divino. Por causa da nossa miséria, achamos muita dificuldade em nos vencer a nós mesmos, que é onde se encontra maior proveito<sup>15</sup>. Por isso, a menor ocasião basta para nos desbaratar.

Por certo muito quisera achar-me entre essas religiosas, se por alguma via pudesse assegurar solidez aos seus exercícios e modo de proceder, particularmente para aquela que se vê em tanta angústia e perigo. Pois não posso crer que uma pessoa entregue a prazeres mundanos ou menos dada a Deus N. S., mas em seu senso e juízo, querendo servir e aproximar-se mais de Nosso Senhor, se deixe cair em tal desespero. Humano e fraco como sou, se alguém viesse para mais me servir e amar, tendo eu sentido e forças, não poderia deixar vir a tanto desastre; quanto mais Deus N. S. que, sendo divino, se quis tornar humano e morrer para a salvação de todos nós.

Assim, não me posso representar facilmente que, por aplicar-se a ocupações divinas, sem outra causa interna ou vinda depois, tenha chegado a tanto suplício e a tanto mal. Porque é próprio de Deus N. S. dar e não tirar entendimento, comunicar confiança e não desconfiança. Digo «sem outra causa interna», pois é possível que a sua alma, no tempo dos exercícios estivesse chagada de pecado, e há pecados de tantas maneiras que parecem inumeráveis. Também é possível tivesse modo doentio de proceder nos exercícios, pois nem

---

<sup>14</sup> Segundo os processos verbais de algumas visitas efectuadas por beneditinos, constituídos visitantes do mosteiro por Leão X, a clausura praticamente não existia. As monjas saíam à cidade e os homens entravam no mosteiro.

<sup>15</sup> Vencimento de si próprio está no título do livro dos Exercícios: «Para o homem se vencer a si mesmo... » (21). «Aí se encontra o maior proveito... » (189).

tudo o que parece bem é bom. E assim, não habitando o bem com o mal, nem a graça com o pecado, podia o inimigo conseguir muito.

Disse «sem outra causa vinda depois»: colocando Deus N. S. ordem, peso e medida em todas as coisas, (Sab. 11,21)<sup>16</sup> é possível que o Senhor visse que, embora aquela alma estivesse em graça por então, não se havia de aproveitar dos dons e forças recebidas e, não perseverando, viria a maiores pecados e por fim a perder-se. Então o Senhor Nosso benigníssimo, para pagar-lhe este pouco de serviço, permitiu fosse exposta assim a temores e contínuas tentações, sempre guardando-a para não se perder. Pois sempre devemos presumir que tudo quanto o Senhor do mundo opera nas almas racionais, é ou para dar-nos maior glória ou para não sermos tão maus, não achando em nós matéria para mais.

Finalmente, ignorando nós os fundamentos e as razões deste caso, não podemos determinar-lhe os efeitos. Assim para nós é sempre muito bom não só viver em amor, mas ainda viver em temor. Os seus divinos juízes são de todo imperscrutáveis «e não se indagar razões da sua vontade»<sup>17</sup>. Só nos resta chorar e rogar por uma saúde maior da consciência dela e de todas as outras. A sua divina Bondade o queira ordenar e não permita receba o inimigo da natureza humana tanta vitória contra aquelas que comprou e totalmente resgatou com o preço tão caro do seu preciosíssimo sangue. Termino rogando-lhe, que por sua bondade infinita, nos dê inteira graça, para que conheçamos sua santíssima vontade e generosamente a cumpramos.

De Veneza, 12 de Fevereiro de 1536.

Pobre de bondade,

Iñigo

---

<sup>16</sup> Em todo o trecho (cf. *EE.* 322).

<sup>17</sup> Sobre a utilidade de viver não só no amor de Deus, mas também no seu temor filial, (cf. *EE.* 370).

**A SOROR TERESA RAJADELL<sup>1</sup>**Veneza, 18 de Junho de 1536<sup>2</sup>

(Ep. I, 99-107)

IHS. A graça e amor de Cristo N. S. esteja sempre em nosso favor e ajuda!

Recebi, há dias, a vossa carta e com ela me alegrei muito no Senhor, a quem servis e desejais servir mais, e a quem devemos atribuir todo o bem que aparece nas criaturas.

Dizeis na vossa carta que Cáceres<sup>3</sup> me informará largamente sobre os vossos assuntos. Assim ele o fez, e não só dos vossos assuntos, mas

---

<sup>1</sup> Soror Teresa Rajadell era religiosa do mosteiro de Santa Clara, de Barcelona, fundado já no séc. XIII. Os Rajadell foram personagens importantes nos séc. XV e XVI, tanto em Barcelona como em Manresa. Esta carta foi considerada sempre como um comentário e aplicação das regras do *Discernimento dos Espíritos e notas sobre os Escrúpulos*, dadas por Santo Inácio nos *Exercícios*. Começa o Santo por aprovar as decisões de Cáceres. Depois, acedendo aos desejos da religiosa, expõe as suas normas espirituais: é necessário evitar a falsa humildade e o temor excessivo, guardando-se das ilusões do demónio. Para iluminar este ponto, ensina a discernir os pensamentos e movimentos da alma, tanto os inspirados por Deus, como os sugeridos pelo mau espírito, e dá regras para escapar aos seus ardis e estratégias (*Iparr. BAC 659*).

<sup>2</sup> Nesse tempo, Inácio, além de estudar teologia, dava *os Exercícios* a personalidades importantes, como era Pedro Contarini, procurador do Hospital dos Incuráveis e futuro bispo de Verona, e Gaspar de Doctis, vigário do núncio pontifício em Veneza e futuro governador de Loreto. Levantaram-se calúnias contra Inácio e, no processo, deu sentença em seu favor Gaspar de Doctis (*Autob. 92,93*).

<sup>3</sup> Lope de Cáceres, natural de Segóvia, uniu-se a Inácio em Alcalá e pertencera ao séquito do vice-rei da Catalunha. Depois da ida do Santo para Paris, abando-

ainda dos meios e pareceres que vos dava para cada um deles. Lendo o que me diz, não acho nada mais para vos escrever, embora preferisse a informação por vossa letra. Ninguém pode dar a entender tão bem as aflições próprias, como a mesma pessoa que as padece.

Pedis que, por amor de Deus N. S., tome cuidado da vossa alma. Por certo, muitos anos há que sua divina Majestade, sem eu o merecer, me dá desejos de comunicar, quanto possa, o maior prazer a todos e a todas que caminham na sua vontade e beneplácito. E também de servir aos que trabalham no seu divino serviço. Não duvido que sejais uma delas e quisera achar-me na situação de vos mostrar por obras o que vos digo de palavra.

Igualmente me pedis que vos escreva por inteiro o que o Senhor me inspire, e claramente exponha o meu parecer. O que sinto no Senhor, di-lo-ei claramente, de muito boa vontade. Se algum ponto parecer duro, será mais contra quem vos procura prejudicar e não contra a vossa pessoa. Em dois pontos, o inimigo vos perturba, mas de maneira que não vos faz cair em culpa de pecado, nem no extremo de vos apartar do vosso Deus e Senhor. Todavia, na perturbação afasta-vos do seu maior serviço e vosso maior repouso. O primeiro é persuadir-vos e levar-vos a uma falsa humildade. O segundo é incutir-vos exagerado temor de Deus, em que vos detendes e ocupais demasiado.

Quanto ao primeiro, a tática geral, empregada pelo inimigo com os que querem e começam o serviço de Deus N. S., é colocar impedimentos e obstáculos, primeira arma com que procura ferir. Sugere-lhes: «como viverás toda a vida em tanta penitência, sem o consolo de parentes, amigos, posses, em existência tão solitária, sem

---

nou-o e voltou à sua cidade natal. Em Roma, conquistou Inácio a outro Cáceres, chamado Diogo, que também não perseverou (*Iparr. BAC 659*).

um pouco de repouso? – Podes-te salvar sem tantos perigos»<sup>4</sup>. Dá-nos a entender que haveremos de viver uma vida mais longa em sofrimentos que antecipa, jamais vividos por homem algum. E não nos dá a entender os dons e consolações tão grandes que o Senhor lhes costuma dar, se o novo servidor do Senhor rompe todos estes impedimentos, elegendo querer padecer com seu Criador e Senhor<sup>5</sup>.

Logo emprega o inimigo a segunda arma, a saber, a jactância ou vanglória, dando-lhe a entender que há nele muita bondade ou santidade, pondo-o em lugar mais alto do que merece. Se o servo do Senhor resiste a estas flechas com humilhar-se e abaixar-se, não consentindo ser como o inimigo o quer persuadir<sup>6</sup>, usa a terceira arma que é a da falsa humildade. Procede assim: ao ver o servo do Senhor tão bom e tão humilde que, fazendo quanto o Senhor manda, ainda se julga completamente inútil (Lc 17,10), e olha as suas fraquezas e em nada a sua glória, põe-lhe no pensamento que, se ele fala de graças recebidas de Deus N. S., obras, resoluções e desejos, peca por outra espécie de vanglória, porque fala em próprio favor. Assim procura que não fale dos benefícios do seu Senhor, para que não faça nenhum fruto nos outros, nem em si mesmo, pois a lembrança dos benefícios recebidos sempre ajuda para acções maiores. Entretanto, o falar deles deve ser muito comedido e movido pelo maior de todos, isto é, de si e dos outros, se estiverem preparados para crerem e aproveitarem<sup>7</sup>.

O inimigo, ao ver-nos humildes, procura levar-nos a uma falsa humildade, a saber, a uma extrema e viciada humildade. Disso dão

---

<sup>4</sup> É a mesma tentação experimentada por Inácio em Manresa e descrita na *Autob.* 20: «Como poderás sofrer tal vida nos setenta anos que hás-de viver?»

<sup>5</sup> *EE.* 315.

<sup>6</sup> *EE.* 324.

<sup>7</sup> *EE.* 351.

excelente testemunho as vossas palavras. Porque, depois de narrar algumas fraquezas e temores bem a propósito, dizeis: «Sou uma pobre religiosa; desejosa, parece-me, de servir a Cristo N. S.». Ainda não ousais dizer simplesmente: «Sou desejosa de servir a Cristo N. S.» ou «o Senhor dá-me desejos de servi-lo», mas ficais no «parece-me». Se bem considerais, aqueles desejos de servir a Cristo N. S. não são vossos, mas dados pelo Senhor. Dizendo: «O Senhor dá-me grandes desejos de servi-lo», estais a louvá-lo, porque publicais o seu dom, e vos gloriáis nEle e não em vós, pois não atribuíis a vós mesma essa graça.

Portanto, devemos pensar muito no seguinte: se o inimigo nos levanta, abaixemo-nos, lembrando os nossos pecados e misérias. Se nos baixa e deprime, levantemo-nos em verdadeira fé e esperança no Senhor, enumerando os benefícios recebidos e pensando com quanto amor e bondade nos espera para salvar-nos, enquanto o inimigo não se importa de nos falar verdade ou mentira, mas só de nos vencer. Olhai como os mártires, diante dos juízes idólatras, diziam que eram servos de Cristo. Assim vós, posta diante do inimigo de toda a natureza humana e por ele tentada, quando vos quer tirar as forças dadas pelo Senhor, e vos quer tornar tão fraca e tão temerosa com insídias e enganos, não ousareis dizer apenas que desejais servir a Nosso Senhor, mas haveis de dizer e confessar que sois sua servidora e que desejais antes morrer que afastar-vos do seu serviço.

Se o inimigo me representa justiça, respondo-lhe logo misericórdia; se misericórdia, logo ao contrário digo justiça<sup>8</sup>. Assim é necessário que caminhemos para não ser perturbados. Desta maneira fique o enganador enganado, e aleguemos por nós aquele texto da Sagrada Escritura: «Guarda-te, não sejas tão humilde, que humilhado te deixes arrastar à estultície» (Eclo 13,8).

---

<sup>8</sup> *EE.* 324, 350.

Vindo ao segundo ponto, se o inimigo semeou em nós temor, com uma sombra de humildade falsa, para não falarmos nem sequer de assuntos bons, santos e proveitosos, depois traz outro temor pior ainda, a saber, de estarmos apartados, separados, longe do Senhor Nosso. Isto se segue, em grande parte, do primeiro temor, quando o inimigo alcança vitória; então acha facilidade para tentar-nos desse modo. Para melhor o declarar, exporei outra tática do inimigo. Se acha uma pessoa de consciência relaxada, que passa sobre os pecados sem ponderá-los, ele esforça-se, quanto pode, para que o pecado venial não seja nada e o mortal seja venial e um enorme pecado mortal pouca coisa. Assim ele vence com o defeito que sente em nós, a saber, o da consciência demasiadamente relaxada.

Se acha outra pessoa de consciência delicada, que como tal não comete falta e afasta de si os pecados mortais e veniais possíveis, pois não é possível evitá-los a todos, e que ainda procura lançar de si toda a aparência de pecados mínimos, imperfeições e defeitos, então o inimigo esforça-se por tornar exagerada essa consciência tão boa, imaginando pecado onde não há, defeito onde há perfeição, a fim de nos desbaratar e afligir. Onde não pode induzir a pecar nem espera alcançá-lo, procura pelo menos atormentar<sup>9</sup>.

Para melhor explicar, em parte e brevemente, como se causa o temor, exporei duas lições que o Senhor costuma dar ou permitir, pois dá uma e permite a outra. A que dá é a consolação interior, que afasta toda a perturbação e atrai a todo amor do Senhor. A estes ilumina nessa consolação, àqueles revela muitos segredos e mais do que isso. Finalmente, com esta consolação divina, todos os sofrimentos são prazer e todas as fadigas são descanso. A quem caminha com este fervor, calor e consolação interior, as maiores cargas lhe parecem le-

---

<sup>9</sup> *EE.* 349.



ves, penitências e outros trabalhos lhe são doces<sup>10</sup>. Esta mostra-nos e abre o caminho do que devemos seguir, e do contrário que devemos fugir, não está sempre em nosso poder, mas acompanha-nos em certos tempos, segundo a ordenação divina. Tudo para nosso proveito, pois ficando sem esta consolação, logo vem a outra lição.

O nosso antigo inimigo, trazendo-nos todos os impedimentos possíveis para desviar-nos do bem começado, tanto nos atormenta contra a primeira lição, que muitas vezes nos induz à tristeza, sem sabermos nós mesmos porque estamos tristes. Então não podemos orar ou contemplar com alguma devoção, nem falar nem ouvir coisas de Deus N. S., com sabor ou gosto interior algum. E não é só isto. Se nos acha fracos e muito humilhados por esses pensamentos deprimentes, sobrepõe-nos outros, como se de todo fôssemos esquecidos por Deus N. S. e cheguemos a pensar que estamos completamente apartados de Nosso Senhor e que quanto fizemos ou queríamos, nada vale. Procura assim sugerir-nos desconfiança de tudo e desta maneira surge em nós grande temor e fraqueza, olhando demasiadamente as nossas misérias, e humilhando-nos muito com os seus enganadores pensamentos<sup>11</sup>.

Por isso é necessário, a quem combate, pensar: se é consolação, devemos abaixar-nos, humilhar-nos e pensar que logo virá a prova da tentação; se vem desolação, obscuridade e tristeza, devemos ir contra elas, sem ressentimento algum, e esperar com paciência a consolação do Senhor, a qual expulsará todas as perturbações e trevas de fora<sup>12</sup>.

Agora resta falar do que sentimos, lendo a respeito de Deus N. S., como o temos de entender, e entendido como o temos de aproveitar.

---

<sup>10</sup> EE. 316.

<sup>11</sup> EE. 317.

<sup>12</sup> EE. 321-324.

Acontece que muitas vezes o Senhor nos concede força<sup>13</sup>, dispondo a nossa alma a isto ou àquilo. Então fala dentro dela sem ruído algum de vozes, erguendo-a toda ao seu divino amor e abre-nos ao seu sentido, sem podermos resistir, ainda que o quiséssemos. O seu sentido, que apreendemos, está necessariamente em conformidade com os mandamentos, preceitos da Igreja e obediência aos nossos Superiores, e cheio de toda a humildade, porque o mesmo espírito divino está em tudo. Onde bastantes vezes nos podemos enganar, é depois dessa consolação ou inspiração. Como a alma fica cheia de gozo, aproxima-se o inimigo, todo envolto em alegria e boa aparência, para fazer-nos aumentar o que sentimos de Deus N. S. e assim desordenar e desconcertar tudo<sup>14</sup>.

Outras vezes diminui-nos a lição recebida, pondo-nos embaraços e impedimentos, para não cumprirmos inteiramente o que nos foi mostrado. É preciso mais advertência que em tudo o mais, restando muitas vezes a grande vontade de falar das coisas de Deus N. S.; outras, falando mais do que pedem a vontade e o movimento que nos acompanham, pois nisto é necessário olhar mais à situação dos outros do que aos meus desejos. Quando o inimigo nos leva a aumentar ou diminuir o bom sentido recebido, nós, da nossa parte, vamos tentando aproveitar aos outros, como quem passa um vau: se acha bom passo ou caminho ou esperança de que se seguirá algum proveito, passar adiante. Se o vau está turvo e se escandalizam das boas palavras, reter as rédeas sempre, buscando o tempo ou ocasião mais propícia para falar.

Atingimos matérias que não se podem descrever bem, senão por longo processo, e mesmo assim com risco de se omitirem partes que melhor se deixam sentir do que declarar, quanto mais por letra. Se

---

<sup>13</sup> *EE.* 330.

<sup>14</sup> *EE.* 336.

ao Senhor Nosso assim apraz, espero que em breve nos veremos e assim nos poderemos entender mais interiormente nalguns assuntos. Entretanto tendes aí mais perto o doutor Castro<sup>15</sup>. Creio seria bom que vos correspondêsseis com ele. Donde nenhum dano pode vir, algum proveito pode surgir.

E como me dizeis que vos escreva o que sentir no Senhor, digo que sereis bem-aventurada, se souberdes guardar o que tendes. Termino rogando à Santíssima Trindade, por sua infinita e suma bondade, nos dê completa graça para que sintamos e inteiramente cumpramos sua santíssima vontade.

De Veneza, a 18 de Junho de 1536

Pobre de bondade,

Iñigo

---

<sup>15</sup> O mesmo de que se falou atrás.

**A SOROR TERESA RAJADELL<sup>1</sup>**Veneza, 11 de Setembro de 1536<sup>2</sup>

(Ep. I, 107-109)

IHS. A graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Recebi duas cartas vossas em alturas diversas: à primeira respondi largamente, a meu parecer, e penso que já a tereis recebido. Na segunda dizeis-me o mesmo que na primeira, exceptuadas algumas frases, às quais responderei somente com brevidade.

Dizeis que «achais em vós tanta ignorância e pouquidades» etc. Isto já é conhecer-se muito! Mas parece-vos que a abundância de opiniões pouco precisas contribui para este estado. Concordo com a vossa suspeita: quem pouco determina, pouco entende e menos ajuda. O Senhor porém nos vê e ele mesmo nos socorre.

Toda a meditação, em que trabalha o entendimento, afadiga o corpo. Outras meditações ordenadas e calmas, que são agradáveis ao entendimento e não trabalhosas às partes interiores da alma e

---

<sup>1</sup> É a mesma religiosa à qual se dirigiu a carta anterior. Esta é um complemento às normas de direcção da carta precedente. Distingue o Santo duas espécies de meditação: umas que cansam, outras em que a alma goza e o corpo descansa. Para poder dedicar-se à oração, deve-se procurar o necessário sustento e sono, vantagens do corpo são. Deve-se sobretudo procurar pensar no amor do Senhor, desprezando todo o pensamento contrário ao seu serviço (*Iparr. BAC 664*).

<sup>2</sup> Inácio continua a sua Teologia em Veneza. Dá *os Exercícios* ao bacharel Diogo de Hocés, que estava prevenido contra eles, mas acabou rendendo-se à graça, entrando depois na Companhia e sendo o primeiro a morrer nela, em 1538 (*Autob. 92*).

fazem-se sem se empregar força interior nem exterior, não afadigam o corpo, mas descansam-no<sup>3</sup>.

De duas maneiras se dá o contrário: primeira, quando tirais o natural sustento e recreação que deveis dar ao corpo. Chamo «tirar o sustento», quando alguém, por se ocupar em tais meditações, não se lembra de dar ao corpo a sua refeição natural, passando das horas marcadas. Chamo «recreação», mas piedosa, deixar o entendimento discorrer, por onde quiser, em pensamentos bons ou indiferentes, mas não maus<sup>4</sup>.

A segunda, sucede a muitos, dados à oração ou contemplação, que, antes de dormir, por terem exercitado muito o entendimento, não podem depois dormir, continuando a pensar nos assuntos contemplados e imaginados. Então o inimigo procura que retenham belas ideias, e o corpo sofra com roubar-lhes o sono<sup>5</sup>. Isto deve-se evitar totalmente. Com o corpo são, podeis muito; com ele doente, não sei o que podereis. O corpo saudável ajuda para fazer sobremaneira muito mal ou muito bem: muito mal, aos que têm a vontade depravada e hábitos maus; muito bem, aos que têm a vontade toda aplicada a Deus N. S. e acostumada a hábitos bons.

Assim, se eu não soubesse quais são as meditações ou exercícios e para quanto tempo, independentemente do que Cáceres vos disse, não poderia dizer inteiramente mais do que vos tenho escrito e o confirmo nesta outra vez. Acima de tudo, pensai que o Senhor nosso vos ama, e disso não duvido; respondi-lhe pois com o mesmo amor. Não façais caso algum de pensamentos maus, torpes, sensuais, pouquidades ou tibiezas, quando são contra o vosso querer. Tudo isso

---

<sup>3</sup> Inácio pensa nas «contemplações» sobre os mistérios da vida de Cristo, que começam na 2.<sup>a</sup> Semana dos *EE*. 201... e nos «Três Modos de Orar» (238).

<sup>4</sup> Cf. «Regras para se ordenar doravante na alimentação»: (*EE*. 210-217), principalmente 213.

<sup>5</sup> É a mesma tentação que sofreu Inácio em Manresa (*Autob.* 26).

ou parte, nunca alcançou que lhe faltasse, em S. Pedro nem S. Paulo; embora não o alcançassem de todo, alcançaram muito, não fazendo caso de nada disso. Pois, assim como não me posso salvar pelas boas obras dos anjos bons, assim não posso ser condenado pelos maus pensamentos e fraquezas que os anjos maus, o mundo e a carne me representam.

Quer Deus N. S. que só a minha alma se conforme com a sua divina majestade. E a alma, assim conforme, faz andar o corpo, queira ou não, conforme com a divina vontade. Nisto consiste o nosso maior combate e aqui está a satisfação da eterna e suma Bondade. Ela, por sua infinita piedade e graça, nos queira ter sempre de sua mão.

De Veneza, 11 de Setembro de 1536

Pobre de bondade,

Iñigo.

**A JOÃO PEDRO CARAFFA<sup>1</sup>**De Veneza, dia e mês incertos, de 1536<sup>2</sup>

(Ep. I, 114-118)

Pus-me a considerar que a eterna bem-aventurança, nossa vida tão desejada, consiste e firma-se num amor íntimo e verdadeiro de Deus, nosso Criador e Senhor, e que ela nos liga e obriga a todos quantos existimos a um amor sincero, não fingido, mas verdadeiro, no mesmo Senhor, que nos dá a esperança de nos salvar, se ela não falhar por nossa fraqueza, culpa e grande miséria. Por isso pensei em escrever esta, não com aquela eloquência que muitos costumam usar (e eu não condeno isso, se assim é bem ordenado no Senhor), mas persuadido de que, quem deixou o mundo, deixando dignidades e outras honras temporais, certamente não quer ser louvado nem estimado por cumprimentos de ninguém, pois será maior aquele que nesta vida se fizer menor (Lc 22,26).

---

<sup>1</sup> De família nobre, era bispo de Chiatti (*Theate* em latim) e fundador, com S. Caetano de Tiene e outros, dos clérigos regulares Teatinos. Residente nessa altura em Veneza, com outros da sua Ordem, viria a ser pouco depois nomeado Cardeal e encarregado de preparar o Concílio de Trento. Mais tarde, foi eleito Papa, com o nome de Paulo IV. Desejou em vão unir os Teatinos aos Jesuítas e nunca se entendeu bem com Santo Inácio. Sabe-se por Polanco que estes conselhos não foram bem recebidos por ele (*Ep. I* 114). A carta, como tal, provavelmente não foi enviada (Dalmases).

<sup>2</sup> Inácio, em Veneza, está para acabar a sua Teologia e não é ainda sacerdote. Daí a sua diplomacia no estilo desta carta, de longa introdução e de fraseado nem sempre límpido.

Portanto, deixando de lado tudo o que poderia afastar da verdadeira paz interna e eterna, peço por amor e reverência de Cristo nosso Criador, Redentor e Senhor, que esta carta seja lida com o mesmo amor com que foi escrita. Ela é tão recta e sincera que, sem pôr diferença entre nós e com todas as forças que Deus me deu, sem eu o merecer, rogo insistentemente à sua infinita e suma Bondade, queira conceder nesta vida, à minha e vossa pessoa, todos os bens de corpo e alma, bem como os que se referem ao seu santíssimo e devido serviço. Assim o desejo, peço e suplico.

Portanto, com esta vontade pronta e preparada para servir a todos os que sinto serem servidores do meu Senhor, falarei sobre três pontos, com a simplicidade e amor com que falaria à minha própria alma. Não é por modo de dar conselho ou aviso, pois sempre é melhor recebê-los com humildade do que dá-los sem ela; mas é para advertir e mover a que sempre procuremos rogar ao Senhor, de quem procede todo o bom aviso e todo o conselho recto.

Primeiro: penso ter bastantes argumentos, com razões prováveis e conjecturas suficientes, para temer ou julgar, falando com paz, amor e caridade, que a Companhia, que Deus N. S. vos deu, se tenha espalhado pouco. Se tivésseis maior número ao vosso redor, seria melhor e maior serviço e louvor do Senhor. Por certo não expressei tudo o que entendo neste assunto. Admirado deste facto, do qual não via as razões, encomendei-me muito e frequentes vezes a Deus N. S. e pareceu-me bem escrever o que se segue. Faço-o como os pequenos costumam proceder com os maiores, se podem avisar ou servir em alguma coisa do serviço de Deus N. S., quando por acaso deixam passar directa ou indirectamente alguma ocasião de cumprir esse dever.

Segundo: que uma pessoa de condição, provinda de tanta nobreza, de tanta dignidade e de tanta riqueza, e fadada para maior elevação esteja melhor adornada e vestida, e tenha maior aposento e mais aco-



modado do que os outros da sua Companhia, sobretudo por causa dos que vêm visitá-lo, eu não me posso escandalizar nem desedificar. É normal sujeitar-se às necessidades e conveniências do tempo: hoje não se tem consideração por coisa que não seja perfeita.

Contudo, parece grande e alta sabedoria trazer à lembrança os santos bem-aventurados, como S. Francisco, S. Domingos e muitos outros antigos; como procediam com os seus, no tempo em que instituía a sua regra e davam exemplo aos seus companheiros. É bom recorrer à verdadeira e suma Sabedoria, para pedir e alcançar maior luz e maior clareza, para se ordenar tudo ao seu maior serviço e louvor. Muitas coisas são lícitas ao homem, que não são convenientes, como diz de si mesmo S. Paulo (1 Cor 6,12; 10,23: «Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém»)<sup>3</sup>. É para que os outros não tomem ocasião de afrouxamento, mas exemplo de ir avanti, principalmente os companheiros que sempre prestam mais atenção a palavras e obras, quando são obras e palavras do seu Superior e Mestre.

Terceiro: tenho como verdade máxima que Deus N. S. criou todas as coisas desta vida presente para as necessidades humanas, serviço e conservação dos homens, com maior razão para os que são melhores. Como a vossa piedosa e santa profissão é caminho para a perfeição e estado perfeito, não duvido, antes acredito que todos os que vivem em obediência e vida irrepreensível, embora não preguem nem se exercitem externamente noutras obras de misericórdia, para entregar-se mais às espirituais e de maior importância, é-lhes devido sustento e vestido, segundo a ordem do amor e caridade cristã. Eles devem-no receber para progredir no serviço e louvor do seu verdadeiro Criador e Senhor. Entretanto, parece-me bastante bom e mais seguro prestar muita atenção e encomendar tudo ao Senhor

---

<sup>3</sup> Cf. EE. 344

por quem tudo se faz, para maior edificação de todos e para melhor conservação e progresso de tão piedosa e santa profissão, ainda nos seus princípios<sup>4</sup>.

Trata-se de razões que, com certa aparência de fundamento, podem opor os que são mais fracos ou mais ocupados e solícitos em negócios mundanos e necessidades da vida presente. Primeira, não pedem o necessário, não tendo de que viver; segunda, não pregam; terceira, não se exercitam em obras de misericórdia corporais, como sepultar os mortos, celebrar missas pelos defuntos etc. Embora não pedissem, como disse, aparecendo as suas obras diante do povo em pregações etc. ou, se para isso não tivessem facilidade ou oportunidade, tendo porém cuidado de avisar algumas paróquias para os informar por ocasião de mortos, a fim de os sepultar e celebrar grátis missas por eles, parece que, servindo eles mais a Deus N. S. em obras pias, o povo se moveria mais a sustentá-los e com muito mais caridade<sup>5</sup>. E aos outros clérigos, isto lhes serviria mais para remorso; e aos que vivem em justiça, para melhor sustento e prosperidade.

Posso afirmar que, mesmo não pedindo, mas servindo a Deus N. S. e esperando em sua suma bondade, basta isto para a sua conservação e sustento. A isto podem responder os mais fracos ou os mais solícitos em mandar nos outros, que S. Francisco e os outros bem-aventurados, apesar de muito esperarem e confiarem em Deus

---

<sup>4</sup> A ordem dos Teatinos foi fundada em Roma, de membros da Companhia do Divino Amor, em 1524, e aprovada logo por Clemente VII. As suas Constituições são de 1533, bem diferentes das que Inácio escreverá mais tarde para os Jesuítas; por isso nunca foi possível uma união, nem com eles, nem com os Somascos, que também o pretenderam.

<sup>5</sup> A experiência de Inácio dizia-lhe que nunca faltam recursos aos que trabalham sinceramente pelo povo de Deus (*Autob.* 95). O I. no final da carta parece indicar que esta carta, como está, era apenas um rascunho, que devia ser ainda mais elaborado, conforme o seu costume para as cartas principais.

N. S., não deixaram de empregar os meios mais convenientes para a conservação e prosperidade das suas casas, olhando ao maior serviço e louvor de sua divina Majestade, pois de outra maneira pareceria mais tentar ao Senhor, a quem serviam, do que proceder por caminho conveniente ao seu serviço.

Deixo outras razões de maior importância, sem as pôr por escrito, não sentidas nem imaginadas por mim, mas levantadas ou entendidas e afirmadas por outros. Todas estas, assim pesadas e ponderadas, basta para mim tê-las representado e proposto, como o faria somente à minha própria alma. Disso não pode resultar dano algum, antes só pode vir proveito em encomendar sempre mais a Deus N. S., para que ele queira dar e comunicar, aos nossos trabalhos, novos remédios, por sua infinita e suma Bondade. Praza-lhe colocar em tudo a sua mão santíssima, com a sua costumada piedade e poderosa graça, para que tudo prossiga em seu maior serviço e louvor, como eu o desejo em minhas próprias coisas, e assim o peço e suplico sem cessar.

Quem desejar ser servo de todos os servos de Deus N. S.

I.

**AO PE. JOÃO DE VERDOLAY<sup>1</sup>**De Veneza, em 24 de Julho de 1537<sup>2</sup>

(Ep. I, 118-122)

A graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Haverá uns dois anos que passei por essas partes e vos escrevi. Não recebi carta vossa, nem qualquer notícia, até agora. Haverá três meses que Isabel Roser me informou da vossa saúde e magistério tão bom e tão correcto. Dizia também que me tínheis escrito e que desejáveis muito notícias minhas. Certamente nessa parte não penso dever muito, porque se não me achasse tão ligado voluntariamente e a assuntos tão importantes aqui, não me doeriam os pés para buscar-vos no lugar por onde andais. Assim, vistos os assuntos de aqui e daí, se achásseis ser maior serviço e glória de nosso Senhor, muito desejo que nos encontrássemos nestas partes. Penso ficar aqui durante um ano mais ou menos. No futuro, não sei o que Deus N. S. ordenará a meu respeito. Para que estejais mais informado sobre mim e outros

---

<sup>1</sup> Era um dos seus amigos de Barcelona. Entrou na Companhia de Jesus em 1556, depois da morte de Inácio. Mais tarde, com as devidas licenças, passou para a Ordem Cartusiana (*Ep. I 122*).

<sup>2</sup> Em 1535, Inácio, vindo de Paris, passara por Azpéitia, Pamplona, Almazan, Sigüenza, Toledo, Valência, Génova e Bolonha, tendo estudado Teologia em Veneza todo o ano de 1536. Em 24 de Junho de 1537, ordenara-se sacerdote com os companheiros. Esta é a primeira carta conservada, depois da ordenação, na qual convida o amigo a vir a Veneza. Dá-lhe notícia dos companheiros, da falta de navio para a Terra Santa e da ocupação dos companheiros na Itália.

Irmãos meus em Cristo N. S. e para satisfazer ao que desejais saber, pensei escrever esta, um pouco mais longa, tendo por certo que vos será agradável receber notícias exactas.

De Paris chegaram aqui, em meados de Janeiro, nove amigos meus no Senhor, todos Mestres em Filosofia e bem versados em Teologia: quatro espanhóis, dois franceses, dois da Sabóia e um de Portugal<sup>3</sup>. Todos eles passaram por muitos perigos de guerras e longos caminhos a pé e na força do inverno. Entraram aqui em dois hospitais e dividiram-se para servir a pobres doentes nos ofícios mais baixos e mais contrários à natureza.

Depois de se terem ocupado nesse exercício dois meses, foram para Roma com alguns outros que os seguiam nos mesmos propósitos<sup>4</sup>, a assistir à semana santa. E como eles se achavam em pobreza, sem dinheiro e sem favor de letrados nem de outros quaisquer, esperando confiadamente só no Senhor, por cujo amor vinham, encontraram, e sem trabalho algum, muito mais do que desejavam, a saber, acharam ao Papa. Depois que tinham chegado, muitos cardeais, bispos e doutores disputaram com eles. Um dos que disputaram era o cardeal Ortiz<sup>5</sup>. Este foi sobremaneira favorável, bem como outros distintos letrados. O Papa e todo o auditório ficaram tão contentes que logo começaram a dar-lhes todo o favor possível:

---

<sup>3</sup> Eram eles: Francisco Xavier, Diogo Laínez, Afonso Salmerón, Nicolau Bobadilha, espanhóis; Pascoal Broet, João Codure, franceses; Pedro Fabro, Claudio Jayo, saboianos; Simão Rodrigues, português (*Ep.* I 110).

<sup>4</sup> Os outros não nomeados eram: Diogo Hoces, António Árias e Miguel Landívar, espanhóis.

<sup>5</sup> Era em Roma agente de Carlos V, para o assunto do matrimónio de Henrique VIII com a rainha D. Catarina. Fora contrário a Inácio em Paris; agora em Roma favorecia os Companheiros junto do Papa. Mais tarde fez os *Exercícios* com Inácio em Montecassino, e estava inclinado a entrar na Companhia, mas foi aconselhado a continuar nos seus trabalhos de maior glória de Deus (*Ep.* I 120; *Autob.* 93 e 98).

1.º licença para ir a Jerusalém, dando-lhes uma ou duas vezes a sua bênção e exortando-os à perseverança nos seus propósitos; 2.º deu-lhes cerca de 60 ducados de esmola, e entre cardeais e outras pessoas que ali estavam, deram-lhes mais de 150 ducados, de modo que trouxeram para aqui em cédulas 260 ducados; 3.º aos que eram sacerdotes, deu-lhes faculdade para confessar e absolver casos reservados aos bispos; 4.º aos que não eram sacerdotes, concedeu-lhes licença e cartas dimissórias, sem menção de título de património ou benefício, para qualquer bispo os ordenar sacerdotes em dias de festa ou três domingos<sup>6</sup>.

Chegaram aqui a Veneza e no dia de S. João Baptista acabámos de receber todas as ordens, incluindo o sacerdócio. Os que nos ordenámos éramos sete<sup>7</sup>. Achámos para isso todo o favor e benevolência imaginável. Estava até à nossa escolha, querer ser sacerdotes sob o título de pobreza voluntária ou de letras suficientes ou de ambas. Escolhemos o título de ambos. Fizemos voto de pobreza perpétua em mãos do legado do Papa<sup>8</sup> que aqui está, não obrigados por ele, mas movidos pela nossa vontade. Para o sacerdócio ofereceram-nos dois bispos, pois cada um queria ordenar-nos. Tivemos que combinar com um<sup>9</sup>, pois com dois não podíamos.

Assim acabámos todas estas coisas, tanto em Roma como em Veneza, e tudo grátis, sem levar dinheiro. Deu-nos o mesmo delegado autoridade inteira para podermos, em todo o domínio de Veneza, pregar, ensinar, interpretar a Sagrada Escritura em público e em

---

<sup>6</sup> Tudo isso vem descrito abreviadamente na *Autob.* 93.

<sup>7</sup> Só Salmerón não foi ordenado sacerdote, por não ter a idade canónica. Só o foi em Setembro, ao completar 23 anos. Broet, Jaio e Fabro já eram sacerdotes.

<sup>8</sup> Legado do Papa era o cardeal Jerónimo Verallo.

<sup>9</sup> O bispo ordenante foi D. Vicente Negusanti, bispo de Arbe ou Rab, na ilha mais setentrional do arquipélago veneziano.

particular, e igualmente, confessar e absolver de casos reservados a bispos, arcebispos e patriarcas.

Recordei tudo isto, tanto para satisfazer ao que disse acima, como para manifestar a nossa maior carga e confusão, se não ajudamos onde Deus N. S. tanto nos ajuda, pois sem pedir nem saber, parece que todas as coisas e meios, por nós desejados, nos vêm às mãos. Praza à divina Bondade nos queira infundir a sua graça, para que não escondamos na terra as mercês e benefícios que sempre nos faz, e esperamos sempre nos fará, se nós não falharmos. Para isso vos peço, para serviço e reverência de sua divina Majestade, insistais em fazer oração por nós e rogueis o mesmo a devotos e devotas vossas, pois vedes quanta necessidade temos: quem mais recebe, mais devedor se torna.

Este ano, por muito que se tem esperado passagem para Jerusalém, não tem havido navio nenhum, nem há, por causa dessa armada que os turcos puseram no mar. Por isso resolvemos que as cédulas de 260 ducados que trouxeram, se enviem a Roma e volte o dinheiro ao poder das pessoas que receberam esta esmola para nós, pois não queremos usar de tal dinheiro senão para essa viagem, e também para que ninguém pense termos fome e sede de coisas pelas quais o mundo morre<sup>10</sup>.

Feita esta caução e já enviada, ao outro dia, depois de escrita esta carta, partiram daqui, dois a dois, para trabalhar no que cada um puder com a graça do Senhor nosso, por cujo amor vão. Assim todos andarão repartidos por esta Itália até ao próximo ano, se puderem passar a Jerusalém. Se Deus N. S. não for servido que vão, não esperarão mais tempo, mas levarão avante o que começaram. Aqui qui-

---

<sup>10</sup> Paulo III admirou-se ao receber de volta o dinheiro e não o quis aceitar (Sim. Ror. *Mem.* 87).

seram juntar-se connosco alguns companheiros que tinham letras suficientes, mas temos mais cuidado em recusar do que aumentar o nosso número, por temor de deficiências<sup>11</sup>.

Termino rogando a Deus N. S., por sua infinita e suma Bondade, nos queira dar a sua abundante graça, para que sintamos sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Veneza, em 24 de Julho de 1537.

Iñigo.

---

<sup>11</sup> O que aconteceu, já em Roma, com Miguel Landívar (*Autob.* 98).



**A DIOGO DE GOUVEIA<sup>1</sup>**Roma, 23 de Novembro de 1538<sup>2</sup>

(Ep. I, 132-134 – original latino)

IHS. A graça e a paz de Jesus Cristo N. S. estejam com todos!

Há poucos dias chegou o vosso mensageiro com carta para nós<sup>3</sup>. Por ela soubemos notícias vossas e vimos quão boa lembrança guardais de nós, bem como o zelo que vos faz sedento da salvação das

---

<sup>1</sup> Diogo de Gouveia (1471-1557), teólogo português de rígida ortodoxia católica, contrário mesmo a Erasmo, foi reitor da Universidade de Paris (1500-1501), obteve de D. João III a concessão de bolsas para estudantes nacionais, transformando Santa Bárbara num colégio português da Sorbona, do qual foi principal, durante longos anos. Mal informado sobre os primeiros discípulos de Inácio em Paris, esteve para castigar o Santo publicamente, como sedutor da juventude. Após a defesa de Inácio, reconheceu a sua inocência e pediu perdão de seu erro perante professores e alunos, reunidos para o projectado castigo. Agora, por sua iniciativa e por comissão do rei, escreve aos Companheiros, convidando-os para a missão da Índia (*Fontes Narr.* 139; *Autob.* 78).

<sup>2</sup> Um ano antes (Novembro de 1537), Inácio, com Fabro e Laínez, dirigia-se a Roma e, pouco antes de lá chegar, tivera a célebre visão de La Storta, que confirmava o título desses sacerdotes «amigos no Senhor», Companhia de Jesus, e lhe dava o seu significado profundo (*Autob.* 96). Como diz Ribadeneira sobre esta carta: «Escreveu a nosso Padre se teriam por bem irem todos ou parte dos Companheiros a pregar o Evangelho às Índias Orientais». Responde Fabro em nome dos demais, dizendo-lhe que estavam às ordens do Sumo Pontífice, o qual prefere que por então trabalhem em Roma (*Iparr. BAC* 668).

<sup>3</sup> D. Pedro Mascarenhas, novo procurador de Portugal em Roma, junto do Papa. Tratou com Inácio e Companheiros sobre a ida de alguns deles para missionar na Índia, a pedido de D. João III. Mais tarde, como Vice-Rei da Índia, apoiará os missionários jesuítas.

almas dispersas por vossa Índia, onde as messes já lourejam<sup>4</sup>. Oxalá pudéssemos satisfazer a vós e às nossas almas que sentem o vosso zelo. Mas existem alguns obstáculos que impedem corresponder não só aos vossos desejos, mas também aos de muitos outros.

Compreendereis isto pelo que vou dizer-vos. Todos quantos estamos reunidos nesta Companhia estamos oferecidos ao Sumo Pontífice, pois é o senhor de toda a messe de Cristo<sup>5</sup>. Por esta oblação lhe prometemos estar prontos para tudo quanto dispuser de nós em Cristo. Assim, se ele nos enviar aonde nos convidais, iremos alegremente. A causa desta nossa resolução, que nos sujeita ao seu juízo e vontade, foi entender ter ele maior conhecimento daquilo que convém ao cristianismo universal.

Não faltaram alguns que há algum tempo se esforçaram para que nos enviassem a esses índios que os espanhóis conquistam diariamente para o seu imperador. Para isso veio interceder em favor dessa causa, principalmente, certo bispo espanhol e o embaixador do imperador<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Em Goa já havia um bom grupo de cristãos e até um colégio fundado para jovens indianos, chamado de Santa Fé, além da cristandade antiga de S. Tomé e outros núcleos.

<sup>5</sup> Em Maio de 1538, já estabelecidos em Roma, por não terem podido ir à Terra Santa, exercitavam-se em ministérios em favor da cidade de Roma. Levantou-se grave perseguição contra eles movida por Landívar, despedido da Companhia, e por outros espanhóis influentes na Cúria Romana. A defesa de Inácio é levada até à sentença final, que lhes restituiu a fama e os ministérios, muito frutuozos junto do povo (*Autob.* 98). Pouco antes de escrita esta carta, passado mais de um ano sem navio para Jerusalém, os Companheiros ofereceram-se ao Papa, de acordo com o voto de Montmartre (*Autob.* 85).

<sup>6</sup> João Fernández Manrique de Lara, marquês de Aguilar, era o embaixador de Carlos V em Roma. «Certo bispo espanhol» é talvez o antigo discípulo de Inácio em Barcelona, João de Arteaga, bispo de Chiapas no México, que oferecera o seu bispado a Inácio ou a algum dos Companheiros, e acabou por morrer na sua diocese (1541), ao beber veneno por engano (*Autob.* 80).

Mas persuadiram-se que a vontade do Sumo Pontífice era que não saíssemos daqui, pois é abundante a messe em Roma<sup>7</sup>.

A distância do país não nos espanta, nem o trabalho de aprender línguas. Faça-se somente o que mais agrada a Cristo. Rogai, pois, por nós para que nos faça ministros seus no Verbo da Vida. Porque, embora «não sejamos por nós mesmos capazes de pensar algo como se fosse nosso», pomos a nossa esperança na abundância d'Ele e nas suas riquezas (2 Cor 3,5).

De nós e das nossas coisas tereis notícias completas por cartas escritas ao nosso particular amigo e irmão em Cristo, Diogo de Cáceres, espanhol, que vo-las mostrará<sup>8</sup>. Ali vereis quantas tribulações por Cristo passámos em Roma até agora e como delas por fim saímos ilesos<sup>9</sup>. Tão pouco faltam em Roma muitos a quem é odiosa a luz eclesial de verdade e de vida.

Sede, pois, vigilantes e esforçai-vos tanto em edificar o povo cristão com o exemplo de vida, como trabalhastes até agora em defesa da fé e doutrina da Igreja<sup>10</sup>. Porque, como podemos crer que nosso bom Deus conservará em nós a verdade da santa fé, se fugimos da sua bondade? É para temer que a causa principal dos erros de doutrina provenha de erros de vida. Se estes não forem corrigidos, não se extirparão aqueles.

---

<sup>7</sup> Palavras do Papa, segundo Bobadilha: «Porquê esse tão grande desejo de ir a Jerusalém? Autêntica Jerusalém é Itália, se desejais trabalhar na Igreja de Deus» (*Fontes Narr.* III, 327).

<sup>8</sup> Diogo de Cáceres, em Paris, determinara seguir a Inácio. Em 1539, chegou a Roma e interveio na reunião dos primeiros Companheiros. No mesmo ano, voltou a Paris e ordenou-se sacerdote, mas em 1541 abandonou a Companhia (*Iparr. BAC* 669).

<sup>9</sup> Cf. *supra*, nota 5.

<sup>10</sup> Diogo de Gouveia opusera-se com toda a força ao primeiro aparecimento do luteranismo na Sorbona. Alguns aderentes à heresia tiveram então de fugir de Paris.

Pondo fim a esta carta, resta-nos pedir que vos digneis recomendar-nos aos nossos respeitadíssimos Mestres Bartolomeu, De Cornibus, Picard, Adam, Wankob, Laurency, Benoit<sup>11</sup> e a todos os mais que gostaram de chamar-se nossos mestres e nós seus discípulos e filhos em Cristo Jesus. N'Ele vos saudamos a vós.

Desta cidade de Roma, dia 23 de Novembro de 1538.

Vosso no Senhor, Pedro Fabro e mais Companheiros e Irmãos<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Nomes de alguns professores de Paris.

<sup>12</sup> Embora escrita em latim por Fabro, esta carta considera-se de Inácio, com a colaboração dos Companheiros. Traz por sobrescrito, de outra mão, o seguinte: «Cópia da carta que escreveram os clérigos, que estão em Roma, ao Mestre Diogo de Gouveia».

**A ISABEL ROSER<sup>1</sup>**Roma, 19 de Dezembro de 1538<sup>2</sup>

(Ep. I, 137-144)

A graça de Cristo N. S. esteja sempre em nosso favor e ajuda!

Penso que estareis bastante preocupada e não menos espantada, por não vos ter escrito com mais frequência, como eu quisera e desejava. Porque, se eu me esquecesse do muito que devo a Nosso Senhor através das vossas mãos, com tão sincero amor e generosidade, penso que sua divina Majestade não se lembraria de mim; pois, por seu amor e reverência, tanto vos empenhastes em meu favor.

A causa da minha demora em vos escrever, foi estarmos à espera de solução de um assunto nosso, de dia em dia e de mês em mês, para enfim poder-vos dar notícia certa da nossa situação aqui. O assunto foi de tal importância que durante oito meses inteiros passámos a mais forte contradição ou perseguição, como nunca sofremos nesta vida<sup>3</sup>. Não quero dizer que nos tenham atingido fisicamente, nem processado em tribunal ou de outra maneira, mas espalharam rumores entre o povo, assacaram-nos nomes incríveis, tornaram-nos

---

<sup>1</sup> Ver nota 1 da Carta 3.

<sup>2</sup> Nesta carta fala-se da perseguição que Landívar e outros espanhóis levantaram contra Inácio e os seus. Isto começou nos princípios de 1538 e teve o seu auge de Junho a Agosto. O processo a que os caluniados recorreram, arrastou-se até 18 de Novembro, dia em que se deu finalmente a sentença em favor da Companhia de Jesus. Logo a seguir, Inácio e os seus ofereceram-se a Paulo III para ele os empregar em missões a serviço da Igreja, segundo o voto de Montmartre: são os preâmbulos da Companhia, ainda não organizada nem aprovada (Dalm. 145-150).

<sup>3</sup> Cf. *Autob.* 98.

suspeitos e odiosos aos ouvintes, com muito escândalo. Chegámos a ponto de nos vermos forçados a apresentar-nos perante o Cardeal Legado e o Governador desta cidade, pois o Papa estava então em Niça<sup>4</sup>. Por causa do grande escândalo causado em muitas pessoas, começámos a indiciar e citar alguns dos que mais se moviam contra nós, para que declarassem perante as autoridades os males encontrados na nossa vida e doutrina.

Mas, para que de algum modo se entenda melhor este assunto, darei uma explicação. Há mais de um ano, três da Companhia chegámos aqui a Roma, como me lembro ter-vos escrito. Dois começaram logo a ensinar gratuitamente nas escolas de Sapiência, um Teologia positiva; o outro, Escolástica; isto por mandato do Papa. E eu entreguei-me todo a dar Exercícios Espirituais, tanto fora como dentro de Roma<sup>5</sup>. Resolvemos isso em comum, por haver excelentes letrados entre nós ou, para melhor dizer, da parte da honra e glória de Deus, pois a nossa não é outra senão o louvor e serviço de sua Majestade. A nossa finalidade era encontrar menos contrariedade na gente do mundo e poder depois pregar a sua santíssima Palavra com mais liberdade, pois percebíamos que a terra era seca de bons frutos e abundante em maus.

Assim, exercendo esses ministérios e trabalhando com a graça de Deus N. S., conquistámos o favor e a simpatia de algumas pessoas muito letradas e estimadas. Quatro meses depois da nossa vinda<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> Tendo ido a Niça, sul da França, Paulo III procurou fazer as pazes entre Carlos V e Francisco II, e deixou em Roma como Cardeal Legado a Vicente Caraffa e como Governador o bispo Benedito Conversino (*Ep. I* 138).

<sup>5</sup> Diogo Laínez e Pedro Fabro, professores da Sapiência, Universidade papal de Roma; Inácio, director de Exercícios Espirituais para pessoas de qualidade, como o Dr. Ortiz, embaixador de Carlos V em Roma (*Autob.* 98).

<sup>6</sup> Inácio, Fabro e Laínez chegaram a Roma em fins de Novembro de 1538. Na Páscoa seguinte, Abril de 1539, chegaram os outros Companheiros e começaram os seus ministérios.

pensámos juntar-nos todos os da Companhia nesta mesma cidade, e começando a chegar, diligenciámos em tirar licença para pregar, exortar e confessar. O Legado no-la deu muito ampla. Mas neste meio tempo, deram muito más informações ao seu Vigário, estorvando a concessão da licença.

Depois de obtida, começámos, quatro ou cinco, a pregar nas festas e domingos, em diversas igrejas. E igualmente a explicar aos meninos os mandamentos, os pecados mortais etc., também noutras igrejas. Continuavam-se sempre as duas lições na Sapiência e confissões fora desse tempo. Todos os outros pregavam em língua italiana, e só eu em espanhola. Em todos os sermões havia muito concurso de gente, e sem comparação muito mais do que pensávamos antes, por três razões: primeira, por ser fora do tempo ordinário, logo depois da Páscoa da Ressurreição, quando cessavam os outros pregadores da quaresma e festas principais, pois nestas partes é costume pregar só na quaresma e advento. Segunda, porque comumente, depois de passarem pelos trabalhos e sermões da quaresma, muitos, por nossos pecados, se inclinam mais aos ócios e prazeres mundanos do que aos bons descansos ou renovadas devoções. Terceira, porque não procurávamos elegâncias ou primores de linguagem, e com isto compreendemos, por muitas experiências que Nosso Senhor, por sua infinita bondade, não nos esquece, e por meio de nós, pequenos e sem valor, ajuda e favorece a muitos outros.

Assim pois, tendo-nos apresentado ao tribunal, foram indiciados e citados os caluniadores. Um deles se viu diante dos juízes, muito ao contrário do que pensava<sup>7</sup>. Outros dois, indiciados e citados, ficaram

---

<sup>7</sup> Miguel Landívar, o antigo criado de Xavier, aceite na Companhia e despedido dela, pelo seu carácter volúvel, foi um dos chefes da perseguição aos Companheiros. Inácio apresentou aos juízes uma carta antiga de Landívar, toda em favor dos Companheiros, desarmando-o inteiramente.

tão atemorizados que, não querendo nem ousando comparecer, nos fizeram oposições para que prosseguíssemos na causa diante de outros juízes. Eram pessoas com rendimentos de mil ducados uma, de seiscentos outra, outra de maior autoridade ainda, todos curiais e negociadores<sup>8</sup>. Influenciaram tanto cardeais e outras pessoas de distinção nesta Cúria, que nos fizeram perder muito tempo neste combate.

Afinal, os que se apresentavam como principais, foram citados e compareceram diante do Legado e do Governador, e confessaram que tinham ouvido os nossos sermões, lições etc. e justificaram-nos inteiramente, tanto na doutrina como na vida. Apesar disso, o Legado e o Governador, mostrando muita estima para connosco, queriam que o assunto se reduzisse ao silêncio de uns e outros. Mas nós pedíamos, por pensar ser justo, e muitas vezes pedimos que se escrevesse o mal ou o bem contido na nossa doutrina, para que se tirasse o escândalo do povo. Nunca, porém, pudemos conseguir isso deles, nem por justiça nem por direito.

Dali por diante, com o terror que se apoderou deles, não se propalavam mais as calúnias de antes, pelo menos em público. Mas como não conseguimos que se desse sentença ou declaração da nossa causa, um amigo nosso falou ao Papa depois de voltar de Niça, suplicando-lhe que concedesse declaração da causa. O Papa acedeu, mas porque não chegou à execução, também lhe falaram dois da Companhia. Logo depois partiu de Roma e foi para um Castelo que está nas vizinhanças<sup>9</sup>. Fui lá e falei a sua Santidade, no seu quarto, cerca de uma hora. Expliquei-lhe longamente os nossos propósitos e intenções, narrei-lhe claramente todas as vezes que me processaram na Espanha e em Paris, e também as vezes que fui preso em Alcalá e

---

<sup>8</sup> Eram os ricos espanhóis Mudarra, Barreda, Pedro de Castilha e Pascual (*Fontes Narr.* I 6-14).

<sup>9</sup> Frascati, perto do antigo Túsculo ciceroniano.



Salamanca. Isto, para que ninguém o pudesse informar mais do que eu, e assim fosse mais movido a indagar sobre as nossas pessoas, e se desse enfim sentença ou declaração pública da nossa doutrina.

Finalmente, como nos era necessário, para pregar e exortar, termos bom odor de fama, não só diante de Deus N. S., mas também diante dos homens, de maneira que não se suspeitasse da nossa doutrina e costumes, supliquei a sua Santidade, em nome de todos, que mandasse remediar o caso e se fizesse indagação dos nossos costumes e doutrina, por qualquer juiz ordinário que sua Santidade ordenasse. Se nos encontrassem algum mal, pedíamos para ser corrigidos e castigados; se nos achassem bons, que sua Santidade nos favorecesse.

O Papa, dado que havia lugar para suspeitar de mim com aquilo que lhe contei da minha vida, recebeu-o muito bem, louvando-nos a ciência e a aplicação aos bons ministérios. Assim, depois de algum tempo respondeu, exortando-nos com palavras sinceras, como de pastor verdadeiro e recto. Mandou pois, com muita diligência ao Governador, que é bispo e juiz principal desta cidade, tanto nos assuntos eclesiásticos como nos seculares, que se ocupasse imediatamente da nossa causa. Este, com muita diligência instaurou de novo o processo.

Depois o Papa voltou a Roma e falou muitas vezes em nosso favor, tanto em público como diante dos Companheiros, porque, de quinze em quinze dias costumam ir dissertar durante a refeição de sua Santidade. Com isto se desanuviou grande parte da tempestade, e cada dia vai despontando mais bonança, de modo que, a meu juízo, o assunto se resolverá como desejamos, em serviço e glória de Deus N. S. Somos até muito requisitados por prelados e outras pessoas, para pregarmos nas suas cidades com a graça de Deus, mas esperamos melhor oportunidade.

Agora aprovou a Deus N. S. dar-se a sentença e declaração da nossa causa. Nisto sucedeu um caso digno de admiração: tinha-se publicado

aqui a nosso respeito que éramos fugitivos de muitas terras e especialmente de Paris, Espanha e Veneza. Pois bem, ao mesmo tempo que se devia dar a sentença ou declaração sobre nós, encontravam-se aqui em Roma, chegados há pouco, os seguintes: o regente Figueroa, que me prendeu uma vez em Alcalá e me processou duas vezes; o vigário geral do Cardeal-Legado de Veneza, que também me processou, depois que começámos a pregar nessa república; o Dr. Ory, que igualmente me processou em Paris; e o bispo de Vicenza, onde três ou quatro dos nossos pregaram algum tempo. Todos estes deram testemunho sobre nós. Da mesma forma as cidades de Sena, Bolonha e Ferrara enviaram para cá testemunhos autênticos. O duque de Ferrara, além de enviar testemunhos, tomando muito a peito o assunto da desonra que se fazia a Deus N. S. nas calúnias contra nós, escreveu ao seu embaixador e à nossa Companhia diversas vezes. Tomou tudo como assunto seu, porque vira o fruto produzido na sua cidade, bem como nas outras por onde andámos; mas nesta foi muito o que soubemos terem guardado com perseverança<sup>10</sup>.

De tudo isto damos graças a Deus N. S., porque desde o princípio até ao presente, nunca faltaram dois ou três sermões em cada festa, e duas lições cada dia. Outros ocupam-se em confissões ou Exercícios Espirituais. Agora que se deu a sentença, esperamos aumentar os sermões e doutrina das crianças. Apesar da esterilidade e secura da terra e da contradição tão grande que sofremos, não podemos com verdade afirmar que nos tenha faltado trabalho, e que Deus N. S. não tenha frutificado acima do nosso entender e de todo o nosso alcance.

Não desço a outros pormenores, para não me alongar. De modo geral, Deus N. S. nos faz estar muito contentes. Só acrescentarei que

---

<sup>10</sup> Durante todo o ano em que os Companheiros esperavam navio para a Terra Santa, distribuíram-se pelas cidades vizinhas de Veneza, e aí se ocuparam em ministérios muito apreciados pelo povo (*Autob.* 94).

há quatro ou cinco que estão resolvidos a ser da nossa Companhia, e há muitos meses perseveram nesta resolução. Nós, porém, não ousamos admiti-los<sup>11</sup>, porque esse, entre outros, era um ponto em que nos acusavam, a saber, que formávamos congregação ou ordem religiosa, sem autoridade apostólica. Assim agora, se não estamos juntos corporalmente, estamos juntos em espírito, a fim de decidir sobre o nosso futuro. Esperamos em Deus N. S. que em breve proverá para em tudo ser mais servido e louvado.

Pois soubestes em que termos estão os nossos assuntos, peço-vos por amor e reverência de Deus N. S., lhe rogueis para que procedamos com muita paciência e com desejo de Ele nos levar a realizar o que for de sua maior glória e louvor, já que estes assuntos têm no presente muita importância e peso<sup>12</sup>.

Eu vos informarei, mais frequentemente, de tudo o que for sucedendo. Sem hesitar vos repito: se me esquecesse de vós, penso que se esqueceria de mim meu Criador e Senhor. Portanto, não é com palavras que tenho maior cuidado de cumprir o meu dever de gratidão. Disto ficai certa: mais que palavras, está presente diante de Deus N. S. tudo o que fizestes em meu favor, por seu amor e reverência. Em tudo o que a sua divina Majestade for servido obrar em mim, tornando-o meritório por sua divina graça, sereis inteiramente participante durante todos os dias da minha vida, porque sempre tão especialmente me ajudastes com favores, em seu divino serviço e louvor.

Peço que me recomendeis e visiteis em meu nome todas as pessoas, conhecidas vossas e minhas, de bom espírito e devoção, reunidas em

---

<sup>11</sup> Pertencem ao número desses candidatos Francisco Estrada, Jerónimo Domenech, Pedro Codacio, Paulo de Achilis, Ugoletto, J. B. Viola.

<sup>12</sup> Daí a meses, de Março a Junho, iam tomar-se as grandes resoluções sobre a fundação da Companhia de Jesus como ordem religiosa.

santa vida por Cristo N. S. Termino rogando a Deus N. S., por sua infinita e suma bondade, nos queira dar sua graça abundante para sentirmos sua santíssima vontade e inteiramente a cumprirmos.

De Roma, 19 de Dezembro de 1538.

Pobre de bondade,

Iñigo.

Depois de escrita esta, o Papa mandou prover, por meio do Governador, que se dê ordem de juntar as escolas das crianças para as instruírmos na doutrina cristã, como antes o começámos a fazer. Praza a Deus N. S., pois é coisa sua, nos queira dar forças para seu maior serviço e glória. Ao Arquidiácono Cassador envio, por estar em latim, a mesma sentença que aqui se deu sobre nós, e ele vo-la comunicará.

**AOS SENHORES DE LOIOLA<sup>1</sup>**Roma, 2 de Fevereiro de 1539<sup>2</sup>

(Ep. I, 145-147)

IHS. A graça e amor de Cristo estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Há uns dias mandei-vos cartas com Rozas e Madalena de Sendo<sup>3</sup>. Por isso serei breve nesta. Ele ia com muita preocupação a nosso respeito e se deteria muito pelo caminho; por isso pensei que porventura esta já estaria em vossa casa, quando eles lá chegassem. Portanto envio, juntamente com esta, a sentença ou declaração dada aqui em nosso favor, para que lha apresenteis, se a quiser levar. Tendo participado dos nossos sucessos, não se diminuíam os seus bons desejos nem os dos outros no Senhor nosso, que para sempre nos há-de julgar.

Bem-aventurados os que nesta vida se preparam para ser julgados e salvos por sua divina Majestade! Por seu amor e reverência vos

---

<sup>1</sup> Martín García de Oñaz, irmão do Santo, falecera em 29 de Novembro de 1538. Sucedeu-lhe o filho Beltrão. Quando Inácio escreveu esta carta, ainda não recebera a notícia da morte do irmão. Inácio envia a declaração de inocência, dada em seu favor por Benedito Conversino, bispo de Bertinoro e Governador de Roma, em causa formada contra ele e os seus primeiros companheiros. Acrescenta alguns conselhos espirituais. Dá notícia da sua primeira missa, que celebrou no dia de Natal, em Santa Maria Maior (*Iparr. BAC* 670-671).

<sup>2</sup> Cf. Carta precedente e *Autob.* 98, sobre a perseguição sofrida em Roma e a sentença dada em favor da Companhia.

<sup>3</sup> Rozas talvez seja o mesmo a quem Santo Inácio dera os Exercícios em Veneza e agora ia de Roma à Espanha, levando outra carta do Santo (*Autob.* 92). Ia preocupado com tudo o que sucedera contra o seu amigo.

peço que não dilateis, antes ponhais muita diligência em reformar as vossas consciências, para que as vossas almas se encontrem seguras no tempo da nossa importuna e angustiosa necessidade<sup>4</sup>.

Visitai da minha parte e dai muitas recomendações a todos. Recebam esta como sua, todas as pessoas que quiserem saber notícias nossas e aproveitarem em suas consciências. Termino rogando a Deus N. S. nos queira, por sua infinita e suma bondade, dar graça abundante para que sintamos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Roma, aos dois de Fevereiro de 1539.

O Bacharel Araoz fica aqui. Se Deus N. S. me dá uma parte do que eu lhe desejo, ele será rico nesta vida e na outra. No dia de Natal passado, na igreja de Nossa Senhora, a Maior, na capela onde está o presépio em que foi posto o Menino Jesus, com sua ajuda e graça, celebrei a minha primeira missa<sup>5</sup>. Muito desejo e peço, por amor e reverência de sua divina Majestade, nos recordemos uns dos outros nas nossas devoções, cada um fazendo de conta que está no momento final dos seus dias, para dar inteira e estreita conta de sua vida.

Pobre de bondade,

Íñigo.

Sobrescrito: A meus irmãos em Cristo, Senhor nosso e todo o nosso bem, aos Senhores da casa de Loiola, Martín García e Beltrão.

---

<sup>4</sup> O julgamento dos caluniadores de Inácio e Companheiros trouxe estas considerações sobre o juízo final.

<sup>5</sup> Inácio fora ordenado sacerdote em Veneza em 24 de Junho de 1537. Com esperança de celebrar a sua primeira missa na Terra Santa, em Belém, esperou um ano e meio, só comungando da mão dos Companheiros, até que no Natal de 1538 compensou o que não pôde fazer em Belém, celebrando em Santa Maria Maior, no altar do Presépio (*Autob.* 96).

**A BELTRÃO DE LOIOLA<sup>1</sup>**Roma, fim de Setembro de 1539<sup>2</sup>

(Ep. I, 148-151)

Jesus. A graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Por seu amor e reverência, peço-vos que trabalheis sempre para que não se perca a minha esperança. Aprouve a Deus N. S. que, para minha confiança, tomásseis o lugar do vosso pai, a quem Deus tenha em sua glória. Espero em Deus N. S. que a sua divina majestade, que vos guardou até agora, vos destinou a aquietar e reformar a clerezia desse povo<sup>3</sup>. Fazendo assim, lhes mostrareis amor verdadeiro, e se agirdes de outra maneira lhes revelareis amor terreno e pernicioso.

---

<sup>1</sup> Beltrão, sobrinho de Inácio, era filho de seu irmão Martín Garcia. Com a morte deste, sucedida a 24 de Novembro de 1538, passou a ser senhor de Loiola. Em 1536 casara-se com Joana de Recalde. Esta carta, levou-a aos senhores de Loiola, António de Araoz, como um convite para colaborarem na difusão da Companhia de Jesus. Exorta primeiro a que trabalhe na reforma dos clérigos de Azpéitia e aconselha-o a enviar Emiliano aos estudos de Paris. Conta-lhe como foi aprovada a Companhia por Paulo III; pede-lhe se interesse pela nova Ordem (*Iparr BAC* 671-674).

<sup>2</sup> De Março a Junho, realizaram-se as deliberações sobre a formação da nova Ordem Religiosa. Em 3 de Setembro, Paulo III aprovou a Fórmula do Instituto, preparada por Inácio e lida em Tivoli pelo Cardeal Contarini ao Papa, que mandou expedir o Breve correspondente, ao qual o Cardeal Chinucci propõe diversas correcções.

<sup>3</sup> Inácio já se ocupara da reforma do clero, quando fora à sua terra, em fins de 1535, por motivos de saúde (*Autob.* 88. nota 10).

Outra vez vos peço, por amor e reverência de Deus N. S., vos recordeis quantas vezes conversámos sobre este assunto, e empregueis nisto todas as vossas forças. Os nossos antepassados esforçaram-se por assinalar-se noutros feitos. Praza a Deus N. S. não tenham sido vãos! Quanto a vós, assinalai-vos naquilo que sempre há-de durar, deixando de nos esforçar naquilo de que depois nos havemos de arrepender. Confio que a minha esperança no Senhor nosso e em vós, como seu instrumento, não se frustrará com a cooperação da sua divina graça. Assim ponho ponto final neste assunto.

Soube aqui do bom engenho do vosso irmão Emiliano, desejoso de estudar<sup>4</sup>. Gostaria que olhásseis e pensásseis muito nisto. Se o meu parecer tem algum valor, eu o enviaria a Paris. Aí, o fareis aproveitar mais em poucos anos, do que noutras Universidades em muitos. Além disso, é terra onde os estudantes conservam mais honestidade e virtude. No que me toca em desejar o seu maior proveito, desejaria que ele tomasse este caminho e que vós o comunicásseis à sua mãe<sup>5</sup>. Se Araoz não for para lá, sempre haverá outras pessoas de autoridade e vida exemplar que terão cuidado especial dele<sup>6</sup>.

Quanto ao que se passa aqui connosco, sabereis que, em nossas consciências e no Senhor nosso, pudemos julgar, e muitas vezes julgámos, que o assunto mais conveniente e mais necessário, era colocar firme fundamento e verdadeiras raízes para edificar no futuro. Aprouve a Deus N. S., por sua infinita e suma bondade, em que es-

---

<sup>4</sup> Emiliano, forma latina de Milhán, sobrinho de Inácio, entrou na Companhia em 1541. Estudou em Paris, Lovaina e Colónia, donde passou, em 1544, a Lisboa, com o Pe. Fabro. Por motivo de saúde, teve de voltar a Guipúzcoa, sua província. Morreu em 1547 com fama de santidade.

<sup>5</sup> Sua mãe, Madalena de Araoz, cunhada de Inácio, que o tratou como mãe e lhe emprestou os livros da sua conversão em Loiola.

<sup>6</sup> Sempre haverá estudantes da Companhia em Paris que cuidarão de Emiliano, se Araoz não for para lá.



peramos, por sua imensa e acostumada graça ter especial providência de nós e dos nossos assuntos, ou melhor, seus, pois, não buscamos os nossos interesses nesta vida. Ele pôs nisso a sua mão santíssima, e de tal modo a pôs contra todas as adversidades, contradições e pareceres vários, que ficou aprovado e confirmado pelo Vigário de Cristo N. S. todo o nosso modo de proceder. Podemos viver com ordem, concórdia e com completa licença para escrever Constituições entre nós, segundo julgarmos mais conveniente ao nosso modo de vida<sup>7</sup>.

Disso e de tudo o mais poderá dar mais larga e inteira informação António de Araoz<sup>8</sup>, que leva esta carta, como se fosse eu mesmo em pessoa. A ele consideramos tanto como aos que estamos na Companhia, pois morou na nossa própria casa cerca de dez meses e agora, por razões a ele e a nós convenientes, o enviamos a esses lugares, a fim de que depois da sua jornada, volte para nós. Portanto, além de lhe dar todo o crédito, rogo por amor de Deus N. S., lhe mostreis o rosto que costumais sempre mostrar aos servidores da sua suprema Majestade, o mesmo que mostraríeis a mim, se me achasse presente. Por ser ele carta viva, não me alongo mais nesta.

A todas as pessoas e devotas nossas e vossas, pedimos muito que as visiteis em nosso nome e nos recomendeis nas suas orações, e agora mais que nunca, pois recebemos sobre nós tarefa tão árdua<sup>9</sup>, que para levá-la por diante, como devemos, nenhuma esperança temos nas nossas forças. Confiando tudo à suma bondade e virtude divina, com as vossas orações e com as de todos os que nos amam em sua

---

<sup>7</sup> Alusões à perseguição sofrida, à vitória obtida e à esperança aberta ao futuro.

<sup>8</sup> António de Araoz, sobrinho de Madalena de Araoz, esposa de Martín Garcia, irmão do Santo. Nascera em Vergara em 1515; depois dos estudos em Salamanca, foi a Roma em 1538, e aí entrou na Companhia. Foi o primeiro Provincial da Espanha, tendo morrido em Madrid, em 1573 (*Iparr. BAC* 673).

<sup>9</sup> Vê-se por estas palavras que o peso principal da fundação da Companhia recaía sobre Inácio, mesmo antes de eleito Geral.

divina Majestade, esperamos não recusar trabalho algum, que for para seu justo e devido serviço.

Termino rogando à sua divina Majestade, que disponha de nós todos, como melhor o possamos servir em tudo, e em tudo lhe dar glória para todo sempre.

De Roma, 24 de Setembro de 1539.

Pareceu-me bem no Senhor nosso que esta empresa, aqui declarada, deve ser mais própria vossa, por muitas razões, as quais sei que achareis tanto mais verdadeiras quanto mais as considerardes e admirardes. Recordo-me que nessa terra me recomendastes, com muito cuidado, vos informasse sobre a Companhia que esperava reunir. Eu também creio que Deus N. S. vos destinava para vos assinalardes nela e deixardes outra memória maior do que a deixada pelos nossos antepassados. Vindo ao cerne do assunto, eu, embora indigníssimo, tenho procurado, mediante a graça divina, pôr fundamentos firmes a esta Companhia de Jesus, assim por nós intitulada e aprovada pelo Papa<sup>10</sup>.

Portanto, com muita razão vos devo exortar, e exortar muito, a que construais e ergais sobre tais fundamentos assim postos, para que não tenhais menos méritos, vós nos edifícios, que eu nos fundamentos, tudo, pela mão de Deus N. S. Isso, entretanto, quando se apresentar ocasião oportuna e ao mesmo tempo vos parecer justo e santo, e sua divina Majestade vos der para tal a sua santíssima graça.

---

<sup>10</sup> Aprovado o esboço do que devia ser a Companhia de Jesus, chamado Fórmula do Instituto, oralmente, pelo Papa Paulo III, esperava-se o Breve de aprovação pública, que por algumas oposições de cardeais só sairia em 27 de Setembro de 1540.

A D. Maria de Vicunha escrevo o mesmo, parecendo-me que vos poderão os seus ajudar para isso. Informareis de tudo a D. Madalena, minha irmã, e ao Senhor de Ozaeta, pois na carta que lhes escrevo os remeto para a vossa<sup>11</sup>. Se virdes alguns outros que quererão contribuir, façam-no pelo amor do Senhor, que o saberá bem satisfazer e pagar. À senhora da casa<sup>12</sup> visitareis por mim e me recomendareis para que ela receba esta como sua.

Pobre de bondade,

Iñigo.

---

<sup>11</sup> Os Vicunhas eram também aparentados aos Loiolas. D. Madalena de Loiola era irmã de Inácio, viúva de López de Galhástegui, senhor de Ozaeta. Possuía então este título Beltrão, seu filho.

<sup>12</sup> Madalena de Araoz (cf. Carta a seguir).

**A MADALENA DE ARAOZ<sup>1</sup>**Roma, 24 de Setembro de 1539<sup>2</sup>

(Ep. I, 151-152)

IHS

A graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Soube que se cumpriu a vontade amorosa de Deus N. S., levando dos trabalhos deste mundo o companheiro que vos deu, nesta vida, por algum tempo<sup>3</sup>. Logo fiz o que mais pudera fazer por ninguém, a saber, disse missa por sua alma num altar onde, cada vez que se celebra, se tira uma alma do purgatório<sup>4</sup>.

Não devemos chorar quando ele está no gozo, nem entristecer-nos quando ele se alegra. Devemos olhar por nós, pois chegaremos àquele mesmo estado. Vivamos nesta curta vida de tal maneira que vivamos para sempre na outra. Estou certo, em minha firme opi-

---

<sup>1</sup> Cunhada de Inácio, casada com o seu irmão Martín. Foi quem cuidou de Inácio depois do ferimento de Pamplona, quem lhe emprestou os livros da *Vita Christi* e da *Legenda dos santos*. Inácio tratava-a como mãe e agora consola-a pela morte do marido (*Autob.* 6).

<sup>2</sup> Era o tempo em que se preparava o documento papal de aprovação da Companhia e o Cardeal Chinucci propunha diversas correcções. O Cardeal Guiccionni, ao qual se apresentaria o escrito, era-lhe também contrário. Inácio pedia orações para se vencerem as oposições.

<sup>3</sup> Martín García de Oñáz, irmão de Inácio, marido de D. Madalena.

<sup>4</sup> Altar privilegiado, com indulgência plenária em favor das almas, favor que os Papas concediam a algumas igrejas.

nião, que disto estais completamente persuadida, pois sempre vos conheci temente a Deus N. S.

Agora só me resta pedir-vos, pelo serviço de Deus N. S., nos ajudeis com obras e com orações numa empresa que tomámos a peito e temos levado adiante para a glória de Deus, apesar de indigníssimos como somos. Sobre isso me remeto à carta dirigida ao vosso filho Beltrão<sup>5</sup>. Espero que ele se guie em tudo por vós. Quem soube nou-tro tempo gastar o que tinha e o que não tinha, estou certo, saberá agora ser generoso, em obra tão pia, justa e santa.

Termino, rogando à sua Divina Majestade que disponha de nós e de todos para o maior serviço possível e o maior e eterno agradeci-mento de Deus.

De Roma, em 23 de Setembro de 1539<sup>6</sup>.

Pobre de bondade,

Iñigo

Endereço: IHS. À minha irmã em Cristo, Dona Madalena, se-nhora de Loiola, Azpéitia.

---

<sup>5</sup> Cf. *Cartas anteriores*, em que narra como foi aprovada oralmente a Compa-nhia de Jesus pelo Papa Paulo III e esperava aprovação definitiva, por escrito, e ajuda para a sua difusão.

<sup>6</sup> Em 30 de Outubro deste ano de 1539 escrevia Araóz, seu sobrinho: «Quan-do escrevia esta, disseram-me que D. Madalena, senhora de Loyola, estivera muito mal, recebera a extrema-unção dia de S. Miguel e morrera. Cristo N. S. a tenha em sua glória».

**A FRANCISCO BANDINI<sup>1</sup>**Roma, fim de Agosto de 1540<sup>2</sup>

(Ep. I, 157-160)

A suma graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Sua Divina Majestade sabe quanto nos regozijamos todos com o que recebemos de V. Sa., tanto pelo bom sucesso dos seus assuntos, desembaraçados tão livremente de todos os empecilhos, para maior serviço e louvor do seu criador, como pelas notícias do nosso irmão Pascásio, do seu bom odor e exemplo<sup>3</sup>.

Quanto ao mais, segundo os nossos princípios de não querer inferir, parece que V. Sa. nos deixa a oportunidade de resolver. E já que, por graça de Deus tão bem nos entendemos, sem necessidade de muitas explicações, desejamos todos, pois somos seus membros, que V. Sa. com muito esforço se digne satisfazer em nosso nome

---

<sup>1</sup> D. Francisco Bandini, arcebispo de Sena, na Itália. Inácio mostra-lhe delicadamente que não só não pode mandar um companheiro ao Pe. Pascásio Broet, que aí trabalhava com apreço de todos, mas ainda que é forçoso voltar este para Roma. Bandini acabará por se resignar.

<sup>2</sup> A carta é resposta a uma do arcebispo, de 15 de Agosto, altamente elogiosa do Pe. Broet. Bandini foi arcebispo zeloso de Sena, durante 60 anos, e morreu em Roma em 1588, sendo sepultado ao lado de Pio II e Pio III, seus parentes.

<sup>3</sup> Pascásio Broet, nascido em 1500 em Betrancourt, diocese de Amiens (França) e ordenado em 1523, foi para Paris aperfeiçoar os seus estudos e aí se juntou aos companheiros, por meio de Pedro Fabro, que lhe deu os Exercícios em 1536. Depois de Pádua e Sena trabalhou em Parma, antes de ser mandado como núncio apostólico à Irlanda (*Autob.* 8 n. 38a).

ao grande apreço que aí nos dedicam e à necessidade tão urgente que temos aqui de Pascásio e também de outros que por aí andam espalhados. Oxalá os possamos trazer, por causa da necessidade tão grande, como escrevi a V. Sa., dias antes de receber a sua carta. Segue com esta uma cópia daquela, se por acaso não a tenha recebido.

V. Sa. tomando-nos pela mão, pois somos muito seus, poderá aproveitar-se das mesmas razões que movem os da cidade, para convencê-los do contrário. Eles dizem que por um que está em Monte Pulciano<sup>4</sup>, seria maior razão estarem três ou quatro em Sena. V. Sa. lhes pode responder que pelo mesmo motivo de estar um em Sena, haveria maior razão para estarem três ou quatro em Roma e até o dobro.

Entretanto, o que está em Monte Pulciano estará aqui dentro de poucos dias, pois lhe escrevemos para ir para outra cidade e dali para Roma. Partindo os de Irlanda e os outros já concedidos pelo Papa<sup>5</sup>, só fica um em Roma, onde há tanto concurso de confissões e assuntos. Conclua de tudo isto, com rectidão e na presença de Deus N. S., se podemos continuar sem termos três ou quatro nesta cidade, querendo proceder com ordem e justiça.

Só com escrever a tão variadas regiões e países, para responder e resolvermos os que lá estão, a saber, em Portugal, Índias, Espanha, Irlanda, Nápoles, Parma, Placência, Bréscia, Marca de Ancona, e com outras necessidades extraordinárias de escrever, um companheiro tem demasiado trabalho que fazer, não podendo ocupar-se de outra coisa. E a nenhuma destas partes pode escrever com brevidade,

---

<sup>4</sup> O que estava em Monte Pulciano era o Pe. Jerónimo Doménech, que sucedera a Francisco de Estrada, destinado aos estudos de Paris.

<sup>5</sup> Estavam destinados Pascásio Broet e Alonso Salmerón à Irlanda, como núncios apostólicos, Pedro Fabro à Alemanha como companheiro do Cardeal Contarini e assim outros.

porque cada um quer, com razão, saber de todos, espalhados como estão em tão diversas terras<sup>6</sup>.

Por tudo isso e pelo mais que pode conjecturar, verá V. Sa. o aperto e necessidade em que nos encontramos. E porque espero seja V. Sa. o mesmo que foi até agora em todos os nossos assuntos importantes, nosso principal protector e advogado, não me resta senão desejá-lo aqui com inteira saúde de alma e corpo, inteiramente conosco «no coração de Jesus Cristo N. S.» (Fil 1,8).

Ontem, sexta-feira, reunindo-se Mons. Contarini, Mons. Carpi, Mons. Guidiccioni e falando ao Papa, sua Santidade mandou despachar o nosso assunto. Se na expedição do documento não houver novos impedimentos, parece que a coisa está em bons termos e damos graças a Deus por este assunto ter sido começado e adiantado por mão e esforço de V. Sa. E para que tudo se realize com inteira perfeição, desejamos intensamente que depois de publicado o breve, por mão e favor de V. Sa., seja a nossa sociedade reformada e nós mesmos não menos necessitados.

Enfim, porque não escrevemos agora a Mestre Pascácio, devido à pressa, V. Sa. se digne informá-lo de tudo. Termino pois.

---

<sup>6</sup> Bem marcada a necessidade da correspondência epistolar para a união dos companheiros e continuação da vida de «amigos no Senhor», vivida em Paris pelos fundadores.



**AOS HABITANTES DE AZPÉITIA<sup>1</sup>**

Roma, Agosto-Setembro de 1540

(Ep. I, 161-165)

A suma graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Sua Divina Majestade bem sabe em que medida e quantas vezes me concedeu vontade intensa e desejos muito crescidos de proporcionar, pelo menos no mínimo ao meu alcance, todo o prazer e todo o serviço espiritual, por sua divina bondade, a todos, homens e mulheres dessa mesma terra, pois foi aí que Deus N. S. me deu, por sua costumada misericórdia, o primeiro princípio e existência natural, sem eu jamais o merecer nem poder-lhe agradecer devidamente.

Tais desejos, recebidos de Nosso Senhor e Criador Universal, mais do que de criatura alguma, me levaram de Paris a essa vila, haverá cinco anos, com pouca saúde corporal. Quem lá me levou, por sua costumada e divina misericórdia, concedeu-me algumas forças para algo trabalhar, como vistes<sup>2</sup>. O que deixei de fazer, deve-se atribuir às minha faltas, que sempre me acompanham.

---

<sup>1</sup> A casa-torre de Loyola pertence à cidade de Azpéitia. Inácio, durante a estadia no seu país natal, depois dos seus estudos em Paris, procurando melhoras de saúde, esforçara-se por implantar algumas práticas piedosas que enumera nesta carta. Agora, para consolidar mais a obra de regeneração, envia aos seus concidadãos cópia da bula de uma Confraria do Santíssimo Sacramento, fundada em Roma. Por esta ocasião, recorda a evolução realizada na Igreja a respeito da prática da comunhão, exortando a todos à sua frequência.

<sup>2</sup> (Cf. *Autob.* n. 85): «diziam os médicos que não restava outro remédio senão os ares pátrios. Isto mesmo lhe aconselhavam os companheiros com muita

Agora de novo não cessam em mim os desejos de antes, a saber, de que as vossas almas se tornem de todo tranquilas e pacíficas nesta vida com a verdadeira paz do Senhor nosso. Não a paz que o mundo dá, porque muitos príncipes, grandes e pequenos, contratam tréguas e pazes apenas exteriores, e a paz interior nunca entra nas suas almas, mas sim rancor, inveja e maus desejos contra os mesmos que trataram estas pazes exteriores. A paz de Nosso Senhor, que é interior, traz consigo todos os outros dons e graças necessárias à salvação e vida eterna. Esta paz leva a amar o próximo por amor do seu Criador e Senhor, e assim amando, guarda todos os mandamentos da lei, como diz São Paulo: «O que ama a outrem cumpriu plenamente a lei.» (Rom 3,8). Cumpriu toda a lei, porque ama a seu Criador e Senhor e a seu próximo por Ele.

Assim vim a pensar se por outra via, na minha ausência (pois não posso estar presente), poderia em algo executar os meus desejos. Oferecendo-se uma grande obra, que Deus começou por um frade dominicano<sup>3</sup>, nosso grande amigo e conhecido de muitos anos, em honra do Santíssimo Sacramento, determinei consolar e visitar as vossas almas no Espírito Santo, com essa bula que o senhor bacharel<sup>4</sup> leva. As indulgências nela contidas são tantas e de tanta estima,

---

insistência. Por fim o peregrino deixou-se persuadir pelos companheiros, porque também os que entre eles eram espanhóis tinham alguns assuntos pendentes e ele os poderia resolver».

<sup>3</sup> O Pe. Tomás de Stella, dominicano de Veneza, fundou na igreja de La Minerva, dos dominicanos de Roma, a confraria do Santíssimo Sacramento, aprovada por Paulo III em 30 de Novembro de 1539. Como esta, fundaram-se por toda a parte confrarias, para honrar e desagrar o Santíssimo Sacramento. O Pe. Stella morreu bispo de Justinópolis, depois de ter tomado parte no Concílio de Trento.

<sup>4</sup> O bacharel António de Araóz, do qual se falou em cartas precedentes. Completava então os seus estudos de Filosofia e tomara já o grau de bacharel, e mais tarde o de licenciado e doutor.

que eu não saberia avaliar nem encarecer. Só queria exortar e pedir, por amor e reverência de Deus N. S., a estimeis e favoreçais todos, quanto estiver ao vosso alcance, publicando-a diante do povo reunido, organizando procissões e outros recursos que mais movam à devoção.

Lembro-me muito do tempo que aí passei, em que propósito e determinação ficou o povo, depois de ter estabelecido louváveis e santos costumes: o de tocar sinos pelos que se achassem em pecado mortal; o de não haver mais mendigos, mas de todos serem socorridos; o de não mais haver jogos de cartas, nem vendedores e compradores delas; o de as mulheres não usarem mais toucados com mau fundamento e ofensa de Deus N. S. e ser assim extirpado tal abuso.

Recordo-me ter principiado e continuado a guarda e observância de tão santas determinações todo o tempo que lá estive, com não pouca graça e visitação divina, que vos fazia observar tão santos costumes<sup>5</sup>. Depois que aqui resido, não estou certo da vossa constância ou fraqueza em perseverar nestas determinações tão justas e tão agradáveis à infinita e suma Bondade.

Entretanto, quer tenhais perseverado, quer tenhais faltado, quer seja para alimentar, quer seja para voltar ao primeiro propósito, peço e suplico, por amor e reverência de Deus N. S., com muita força e afecto, que vos esforceis em honrar, favorecer e servir muito a seu Unigénito Filho Cristo N. S., nesta obra tão grande do Santíssimo Sacramento. A sua suprema majestade, em divindade e humanidade, está aí tão sublime, tão inteira, tão poderosa, tão infinita, como está no céu. Ordene-se um regulamento na confraria que se instituir, para cada confrade ficar obrigado a confessar-se e comungar uma vez

---

<sup>5</sup> Cf. *Autob.* n. 88-89, com as notas. Vêm aí descritos os meios que usou para chegar a esses resultados: mendicidade, doutrina cristã, conversa espiritual, pregação ao povo.

no mês, mas voluntariamente e não sob pena de pecado se não o observar.

Sem duvidar, persuado-me e creio que instituindo e trabalhando desta maneira, achareis inestimável proveito espiritual. Antigamente os cristãos tomavam cada dia o Santíssimo Sacramento, todos e todas que chegavam à idade de o tomar. Depois, daí a pouco tempo, tendo-se esfriado um pouco a devoção, comungavam todos os oito dias; em seguida, ao cabo de muito tempo, esfriando-se muito mais na verdadeira caridade, vieram a comungar todas em três festas principais do ano, deixando à sua liberdade e à devoção de cada um comungar mais frequentemente, quer de três em três dias, quer de oito em oito, quer de mês a mês. Finalmente viemos a parar na comunhão anual, por nossa frieza e fraqueza tão grande, que parece ficar-nos só o nome de cristãos, conforme o vedes na maior parte do mundo, se o quereis contemplar com calma, sob o aspecto espiritual.

Seja pois nosso dever, por amor e afecto ao Senhor e para proveito sensível das nossas almas, renovar e refrescar de algum modo os santos costumes dos nossos antepassados. Se não o podemos totalmente, pelo menos em parte, confessando-nos e comungando, como acima disse, uma vez ao mês. E quem quiser ir mais longe, sem dúvida alguma conformar-se-á ao sentir do nosso Criador e Senhor, testemunhado por S. Agostinho com todos os outros doutores. Depois de dizer: «Não louvo nem condeno comungar diariamente» acrescenta: «Exorto a comungar todos os domingos»<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Citado em latim: «Quotidie communicare nec laudo nec vitupero; singulis tamen diebus dominicis ad communicandum hortor». Esta frase atribuíra-se ordinariamente então a Santo Agostinho. Migne incluiu-a nas obras de Genádio «*De Ecclesiasticis Dogmatibus*» c. 53 (PL. 58,994). (Cf. também EE. 18): «receber a comunhão quinzenalmente e melhor ainda, se o afecto o impele a isso, semanalmente». Inácio foi apóstolo da comunhão frequente até ao fim da sua vida, quando pediu ao Pe. Cristóbal de Madrid escrevesse um tratado sobre

Espero que Deus N. S., por sua bondade infinita e por sua costumada misericórdia, encherá com a abundância da sua santíssima graça os corações de todos e de todas, para um serviço seu tão justo, e proveito das almas tão claro e manifesto. Por isso termino pedindo, rogando e suplicando, por amor e reverência de Deus N. S., que sempre me façais participante nas vossas devoções, principalmente nas do Santíssimo Sacramento, como participareis inteiramente nas minhas, embora pobres e indignas<sup>7</sup>.

De Roma, 1541

Inácio de Loyola

---

o assunto, obra impressa em 1557: «*De usu frequenti Santissimi Sacramenti libellus*».

<sup>7</sup> O que eram as suas devoções ao Santíssimo Sacramento basta ler o seu *Diário Espiritual*, que abrange apenas o espaço de um ano (1544-1545): toda a sua mística surpreendente gira em torno da Eucaristia.

**A PEDRO CONTARINI<sup>1</sup>**Roma, 18 de Dezembro de 1540 e 7 de Março de 1541<sup>2</sup>

(Ep. I, 167-170)

IHS. Muito magnífico Senhor.

A suma graça e amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda!

Já dei notícias a V. Sa. de como terminou a nossa contenda e a sentença dada em nosso favor<sup>3</sup>. Depois disso desejámos fosse esta Companhia confirmada pela Sé Apostólica, para que com maior sinceridade e humildade pudéssemos servir e louvar Nosso Senhor e Criador, com o auxílio da sua graça, embora indigníssimos. Em seguida, falei com o Papa e outros, por meio de Mons. Revmo. Contarini. Há já quinze meses que o Papa aprovou e confirmou os cinco capítulos<sup>4</sup>, como pedíamos. Depois, na expedição do documento, não pareceu bem a alguns e tivemos de sofrer muitas contradições, esperando cada semana pela aprovação. Por tudo isso não escrevi a V. Sa. até ao presente.

---

<sup>1</sup> Pedro Contarini, parente do Cardeal do mesmo sobrenome. Inácio escreve-lhe agora, dando-lhe notícias dos assuntos da Companhia: o pleito vencido contra os perseguidores, a difícil aprovação do seu instituto e finalmente a aprovação e expedição da bula, a sua gratidão para com os benfeitores.

<sup>2</sup> Última carta antes da eleição de Inácio para Geral, que foi em 19 de Abril de 1541.

<sup>3</sup> A perseguição que sofreram em Roma da parte de Landívar e outros espanhóis caluniadores e sentença em favor da Companhia.

<sup>4</sup> Trata-se dos cinco capítulos, chamados «Fórmula do Instituto», pontos essenciais que descrevem o modo de proceder da Companhia e seriam a base das futuras Constituições.

Finalmente, ao cabo de um ano, em 27 de Setembro passado, mandaram-nos a bula selada da nossa confirmação e ainda por cima com expedição gratuita, e exactamente como pedíramos. Mando juntamente com esta, cópia dela.

Assim, pela graça de Deus, V. Sa. foi a causa de Mons. Revmo. Contarini começasse a ter cuidado de nós e a favorecer-nos em todas as empresas da glória de Deus. Sim, o Sr. foi o promotor de todo este assunto, por nós tão desejado e tão convenientemente levado para o serviço de Deus N. S.

Gostaríamos que V. Sa. escrevesse a sua Sa. Revma., agradecendo todo esse santo esforço que despendeu por nós e continua a despende cada dia. Porque, como verdadeiramente ficamos obrigados por tantos favores, quereríamos ser de todo devedores, reconhecendo profundamente quanto somos obrigados a Nosso Senhor, que usou de Mons. o Cardeal como instrumento e meio junto de sua Santidade, e de V. Sa. junto de sua Sa. Revma. Assim em todos os nossos trabalhos, que a suma e divina Bondade se dignar empreender por nós em seu louvor e glória, sejamos de sua Sa. Revma. e de V. Sa. mais do que de nós mesmos.

Depois de escrever a última, que terá sido há mais de um ano, até ao presente, seja Deus sempre louvado e agradecido, porque todos os assuntos nos correram bem, em boa prosperidade em seu louvor, e sem comparação, melhor do que merecemos, principalmente sendo nós instrumentos tão inúteis.

Se mais em particular V. Sa. gostar de saber do nosso velho amigo e irmão em Nosso Senhor, Martín de Somoza<sup>5</sup>, poderá mostrar-lhe quanto achar bem das cartas dos nossos irmãos, dispersos em diversas regiões e províncias, por mandato de sua Santidade.

---

<sup>5</sup> Martín de Somoza parece ser o homem que o recebeu na sua casa em Veneza: «Em companhia e casa de um homem muito douto e bom», do qual fala na *Autob.* 92.

Quanto a mim, tão necessitado da graça de Deus, desejo sobremaneira que me desperte e exorte sempre em tudo que é da sua maior glória e louvor. Desejaria ainda, para praticar alguma caridade, lembrar-lhe somente, embora não creia necessário, pois é apenas um desejo, saber alguma notícia daquela Marieta, com quem V. Sa. e eu falámos juntos: se ela foi constante nos seus bons propósitos de se tornar religiosa, e digna do favor e ajuda de V. Sa. Creio e tenho por certo que esse é o seu ofício costumado nessas obras pias e outras semelhantes, e posso concluir sem medo, ser a sua vocação e graça de Deus N. S. mais do que inclinação natural, concedida por sua divina e querida Majestade para, em toda a acção do seu louvor, poder sempre agir com rosto alegre e total esforço.

Nicolau Mercante, portador desta, é grande amigo e irmão no Senhor. Poderão dar-lhe crédito em tudo, como se fosse eu mesmo em pessoa.

Termino rogando a Deus N. S. por sua infinita e suma bondade, queira dar-nos a sua graça, para sentirmos a sua vontade santíssima e a cumprirmos inteiramente.

De Roma, em 18 de Dezembro de 1540.

De V. Sa. servo gratíssimo em Nosso Senhor

Inácio

O portador desta carta ficou impedido até ao agora e neste intervalo Mons. Revmo. Cardeal Contarini partiu para a Alemanha como legado, e o documento<sup>6</sup> mandará V. Sa. escrevê-lo quando julgar mais oportuno.

De Roma, em 7 de Março de 1541.

Endereço: Ao muito magnífico meu senhor no Senhor, Pedro Contarini, caríssimo irmão em Nosso Senhor. Em Veneza.

---

<sup>6</sup> O documento, refere-se à bula de aprovação da Companhia.



## **II PARTE**



**AO PE. JOÃO BATISTA VIOLA<sup>1</sup>**

Roma, Agosto de 1542

(Ep. I, 228-229)

IHS. A suma graça e o amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso contínuo favor e ajuda.

Recebi uma carta vossa e não a compreendo. Porque em duas passagens dela, falando da obediência, dizeis primeiro que estais pronto a obedecer à minha vontade; e depois: «Porque desejo antes a morte a recalcitrar contra a obediência, por isso me sujeito ao juízo de V. R.». E como me parece que a vossa obediência pretende ser cega, chamo cega de duas maneiras: a primeira consiste em que o súbdito (onde não existe questão de pecado) sujeite o entendimento e faça o que lhe ordenam. A segunda que, quando o superior mandar alguma coisa, se o súbdito sentir que existem algumas razões ou inconvenientes a respeito do que foi mandado, os apresente com humildade ao superior, sem induzi-lo a uma parte ou a outra. Depois, com ânimo tranquilo, siga o caminho que lhe for mostrado ou mandado.

Agora, respondendo à vossa obediência, não consigo acabar de entendê-la. Porque, depois que, a vosso parecer, destes muito boas

---

<sup>1</sup> O Pe. Viola, nascido em Parma, na Itália, em 1517, juntou-se a Inácio, apenas chegando a Roma, em 1539. Aos 24 anos, feitos os primeiros votos, em 1541, foi mandado a Paris, como superior de estudantes jesuítas. Inácio responde a uma carta de Viola, hoje perdida, na qual se queixava de perder tempo com o professor que tinha. O Santo aproveita a ocasião para falar da verdadeira obediência, de que Viola se achava bem longe.

razões para persuadir-me a tomar um novo mestre, noutra parte da vossa carta dizeis: «Pareceu-me bem escrever esta a V. R. suplicando-lhe se digne dar-me conselho se devo mudar de mestre ou perder o tempo».

Vós mesmo podeis julgar se buscais a obediência ou se sujeitais o vosso juízo para que eu lhe dê parecer. Porque se vós já julgastes e estais convencido de que perdeis o tempo, onde está a submissão do vosso juízo? Ou por acaso pensais que eu vos vou dizer que percais o vosso tempo? Não permita Deus nosso Senhor que, onde eu não posso ajudar, venha a prejudicar a alguém.

Dizeis noutro lugar: «Verdadeiramente sinto muito ter mal gasto o tempo, durante oito meses, com este mestre. Se vos parece que percamos ainda o tempo, continuaremos»<sup>2</sup>. Lembro-me, quando partistes daqui, que eu vos disse que, ao chegar a Paris, o curso das Sùmulas<sup>3</sup> já teria começado há dois ou três meses. Que estudásseis latim durante quatro ou cinco meses, para aperfeiçoar-vos, e depois, outros três ou quatro meses, tomásseis princípios de Sùmulas, para, no ano seguinte, entrar no curso com algum conhecimento. Vós, querendo seguir mais o vosso parecer que o meu, entrastes no curso dois ou três meses depois de começado. Julgai vós mesmo quem é a causa da vossa perda de tempo.

Termino pedindo a Deus N. S., por sua infinita e suma bondade, queira dar-nos a sua graça abundante para que sintamos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Roma

---

<sup>2</sup> Em italiano, no original.

<sup>3</sup> As Sùmulas de que se trata aqui seriam as *Summulae logicalae*, de Pedro Hispano, que preparavam para o bacharelato.

**AO PE. SIMÃO RODRIGUES<sup>1</sup>**

Roma, 1º de Novembro de 1542

(Ep. I, 234)

Muito me agrada que me persuadais com tanta caridade e zelo santo. Dizeis que se eu estivesse totalmente informado dos verdadeiros sucessos que aí se realizam, não perdoaria aos meus pés para ir a vê-los, nem à língua para falar e até vociferar, se fosse o caso.

Se não o fiz ou faço o pouco que posso, eu me condeno inteiramente. Ao afirmar isto, podereis ficar certo de que não tendes necessidade de persuadir-me nesta matéria, mas só vos compete apresentar as vossas propostas e explicações. Quanto às minhas forças, cedo o lugar a muitos, pois sei que são fracas e débeis. Mas precisamente por serem mínimas, posso afirmar que foram bem empregues com total satisfação de todos os que escrevem tudo quanto ocorre.

É meu ofício, como outras vezes tenho escrito, apresentar-me (como Superior). Se algo me propõem depois de o considerarem,

---

<sup>1</sup> Parece que havia queixas de Inácio não responder sobre certos assuntos de Portugal. O Santo já tinha pedido que em matérias de importância se escrevesse em separado e em duas vias, por causa dos extravios. Defende-se, com humildade, de acusações no campo epistolar, em que, apesar de doente era muito atento em responder. E para isso, quer as informações devidas, para responder ele mesmo com vagar, ou encarregar alguém bem informado.

deixem-me julgar e decidir, para responder eu mesmo, ou deixá-lo para a pessoa que está a par de todo o assunto<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Aqui no caso, era o próprio Simão Rodrigues, a quem D. João III pedia conselho sobre os assuntos religiosos. A humildade não isenta ao superior do dever de assumir a responsabilidade.

**A TERESA RAJADELL<sup>1</sup>**

Roma, 15 de Novembro de 1543

(Ep. I, 274-276)

IHS. A suma graça e o amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso contínuo favor e ajuda!

Primeiro: soube que a sua divina vontade se cumpriu ao levar e tirar dos trabalhos presentes desta vida a Luísa, vossa e nossa irmã no Senhor nosso. Por muitos sinais e razões, tenho por certo que está na outra vida, cheia de glória para sempre sem fim. Não a esquecendo nas nossas orações, embora indignas e pobres, espero que nos favorecerá e pagará com juros celestes.

Portanto, se me alargasse em palavras de consolação, pensaria fazer-vos de algum modo injúria, pois julgo que em tudo vos conformais, como deveis, com a suma e eterna providência, que é toda para nossa maior glória.

Segundo: quanto ao hábito e observância<sup>2</sup>, recebestes uma sentença em vosso favor, e, ainda que não a tivésseis recebido, tínheis

---

<sup>1</sup> Teresa Rajadell era religiosa (como já se disse antes). Passaram-se sete anos sem correspondência. Inácio veio a saber que ela lhe escrevera por duas vezes sem obter a resposta, pacientemente esperada. Só depois de dois meses, Inácio responde brevemente às três questões dela, mostrando alta estima pela consolação que ela experimenta pela morte de uma religiosa amiga. Anima-a à comunhão frequente e até quotidiana, sabendo que em redor dela se agruparam religiosas desejosas de reforma. Condições para tal são a intenção pura e a utilidade espiritual (Dumeige, *Lettres*, 92).

<sup>2</sup> Alusão ao conflito de jurisdição que existiu no convento entre franciscanos e beneditinos e que se solucionou pela bula de Leão X, conferindo o direito da visita canónica aos beneditinos (*Iparr. BAC*, n. 694).

confirmação da Sé Apostólica. Não há, pois, dúvida alguma: é certo que estais conformes com o serviço e vontade divina. Porque tanto pode obrigar a pecado qualquer regra do bem-aventurado Santo, quanto é confirmada pelo Vigário de Cristo N. S. ou por outro com sua autoridade. Assim a regra de S. Bento, de S. Francisco ou de S. Jerónimo não pode por suas próprias forças obrigar sob pena de pecado algum. Só obriga quando confirmada e autorizada pela Sé Apostólica, pela força divina infundida a essa regra.

Terceiro: quanto a comungar cada dia, noto que na primitiva Igreja todos comungavam todos os dias e de então até hoje não há mandamento nem escrito algum da nossa santa mãe Igreja, nem dos santos doutores escolásticos e positivos<sup>3</sup> que proibam comungar cada dia às pessoas movidas por devoção. E se Santo Agostinho diz que não louva nem censura o comungar todos os dias, noutra lugar exorta a todos a comungar todos os domingos. Mas em seguida, falando do corpo sacratíssimo de Cristo N. S., acrescenta: este pão é quotidiano; portanto, vivei de modo que o possais receber cada dia<sup>4</sup>.

Sendo isto assim, ainda que não houvesse tantos indícios bons nem tão santos desejos, o bom e sincero testemunho é o próprio ditame da consciência, a saber: tudo é lícito no Senhor nosso, se vos julgais afastada de pecados mortais claros ou capazes de se julgarem

---

<sup>3</sup> EE. 363: é mais próprio dos doutores positivos «tais como S. Jerónimo, S. Agostinho e S. Gregório e outros, mover os afectos e levar os homens a amar e servir em tudo a Deus N. S.... É mais próprio dos escolásticos como S. Tomás, S. Boaventura, o Mestre das Sentenças e outros, definir e explicar, conforme as necessidades dos tempos modernos, as coisas necessárias à salvação eterna e atacar e explicar melhor todos os erros e falsos raciocínios».

<sup>4</sup> Este texto encontra-se no tratado *De Ecclesiasticis Dogmaticis*, que no século XVI se atribuíra comumente a Santo Agostinho e hoje a Genádio (*Iparr. BAC* 695).



tais, e pensais que a vossa alma mais se ajuda e inflama no amor de vosso Criador e Senhor. Se comungais com essa intenção e achais por experiência que este manjar santíssimo vos sustenta, aquieta e repousa, e se continuando assim, progredis em seu maior serviço, louvor e glória, sem dúvida alguma vos é lícito e melhor comungar todos os dias<sup>5</sup>.

Sobre este ponto e outros assuntos me entretive com o licenciado Araoz e remeto-me a ele, que vos entregará esta carta.

Por isso, termino rogando a Deus N. S. pela infinita clemência com que olha todas as coisas, sejais guiada e governada por sua infinita e suma bondade.

De Roma, 15 de Novembro de 1543

Pobre de bondade

Iñigo

---

<sup>5</sup> Há nestas expressões uma insistência que denota a dificuldade daqueles tempos em aceitar a comunhão quotidiana, quase completamente desusada (cf. *EE*. 18,6).

**AO PE. NICOLAU BOBADILHA<sup>1</sup>**

Roma, 1543  
(Ep. I, 277-283)

IHS. A suma graça e o amor de Cristo N. S. estejam sempre em nosso contínuo favor e ajuda!

Embora, por sua infinita graça, ache em mim mais disposição para abaixar-me em tudo do que para me desculpar em parte, pareceu-me maior glória sua pensar e usar tudo.

1.º) Sobre alguma correcção fraterna entre nós, que pensei dirigir-vos para a maior glória de Deus N. S., afirmais compreender a minha intenção. Mas parece-vos que nem todos a tomariam no vosso sentido e sinceridade. Eu entendo todos, a saber, os da Compa-

---

<sup>1</sup> Inácio dava grande importância à correspondência com os seus filhos dispersos. Nas Constituições (n. 673) estabeleceu a comunicação frequente de cartas, como um dos meios que mais ajudavam à união. Ordenara que nos relatos se reservassem em folhas separadas os assuntos que exigiam segredo. Na carta principal deviam colocar-se só notícias comunicáveis aos amigos, benfeitores e casas da Companhia.

Ao Pe. Bobadilha, um dos primeiros Companheiros, varão de grandes qualidades, trabalhador incansável na Alemanha e Itália, realizador de insígnias empresas, mas homem singular e caprichoso, não agradaram as ordenações de Inácio e com a sinceridade que o caracterizava escreveu ao Santo, expondo o seu desgosto por esse sistema. Inácio respondeu-lhe nesta carta com um tom paterno e humilde, mas ao mesmo tempo firme, mantendo as suas ordens. Refuta primeiro as objecções de Bobadilha, precisando o seu sentido. Em termos de impressionante humildade explica o gosto com que emprega o seu tempo em todo o referente a Bobadilha, a estima que por ele nutre, a ponto de estar disposto a dar-lhe o seu voto para Geral da Companhia (*Iparr. BAC* 695-696).

nhia, porque para eles escrevi. Se, porém, pensardes que alguns deles não a tomaram com aquela sinceridade e pureza de alma, avisai-me, pois espero no Senhor nosso, conformar-me totalmente com eles e como cada um deles, para todo o prazer vosso e deles.

2.º) Digo que as frases no falar e no escrever são muito diferentes e vós mesmo mostrais ser impossível que eu cure todos os estômagos com os remédios do meu. Lembro-me de ter escrito que a carta principal se escrevesse duas vezes, a saber, uma vez escrita e corrigida, se torne a escrever ou dá-la a escrever, para evitar os inconvenientes da escrita considerada, como me parecia que alguns faltávamos muito. Fazendo isso todos nós e eu por primeiro, pois sinto maior necessidade, poder-nos-íamos ajudar mais, no Senhor nosso.

Não quis dizer que quem tem um estilo escreva noutro ou quem tem habilidade epistolar escreva duas vezes melhor. Porque, se a minha pobre inteligência não basta para subir um grau, mal poderia eu elevar os outros, pois dons maiores ou menores pertencem a nosso Criador e Senhor. Quis dizer apenas que cada um escreva uma vez a carta principal, a corrija e torne a escrevê-la ou dá-la a copiar; isso é o meio para cada um de nós dar prazer aos outros. Nem eu nem ninguém pode dar a outro mais do que tem, mas com esta diligência cada um dá o que melhor recebeu de seu Criador e Senhor. Mas não pretendo com isso dar uma norma absolutamente geral.

3.º) Vós preferis resumir e abreviar as vossas cartas e fazer cópias delas e não narrar por extenso como desejamos. Bem sabeis que eu vos escrevi e nisto concordamos todos: na carta principal narrem-se os factos de alguma edificação, conforme Deus N. S. opera através de cada um em proveito espiritual das almas. Se quiserem informar-nos de outros assuntos, notícias, enfermidades, necessidades ou algo semelhante, escrevam-no longamente se lhes aprouver, em folhas separadas ou noutra carta à parte.

4.º) Dizeis estar escrito na cópia a vós remetida: «Procuro expedir meu tempo» em vez de «expende meu tempo». Se lerdes com atenção a carta da minha mão, está escrito «expende» e não «expedir». Pode ser que o copista daqui tenha escrito «expedir» em vez de «expende». Se não o corrigi, por confiar noutro e por não ser carta principal, a mostrar a alguém, confesso-me tão culpado quanto julgardes digno de culpa, no Senhor nosso.

5.º) Sobre a falta que notais no endereço da carta a vós escrita: «No palácio do rei dos Romanos», é verdade ter escrito isso. Julgava que no palácio, casa que frequentais, seríeis mais conhecido do que na corte estendida por toda a cidade ou vila. Por conseguinte, faltei pondo «no palácio». De agora por diante porei: «Na corte do rei dos Romanos». Se disso se riram todos, como dizeis, eu pensava que, vendo alguns rirem, não a teríeis mostrado a todos.

Receberei como graça grande, no Senhor nosso, que lhes mostreis também esta. Corrigido na outra, também nesta me possa corrigir. É meu desejo nesta vida ser dirigido e corrigido em todas as minhas faltas. É a correção fraterna e amorosa, como me lembro ter pedido com insistência a toda a Companhia. Logo depois de fazerdes profissão<sup>2</sup>, pedi que cada um, em tudo o que me visse faltar, depois de orar a Deus N. S. e de o consultar com sua divina Majestade, me declarasse as faltas para me poder ajudar e emendar, no Senhor nosso.

6.º) Julgais perder eu tempo em corrigir coisas sem importância e poderem pensar alguns que não me conhecem, não ter eu melhor emprego do tempo. Lembro-me de ter muitas vezes falado e combinado entre nós e de ter escrito longamente, pedindo muito, que

---

<sup>2</sup> Em 22 de Abril de 1541, os primeiros Companheiros, depois de pronunciarem os seus votos solenes em Roma, na basílica de S. Paulo-fora-dos-Muros, e depois de se abraçarem entre lágrimas, ajoelharam-se diante de Inácio eleito Geral, prometendo-lhe inteira obediência. Inácio suplicou a todos que o avisassem das suas faltas no difícil cargo que lhe tinham imposto.

a carta principal fosse escrita duas vezes, do modo e pelos inconvenientes que acima apontei; e se não o fizerdes, seria forçado, olhando ao proveito espiritual comum e o ditame da minha consciência, a mandar-vos em virtude da obediência.

Recebendo ao princípio as minhas cartas e respondendo-me com muita edificação, nas seguintes escrevestes-me ao contrário do que eu tanto vos pedira insistentemente, no Senhor nosso. Narrastes na vossa carta muitas notícias daí. Se viessem noutra carta ou em folha separada, nos alegraríamos todos com ela, como assunto vosso, por exemplo, terdes um pouco de sarna que vos molestava. Isso podia vir em folha à parte, como tínhamos combinado muitas vezes entre nós, para dar a cada um tal manjar, de acordo com o seu gosto e tudo para o bem.

Muitos amigos e conhecidos nossos, ao saberem que temos cartas de alguns da Companhia, desejam-nas e alegram-se de vê-las. Se lhas mostramos desordenadas, desedificam-se e se não lhas mostramos, tratamo-los como estranhos. Não estava eu tão disposto a corrigir as palavras da vossa carta quanto a desejar a vossa inteira perfeição. Ora boa parte desta consiste em vos submeter e obedecer Àquele em cujas mãos fizestes voto de obediência, principalmente em assuntos bons e indiferentes onde não há pecado algum.

Portanto, continuo a acreditar que gastar nisso uma parte do meu tempo é para a maior glória de Deus N. S. e nosso maior fruto espiritual. Se vos parecer o contrário, poderei conformar-me com o que sentirdes melhor, no Senhor nosso, porque penso não ganhar menos convosco do que com qualquer de todos os outros.

7.º) Dizeis: «Credes que todos se edificam com essas cópias vossas? Eu mostro poucas e leio poucas, nem tenho tempo para isso. Do supérfluo da vossa carta poder-se-iam escrever duas». Certamente nunca pensei que mostrásseis todas e todos se edificassem. Mas pensei que se mostrariam a poucos e as acolheriam favoravelmente,

como até agora sucedeu com todos aos quais escrevi essa mesma carta principal. Percebi, se não me engano, por suas cartas, que assim as acolheram. Isso aconteceu com o Dr. Ortiz e seu irmão Frei Francisco e Picardo, o doutor parisiense<sup>3</sup>.

Se vós não vos dignais ler as minhas cartas e vos falta tempo para isso, a mim, por graça de Deus N. S., sobra-me tempo para ler e reler todas as vossas. Para que vós leiais as minhas, tirarei tudo o que vos parecer supérfluo e acomodando-me quanto puder, no Senhor nosso, ao vosso parecer, tomarei cuidado nisso. E assim procederei com todos os outros aos quais escrevi, se forem do vosso parecer e se molestarem do supérfluo, e me avisardes disso. Seria grande erro, com tanto custo de trabalho e tempo, aborrecer alguém sem proveito algum.

Portanto, peço-vos por amor e reverência de Deus N. S., que me respondais sobre o modo de escrever que vos pareça melhor, meu ou de outro. Assim, sem erro meu, vos poderei comprazer em tudo; porque, não sabendo como acertar, esperarei as vossas cartas ou farei escrever a outro, se vir que é maior contentamento vosso, pois sabeis o que tanto desejo, e pelo mesmo amor e reverência de sua divina Majestade vos peço me escrevais sempre o melhor que puderdes, conforme o que tantas vezes com insistência vos pedi e agora de novo vos suplico, no Senhor nosso. Parece-me não poder pedir o que tão intensamente vos rogo, por achar-me em tudo indigno ou por qualquer razão do vosso maior agrado.

Se aprouver à Companhia ou à metade de seus membros, dou-vos o meu voto, se tiver algum valor, e ofereço-vos, de muito boa

---

<sup>3</sup> Frei Francisco Ortiz, franciscano, não parece ser o irmão de Pedro Ortiz, embaixador de Carlos V em Roma. O doutor Francisco Le Picart, professor em Paris, foi adversário das doutrinas protestantes e amigo declarado da Companhia (Dumeige, *Lettres*, 98).

vontade e com muita alegria da minha alma, o cargo que tenho. Não só vos elejo, como digo, mas se outra escolha vos parecer, ofereço-me para votar em favor de quem nomeardes ou daquele que cada um deles nomear. Creio que isso assim ordenado será para o maior serviço, louvor e glória de Deus N. S. e para maior consolação da minha alma, em sua divina Majestade. É a pura verdade: absolutamente falando, desejo ficar no último lugar, livre deste peso. Assim, deixando em tudo e por tudo o meu fraco juízo, sempre tenho e espero ter por muito melhor o que vós mesmo e a Companhia ou parte dela, como está declarado, determinar, e isso assim determinado o confirmo por esta, escrita de minha própria mão<sup>4</sup>.

Entretanto, falando das vossas necessidades materiais aí onde estais, sabeis que a nossa profissão é oferecer as nossas pessoas para ser enviados para onde parecer ao Vigário de Cristo N. S. e como lhe parecer, sem nós pedirmos provisão alguma. Julguei que me era lícito, falando em favor de outros, mostrar claramente as necessidades em que aí estais. Eles poderão assim prover ou não prover, como lhes parecer, para a maior glória de Deus N. S., e isto o fiz de acordo com o que me escrevestes. Falei ao Cardeal de Santa Cruz e também ao Cardeal Morone<sup>5</sup>.

Ficaria satisfeito com isto, se aí estivesse, e tomaria o necessário de qualquer mão que a Deus N. S. aprouvesse. E se algumas vezes parecesse faltar, julgaria que Deus N. S. era servido de me provar bem, para mais merecer em seu maior serviço, louvor e glória. Sobre

---

<sup>4</sup> É sabido como Santo Inácio quis renunciar ao seu cargo em 1550, dando muitas razões, mas nenhuma foi aceite pelos Companheiros.

<sup>5</sup> O Cardeal de Santa Cruz era Marcelo Cervini, bispo de Reggio na Emília. Foi depois o Papa Marcelo II, que regeu a Igreja apenas por um mês. O Cardeal João Morone será o legado do Papa na Dieta de Ausburgo (1548) e ajudou muito na fundação do Colégio Romano. Eram ambos amicíssimos da Companhia (Dumeige, *Lettres*, 99).

isto não me alongarei, porque julgo conhecer o vosso ânimo para avançar muito mais adiante, no Senhor nosso.

Demorei a responder-vos, por não saber onde estardes, atendendo ao que me escrevestes sobre os banhos, não sabendo por isso onde iríeis parar. Praza a Deus N. S. que esta vos encontre com inteira saúde da vossa pessoa, onde e como melhor possais servir e louvar sempre seu santíssimo nome.



**A FRANCISCO DE BORJA,  
DUQUE DE GANDIA<sup>1</sup>**

Roma, fins de 1545

(Ep. I, 339-342)

Meu Senhor no Senhor nosso.

A suma graça e o amor eterno do Cristo N. S. saúdem e visitem V. S.<sup>a</sup>

No último dia de Outubro, recebi uma carta de 24 de Julho, escrita de sua mão, e alegrei-me sobremaneira no Senhor nosso. Encontrei, nela, sentimentos tirados de experiências e trato íntimo, mais do que impressões do exterior. São as que o Senhor nosso, por sua infinita bondade, costuma dar às almas que em tudo permanecem n'Ele, como em princípio, meio e fim de todo o nosso bem. Seja seu nome santo para sempre louvado e exaltado em todo o universo e por todas as criaturas, por Ele ordenadas e criadas para esta finalidade tão justa e digna.

Descendo ao particular de alguns pontos que se me oferecem na sua carta, o primeiro é que não me esqueço de vós nas minhas ora-

---

<sup>1</sup> Nesta época, Francisco de Borja encontrava-se em Gandia, todo entregue ao governo do seu ducado. Correspondia-se com Inácio por causa do Colégio da Companhia, fundado pelo duque. Esta carta, contudo, não é de negócios, mas de direcção espiritual. Começa louvando o duque e humilhando-se a si, pois ele mesmo, Inácio, põe muitos obstáculos à acção de Deus e o mesmo se dá com os jesuítas, embora o duque pense outra coisa. Exorta-o à união com Deus, à docilidade à graça, a fim de ganhar para Deus todos os que possa; a perseverar na frequente recepção da Eucaristia. Pede que com as suas orações o ajude no peso do generalado e agradece-lhe tudo o que fez pela Companhia (*Iparr. BAC 702*).

ções; e o segundo, que o visite com as minhas cartas. Quanto ao primeiro, tenho continuado, como o faço cada dia e espero, no Senhor nosso, que, se alcançarem algum favor, será todo do alto, descendo da sua divina bondade, olhando somente à sua eterna liberalidade, devoção e santa intenção de V. S.<sup>a</sup>

Persuado-me de que, vendo-o assim espiritualmente todos os dias, satisfazia ao segundo ponto, o de consolar-se com as minhas cartas. Considero que as pessoas, saindo de si e entrando em seu Criador e Senhor, têm contínua advertência, atenção e consolação: sentem como todo o nosso Bem eterno está em todas as coisas criadas, dá a todas existência e conserva-as com o seu infinito ser e presença<sup>2</sup>. Facilmente me persuado de que se consolam com as mais delas e com muitas outras.

Aos que amam inteiramente ao Senhor, todas as coisas os ajudam e todas os favorecem para mais merecerem e para mais se aproximarem e unirem com intensa caridade ao seu mesmo Senhor e Criador, embora muitas vezes ponha a criatura impedimentos da sua parte para o que o Senhor quer obrar na sua alma, como V. S.<sup>a</sup> diz e muito bem. E não só antes do obrar se recebem graças, dons e gostos do Espírito Santo, mas também quando vêm e se recebem, é essa alma visitada e consolada, tirando-lhe Ele toda a obscuridade e inquieta solicitude, adornando-a com esses bens espirituais, tornando-a toda contente e toda enamorada das coisas eternas que hão-de durar para sempre em contínua glória<sup>3</sup>.

Vimos assim a desprender-nos desses dons, até com pensamentos de pouca importância, não sabendo conservar todo o bem celestial, de modo que, antes de nos vir essa graça e obra do Senhor nosso,

---

<sup>2</sup> EE. 230-237: «Contemplação para alcançar amor», principalmente o 2.º ponto.

<sup>3</sup> EE. 316: «3.ª regra, sobre a consolação espiritual».

pomos impedimentos, e depois de vir fazemos o mesmo, não a conservando. Embora V. S.<sup>a</sup> fale de tais impedimentos, para mais humilhar-se, no Senhor de todos, e para mais nos exaltar aos que queremos abaixar-nos mais, pelo que sabe de Araoz em Portugal<sup>4</sup>, persuado-me de que, antes e depois, sou todo impedimento e disto sinto maior contentamento e gozo espiritual, no Senhor nosso, para não poder atribuir a mim coisa alguma que pareça boa.

Eu penso, se os mais entendidos não pensam coisa melhor, que há poucos nesta vida e talvez nenhum, que em tudo possa determinar ou julgar quanto impede da sua parte e quanto desajuda, para aquilo que o Senhor nosso quer obrar na sua alma. Estou persuadido de que, quanto mais uma pessoa for versada e experimentada em humildade e caridade, quanto mais sentir e conhecer até os pensamentos menos importantes e outras coisas delicadas que o impedem e desajudam, embora pareçam de pouca e quase nenhuma importância pela sua pequenez, tanto mais conhecerá os seus impedimentos e faltas, pois não é dom desta vida presente, como o profeta pede ser libertado das culpas que não conhece (Sl 18,13), e S. Paulo confessa não conhecê-las e acrescenta que nem por isso se sente justificado (cf. 1 Cor 18,3).

Deus N. S., por sua infinita e costumada misericórdia, o faz também aluno em escola tão santa; e isto V. S.<sup>a</sup> não o pode negar, como eu pelas suas cartas me persuado ter compreendido. Por isso, muito desejo, no Senhor nosso, meu perpétuo juiz, que trabalhe e se empregue, em tudo o que é possível, por ganhar muitos discípulos, começando pelos domésticos. A estes somos mais obrigados, para levá-los à sua divina Majestade, pelo caminho mais seguro e mais recto. E

---

<sup>4</sup> A grande estima dos jesuítas por parte de Francisco de Borja veio de ter conhecido ao Pe. António de Araoz, sobrinho de Santo Inácio. O Santo atalha os elogios, dizendo que ele mesmo põe impedimentos à graça de Deus.

como esse caminho é o mesmo Cristo nosso Senhor, pois ele próprio o disse (cf. Jo 14,6), dou muitas graças à sua divina bondade, porque V. S.<sup>a</sup>, segundo tenho entendido, o recebe frequentemente.

Além das muitas e insignes graças que a alma alcança na recepção do seu Criador e Senhor, há uma principal e muito especial: Ele não deixa viver em pecado muito tempo e obstinadamente. Mas logo que ela cai, até em faltas muito pequenas, embora nada seja pequeno quanto ao objecto infinito e sumo bem, Ele a levanta depressa com maiores forças e maior propósito e firmeza, para melhor servir a seu Criador e Senhor. Andando por este caminho, mediante o auxílio divino, e ganhando os nossos próximos com o emprego do talento que a V. S.<sup>a</sup> comunicou a divina Majestade, por sua infinita e costumada misericórdia, mereço, sem o merecer, com os desejos de imitar a V. S.<sup>a</sup>

V. S.<sup>a</sup> escreve-me que deseja participar dos assuntos que tenho entre mãos e acho que alguns são de grande importância, segundo o nosso modo de proceder. Impuseram-me a superintendência desta Companhia, quer seja por ordenação divina, quer por permissão da eterna Bondade, olhando os meus tão grandes e abomináveis pecados<sup>5</sup>. Assim V. S.<sup>a</sup>, por amor e reverência de Deus N. S., ajude-me com as suas orações e auxilie-me também, tomando a superintendência e aperfeiçoamento desse Colégio ou casa, que aí quer fundar para os escolares desta Companhia<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> É com muita sinceridade que ele assim se exprime. Para o provar basta lembrar a confissão de três dias, que ele fez de novo, ao ser votado por unanimidade para Geral da Companhia (cf. *Diário Esp.*, Edições Loyola 1977, pp. 95-96).

<sup>6</sup> Em 16 de Novembro de 1545, tinham chegado a Gandia André de Oviedo, Francisco Onfroy, Ambrósio de Lira, João Gottano, Pedro Canali, Alberto Cavalino, Jacob de Maria, para começarem o Colégio, depois Universidade (*Ep. I*, 342 nt).

Ela é tanto de V. S.<sup>a</sup> como da senhora Duquesa e da senhora Dona Joana sua irmã<sup>7</sup>, quanto nossa. Pois V. S.<sup>a</sup> assim o pediu e mandou, com muito gozo das nossas almas (os escolares) foram recebidos nela. Favoreça-os com a protecção que parecer a V. S.<sup>a</sup>, no Senhor nosso, e julgar para maior glória d'Ele.

Tanto mais agora nos alegramos na sua divina bondade, porque um parente da senhora Duquesa<sup>8</sup> participa nela, como V. S.<sup>a</sup> me escreve, com contentamento de V. S.<sup>a</sup>. Nas suas orações e favor e nos da senhora Dona Joana, peço muito ser encomendado, no Senhor nosso, e termino rogando à sua divina Majestade nos queira dar sua inteira graça, para que sintamos a sua suprema vontade e inteiramente a cumpramos. De Roma etc. 1545.

Inácio.

---

<sup>7</sup> Joana de Menezes, irmã de Leonor de Castro, esposa do Duque (*Iparr. BAC* 705).

<sup>8</sup> Trata-se de António Muniz que acabava de chegar ao Colégio de Valença. Infelizmente não perseverou na Companhia (*Iparr. BAC*, 705).

**AO DR. PEDRO ORTIZ<sup>1</sup>**

Roma, princípios de 1546

(Ep. I, 354-356)

A respeito do benefício que só os professos desta Companhia o possam receber, para que depois, gastando pouco, possa render muito para a casa ou Colégio que se abrirá em Alcalá, na verdade, mesmo que não se tirasse nenhum outro fruto para o bem universal das almas ou desta Companhia, toda sua, somente para condescender com a boa intenção e santa devoção da vossa pessoa, gostaria no Senhor nosso de aceitá-lo, se isso fosse possível. No entanto, como a nossa mínima profissão é de não ter nenhuma renda, nem em comum nem em particular, e isto confirmado por diversas bulas de sua Santidade, não ousaríamos voltar atrás de um modo de proceder mais perfeito a outro menos perfeito. Ao contrário, desejamos intensamente que Deus nosso Senhor, para o seu maior serviço e louvor, nos leve desta vida, antes de dar tal exemplo àqueles que nos seguirão.

---

<sup>1</sup> Ortiz estudara Filosofia em Alcalá e Teologia em Paris, onde conheceu Inácio e lhe foi contrário. Mas em Roma, onde era embaixador de Carlos V para a causa do divórcio de Henrique VIII com Catarina de Aragão, tornou-se admirador de Inácio, que lhe deu os Exercícios Espirituais em Monte Cassino. Quis entrar na Companhia, mas achou-se ser maior glória de Deus que continuasse no mundo. Esta carta é resposta a uma de Ortiz, que lhe oferecia um benefício eclesiástico, cuja renda, regida por um professo da Companhia, seria aplicada ao Colégio de Alcalá. Cortesmente, Inácio responde no sentido da pobreza da Companhia e do discernimento que se fez sobre isso.

Se ser bispo ou ter cura de almas é próprio de pessoas que *já alcançaram a perfeição*, e entrar na vida religiosa é *um começo de perfeição*, nela sempre é mais perfeito não ter rendas, nem em comum nem em particular, do que tê-las. E se, por hipótese, todos os benefícios se dessem a religiosos, é provável e até certo, que isso traria maior proveito universal para a Igreja, já que eles, depois de receberem os benefícios, continuariam como antes. Mas, como a suma Providência tem muitos e diversos caminhos para reformar a sua Igreja universal, para nós é mais seguro e conveniente proceder com o maior despojamento possível no Senhor nosso, segundo o exemplo que Ele mesmo nos dá aos que com toda a humildade o quisermos entender.

Portanto, recebemos, como sempre fizemos, a vossa santa intenção e vontade, tão plena de caridade e desejosa de concretizar-se em obras, e a vós ficamos cada dia mais agradecidos, como se de facto tudo fosse realizado de acordo com o vosso desejo. Para esta decisão, embora eu já pensasse como disse, determinámos que durante três dias todos os sacerdotes da casa – que somos doze – celebraríamos e pedimos aos irmãos (que serão vinte), que fizessem oração pela nossa intenção: que a nossa vontade em nada se fizesse diferente da divina, mas que em tudo se cumprisse o maior serviço e louvor de Deus nosso Senhor. Depois, *por unanimidade*, determinámos e confirmámos aquilo que já antes pensávamos: evitar absolutamente a posse de qualquer renda, em geral ou em particular, e afastar de nós toda a acção de litígio ou qualquer pleito.

Falei com o Sr. Salazar destas e de outras coisas, sobre as quais, penso, segundo me disse, vos escreverá longamente.

De Roma, 1546.

**AOS PADRES E IRMÃOS DE COIMBRA<sup>1</sup>**

Roma, 7 de Maio de 1547

(Ep. I, 495-510)

A graça e o amor eterno de Jesus Cristo, nosso Salvador, estejam sempre em nosso favor e ajuda. Amen.

Por cartas de Mestre Simão e Martinho de Santa Cruz<sup>2</sup> tenho frequentes novas de todos. E sabe o Senhor, de quem todo o bem procede, quanta consolação e alegria recebo em ver como a divina Ma-

---

<sup>1</sup> Esta carta, chamada da Perfeição, foi escrita ao Escolasticado (casa onde estudavam os jovens jesuítas ou escolásticos) de Coimbra, florescente em número, ardor missionário e fervor religioso. Quis Inácio dirigir o impulso que explodia naquela ardente juventude, equilibrando-a num justo meio, ideal da perfeição de um jesuíta.

**ESQUEMA DA CARTA:**

**INTRODUÇÃO:** alegra-se do fervor dos Irmãos e exorta-os a continuar na via da perfeição.

**PARTE I:** Estímulos para avançar.

1. Excelência da vocação; 2. Vantagens do fervor; 3. Múltiplos benefícios de Deus; 4. Miserável condição das almas no mundo.

**PARTE II:** Necessidade de precaver-se do fervor indiscreto.

5. Danos do fervor indiscreto; 6. Meio para o evitar: a obediência.

**PARTE III:** Modo de exercitar o zelo e tempo durante os estudos.

7. Oferecimento do estudo a Deus; 8. Trabalho na virtude, para dar o que se tem; 9. O bom exemplo da vida; 10. Santos desejos e orações.

**CONCLUSÃO:** 11. Que Deus lhes conceda graças abundantes (*Iparr. BAC*, 719-720).

<sup>2</sup> Portugal foi a 4.<sup>a</sup> Província constituída por Inácio, que colocou à sua frente o Pe. Simão Rodrigues, seu fundador. O Pe. Martinho de Santa Cruz era então o Reitor do Escolasticado de Coimbra e estivera em Roma a tratar assuntos do mesmo



jestade vos ajuda, tanto no estudo das letras como no das virtudes e o bom odor delas, com que mesmo em partes tão distantes dessa terra alentais e edificais a muitos. Todo o cristão deve ter nisto particular contentamento, pela obrigação comum que todos temos de amar a honra de Deus e o bem de sua imagem (que é o homem), remida com o sangue e a vida de Jesus Cristo. A mim, particularmente, cabe grande parte deste gosto, pois estou tão obrigado a ter-vos especial amor dentro da minha alma.

Por tudo seja bendito e glorificado nosso Criador e Redentor, de cuja liberalidade infinita deriva todo o bem e graça. Praza a Ele abrir cada dia mais as fontes das suas misericórdias, aumentando e promovendo o que em vossas almas já começou. Nem duvido que assim o fará aquela suma bondade profundamente comunicativa dos seus bens e aquele seu eterno amor, sempre mais pronto a dar-nos a nossa perfeição do que nós a recebê-la. Se assim não fosse, não nos animaria seu divino Filho Jesus Cristo ao que podemos alcançar da sua mão, dizendo: «*Sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito*» (Mt 5,48).

Portanto, estejamos seguros de que Deus sempre está disposto em nosso favor, contanto que da nossa parte haja lugar para a humildade e desejo de receber as suas graças e bom uso das mercês já recebidas, sem pormos obstáculos às que da sua divina liberalidade esperamos alcançar<sup>3</sup>.

---

Colégio. Eram 80 os estudantes que às vezes se entregavam às «santas loucuras», que inquietavam os PP. Fabro e Araoz. Rodrigues, afastado na corte por sete meses, pediu a Inácio uma carta que explicasse o uso das mortificações. Foi redactor dela o jovem Polanco, com as ideias que lhe ditou Inácio. Vibra nela um sopro da contemplação do Reino e da Encarnação, revestido de ansiedade apostólica, mas também um forte apelo ao discernimento para evitar os excessos do fervor. A carta é um modelo de tacto e de ensino espiritual (Dumeige, *Lettres*, 120-121).

<sup>3</sup> EE. Anotação 5.<sup>a</sup>: «... grande ânimo e generosidade para com seu Criador e Senhor...»

## I PARTE

### ESTÍMULOS PARA AVANÇAR

1. Neste ponto não deixarei de estimular ainda aos que entre vós vão correndo; pois sem medo vos posso dizer que vos haveis de extremar<sup>4</sup> em letras e virtudes, se quereis corresponder à expectativa em que tendes posto a tantas pessoas, não só desse reino mas também de muitas outras regiões. Considerados os socorros e auxílios interiores e exteriores que Deus por todas as vias vos concede, com razão esperam de vós fruto muito extraordinário. Por isso a tão grande obrigação como tendes de viver santamente, não satisfaria um procedimento ordinário.

Vede bem qual é a vossa vocação (cf. 1 Cor 1,26) e vos persuadireis disto: o que nos outros não seria pouco, o será em vós. Porque não vos chamou Deus somente como a todos os mais fiéis, *das trevas à sua maravilhosa luz, trasladando-vos ao reino de seu Filho muito amado* (1 Ped 2,9; Col 1,13) mas, para melhor conservardes a pureza e terdes mais unido o amor das coisas espirituais do seu serviço, houve por bem tirar-vos do tempestuoso golfo deste mundo, a fim de não perigar a vossa consciência no meio das tormentas que nele costuma levantar o vento do desejo, ora de riquezas, ora de honras, ora de deleites, ou então do temor de perder tudo isto; também para que estas coisas baixas não se apoderem do vosso entendimento e amor, repartindo-o por vários objectos, mas antes para vos poderdes, todos unidos, converter-vos e empregar-vos na finalidade da vossa criação que é a glória de Deus, a vossa salvação e ajuda dos próximos<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> EE. 97: «Os que quiserem aspirar a mais e assinalar-se em todo o serviço do seu Rei eterno..., farão oblações de maior estima e valor».

<sup>5</sup> Sempre vêm juntas a salvação ou perfeição próprias e a salvação e perfeição do próximo, como finalidade única e principal da Companhia de Jesus (cf. Form. 1; Ex. G. 2).

Embora seja o alvo de todos os nossos institutos de vida religiosa, contudo Deus chamou-nos a este, onde, não por meio de uma direcção geral, mas pondo nisso todos os exercícios da vossa vida, haveis de fazer de vós mesmos um contínuo sacrifício à glória de Deus e à salvação dos próximos, cooperando nela, não só com o exemplo, orações e desejos, mas também com outros meios exteriores com que a divina Providência ordenou nos ajudássemos uns aos outros.

Daqui podereis concluir quão nobre e alto é o modo de vida que escolhestes, pois, não digo só entre os homens, mas nem sequer entre os anjos, há mais sublime exercício para glorificar em si mesmos ao seu Criador e trazer a Ele todas as criaturas capazes de o amarem.

2. Atentai, pois, bem na vossa vocação, para por uma parte, vos consolardes e dardes a Deus infinitas graças por tão grande benefício; e por outra, lhe pedirdes sempre especial favor para poderdes corresponder a ela e trabalhardes com grande ânimo e diligência para alcançardes tão altas finalidades. Por amor de Jesus Cristo nosso Senhor e Redentor, esquecei-vos do que fica para trás e atendei com S. Paulo ao muito que vos fica por andar no caminho da virtude (cf. Fil 3,13).

A frouxidão, tibieza e fastio do estudo e dos mais exercícios virtuosos reconhecei-os como inimigos das vossas finalidades. Cada um se proponha por modelos não os que a seu parecer são pouco, mas os mais esforçados e diligentes. Não consintais que vos levem vantagem os filhos deste mundo em buscar com mais empenho e solicitude os bens temporais do que vós os eternos (cf. Lc 16,8). Envergonhai-vos de que eles corram mais apressadamente para a morte do que vós para a vida. Tende-vos por homens para pouco, se um cortesão serve com mais diligência para granjear a valia de um príncipe da terra do

que vós para a graça do Rei celestial<sup>6</sup>; ou se um soldado pela vanglória da vitória ou por um insignificante despojo se põe em campo e peleja com mais valentia do que vós pela vitória sobre o mundo, o demónio, e vós mesmos, pelo triunfo do reino e glória eterna.

Por amor de Deus, não sejais remissos nem tíbios, porque a frouxidão quebra o ânimo, como a tensão demasiada quebra o arco; e pelo contrário *a alma dos que trabalham se encherá de vigor*, como diz a Escritura (Pr 13,4).

Procurai conservar o fervor santo para trabalhades no estudo tanto das letras como das virtudes, porque numa e noutra ocupação vale mais um acto intenso do que mil remissos, e o que não alcança em longos anos um frouxo, outro diligente o costuma obter em pouco tempo. Nas letras é onde se vê a diferença entre o aplicado e o negligente; mas o mesmo sucede no vencimento das paixões e fraquezas a que nossa natureza está sujeita e na aquisição das virtudes.

Pois é certo que os tíbios, como não pelejam contra si, tarde ou nunca chegam à paz da alma, nem a possuir virtude alguma perfeitamente, ao passo que os fervorosos e esforçados em breve tempo se adiantam numa e noutra tarefa. O contentamento que nesta vida pode haver, mostra a experiência que o acham não os frouxos, mas os fervorosos no serviço de Deus. E com razão, porque esforçando-se da sua parte por se vencerem a si mesmos, por combaterem o amor próprio e arrancarem as raízes de todas as paixões e tribulações<sup>7</sup>, e so-

---

<sup>6</sup> Sabemos como Inácio serviu a Carlos V na revolta dos «Comuneros» ou na defesa de Pamplona; a sua generosidade de soldado em não tocar despojo algum na tomada de Nájera (Dalm. 39).

<sup>7</sup> *EE*. 1... «Também se chamam Exercícios Espirituais os diferentes modos de a pessoa se preparar e dispor para tirar de si todas as afeições desordenadas e, afastando-as, procurar encontrar a vontade de Deus na disposição da própria vida para o bem da mesma pessoa».

bretudo para alcançarem hábitos virtuosos, vêm como naturalmente a praticar a virtude com facilidade e alegria.

Deste modo, estão sempre dispostos para receberem de Deus, consolador piedosíssimo, a suavidade das suas consolações, pois «*aos vencedor se dá o maná escondido*» (Ap 2,17). Pelo contrário, a tibieza é causa de sempre viver em angústia, não deixando arrancar a causa dela, que é o amor próprio, e não merecendo o favor divino.

Deveis, portanto, animar-vos muito nos vossos louváveis exercícios, pois já neste mundo sentireis o fruto desse fervor santo, não só na perfeição das vossas almas, mas também no contentamento da vida presente. E se olhais ao prémio da vida eterna em que todos deveríamos frequentemente pôr os olhos, facilmente vos persuadirá S. Paulo de que *não são comparáveis os trabalhos desta vida temporal com a glória futura que se revelará em nós. Porque o momentâneo e ligeiro da tribulação presente nos prepara, sobre todo o entendimento e sem nenhuma comparação, um peso eterno de glória* (Rom 8,18).

Se isto se verifica em todo o cristão que honra e serve a Deus, podereis imaginar facilmente o que se dá com o nosso instituto que não é somente servir a Deus por nós mesmos, mas atrair muitos outros à honra e serviço divino. Porque desses diz a Escritura: *Os que ensinam a justiça a muitos brilharão como estrelas por eternidades de eternidades* (Dan 12,2). Tomem-no para si os que procuram desempenhar cuidadosamente a sua obrigação, tanto no manejo das armas espirituais como na sua preparação. Porque já sabeis que não basta fazermos profissão de vida sem a cumprirmos, e por isso nos diz Jeremias: «*Maldito o que faz a obra do Senhor com enganos*» (Jer 48,10); e S. Paulo: *Os que correm no estádio correm todos, mas um só é que leva o prémio*, e ainda: *O que combate nos jogos públicos não é coroado senão depois de combater segundo a lei* (1 Cor 9,24; 2 Tim 2,5). Este é o que bem trabalhar.

3. Mas sobretudo desejaria vos exercitásseis<sup>8</sup> no amor puro de Jesus Cristo e no desejo da sua honra e da salvação do próximo, por ele remido com tanto custo; pois sois soldados seus com título e soldo especial nesta Companhia<sup>9</sup>. Digo especial, para não falar de outros muitos títulos que já certamente nos obrigam sobremaneira a procurar a sua honra e serviço. Soldo seu é tudo o que na ordem natural sois e valeis, pois Ele vos deu e conserva o ser e a vida, com todas as prendas e perfeições da alma e do corpo e bens exteriores. Soldo seu são os bens espirituais da sua graça, com que tão liberal e benignamente nos preveniu e nos continua a favorecer, apesar da nossa oposição e rebeldia. Soldo seu são os inestimáveis bens da glória que, sem nenhum proveito seu, vos tem preparado e prometido, comunicando-vos todos os tesouros da sua felicidade, para que sejais, por uma participação eminente de suas divinas perfeições, o que Ele é pela sua essência e natureza.

Soldo seu, finalmente, é todo o universo e quanto nele se contém de corporal e espiritual, já que pôs ao nosso serviço não somente quanto existe debaixo do céu, mas também aquela sua altíssima corte, sem exceptuar nenhuma hierarquia celeste, pois *são todos os espíritos administradores enviados para exercer o seu ministério a favor dos que hão-de receber a herança da salvação* (Heb 1,14).

Como se esses soldos não bastassem, a si mesmo se fez soldo nosso, dando-se a nós como irmão na nossa mesma carne, pelo preço da nossa salvação na cruz e por alimento e companhia da nossa peregrinação na SS. Eucaristia<sup>10</sup>. Oh! quão mau soldado é aquele

---

<sup>8</sup> Outra versão: «Vos excitásseis»...

<sup>9</sup> Começa um admirável desenvolvimento da «Contemplação para alcançar amor» (cf. EE. 234).

<sup>10</sup> Tomás de Aquino, no hino de Laudes: «Ao nascer se fez irmão, ao cear se fez comida, ao morrer foi preço e vida, ao reinar foi galardão».

a quem não bastam tantos soldos para animá-lo a trabalhar para a honra de tal Príncipe! É certo que, para obrigar-nos a procurá-lo com mais prontidão, quis sua Majestade antecipar-nos com estes incomparáveis e custosos sacrifícios, privando-se de certo modo do perfeitíssimo gozo dos seus bens, para nos fazer a nós participantes deles e tomando sobre si todas as nossas misérias para delas nos livrar. Quis ser vendido para nos resgatar, caluniado para nos glorificar, pobre para nos enriquecer (cf. 2 Cor 8,9), morto com tanta ignomínia e tormento para nos dar vida imortal e bem-aventurada. Oh! por demais ingrato e duro é quem com tudo isto não se reconhece obrigado a servir com todas as veras e a procurar a honra e louvor de Jesus Cristo!

4. Se, pois, conheceis a obrigação e desejais progredir e empregar-vos em aumentar esta honra e serviço, em tempo estais de mostrar por obra o vosso desejo. Lançai os olhos<sup>11</sup> e vede onde é hoje honrada a divina Majestade, onde é venerada a sua imensa grandeza, onde é conhecida a sua sabedoria e bondade infinita, onde é obedecida a sua santíssima vontade. Antes, vereis com muita dor como é ignorado, desprezado, blasfemado o seu santo nome em todos os lugares; a doutrina de Jesus Cristo, escarnecida, e o seu exemplo esquecido, o preço de seu sangue em certo modo perdido para os homens, por haver tão poucos que dele se aproveitem.

Olhai também para os vossos próximos como imagens da SS. Trindade e capazes da sua glória, a quem serve o universo, templos

---

<sup>11</sup> Expressões que recordam e desenvolvem o 1.º prelúdio da contemplação da Encarnação dos *EE*. 102: «Aqui recordarei como as três Pessoas divinas, lançando os olhos sobre toda a redondeza da terra cheia de homens e vendo que todos se precipitavam no inferno, decretaram em sua eternidade que a segunda Pessoa da S.S.ma Trindade se fizesse homem para a salvação do género humano»...

vivos do Espírito Santo, membros de Jesus Cristo nosso Senhor, remidos com tantas dores, infâmias e o próprio sangue. Olhai, digo, em quanta miséria se encontram, em tão profundas trevas de ignorância, em tanta tempestade de desejos e temores vãos e de outras paixões, combatidos de tantos inimigos visíveis e invisíveis, em risco de perderem não a vida ou fortuna temporal, mas o reino e felicidade eterna, e de caírem em tão intolerável pena do fogo eterno.

Resumindo em poucas palavras, digo que considereis bem quanto vos obriga a acudir pela honra de Jesus Cristo, e pela salvação dos próximos. Entendei quanto vos importa lançar mão de todo o trabalho e diligência, para vos tornardes instrumentos idôneos da divina graça para tal efeito, mormente sabendo quão poucos são *os que não buscam o seu interesse, mas o de Jesus Cristo* (Fil 2,21). Portanto, deveis esforçar-vos por suprir ao que outros faltam, pois Deus vos fez particular graça de tal vocação e tais propósitos.

## II PARTE NECESSIDADE DE PRECAVER-SE DO FERVOR INDISCRETO

5. O que até aqui tenho dito para despertar a quem dormisse e fazer correr mais a quem corresse pouco, não quisera fosse ocasião de cairdes no extremo oposto de fervor indiscreto. Porque as enfermidades espirituais não provêm só do frio, como a tibieza; vêm também do calor, como o demasiado fervor. *Seja racional o vosso culto* (Rom 12,1), dizia S. Paulo, de acordo com aquilo do Salmista: *a honra do rei está em amar a justiça* (Sl 98,4), isto é, a discricção. E o que figuradamente preceitua o Levítico: *Toda a tua oferta deve levar sal* (Lv 2,13). É certo que não tem o inimigo da natureza humana,



como diz S. Bernardo<sup>12</sup>, ardil mais eficaz para tirar a caridade verdadeira do coração, como proceder incautamente e sem discrição. Aquele dito do Filósofo: *nada em demasia*<sup>13</sup>, em tudo se deve observar, até na própria santidade, como diz o Eclesiastes: *Não queiras ser justo demais* (Eccl 7,17).

Por faltar esta moderação, muitas vezes o bem se transforma em mal, a virtude em vício, e seguem-se muitos erros e inconvenientes contrários à intenção de quem assim caminha. O primeiro é que não pode servir a Deus muito tempo, como costuma acontecer ao cavalo que faz longas caminhadas e por serem demasiadas não as pode acabar e é necessário que outros se ocupem em servir a ele. O segundo é que não costuma conservar-se o adquirido com demasiado fervor e pressa, pois diz a Escritura: *Os bens alcançados muito à pressa diminuir-se-ão* (Pr 3,11). Não apenas diminuirão, como também cairão: *Quem acelera o passo tropeçará*. E com tanto mais perigo quanto de mais alto caia, só parando no fim da escada. O terceiro é que não se cuida de evitar o perigo de carregar muito a barca, e assim, embora seja perigoso levá-la vazia, porque andarás flutuando com tentações, mais o será carregá-la tanto que se afunde. O quarto é que, ao crucificar o homem velho, se crucifica também o novo e fica este sem forças para exercitar as virtudes.

Segundo S. Bernardo, quatro bens se roubam injustamente por este excesso: *ao corpo a mesma acção boa, à alma o afecto, ao próximo o exemplo, a Deus a honra*. Digo que se rouba assim o bom exemplo ao próximo, porque a queda de um espanta e faz entibiar a muitos

---

<sup>12</sup> *Ad fratres de Monte Dei* I 11, 32; PL 184,327. Este tratado, que antes se atribuíra a S. Bernardo, hoje considera-se obra de Guilherme de St. Thierry (*Iparr. BAC*, 726).

<sup>13</sup> Pittacos, um dos sete sábios da Grécia, repetido por Terêncio em *Andr.* I 1, 34 em latim: *Ne quid nimis*.

no caminho espiritual e costuma até causar escândalo. Por isso, o mesmo Santo chama a este destruidor da união e inimigo da paz, para já não falar do dano que causam a si mesmos com a soberba e vanglória, preferindo o seu juízo ao de todos os mais, ou pelo menos usurpando direitos que não lhes pertencem, como tornarem-se juízes nas suas acções, quando isso é atribuição do Superior.

Acrescentem-se ainda outros inconvenientes, como por exemplo carregar-se tanto de armas que não pode servir-se delas, como David com as de Saul, e prover-se de esporas e não de freio um cavalo de si impetuoso e desbocado. De maneira que neste ponto é muito necessária a discrição que modere os exercícios de virtude entre os dois extremos viciosos, pois, como avisa S. Bernardo, *nem sempre convém crer na boa vontade; melhor é reprimi-la e governá-la, sobretudo nos principiantes*, para que não venha a ser mau para si quem deseja ser bom para os outros, pois *quem é mau para si, para quem poderá ser bom* (Eclo 14,3)?

6. Se vos parecer que a discrição é ave rara e difícil de apanhar, supri ao menos a falta dela com a obediência e conselho do superior, que sempre será seguro. E se alguém quisesse antes seguir o seu parecer, ouça o que lhe diz São Bernardo: *Tudo o que se faz sem consentimento e vontade do Padre Espiritual, atribuir-se-á à vanglória e não se terá em conta para o galardão*. Lembre-se, como diz a Escritura, *que o resistir é como o pecado de adivinhação e o não querer submeter-se é como o crime de idolatria* (1 Rs 15,23).

Para conservar, pois, o meio termo entre os extremos da tibieza e do fervor indiscreto, aplicai-vos à obediência, e se ardeis em desejos de mortificação durante o tempo dos estudos, empregai-os mais em quebrar a vossa vontade e sujeitar o vosso juízo ao jugo da obediência e não a debilitar o corpo e afligi-lo sem moderação.

III PARTE  
*MODO DE EXERCITAR O ZELO  
EM TEMPO DE ESTUDOS*

7. Todavia, não queria que por estas palavras pensásseis desagradar-me ou eu não aprovar o que nos escreveram sobre algumas das vossas mortificações. Essas e outras loucuras santas sei que as usaram os Santos com proveito, e são úteis para vencer-se e adquirir mais graças, sobretudo nos princípios. Mas no tempo dos estudos, sobretudo em quem já tem mais domínio sobre o amor próprio, pela graça divina, tenho escrito como preferível limitar-se ao meio termo da discrição, sem se afastar da obediência, que vos recomendo muito, como compêndio de todas as virtudes encarecidas por Jesus Cristo N. S., chamando-a seu preceito: *O meu mandamento é este: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei* (Jo 15,12). A falta de obediência provoca divisões e quebra o amor mútuo.

Esta união e amor contínuo, deveis não só conservá-los entre vós, mas estendê-los a todos, procurando despertar nas vossas almas vivos desejos da salvação dos próximos, estimando quanto vale cada um deles pelo preço do sangue e vida de Jesus Cristo que custou. Com este exercício das letras por uma parte, e com o aumento constante da caridade fraterna por outra, tornar-vos-eis instrumentos aptos da graça divina e cooperadores nesta altíssima tarefa de converter as almas a Deus, seu último fim.

Nem vos pareça, enquanto estudais, que sois inúteis ao próximo, pois já então aproveitais a vós mesmos, como requer a caridade bem ordenada: *tem piedade da tua alma, tornando-te agradável a Deus* (Eccl 30,20) e depois servis aos outros de muitas maneiras.

A primeira, com o trabalho presente e intenção com que o tomais e ordenais todo para a edificação do próximo, pois os soldados que se munem de armas e munições para a guerra em previsão, ninguém

dirá que o seu trabalho não se dirige ao serviço do seu príncipe. E ainda que a morte surpreendesse alguém antes de começar a tratar directamente com o próximo, nem por isso teria deixado de o ajudar com o trabalho da preparação. Este, além da intenção anterior, deveria oferecer-se cada dia a Deus em favor do próximo. E sendo Deus servido de aceitá-lo, poderia ser tão proveitoso às almas como as pregações ou confissões.

8. A segunda maneira de ajudar ao próximo, é procurar tornar-vos muito virtuosos e bons, condição necessária para comunicar-des aos outros o que vós sois, pois a onipotência de Deus quer que se guarde nas gerações espirituais a mesma lei que nas naturais. Mostra-o a filosofia e a experiência, na geração do homem ou do animal: além das causas gerais como os climas, requer-se outra causa ou agente imediato da mesma espécie por ter a forma que há-de transmitir. Da mesma maneira para infundir nos outros a forma da humildade, da paciência, da caridade, quer a divina Sabedoria que a causa imediata usada como instrumento, isto é, o pregador ou confessor, seja humilde, paciente e caritativo. Assim, como vos dizia, aperfeiçoando-vos a vós mesmos em toda a espécie de virtudes, ajudais grandemente ao próximo, pois preparais não menos, antes mais apto meio, para conferir-lhes graças, tanto no bom procedimento como na doutrina, porque um e outro requerem o instrumento perfeito.

9. A terceira maneira de auxiliar o próximo, é o bom exemplo da vida. Quanto a isto, como dizia, pela graça divina, o odor da vossa virtude se difunde e edifica noutras regiões fora desse reino, e espero, no Autor de todo o bem, se continuem e aumentem em vós os seus dons, para que progridam cada dia em toda a perfeição, cresçam, sem buscá-los, a edificação que se segue do vosso exemplo.

10. A quarta maneira de aproveitar ao próximo, muito extensiva, consiste nos santos desejos e orações. Embora o estudo não deixe espaço para vos alargar, pode em desejos compensar-se o tempo a quem continua a oração com todos os exercícios que ajudarão para o proveito do próximo, se os tomarem só pelo serviço de Deus.

Estas coisas, porém, e outras que vos poderia dizer, mais perto de vós tendes com quem tratá-las em particular e por esse motivo isso poderia reduzir parte deste arrazoadado. Mas, como vos escrevo tão pouco e me disseram que desejáveis carta minha, quis desta vez consolar-me convosco, escrevendo mais longamente.

11. Nada mais por hoje, senão rogar a Deus, nosso Criador e Redentor, que, como lhe aprouve comunicar-vos tamanha graça de chamar-vos e dar-vos vontade de querer empregar-vos no seu serviço, assim lhe apraza continuar em todos e aumentar os seus dons, para sempre crescerdes cada vez mais e perseverardes no seu santo serviço, para muita honra e glória sua e auxílio de sua Igreja santa.

De Roma, 7 de Maio de 1547

Vosso no Senhor

Inácio

**AO SR. DOM MANUEL SANCHES,  
BISPO DE TARGA<sup>1</sup>**

Roma, 18 de Maio de 1547

(Ep. I, 514-518)

A graça e o amor eterno de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda.

Alegrei-me e consolei-me muito, no Senhor nosso, com a carta de V. S.<sup>a</sup>, por ser testemunho não somente da lembrança, mas também da muita caridade com que V. S.<sup>a</sup> deseja o progresso do nosso proveito espiritual e da honra e glória divina em nós, para a qual todas as criaturas foram feitas por sua eterna sabedoria.

Rogo ao mesmo Criador e Senhor nosso, por cujo amor todo o outro amor deve nutrir-se e reger-se, se digne recompensar com muito especiais graças aquele que V. S.<sup>a</sup> consagra a mim e aos assuntos desta Companhia do seu nome. Da minha parte, não sei como poderia agradecer tal lembrança e vontade de V. S.<sup>a</sup>, senão correspondendo com a lembrança e vontade ainda maior de que Deus,

---

<sup>1</sup> D. Manuel Sanches, Inquisidor Geral de Portugal e Bispo auxiliar do Arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos. Foi muito afeiçoado a Inácio e à Companhia, como se conhecesse o Santo há muito tempo. Perdeu-se a carta dele ao fundador amigo, mas, a julgar pela resposta, talvez falasse da dificuldade no exercício do seu ministério, para dar-se à santidade, e lhe propusesse a renúncia do cargo. Inácio louva os desejos do serviço divino e indica-lhe como pode dedicar-se inteiramente a Deus sem renunciar a cargo algum. Deve buscar Deus no desempenho do seu ofício e no uso de todas as criaturas (*Iparr. BAC*, 734; Dumeige, *Lettres*, p. 132).

autor de todo o bem, cumule em V. S.<sup>a</sup> os desejos da sua honra e serviço, com crescimento contínuo da sua graça, para levá-los a efeito. Praza a Ele aliviar a V. S.<sup>a</sup> daqueles pesos que com razão afirma na sua carta serem muito embaraçosos para quem há-de subir a tão alto trono como o paraíso.

Embora não se deixem os ofícios tomados e exercidos para a honra divina, pode o peso da alma (que é o amor) aliviar-se, quando mesmo nas criaturas terrenas e baixas a pessoa não se torna terrena e baixa, mas ama a todas por Deus N. S. e tanto mais quanto são para sua maior glória e serviço. É conduta devida ao nosso último fim e graça da sua suma e infinita bondade, poder ser amado em todas as criaturas e dirigir somente a Ele todo o peso do nosso amor. Muito merece quem a todos criou, a todos remiu e a todos se deu por completo. Com razão não quer que deixemos de doar parte de nós a quem tão inteiramente se deu a nós e quer dar-se perpetuamente<sup>2</sup>.

Quanto à regra e estatutos<sup>3</sup>, poderá V. S.<sup>a</sup> servir-se do Mestre Simão com quem, de mais perto e de palavra, conseguirá informar-se melhor do que comigo por estar longe e consegui-lo só por cartas. Quanto a isto, pois, deixarei o cargo a Mestre Simão<sup>4</sup>.

Ao eminentíssimo Cardeal<sup>5</sup>, nosso comum senhor, digne-se V. S.<sup>a</sup> beijar-lhe as mãos em meu nome.

---

<sup>2</sup> Doutrina do Princípio e Fundamento (*EE*. 23) e da «Contemplação para alcançar o amor» (ib. 230-237).

<sup>3</sup> Regra e estatutos, provavelmente os da Inquisição, em que D. Manuel teria dificuldades de interpretação ou aplicação.

<sup>4</sup> O Pe. Simão Rodrigues, fundador da Companhia em Portugal, que orientava muitos nobres na corte de D. João III.

<sup>5</sup> D. Fernando de Vasconcelos era o Cardeal Arcebispo de Lisboa.

Nada mais tenho para dizer, senão rogar à divina bondade, pos-sua em nós o que é seu por tantos títulos, e aumente em V. S.<sup>a</sup> todos os seus preciosos dons e graças.

De Roma, aos 18 de Maio de 1547.

De V. S.<sup>a</sup> humílmo servo no Senhor nosso,

Inácio.

(Inscrição): Carta que N. P. Inácio escreveu ao Revmo. senhor D. Manuel Sanches<sup>6</sup>, bispo de Targa, residente na corte do serenís-simo rei de Portugal, D. João III.

---

<sup>6</sup> O historiador frei Luís de Sousa e outros chamam-lhe Saneies e não Sanches (cf. *Ep. I*, 515, n. 2).



**AOS PADRES E IRMÃOS DE GANDIA<sup>1</sup>**

Roma, 29 de Julho de 1547

(Ep. I, 551-565)

A graça e o amor de Jesus Cristo N. S. vivam sempre e aumentem nas nossas almas. Amen.

A obrigação em que me coloca o cargo e peso tão grande que me foi imposto, e o amor e desejos que Deus nosso Criador e Senhor conforme a tal obrigação, se digna dar-me para desejar sempre mais e, por conseguinte, considerar o que mais poderia adiantar para o bem da nossa Companhia e dos seus membros, para honra e glória de Deus, esse mesmo amor me inclina e me força a providenciar efectivamente, quanto de mim depender, nas coisas que julgar no Senhor nosso serem convenientes para o maior bem dela.

Uma destas acho muito importante: onde quer que se encontre algum número de pessoas da Companhia, que tenham de viver juntas por algum tempo, haja entre elas uma cabeça ou superior, pelo qual se governem e dirijam os outros, como o fariam pelo prepósito geral, se estivesse presente. E assim como se fez esta provisão em Portugal e Pádua, e agora vai-se fazer em Lovaina, do mesmo modo

---

<sup>1</sup> O Colégio de Gandia, com a protecção do duque Francisco de Borja, foi uma das primeiras fundações da Companhia na Espanha. Começou-se o ensino em 1546, e logo no ano seguinte era transformado em Universidade. Na falta de superior, Inácio diz como o devem eleger, modo que depois não se usou mais nesses casos. Mas antes detém-se sobre o assunto principal, ou seja, a necessidade de todas as casas terem superior e sobre a obediência que lhe é devida.

me parece que se deva fazer aí em Gandia e também em Valência e outras partes onde houver estudantes da Companhia.

Em primeiro lugar, pois, direi nesta carta o que me move no Senhor nosso a considerar acertado haver aí um Superior, para a sua maior honra e louvor e maior bem dos indivíduos e da comunidade que aí reside, e em geral de todo o corpo da Companhia. Depois direi o modo de eleger e de obedecer a quem for eleito, como me parece mais conveniente no mesmo Senhor nosso.

Na verdade, quanto à primeira parte, a saber, dar algumas razões que me movem a fazer-me substituir por um Superior, penso alongar-me mais do que bastaria para persuadir de uma coisa tão santa e tão necessária. Porém, a minha intenção não é somente provar que está bem ordenado o que agora se ordena, mas muito mais exortar-vos a receber tal obediência e perseverar nela alegre e devotamente.

Entrando, pois, no assunto, uma das muitas coisas que me movem é o exemplo universal com o qual nos ensinam todas as pessoas que vivem em comunidade com alguma ordem. Pois tanto nos reinos como nas cidades e nas suas associações e casas, tanto nos tempos passados como nos presentes, geralmente costuma-se reduzir o governo à unidade de um Superior, para evitar a confusão e desordem e governar bem a multidão. Certamente, se todos os homens de juízo e de razão concordam que algo é mais acertado, natural e conveniente, deve-se crer ser isso o mais acertado, natural e conveniente.

Mas ainda de muito maior eficácia é o exemplo vivo de Cristo nosso Senhor, o qual, vivendo em companhia de seus pais, «*vivia submisso a eles*» (Lc 2,51); e entre eles os dois, a nossa comum Senhora a Virgem Maria era submissa a José; é a ele como cabeça que o anjo lhe fala: «*Toma o menino e sua mãe*» (Mt 2,13). O mesmo Cristo nosso Senhor, vivendo em companhia dos discípulos, dignou-se ser

o prepósito deles. E quando teve de se afastar corporalmente, deixou a S. Pedro como prepósito dos outros e de toda a Igreja, encomendando-lhe o governo deles: «*Apascenta as minhas ovelhas*» (Jo 21,17). E assim foi, mesmo depois que os discípulos ficaram cheios do Espírito Santo. Portanto, se eles necessitaram um Superior, quanto mais qualquer outra comunidade.

Sabemos também que a primitiva Igreja em Jerusalém fez prepósito a S. Tiago, o Menor (Act 15,13). As sete Igrejas da Ásia tiveram os sete prepositos que S. João, no Apocalipse, chama anjos. E nas outras comunidades também eram eleitos pelos Apóstolos. S. Paulo exorta a obedecer-lhes: «*Sede submissos e obedecerei aos que vos guiam*» (Heb 13,17). E assim foi observado por aqueles que lhes sucederam até hoje. Mas especialmente entre as pessoas religiosas, como os anacoretas e os primeiros fundadores de ordens religiosas, será observado isto até aos nossos tempos: onde viviam algumas pessoas reunidas, houvesse entre eles um Superior que governasse os outros com autoridade.

Além dos exemplos, movem também as razões. Porque se temos de considerar como melhor modo de viver aquele a quem se presta o serviço mais agradável a Deus, teremos por tal aquele em que todos fazem a oblação da obediência, a qual é a mais aceite entre todos os sacrifícios. «*A obediência é melhor que o sacrificio e a submissão vale mais que a gordura dos carneiros*» (1 Sam 15,22).

E não sem motivo, pois oferecendo o próprio juízo, vontade e liberdade, que é o principal do homem, oferta-se-lhe mais do que se lhe fosse oferecida qualquer outra coisa. Além disso, esse modo de vida ajuda também a conseguir todas as virtudes, pois, como diz S. Gregório, «*a obediência não é tanto virtude, como mãe de virtudes*»<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Gregório Magno, *Moralia*, 1.35, c.14; PL 76,765 B: *Oboedientia non tam virtus quam mater virtutum*.

Isto não tem nada de estranho, pois ela faz alcançar de Deus tudo quanto se pede, como o mesmo Santo diz: «*Se obedecermos aos nossos prepositos, Deus obedecerá às nossas orações*»<sup>3</sup>. Como diz, antes dele, a Escritura, falando de Josué, que obedeceu a Moisés, seu Superior. Diz que não só lhe obedeceu o sol, detendo-se à sua ordem: «*Sol, detém-te sobre Gabaon*», mas até Deus onipotente, que criou o sol e todas as criaturas: «*O Senhor obedeceu à voz de um homem*» (Jos 10,14). De modo que se acrescenta um grande bem aos súbditos para crescer nas virtudes, tendo Àquele que é autor delas obediente à sua oração. E também porque, segundo o ditado do Sábio, «*acrescentarás à virtude quanto subtraíres à tua própria vontade*». Esta forma de viver faz evitar também muitos erros do próprio juízo e defeitos e pecados da própria vontade, pois segue a vontade do Superior. Não só em coisas particulares, mas em todo o estado de vida, já que cada um obriga tanto mais (por assim dizer) à divina providência a governá-lo e encaminhá-lo, quanto mais se entregar nas suas divinas mãos por meio da obediência que presta a seu ministro, que é qualquer Superior, a quem se sujeita pelo seu amor.

A tudo isto acrescenta-se esta utilidade: aqueles que têm perto um Superior com cujo parecer se conformam e por quem se dirigem, resistem e vencem todas as suas tentações e fraquezas: «*O varão obediente cantará vitória*» (Pr 21,28), para triunfar de si mesmo, que é o triunfo mais nobre. Com certeza este caminho é muito direito: exercitar-se em submeter o seu próprio juízo e vontade por meio da santa obediência. Esse exercício cessaria se o Superior estivesse longe. Da mesma forma, este modo de viver é de singular mérito para aqueles que sabem aproveitar-se dele, por ser como um

---

<sup>3</sup> Agostinho, *Sermo ad fratres de eremo* 61: *Si oboedientes fuerimus praepositis nostris, oboediet Deus orationibus nostris.*

martírio que continuamente corta a cabeça do próprio juízo e vontade, colocando no seu lugar a de Cristo N. S., manifestada pelo seu ministro. E corta não apenas uma só vontade, a de viver, mas todas as suas vontades juntas.

Aumenta também o mérito, acrescentando muito valor a todas as boas obras pelo facto de fazê-las por obediência.

Deveis também considerar que vos fará andar descansados e mais rapidamente adiantar no caminho do céu, como quem anda com pés alheios e não com os próprios do seu entender e querer. E em todas as coisas, como comer, dormir etc., fará com que andeis por esse caminho em contínuos méritos, como acontece aos navegantes que, enquanto repousam, andam. E para o fim da jornada, que é o mais importante, faz ganhar e possuir com mais firmeza a chave do céu. Isto faz a obediência, assim como a desobediência fez e faz perder a chave do céu.

Mas, mesmo enquanto duram os trabalhos da presente peregrinação e desterro, esta forma de vida dá um grande gosto do descanso da pátria, não só porque liberta de perplexidades e dúvidas, mas porque permite ao homem libertar-se do gravíssimo peso da sua própria vontade e da solicitude de si mesmo, colocando-o sob o Superior e andando assim, em paz e sossego. Quem não sentir este sossego, mesmo vivendo em obediência e tendo perto ao Superior, considere bem se não é culpa sua, por intrometer-se de novo nos próprios assuntos, depois de se ter abandonado nas mãos do Superior. Ouça o que S. Bernardo diz a ele e àqueles que são como ele: «*Vós que nos entregastes, de uma vez por todas, o cuidado das vossas coisas, porque vos intrometeis de novo nelas?*»<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Bernardo, *In Cantica sermo* 19,7: *Qui vestri curam nobis semel tradidistis quid de vobis rursum vos intomistis?* (PL 183-866B).

De maneira que para quem reconhece o benefício que Deus lhe faz com isso, é um grande alívio e descanso ter perto a quem obedecer. E não só o faz descansar, mas enobrece o homem e eleva-o muito sobre o seu estado, pois o faz despir-se de si mesmo e vestir-se de Deus, sumo bem, o qual tanto mais enche a nossa alma, quanto mais vazia a encontra da própria vontade. Os que assim procedem, podem dizer com verdade que são obedientes: «*Eu vivo, mas já não sou eu que vivo: é Cristo que vive em mim*» (Gal 2,20). Alguém poderia ainda dizer: «Quem obedece em Cristo ao prepósito geral da Companhia pode participar de tudo isto». Mas tenho por certo que não participaria tanto, e haveria muita diferença em relação àqueles que, vivendo na sua comunidade, têm perto a quem obedecer, no mesmo Senhor nosso.

Além das vantagens espirituais já mencionadas, que se referem mais aos indivíduos, esta forma de vida é importante para a conservação de todo o corpo da vossa comunidade, porque nenhuma multidão pode conservar-se como um corpo sem estar unida, nem pode unir-se sem ter uma ordem, nem pode ter ordem se não tem uma cabeça, à qual os outros membros fiquem subordinados pela obediência. Assim, se desejamos que se conserve o ser da vossa comunidade, é necessário desejar tenhais a alguém que seja a vossa cabeça.

Além da conservação, é muito importante para o bom governo da comunidade aí de Gandia, ter perto alguém que entenda de todas as coisas e providencie nelas, como eu mesmo faria se estivesse presente. Porque a experiência mostra-nos ser impossível cuidar a partir daqui de muitas coisas que seriam importantes, já que, por um lado, não é possível escrever tudo para informar-nos aqui, e por outro, nem tudo se pode dizer nas cartas, e em muitas coisas se perderia a ocasião, enquanto se pede o parecer daqui e se envia.

Para quem tiver o meu cargo e tão grande peso, é também um grande alívio, muito merecido e até necessário, pois, já que é obri-

gado e não pode atender por si mesmo a todos os pormenores, pelo menos fá-lo por meio de outros.

Mesmo sem contar com esta conservação, redundante em grande utilidade para todo o corpo da Companhia, para a qual é muito útil que os estudantes e outros membros dela sejam muito exercitados na obediência, sem prestar atenção a quem for o seu ministro, mas reconhecendo nele a Cristo N. S., considerando que se obedece a Ele no seu representante. E a razão desta utilidade é que, embora esta virtude da obediência seja muito necessária em qualquer congregação, nesta o é de uma maneira especial, porque é formada por pessoas letradas, que são enviadas pelo Papa e prelados a regiões muito afastadas de onde reside o superior, tratam com pessoas importantes, e por outros muitos motivos pelos quais, se estas pessoas não tiverem uma grande obediência, provavelmente não poderiam ser governadas. Por isso, não há nenhum exercício que eu considere mais oportuno e mais necessário para o bem da Companhia do que este de obedecer muito bem.

Além disso, para saber presidir a outros e dirigir-los, é necessário primeiro ser bom mestre em obedecer. E como é muito útil para a Companhia ter quem saiba dirigir, do mesmo modo é ter um meio para aprender a obedecer. É por isso que aqui em casa costumamos ter dois ministros, um subordinado ao outro. E os que estão em casa devem obedecer a qualquer um, embora seja irmão coadjutor, como se fosse a mim ou a quem estiver no meu lugar.

Finalmente, se os erros e acertos dos outros nos devem servir de exemplo para o que devemos imitar e seguir, vemos que em muitas congregações, por não haver um prepósito com autoridade suficiente para dirigir os outros, têm acontecido muitas faltas e muito graves. Ao contrário, vê-se a vantagem do governo nos lugares onde todos obedecem a um prepósito.

Nesta primeira parte, mostrámos quantos motivos e razões existem para fazer esta provisão de Superior, tão útil e necessária e com

quanto gosto e devoção a deveis abraçar. Falta a outra parte, que é o modo de eleger esse Superior e obedecer a quem for eleito.

Para a eleição, todos os que residis aí vos recolhereis por três dias, sem falar uns com os outros a respeito da eleição. Os sacerdotes celebrem com a intenção especial de acertar na eleição e os outros também a encomendem muito a N. S. nas suas orações. Todos, durante este tempo, pensem quem seria mais apto para este cargo, sem considerar outra coisa que o melhor governo e o maior bem dessa vossa comunidade de Gandia, para honra e glória de Deus, como se tomásseis sobre a vossa consciência essa eleição e tivésseis de dar conta a Deus N. S. no dia grande em que esperais ser julgados. Depois, cada um por si, no terceiro dia, escreva e assine o seu voto. Coloquem-nos todos numa caixa ou lugar onde ninguém os toque até ao outro dia. Então, em presença de todos, serão tirados e quem tiver maior número de votos será o vosso Superior, o qual desde agora eu aprovo, enquanto não disser o contrário. E podeis usar este modo de agir, enquanto não houver aí nenhum professo e enquanto não se acabam de publicar as Constituições.

Quanto ao modo de obedecer-lhe, uma vez eleito, deve ser o mesmo com que o faríeis se eu ou qualquer um que tivesse o meu cargo estivesse presente. Desejo que o Reitor tenha a mesma autoridade que eu gostaria de ter se estivesse presente, para melhor ajudar-vos a maior honra e glória de Deus N. S. Portanto, tende para com ele o mesmo respeito que teríeis para comigo, ou melhor, para com Jesus Cristo Senhor nosso, ao qual em ambos obedecéis, e por Ele a seus ministros. Quem não estiver disposto a obedecer, e deixar-se dirigir desta maneira, quer dos que agora estão em Gandia, quer dos que lhes sucederão, seja a este Reitor ou a outro que o superior geral da Companhia nomear no seu lugar, tome outro caminho e deixe a vossa comunidade e convivência, porque não convém que haja nela ninguém que não possa ou queira submeter-se à obediência como foi explicada.



Esta carta será para todos os que aí residem testemunho certo do que sinto no Senhor nosso. Gostaria e desejaria que isto se fizesse para maior proveito espiritual dos estudantes que a Companhia tem agora, para maior serviço, louvor e glória de Deus nosso Senhor e Criador<sup>5</sup>.

Ele, pela sua infinita e suma bondade, queira dar-nos a sua graça abundante, para que sintamos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos. Amen.

Roma, em 29 de Julho de 1547.

---

<sup>5</sup> O eleito foi o Pe. André de Oviedo, homem de grande valor, que mais tarde foi nomeado e consagrado patriarca de Etiópia, onde faleceu em suma pobreza, sem conseguir a união com Roma, por culpa do rei ortodoxo.

**AOS PADRES E IRMÃOS DE PÁDUA<sup>1</sup>**

Roma, 7 de Agosto de 1547

(Ep. I, 572-577 – original italiano)

A graça e o amor verdadeiro de Jesus Cristo N. S. estejam sempre nos nossos corações e aumentem cada dia, até à consumação de nossa vida. Amen.

Caríssimos em Jesus Cristo, Padres e Irmãos amadíssimos.

Chegou às nossas mãos uma carta do nosso e vosso Pedro Santini, escrita ao Pe. Mestre Laínez que está em Florença. Nela vimos, entre outros assuntos, o amor da pobreza que elegestes por amor de Jesus Cristo pobre. Não falta às vezes ocasião de padecer na realidade a penúria das coisas necessárias, porque os meios naturais de Monsenhor

---

<sup>1</sup> Esta carta, conhecida como «Carta da Pobreza», foi dirigida a um colégio de estudantes jesuítas que começara em 1542, com o Pe. Laínez. Em 1545, Inácio alcança de Paulo III a doação para a Companhia de Jesus do priorado de Santa Maria Madalena, pensando na fundação do Colégio. A aprovação da República de Veneza só sucedeu em 1548. Daí a penúria em que tiveram de viver os jesuítas de Pádua (Dalm. 193). Inácio, que conhecia por experiência o extremo despojamento, gostava que os seus filhos de Roma ou de outras partes fossem capazes de experimentar os efeitos da pobreza. A carta que Polanco redige, desenvolve ideias e sentimentos ditados por Inácio. Perpassa por ela um belo tom evangélico e um louvor entusiasta da pobreza, dom de Deus por excelência, que os configura a Jesus Cristo pobre até à completa nudez da cruz. Esta é a marca da amizade e escolha de Deus: os pobres abrirão a entrada do reino. Mas quem escolhe a pobreza, pense que o seu amor deve ser efectivo e lógico. Então, material e espiritualmente despojado, possuidor de Jesus Cristo, tesouro de toda a pobreza, que será seu tudo, gozará de sua paz e alegria (Dumeige, *Lettres*, 142).

da Trindade não são tão grandes como é a liberalidade e caridade da sua alma<sup>2</sup>.

Não é necessário exortar à paciência aos que se lembram do estado que abraçaram e têm diante dos olhos a Jesus Cristo nu sobre a cruz, e sobretudo por vossa carta atestar como todos aceitais sentir algo de pobreza. Todavia, porque me encomendou nosso pai em Jesus Cristo Mestre Inácio, que vos ama como pai verdadeiro, consolar-me-ei com todos vós por esta graça que a infinita Bondade nos concede em fazer-nos experimentar aqui e aí esta santa pobreza. Aí ignoro em que grau; aqui a nós em grau muito alto, de acordo com a nossa profissão<sup>3</sup>.

Chamo graça à pobreza, porque é especial dom de Deus, pois diz a Escritura: *a pobreza e honestidade vêm de Deus*. É d'Ele muito amada, como nos mostra o seu unigénito Filho *que desceu de seu trono real* (Sab 18,15) e quis nascer com pobreza e crescer com ela. E não só a amou em vida, padecendo fome e sede, e não tendo *onde reclinar a cabeça* (Mt 8,20; Lc 9,58), mas também na morte, querendo ser despojado das suas vestes e de tudo o mais, faltar-lhe até água para matar a sede.

Quis a Sabedoria, que não pode enganar-se, mostrar ao mundo, segundo São Bernardo, quão preciosa era essa jóia da pobreza, cujo

---

<sup>2</sup> André Lippomani era titular da Ordem teutónica da SS. Trindade. Em 1523 e 1524 tinha hospedado Inácio, por ocasião da peregrinação à Terra Santa, e de novo em 1536 e 1537, quando o Santo terminava os seus estudos e esperava os companheiros de Paris. Mais tarde, em 1542, Lippomani quis utilizar os seus benefícios eclesíasticos para fundar dois Colégios, em Pádua e Veneza. Os Padres chegaram, e a instituição começou. A generosidade do fundador encontrou dificuldades por parte da família e da República veneziana, que só se resolveram em 1548. Por isso a situação económica confinava com a penúria.

<sup>3</sup> A construção da Casa Professa e ajudas de Inácio às suas obras apostólicas romanas, só completamente firmadas em 1548, foram causa de muita penúria para os jesuítas de Roma.

valor não era conhecido na terra<sup>4</sup>. Foi para ela a sua eleição, a fim de que não parecesse doutrina sua destoar da sua vida: *bem-aventurados os que têm fome e sede, bem-aventurados os pobres etc.* (Mt 5,3; Lc 6,20).

Igualmente se mostra quanto a pobreza é apreciada por Deus, olhando para os seus mais íntimos amigos, principalmente no Novo Testamento, a começar por sua Mãe santíssima e pelos seus apóstolos. Discorrendo por todos os tempos até aos nossos dias, consideremos como foram geralmente pobres, como os súbditos imitaram o seu Rei, como os soldados o seu General, como os membros a Cristo, sua cabeça.

São tão grandes os pobres na presença divina que por amor deles especialmente foi mandado ao mundo Jesus Cristo: *por causa da miséria dos indigentes e gemido dos pobres, agora me levantarei, diz o Senhor* (Sl 11,6). E acrescenta noutro lugar: *enviou-me para dar a boa nova aos pobres* (Lc 4,18). Isto mesmo é o que recorda Jesus Cristo, respondendo a João Batista: *a boa nova é anunciada aos pobres*.

São tão preferidos aos ricos, que Jesus Cristo quis eleger aquele santíssimo colégio dos apóstolos dentre os pobres, quis viver e tratar com eles e deixá-los como príncipes da sua Igreja, constituindo-os juízes sobre as doze tribos de Israel (cf. Mt 19,25), isto é, sobre todos os infieis. Os pobres serão seus assessores, tão excelso é o seu estado.

A amizade dos pobres torna-nos amigos do Rei eterno. O amor dessa pobreza faz de nós reis já aqui na terra, não da terra, mas do céu. Isto se vê, porque estando prometido o reino dos céus aos outros no futuro, aos pobres e aos atribulados é prometido já no presente por aquela Verdade que não muda: *Bem-aventurados os que têm um*

---

<sup>4</sup> *Serm. I in vig. Nat. Dom.; PL 185,89*: Polanco alude à famosa frase de Bernardo: *Hanc (paupertatem) itaque Dei Filius concupiscens descendit, ut eam eligat sibi, et nobis quoque sua aestimatione faciat pretiosam.*

*coração de pobre, porque deles é o reino dos céus, os quais têm direito ao reino desde agora* (Mt 5,3).

E não só eles são reis, mas fazem participantes do reino aos outros, como em S. Lucas ensina Cristo, dizendo: *Conquistai amigos com o dinheiro, fonte de iniquidade, para que, quando ele vier a faltar, esses amigos vos acolham nas moradas eternas* (Lc 16,9). Estes amigos são os pobres, por cujos merecimentos os que os ajudam entram nas moradas eternas, e são principalmente os pobres voluntários. Segundo Santo Agostinho, estes são os pequeninos, dos quais diz Cristo: *O que tiverdes feito a um destes pequeninos, a mim o fizestes* (Mt 25,40).

Daqui se pode ver a excelência da pobreza que não junta tesouros de esterco e terra vil, mas compra com todos os recursos do amor, esse precioso tesouro no campo da santa Igreja, quer seja o próprio Cristo, quer sejam os seus dons dos quais jamais se separa.

Mas quem considerasse a verdadeira utilidade, que se encontra nos meios aptos para a consecução do fim supremo, veria de quantos pecados a santa pobreza nos preserva, tirando a ocasião deles, porque *a pobreza não tem com que alimentar o seu amor*<sup>5</sup>. Ela esmaga o verme dos ricos, que é a soberba, e mata as sanguessugas infernais da luxúria, a gula e outros muitos vícios. E se alguém por fraqueza cair, ajuda-o a levantar-se depressa, porque a pobreza não tem aquele amor que como visco liga o coração à terra e às coisas terrenas, e não deixa facilidade de erguer-se e voltar a si e converter-se a Deus.

A pobreza deixa ouvir melhor a voz, isto é, a inspiração do Espírito Santo, tirando os impedimentos dela; torna a oração mais eficaz na presença divina, porque *o Senhor ouve a oração dos pobres* (Sl 11,17), faz caminhar mais desembaraçadamente pela estrada das virtudes, como ao viajante livre de todo o peso; torna o homem livre da es-

---

<sup>5</sup> Ovídio, *De remedio amoris* 749: *Non habet unde suum paupertas pascat amorem.*

cravidão comum a tantos grandes do mundo, no qual *tudo obedece e serve ao dinheiro* (Ec1 10). Leva a adquirir todas as virtudes, se a pobreza é de espírito, porque a alma vazia do amor das coisas terrenas estará repleta de Deus, através dos seus dons. E não poderá deixar de ser rica, tendo recebido a promessa de cem por um, ainda nesta vida, promessa que se realiza no temporal, quando é conveniente, mas no espiritual perfeito não deixa de ser verdadeira. E assim se tornarão ricos dos dons divinos os que voluntariamente se fazem pobres das coisas humanas.

Esta mesma pobreza é aquela terra fértil de homens fortes, *mãe fecunda de varões* de que fala o poeta<sup>6</sup>, palavras que melhor se podem aplicar à pobreza cristã que à romana. Ela é a fornalha que caldeia o progresso da fortaleza e a virtude dos homens, onde se vê o que é ouro e o que não o é. É a trincheira que torna seguro o campo da nossa consciência na vida religiosa e o fundamento sobre o qual parece que Cristo mostrou que se devia construir o edifício da perfeição, ao dizer: *Se queres ser perfeito, vende tudo o que tens dá-o aos pobres e segue-me* (Lc 19,21; Mc 10,21; Lc 18,22). Esta é a mãe, o tesouro, a defesa da vida religiosa, porque a gera, nutre e conserva<sup>7</sup>; pelo contrário, a abundância das coisas temporais a diminui, estraga e arruína.

Assim facilmente se verá quão grande é a utilidade, além da excelência desta santa pobreza, principalmente por ser afinal aquela a que nos leva à salvação d'Aquele *que salva o humilde e o pobre* (2 Sm 22,28; Sl 17,29) e nos faz conquistar o reino eterno desse mesmo que disse ser dos pobres o reino dos céus. Esta utilidade não se compara com qualquer outra coisa. Assim, por mais dura que seja, parece dever-se

---

<sup>6</sup> Lucano, *Pharsalia* I, 165: *Fecunda virorum paupertas*.

<sup>7</sup> (Const. III, 1,45): deve-se amar a pobreza como mãe; VI, 2,1 como muro forte e defesa da vida religiosa.

aceitar de boa vontade esta santa pobreza. Mas de facto não é dura para quem a aceita de bom grado. Até Séneca diz que *os pobres riem mais de coração, por não terem nenhuma outra preocupação*<sup>8</sup>. A experiência no-lo mostra em quaisquer mendigos: olhando para o seu contentamento, veremos que vivem mais alegres que os grandes comerciantes, magistrados, príncipes e outras pessoas.

Mas, se isto é verdadeiro nos pobres não voluntários, que diremos dos voluntários? Estes, por não terem nem amarem coisa alguma terrena, passível de perda, têm uma paz imperturbável e suma tranquilidade neste ponto, cheio de tempestade nos ricos. Aqueles, na segurança e pureza de consciência, gozam de alegria contínua, *como em eterno banquete* (Pr 15,15), principalmente quando a mesma pobreza os dispõe para as consolações divinas que costumam tanto mais abundar nos servos de Deus, quanto menos abundam as coisas e comodidades terrenas, com a condição de que saibam encher-se de Jesus Cristo, de modo a suprir tudo e a ficar em lugar de tudo.

Não há razão para falar mais sobre isto. Baste o dito para mútua consolação e exortação minha e vossa, a fim de amar a santa pobreza, pois a excelência, utilidade e alegria mencionadas se encontram plenamente, somente na pobreza amada e voluntariamente aceite e não na forçada e involuntária. Só acrescentarei o seguinte: os que amam a pobreza devem amar as consequências dela, enquanto deles depender, como o comer, vestir, dormir mal e ser desprezado. Se, pelo contrário, alguém amasse a pobreza, mas não quisesse sentir penúria alguma e outras consequências, seria um pobre delicado demais, e sem dúvida mostraria amar mais o título do que a posse dela, ou amá-la de palavra e não de coração.

Nada mais direi por esta vez, senão rogar a Jesus Cristo, mestre e verdadeiro exemplo de pobreza espiritual, nos conceda a todos

---

<sup>8</sup> *Saepius pauper ridet: nulla sollicitudo in alto est* (Ad Lucilium, 80,6).

possuir esta preciosa herança, dada a todos os irmãos e co-herdeiros seus, para que abundem em nós as riquezas espirituais da graça e finalmente as inenarráveis da sua glória. Amen.

De Roma, 6 de Agosto de 1547.



**A TERESA RAJADELL<sup>1</sup>**

Roma, Outubro de 1547

(Ep. I, 627)

A graça e o amor de Jesus Cristo, Deus e Senhor nosso, vivam sempre nas nossas almas. Amen.

Duas cartas vossas me trouxe Santa Cruz<sup>2</sup>, nas quais mostrais descontentamento de males particulares e comuns, com o justo desejo, que Deus vos deu, de pôr remédio nuns e outros. Ouça-vos Ele mesmo por sua infinita misericórdia, pois está escrito: *o Senhor atendeu o desejo dos pobres* (Sl 10,17).

Quanto aos males particulares, certamente é necessário que todo o conhecedor de si próprio os reconheça em si mesmo, pois não deixará de havê-los no nosso estado de presente miséria, até se

---

<sup>1</sup> Em 1546, uma nova abadessa fora eleita no mosteiro barcelonense de Santa Clara, infelizmente de maneira simoníaca. Teresa Rajadell e muitas das suas companheiras julgaram dever recusar-lhe obediência e colocaram-se sob a autoridade da Companhia. Foi grande o embaraço de Inácio, que obtivera de Paulo III, em 20 de Maio, não receber religiosas sob a sua obediência. Mas não seria conveniente favorecer a obra da reforma dos mosteiros da Catalunha? Fez todos os esforços por isso, recorrendo aos PP. António de Araoz, Miguel de Torres e Francisco de Borja, animando o seu amigo, o bispo Cassador, que declarava ser um milagre a reforma dessas monjas; mas, sem querer ramo feminino para a sua Ordem, guarda silêncio sobre a questão. Console-se Soror Rajadell, avaliando a fraqueza que sofre como prova purificadora, pois as dificuldades encontradas numa empresa são sinal de que Deus a ama. Duas palavras de Inácio sobre a sua saúde; ela deve também servir e louvar a Deus (Dumeige, *Lettres*, 147).

<sup>2</sup> O Pe. Martinho de Santa Cruz, Reitor do Colégio de Coimbra, passando por Barcelona a caminho de Roma, prestara-se a levar as cartas de Teresa para Inácio.

consumir inteiramente toda a nossa malícia na fomalha do eterno amor de Deus, Criador e Senhor nosso. Então serão as nossas almas penetradas e completamente possuídas por Ele e as vontades conformadas, ou melhor, transformadas naquela que é a essencial rectidão e perfeita bondade.

Entretanto, conceda-nos a todos ao menos a sua infinita misericórdia, que sintamos e aborreçamos, cada dia mais, quaisquer imperfeições e misérias nossas, chegando cada vez mais a participar da eterna luz da sua sabedoria. Ela nos torne presente a sua infinita bondade e perfeição, graças à qual se nos tornem muito claros e nos sejam insuportáveis todos os nossos defeitos, mesmo os mais pequenos, e procurando corrigi-los, os debilitemos e diminuamos com ajuda do mesmo Deus e Senhor nosso.

Quanto aos males comuns, em que desejais ponha Deus a sua divina mão e esperais que Ele o fará, não somente desejo, mas também espero isso mesmo e tomo como sinal de Deus ser servido executar essa reforma, ver o príncipe tão desejoso dela e de buscar meios eficazes de efectuá-la<sup>3</sup>. O haver dificuldade não é coisa nova, mas ordinária nas empresas de muita importância para o serviço e glória divina. Porém, quanto mais difícil é esta obra, tanto mais aceite será por Deus N. S., como ocasião de lhe dar por ela, mais de coração, graças incessantes.

Quanto aos sucessos da nossa Companhia, haverá mais próximo de vós quem vos dê informações. Somente vos peço, pelo amor de Jesus Cristo, sua cabeça, embora comum Senhor e Deus de toda a criação, nos encomendeis muito nas vossas orações à sua divina Majestade, para que se digne, cada dia mais, servir-se e glorificar-se nela.

---

<sup>3</sup> O príncipe Filipe, futuro rei da Espanha, interessava-se pela reforma dos conventos do seu país.

Sobre a minha saúde corporal, digo-vos que tenho pouca. Seja bendito Aquele que com seu sangue e vida nos alcançou a eterna, na participação do seu reino e glória, e Ele conceda graça para que, na disposição natural dos nossos corpos, boa ou má, e tudo o mais que Ele pôs nas suas criaturas, sempre se empregue no seu maior serviço, louvor e glória. Amen<sup>4</sup>.

De Roma, Outubro de 1547.

---

<sup>4</sup> Indiferença inaciana (*EE. 23*): «da nossa parte não queiramos mais saúde que doença, vida longa que breve e assim por diante em tudo o mais, desejando e escolhendo apenas o que mais conduz ao fim para que fomos criados (louvor, reverência e serviço de Deus)».

**AO PE. ANDRÉ D'OVIEDO<sup>1</sup>**

Roma, 27 de Março de 1548

(Ep. II, 54-65)

Meu caríssimo Padre em Jesus Cristo,

1. Como noutras cartas se respondeu às questões propostas por V. Revma.<sup>2</sup>, esta será particularmente para falar de outra matéria, por incumbência especial do nosso Padre. Indicou-me sua Paternidade os principais pontos sobre os quais devia escrever. Portanto, V. Revma. tomará o que aqui disser não como meu, mas como se fosse dito por sua Paternidade.

2. Quanto à oração e ao estudo dos escolásticos que aí moram, não se escreverá por agora nada em particular. O nosso Padre já considerou o que se observa noutros lugares onde estudam pessoas da Companhia, Valença, Coimbra, Lovaina, Pádua e Bolonha, sem contar os daí. Agora encomenda-se este assunto a Deus N. S. Penso

---

<sup>1</sup> André d'Oviedo, um dos jesuítas da primeira geração, era o Reitor do Colégio de Gandia, uma das primeiras fundações da Companhia na Espanha (1546). Por indicação de Inácio, fora eleito por voto dos súbditos, método que nunca mais se usou nestes casos. Tinha forte inclinação para a vida eremítica com maior austeridade e oração, contrariando o carisma da Companhia para mais apostolado. Daí a elaboração de uma doutrina da obediência, que se repetiria em grande parte, com as mesmas frases, na famosa Carta aos PP. e II. da Companhia em Portugal. Este mesmo Pe. Oviedo, mais tarde, em 1553, seria consagrado bispo da Etiópia e, perseguido pelo Negus ortodoxo, pôde satisfazer, como jesuíta, as suas ânsias eremíticas.

<sup>2</sup> Essas questões versavam sobre o estudo e a vida espiritual dos estudantes.

que em breve, com a ajuda divina, se acabarão de ordenar as Constituições que se deverão observar em todos os Colégios da Companhia, tanto o que se refere à conservação e progresso no espírito e virtudes, como ao aproveitamento nas letras e sua finalidade<sup>3</sup>.

3. Fui igualmente encarregado de pedir a V. Revma. que escreva frequentemente ao licenciado Pe. Araoz. Como vê, a Companhia cresce, pela misericórdia de Deus e, com a sua graça, crescerá ainda mais dia a dia. Queira a sua divina e suma bondade que não seja só em número e bens materiais, mas muito mais no espírito e em todas as virtudes, para serviço e glória universal da sua divina Majestade.

4. Multiplicando, como se disse, a Companhia, é forçoso que se multiplique o cuidado para com ela. E não sendo possível que uma só pessoa possa atender a tantos assuntos, é necessário que se reparta este cuidado, para se poder satisfazer melhor ao governo particular. Assim o peso do governo geral será suportável àquele a quem compete e até por longo tempo<sup>4</sup>. Porque, em qualquer multidão, é necessário que haja ordem, para se evitar confusão e, portanto, há-de haver grande número de Superiores particulares. É preciso também que haja entre eles ordem de proeminência e de sujeição, a fim de que a subordinação de uns mantenha a união de todos e, como fruto disso, a própria existência e o bom governo da Companhia.

5. Quase todas as criaturas nos ensinam que assim se deve proceder e é conforme à disposição da divina Providência. Em todos os seres corporais em movimento vemos a dependência dos inferiores para com os superiores e estes, por sua ordem, para com um que é

---

<sup>3</sup> É a Parte IV das Constituições da Companhia de Jesus, que trata especialmente dos Estudos.

<sup>4</sup> Então o Geral era Inácio, que iria aguentar ainda esse peso, contra a sua vontade, por mais de oito anos, certamente acima do que se podia esperar de um homem doente.

supremo. Igualmente nos anjos existe a santa subordinação de uma hierarquia à outra, de uma ordem à outra. A divina Providência dirige as criaturas ínfimas pelas médias e as médias pelas mais altas, para alcançarem as suas finalidades, guardando a união entre elas pelo vínculo desta subordinação.

6. O mesmo nos mostram as subordinações políticas no Antigo Testamento: tribunos, centuriões, quinquagenários, decuriões, dependem de uma cabeça que detém o supremo governo. O mesmo se dá nos regimes actuais, quando bem ordenados em tudo. Igualmente sucede na hierarquia eclesiástica pela sujeição dos Prelados ao Sumo Pontífice. Assim vemos que o andamento de um bom governo, e também de um mau, quando existe, quase sempre se coordena por esta subordinação, bem ou mal observada.

7. Foi considerando tudo isto, que o nosso Padre deseja muito, no Senhor nosso, que se observe na Companhia a devida sujeição de uns prepósitos a outros, para que os indivíduos recorram e obedeçam aos seus imediatos Superiores, estes aos Provinciais, os Provinciais ao Geral e o próprio Geral a quem Deus lhe deu por Superior<sup>5</sup>. Por isso, o nosso Padre recomenda muito a V. Revma., no Senhor nosso, que recorra em tudo ao licenciado Pe. Araoz<sup>6</sup> e lhe obedeça como a Cristo Jesus nosso Senhor, cujo lugar o licenciado ocupa. Quando este tiver dúvida em algum assunto, escreverá ao nosso Pe. Mestre Inácio. Assim todos se ajudarão, no Senhor nosso. Quanto à correspondência, V. Revma. o fará quando e como aquele lhe ordenar.

---

<sup>5</sup> Aqui se entende o Sumo Pontífice, ao qual a Companhia totalmente se consagrou, com voto especial de obediência.

<sup>6</sup> Chama licenciado ao Pe. António de Araoz, por não ter tirado o título de Mestre em Teologia ou Filosofia, mas era o Provincial de Espanha.

8. Quanto a recolher-se em eremitério, como há sete anos deseja<sup>7</sup>, por ser questão difícil e perigoso exemplo no modo de proceder da Companhia<sup>8</sup>, parece ao nosso Pe. Mestre Inácio que isto requer mais longo discernimento<sup>9</sup>.

9. Quanto à grande insistência usada por V. Revma. a pedir essa licença<sup>10</sup>, penso que o nosso Pe. a considera pouco necessária, porque, se sua Paternidade pensasse ser essa pretensão para maior serviço e glória divina, concordaria logo nisso, sem precisar dessa insistência, e se assim não sentisse, nem essa nem outra maior insistência haviam de bastar.

Falando em geral, ouvi-o várias vezes dizer que ao súbdito basta apresentar os seus motivos e abrir todo o seu coração ao Superior, sem usar esforço próprio para o levar à sua pretensão e desejo. Isto costuma em muitos ser sinal de apego muito vivo à sua vontade e juízo, é forçar regra com que se conforme o Superior àquilo que o súbdito pretende.

10. Dizia também o nosso Pe. nunca ter lido que nem S. Francisco<sup>11</sup> nem outros santos tivessem dado licença a nenhum dos seus religiosos para ir para o deserto antes de terem feito profissão e serem muito bem conhecidos. Contudo, a disponibilidade e prontidão de

---

<sup>7</sup> Era o assunto pessoal do Pe. Oviedo e do Pe. Onfroy, influenciados pelo franciscano Frei João de Texeda, santo homem de muita oração, abstinência e austeridade de vida.

<sup>8</sup> «A maior glória de Deus» se entende na Companhia não só a perfeição própria, mas ao mesmo tempo a salvação do próximo.

<sup>9</sup> Inácio não nega a sinceridade de Oviedo em inclinar-se para o eremitério, na intenção de maior entrega pessoal a Deus, mas exige maior discernimento em questão de direcção espiritual, em que está em jogo o bem universal, o exemplo do próximo.

<sup>10</sup> Licença de passar para a vida eremítica, pedida durante 7 anos.

<sup>11</sup> Francisco provavelmente é nomeado aqui por causa da influência de Frei João de Texeda.

V. Revma. o asseguram de que aceitará tudo o que a obediência ordenar. Ela é uma âncora fortíssima para firmar e assegurar a alma.

11. Mas quem quisesse examinar em si mesmo que isso é indiferença<sup>12</sup>, no caso de V. Revma., perguntaria à sua alma, no acatamento de Deus N. S.<sup>13</sup>, o seguinte: 1.º) está preparado de facto para deixar ou tomar esse recolhimento? 2.º) ficará contente e consolado em tomar ou deixar o que deseja? 3.º) sentirá que lhe será mais conveniente tomá-lo ou deixá-lo, conforme lhe mandar o superior? Quem se achasse assim disposto, poderia dizer que está indiferente como o exige a verdadeira obediência<sup>14</sup>.

.....

29. Alonguei-me em falar desta santa virtude, mais que o desejo que dela tenho, pela incumbência, como disse, do nosso Padre. Embora ele julgue a obediência necessária a todas as Congregações Religiosas, muito especialmente deseja se assinalem nela os da Companhia, porque não igualamos as demais na austeridade do hábito, nem em jejuns e outras mortificações quanto ao nosso modo comum de viver, mas na obediência e abnegação de vontades e juízos deseja muito, no Senhor nosso, que todos deveras progridamos e nos assinalemos.

30. Neste assunto escrevo também com liberdade, pela mesma incumbência do nosso Padre, que me ordena tudo isso, fiando-se muito da devoção que V. Revma. mostra ter à obediência. E porque

---

<sup>12</sup> «Indiferença» no sentido dos *EE*. 23, 5-6.

<sup>13</sup> «Acatamento» não é só aceitação ou respeito, mas reveste sentido místico, como se pode ver no *Diário Espiritual de Santo Inácio*, de 14 a 27 de Março de 1544.

<sup>14</sup> O discernimento quase sempre precisa de ser confirmado pela obediência. As nossas reticências marcam os parágrafos iguais aos da famosa Carta da Obediência aos PP. e II. de Portugal, de 26 de Março de 1553. Esta carta ao Pe. Oviedo é a precursora principal da de Portugal.



esta no homem se dirige a Deus e não ao homem enquanto tal, essa obediência considera como sua obrigação, no Senhor nosso, voltar-se para aquilo que pensa ser honra e glória divina. Por isso se propôs antes a disposição que o obediente deve ter naquilo que oferece a Deus, através do seu ministro, a saber, a vontade, o entendimento e a execução. Assim, este mesmo obediente poderá perguntar-se a si próprio como se acha disposto a respeito disso, pedindo ao Senhor a conveniente disposição, se não a achar na sua alma.

31. 1.º) Dado ser necessário a todo o religioso obedecer àquele que é seu Superior nos assuntos próprios da regra do seu Instituto, e ser perfeição, como dizem os doutores, obedecer em todas as coisas, mesmo difíceis e contrárias à própria vontade, contanto que não inclua pecado, considere se se acha disposto só para um grau suficiente ou também para um grau de perfeição, tomando como regra a vontade do Superior em certas coisas ou em todas elas.

32. 2.º) Dispondo-se ao mais perfeito em geral, olhe em particular se, julgando uma coisa conveniente ao serviço divino, a deseja como tal, enquanto depende dele, mas não como necessária à salvação nem obrigatória, e veja se estaria disposto a deixá-la, quando o seu Superior julgasse que a devia deixar, e se inclinaria a sua vontade e juízo para onde o seu superior se mostrasse inclinado.

33. 3.º) Igualmente, se lhe mandasse por obediência executar algo em que duvidasse se devia obedecer, sem poder certificar-se de ser pecado grave ou leve, mas continuasse a duvidar, considere se se inclinaria para o lado da obediência, confiando que Deus, a quem obedece em seu ministro, lhe dará mais clareza e rectidão para conhecer e abraçar a sua divina vontade.

34. 4.º) Dado que o Superior lhe dá uma ordem, ora com intenção de obrigar, ora sem tal intenção, mas declarando abertamente a sua vontade ou indicando de modo que o súbdito a compreenda, veja se estaria disposto a obedecer não só no primeiro caso, que é

de necessidade, mas também no segundo, que é de perfeição na obediência.

35. Sobre estes pontos o nosso Padre ficaria contente, no Senhor nosso, se V. Revma. examinasse a sua obediência para com o Pe. Araoz ou para qualquer que Deus lhe desse por superior, assim como têm de examiná-la para com V. Revma. os que lhe devem obediência.

[*Inscrição no códice «Decr. et Instr.»*] Ao Pe. André d'Oviedo.

[*Inscrição no «Cod. Paris.»*] Cópia de alguns capítulos, tirados de uma carta que escreveu o Pe. Polanco, por incumbência de N. P. Santo Inácio, ao Padre Reitor do Colégio de Gandia, na qual se trata da obediência.

**A FRANCISCO DE BORJA, DUQUE DE GANDIA<sup>1</sup>**

Roma, 20 de Setembro de 1548

(Ep. II, 233-237)

A suma graça e o amor eterno de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda.

Tive conhecimento da ordem e modo de proceder de V. S.<sup>a</sup> nas coisas espirituais e corporais, para servir ao proveito espiritual próprio. Verdadeiramente deram-me novo motivo de muita alegria, no Senhor nosso. Dando graças à eterna Majestade, não o pude atribuir senão à divina bondade, da qual procede todo o bem. E com isto

---

<sup>1</sup> Os principiantes são geralmente generosos, mas nem sempre esclarecidos. Aos 38 anos de idade, já viúvo, Francisco de Borja, que fizera secretamente profissão na Companhia de Jesus, conserva claro gosto por longas orações e forte tendência para extrema austeridade. Nem o Reitor do Colégio de Gandia, André d'Oviedo, que suspira pelo recolhimento do deserto, nem o franciscano João de Texeda conseguiam muito para o moderar. Intervém Inácio, que tem diante dos olhos o ideal apostólico da Companhia. Ele conheceu outrora piedosos excessos e sabe que demasiadas penitências infligidas ao corpo são nocivas à alma e dificultam a subida para Deus; sabe que o sangue das macerações corporais servirá por algum tempo, mas depois não ajudará a efusão dos dons espirituais para os quais o homem se deve dispor. O místico do Cardoner lembra ao místico de Gandia, com fina precisão de pormenores, onde transparece a sua própria experiência, de que se pode encontrar Deus no decorrer dos dias e na multidão das acções, tanto como na oração, e que as obras exteriores perdem importância quando o Senhor se comunica liberalmente com a alma desejosa d'Ele. Este breve tratado das graças espirituais, rico de ensino sobre as consolações, a oração e abnegação, termina com uma saudação discreta que confia Francisco de Borja ao Espírito Santo, verdadeiro mestre interior (Dumeige, *Lettres*, 168).

senti, no mesmo Senhor nosso, que nalgumas circunstâncias temos necessidade de uns exercícios, tanto espirituais como corporais; noutras precisamos de outros diversos. Porque os que nos ajudaram para um tempo, podem já não nos ajudar noutro, declararei, em sua divina Majestade, quanto se me representa nesta parte, pois V. S.<sup>a</sup> me manda dizer o que sinto.

Primeiro, quanto às horas ordenadas para exercícios interiores e exteriores, seria de opinião que tirasse a metade de tudo o que faz. Quando e quanto mais os nossos pensamentos partem de nós mesmos ou do nosso adversário<sup>2</sup>, para pensar e pôr o entendimento em coisas impertinentes, vãs ou ilícitas, tanto mais devemos ordinariamente, para que a vontade não se deleite nem consinta nelas, crescer em exercícios interiores e exteriores, segundo os assuntos e a variedade dos pensamentos e tentações, regulando-nos nessas tentações para vencê-las<sup>3</sup>.

Pelo contrário, quanto mais esses pensamentos afrouxam e morrem, tanto mais os bons pensamentos e santas inspirações se introduzem; a elas devemos dar todo o lugar, abrindo-lhes inteiramente as portas da nossa alma. Como consequência disto, não sendo tão necessárias tantas armas para vencer os inimigos, segundo posso sentir sobre V. S.<sup>a</sup>, no Senhor nosso, teria por melhor que a metade do tempo se mudasse em estudo, pois será muito necessário ou conveniente para o futuro, não só o infuso, mas também o adquirido, no governo do seu estado e em conversações espirituais, procurando conservar sempre quieta, pacífica e disposta a própria alma, para

---

<sup>2</sup> «Adversário», o demónio, o espírito do mal, o inimigo da natureza humana, como lhe chama frequentemente Inácio e o descreve especialmente na Contemplação das «Duas Bandeiras» (EE. 136-142).

<sup>3</sup> Inácio alude aqui aos dois principais estados de alma, o da desolação e o da consolação. Sobre a desolação, cf. EE. 317-322, especialmente, 319: «Muito aproveita o intenso mudar-se contra a mesma desolação».

quando o Senhor nosso quizer obrar nela. Sem dúvida é maior virtude e maior graça poder gozar do seu Senhor em vários ofícios e em lugares do que num só. Para isso muito devemos ajudar-nos com a sua divina bondade.

Segundo: quanto a jejuns e abstinências, aconselharia a V. S.<sup>a</sup>, por amor de Deus guardasse e fortificasse o estômago com as outras forças naturais e não as debilitasse. Primeiramente para a alma se achar bem disposta e bem determinada a antes perder a vida que cometer uma falta deliberada, mesmo mínima, contra a divina Majestade. Em segundo lugar, para não se achar oprimida por tentações especiais do inimigo, do mundo e da carne, persuado-me ser o caso de V. S.<sup>a</sup> afirmativamente no primeiro ponto e negativamente no segundo<sup>4</sup>.

Desejaria muito que V. S.<sup>a</sup> imprimisse na sua alma que ela e o corpo pertencem ao seu Criador e Senhor, e deles lhe deve dar inteira conta, e para isso não deve deixar-se enfraquecer a natureza corporal. Sendo ela fraca, a espiritual não poderá executar as suas ações. Portanto, embora eu mesmo tenha louvado muito jejuns, abstinências e privações de manjares comuns e disso me satisfiz algum tempo, não poderia no futuro louvar tais jejuns e abstinências que vejo impedirem o estômago das suas funções naturais, como a digestão de carnes comuns que dão força conveniente ao corpo humano. Antes, aconselharia buscar todos os modos capazes de o fortificar, comendo quaisquer alimentos permitidos e tantas vezes quantas julgasse proveitosas para isso, sem ofensa alguma do próximo. Porque tanto devemos querer e amar o corpo, quanto obedece e

---

<sup>4</sup> O 1.º quer dizer que Borja se achava determinado mesmo a perder a vida antes que ofender a Deus até no mínimo (cf. *EE*. 166); o 2.º, ele não se achava oprimido por tentações.

ajuda a alma, e esta, com tal ajuda e obediência, mais se dispõe para o serviço e louvor de nosso Criador e Senhor<sup>5</sup>.

Terceiro: sobre «macerações do corpo por nosso Senhor», aconselharia a suprimir tudo o que pode causar alguma gota de sangue<sup>6</sup>. Se sua divina Majestade lhe concedeu a graça para isso e para todo o já dito, como me persuado em sua divina bondade, de agora em diante, sem precisar de aduzir razões ou argumentos alguns sobre o assunto, é muito melhor deixar tal prática e em vez de procurar ou tirar gota alguma de sangue, buscar mais directamente o Senhor de todos, a saber, os seus santíssimos dons, com uma infusão de gotas de lágrimas por três motivos: 1.º) pelos pecados próprios e alheios; 2.º) pelos mistérios de Cristo N. S. nesta vida e na outra; 3.º) pela consideração e amor das Pessoas divinas. Essas lágrimas são de tanto maior valor e preço, quanto provêm de pensamentos e considerações mais altas. Assim as do 3.º são mais perfeitas que as do 2.º e as do 2.º mais do que as do 1.º<sup>7</sup>. Mas muito melhor para qualquer pessoa é aquele estado em que Deus N. S. mais se comunica, mostrando os seus santíssimos dons e graças espirituais, porque Ele vê e sabe o que mais convém à alma; sabedor de tudo, Ele mostra o caminho de cada qual. Quanto a nós, para encontrá-lo com a sua divina graça, ajuda

---

<sup>5</sup> Dessa experiência da sua vida nasceram as Regras para ordenar-se doravante na alimentação (cf. *EE.* 210-217).

<sup>6</sup> Sobre a penitência (cf. *EE.* 82-87, principalmente 85-87): sentir contrição íntima dos seus pecados, de os chorar amargamente, de derramar lágrimas pelas penas e dores que Cristo N. S. padeceu na sua Paixão...

<sup>7</sup> Inácio teve o dom das lágrimas por esses três motivos, nos princípios de sua conversão. Especialmente em Manresa, chorava pelos seus pecados, e logo depois ou quase conjuntamente, pelos mistérios da vida de Cristo, em especial da sua Paixão, meditados com afecto. A peregrinação à Terra Santa acentuou este segundo motivo. Em Vicenza e no resto da vida, na continuação desses motivos, prevaleceu o terceiro, como aparece claro no seu Diário Espiritual.

muito buscar e experimentar de muitas maneiras para caminhar pela via que lhe parece mais clara, mais feliz e bem-aventurada para a nossa vida, totalmente guiada e ordenada para a outra sem fim, a que chegaremos abraçados e unidos a esses santíssimos dons.

Entendo não estarem esses «santíssimos» dons no nosso «próprio» poder, para os ter «quando queremos», mas são puramente dados por Aquele que dá e pode dar todo o bem, como são a intenção de fé, de esperança, de caridade, o «gozo e repouso espiritual», lágrimas, consolação intensa, elevação da mente, impressões divinas e iluminações, com todos os outros gostos e sentidos espirituais ordenados a tais dons, com humildade e reverência para com a nossa santa mãe Igreja, seus governantes e doutores reconhecidos por ela<sup>8</sup>.

Qualquer de todos estes «santíssimos» dons se deve preferir a todos os actos de penitência corporal, que são bons na medida que são ordenados para alcançar esses dons ou «parte deles». Não quero dizer que «somente» por sua complacência ou deleitação os tenhamos de buscar, mas reconhecendo que, sem eles, todas as nossas cogitações, palavras e obras vão misturadas, frias e perturbadas. Por isso temos de procurá-los para que possam ir calorosas, claras e justas, orientadas para o maior serviço divino. Portanto, devemos desejar esses dons ou parte deles e essas graças espirituais, na medida em que nos podem ajudar para a maior glória divina.

Assim, quando o corpo corre perigo pela demasiada fadiga, coisa sã é procurar tais dons por actos do entendimento e outros exercícios moderados, para que não só a alma seja sã, mas também, com a mente sã em corpo sã<sup>9</sup>, tudo se torne mais sã e mais disposto para o maior serviço divino.

---

<sup>8</sup> Sobre a consolação espiritual (cf. *EE*. 316, 323 e 324): «Quem está consolado procure humilhar-se e abaixar-se quanto pode».

<sup>9</sup> Juvenal, *Sátira X: Mens sana in corpore sano*; o texto é citado em latim só o final.

Sobre o modo de proceder em pontos mais particulares<sup>10</sup>, não me parece bem, no Senhor nosso, falar disso. Espero que o mesmo Espírito divino, que até agora tem governado V. S.<sup>a</sup>, o guiará e dirigirá para no futuro, à maior glória de sua divina Majestade.

Inscrição: *Ao Duque*. No «Códice de Vitello»: A carta que segue é para o Pe. Francisco de Borja, sendo duque de Gandia, sobre a sua oração, jejuns e penitência.

Sumário *In Regestis*: Noutra se lhe escreve sobre o seguinte:

- 1.º) Sobre tirar a metade do tempo dos exercícios interiores.
- 2.º) Sobre não usar abstinências, mas comer de tudo e tantas vezes quantas pensa bom para o corpo e para estar em saúde.
- 3.º) Sobre deixar disciplinas e gotas de sangue e procurar mudá-las em afectos espirituais.
- 4.º) Sobre pleitos, confiá-los a ele; embora com alguma perda, quereria atalhá-los, sem prejuízo de ninguém<sup>11</sup>.
- 5.º) Sobre como recebeu a comissão de dizer as suas coisas etc.<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Um deles era o modo de proceder de Borja com a sua madrasta, Francisca de Castro, duquesa viúva de Gandia. Sobre isso se trata nas *Cartas de Borja*.

<sup>11</sup> Trata-se dos pleitos da madrasta, que se mostrou pouco delicada em relação à generosidade de Francisco de Borja.

<sup>12</sup> Borja dera-lhe licença de falar sobre todos os seus problemas.



**AO PE. ANDRÉ ISEREN (SIDÉREO)<sup>1</sup>**

Roma, 2 de Dezembro de 1549  
(Ep. II, 602-603 – original latino)

IHS. Caríssimo no Senhor, Mestre André.

Parabéns no Senhor pelos seus progressos no estudo da teologia e pelos outros dons de Deus. No entanto, não sabemos se convém dar-lhe os parabéns, pelo espírito de pregar e pelo fervor e graça que, segundo diz, o Senhor lhe concedeu, porque, como ensina S. João, não se deve acreditar em qualquer espírito (cf. 1 Jo 4,1), mas nós desejamos e esperamos que os seus dons estejam na linha do melhor espírito.

A melhor maneira de examinar se o espírito vem de Deus ou não, é ver se lhe é duro ou molesto submetê-lo à obediência, porque se não pode submeter-se aos conselhos do Pe. Adriano e de Mestre Cornélio<sup>2</sup>, tenha por certo que esse espírito não é de Deus.

Porque Deus, por não precisar das nossas qualidades para atrair as almas a si, serve-se do ministério daqueles que Ele mesmo se digna chamar para essa tarefa. E como pode pensar tê-lo Deus chamado a

---

<sup>1</sup> O Pe. André Iseren ou Sidéreo, cônego de Zutphen na Holanda. Entrara na Companhia em Roma. Mandado a Lovaina a estudar, com a «mania» de pregar prejudicava os estudos. Inácio, por meio de Polanco, exorta-o a obedecer aos seus superiores. Já em Abril, Inácio estava inclinado a despedi-lo pela sua dificuldade em obedecer.

<sup>2</sup> O Pe. Adriano Adriani era o superior dos estudantes em Lovaina e o Pe. Cornélio Brogheman seu auxiliar.

um trabalho do qual o afasta a obediência que você escolheu como intérprete da divina vontade?

Acrescentarei ainda, caríssimo André, que o nosso Padre em Cristo<sup>3</sup>, quando ouviu o seu caso, me respondeu que você deveria aprender com mais diligência a obedecer.

Tenha, pois, coragem e, deixando o caminho incerto e perigoso do próprio juízo, siga o certo e seguro da santa obediência. E acredite ser o que seus Padres e irmãos dizem, aquilo que agrada a Deus e aproveita a você e ao próximo.

Tenha também cuidado, por favor, com a saúde e não se exercite nos trabalhos espirituais mais que o devido. As minhas saudações em Jesus Cristo nosso Senhor, e encomende-nos a Ele nas suas orações.

---

<sup>3</sup> Inácio, muito sensível na obediência, duvidava da vocação do Pe. Iseren, pela sua dureza de juízo (*Ep. II*, 381-382).

**AO PE. ANTÓNIO BRANDÃO<sup>1</sup>**

Roma, 1 de Junho de 1551

(Ep. III, 506-513)

*Instruções dadas pelo nosso Padre Inácio ou sob sua ordem aos que se encontram fora de Roma e outras recomendações que não se devem esquecer.*

**PARA PORTUGAL**

São estes os assuntos sobre os quais um escolástico<sup>2</sup> da Companhia deseja ser informado, de acordo com o parecer do nosso Padre.

---

<sup>1</sup> O português António Brandão, escolástico já sacerdote, tinha acompanhado o Pe. Simão Rodrigues até Roma. Propusera então por escrito a Santo Inácio uma série de questões sobre a vida dos jesuítas nas suas comunidades de estudantes. As respostas do Santo, desenvolvidas pelo secretário Polanco, sublinham e completam as instruções dadas ao Pe. Urbano Fernandes, Reitor de Coimbra, que formulara pouco antes, em 1 de Junho, semelhantes perguntas. A oração, cujo tempo é limitado no decurso dos estudos, consistirá principalmente em procurar Deus em todas as coisas, prolongando na vida quotidiana a «Aplicação dos Sentidos», ensinada no livro dos Exercícios (65-70;121-126); e estendendo a todas as acções do dia a «Contemplação para alcançar amor» (EE. 230-237). A obediência irá no sentido da disponibilidade (5.º e 11.º). A abertura de consciência permitirá um melhor emprego apostólico da pessoa (8.º e 9.º). A correcção fraterna, factor de mútua edificação, executar-se-á com prudência e humildade (10.º e 11.º). A conversação com os outros será um meio para ajudar as almas (13.º) e o discernimento exercer-se-á conforme as dificuldades de consciência (7.º) (Dumeige, *Lettres*, 239).

<sup>2</sup> Escolástico é um estudante jesuíta antes dos últimos votos, já sacerdote ou ainda não.

1.º) Quanto tempo se dará à oração, quando se está a estudar num Colégio, e quanto tempo se dará à conversação com os Irmãos, quando o Reitor não limita estes dois pontos?

2.º) Se se omitirá a missa algumas vezes ou se há-de celebrar todos os dias, embora encurte o tempo do estudo?

3.º) Acabada a filosofia, a que parte da teologia se aplicará, especulativa ou moral, quando se julga que não se darão as duas completamente no Colégio?

4.º) Que fará o estudante, quando às vezes se encontra com desejos desordenados de ciência?

5.º) Poderá oferecer-se ao superior, sem pedido dele, para algum trabalho, ou será melhor deixar-se inteiramente à disposição dele?

6.º) Quais os assuntos mais próprios da nossa vocação para a meditação?

7.º) Na confissão será melhor descer a imperfeições muito particularizadas ou restringir-se às mais importantes, para que a confissão seja mais breve?

8.º) Se confessar alguns Irmãos, poderá fazer-lhes perguntas, mesmo não se tratando de pecado, e em que casos pediria licença ao penitente para informar o Superior<sup>3</sup>?

9.º) De que maneira tratará com o seu superior sobre tentações de outro e se as descobrirá todas, mesmo as já passadas?

10.º) Ao ver imperfeições em membros da Companhia deverá corrigi-las ou procurará enganar-se a si próprio pensando não serem imperfeições?

11.º) Se lhe parecer, segundo Deus, que o seu Superior, Reitor ou quaisquer outros superiores subordinados não agem com prudência, dever-se-á informar o Provincial ou desculpar-se com a cegueira do seu juízo?

---

<sup>3</sup> A pergunta supõe que esse estudante já é sacerdote e tem jurisdição para confessar os Irmãos.

12.º) Que guardará ao escrever a pessoas de fora ou da Companhia, quando não há necessidade nem intervenção da obediência, mas só escreve por caridade ou delicadeza?

13.º) Nas conversas com pessoas de fora ou da Companhia, é melhor dirigir-lhes palavras de cumprimento ou omiti-las?

14.º) Quando se derem informações sobre alguém da Companhia, sobre que coisas e de que maneira se há-de proceder?

15.º) No tratamento com pessoas de fora, poder-se-á persuadi-las a entrar nalguma Ordem religiosa e será útil aconselhar a emitir votos às pessoas de fora ou às da Companhia que os não têm?

Que se há-de considerar no uso ou não uso de algum privilégio da Companhia em favor de algum penitente?

O que se segue encontra-se em duas margens com breves respostas do nosso Padre a algumas das questões propostas pelo mesmo escolástico.

À primeira parte das duas que contém o 1.º assunto [quanto tempo o escolástico dará à oração], satisfaz-se considerando a finalidade do estudo de um escolástico no Colégio, que é a ciência, para poder servir à maior glória de Deus N. S. e ajuda do próximo. Isto exige o homem todo, que não se daria totalmente ao estudo se empregasse longo tempo na oração. Portanto, aos escolásticos não sacerdotes, quando não intervém nenhuma tentação que inquiete ou uma grande devoção, basta uma hora, além da missa. No decurso dela, pode meditar, enquanto o sacerdote recita as orações em silêncio. Na hora mencionada pode comumente rezar as horas de Nossa Senhora ou alguma outra oração, ou exercitar-se na meditação, segundo a direção do Reitor. Ao Sacerdote Escolástico bastam a missa, a recitação obrigatória do Ofício Divino e os exames de consciência; poderá tomar mais meia hora, se tiver muita devoção<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A evolução que houve no princípio da Companhia sobre o tempo que se devia dar à meditação foi estudada pelo Pe. Letúria em artigo da *Revista do Arquivo*

À segunda parte do 1.º assunto [quanto tempo se dará à conversação com os Irmãos], satisfaz-se atendendo à finalidade da conversação, que é edificar aquele com quem se conversa. Nisso devem-se evitar os dois extremos do restrito e do demasiado, procurando alcançar o meio termo. Nesta mesma segunda parte, declarava o nosso Rev. Padre quanta importância se devia dar à obediência. Como certos santos se distinguem por virtudes mais proeminentes, que não aparecem tanto noutros, e da mesma forma sucede com as Congregações religiosas, assim desejava que na Companhia houvesse também uma característica que a igualasse a qualquer outra, embora elas possam possuir outras que a nossa não pode ter, podendo, entretanto, a nossa igualar-se em algumas delas, como na pobreza.

Queria o nosso Rev. Padre que a nossa característica fosse a obediência e tivéssemos para ela maior obrigação, por causa do voto que os padres fazem além outros três, de obediência ao Sumo Pontífice, sem poder escusar-se no cumprimento de algum mandato. Acrescentava que não podia ser perfeita, sem a conformidade total do entendimento do súbdito ao do Superior. Sem isso terá perpétuo purgatório e ocasião de pouca firmeza.

Ao 2.º assunto [celebrar missa todos os dias] respondia o nosso Rev. Padre que se devia considerar a finalidade do nosso estudo, quando não intervisse nenhuma das três condições: a primeira, obediência; a segunda, bem comum; a terceira, grande devoção, a ponto de poder celebrar só duas missas na semana, além dos domingos e festas.

Ao 3.º assunto [dar preferência à teologia especulativa ou moral] respondia: à especulativa, porque, depois do tempo de permanência

---

*Histórico S.J.*, 3 (1934): 47-108 (*Iparr. BAC*, 788 nt.) e serviu para o decreto 14 da *Congr. Geral 31a.* n.º 11: a regra da hora de oração deve ser adaptada, sob orientação do Superior, a cada um, segundo a discricção da caridade (*charitas discreta*) que Santo Inácio claramente indicou nas *Constituições* [340-343].

no Colégio, se deverão entregar ao estudo da moral, por ser necessária para práticas e outros casos que ocorrem. A especulativa é própria dos Colégios, onde se estudam as verdades e os seus fundamentos<sup>5</sup>.

Ao 4.º assunto responde-se no 6.º.

Ao 5.º assunto [oferecer-se ao Superior ou deixar tudo ao seu cuidado], é bom oferecer-se algumas vezes ao Superior para dispor dele para a maior glória de Deus N. S., deixando-lhe todo o cuidado do assunto, como a quem ocupa o lugar de Cristo N. S. na terra, sem se oferecer, contudo, muitas vezes, salvo razões especiais que a isso o movessem.

Ao 6.º assunto [em que matérias se exercitará mais na meditação], atendendo à finalidade do estudo, os escolásticos não podem ocupar-se em longas meditações, além dos exercícios já prescritos para a sua vida espiritual: a missa quotidiana, uma hora de oração e exames de consciência, a confissão e comunhão cada oito dias<sup>6</sup>. Mas podem exercitar-se em buscar a presença de Nosso Senhor em todas as acções, como é conversar com alguém, ir e vir, divertir-se, escutar, entender, enfim, tudo o que fizermos, pois verdadeiramente sua divina Majestade está em toda a parte por presença, poder e essência<sup>7</sup>.

Esta maneira de meditar, buscando a Deus em todas as coisas, é mais fácil do que levantar-nos às realidades divinas mais abstractas, pois a nossa presença diante delas exige esforço. Este excelente exercício dispõe-nos para grandes visitas do Senhor, mesmo no decurso

---

<sup>5</sup> No currículo actual de quatro anos estudam-se as duas ao mesmo tempo.

<sup>6</sup> De facto a comunhão recebia-se mais vezes, nos numerosos dias de festa antigos; para muitos até quotidianamente por razões especiais, sob a direcção do Superior.

<sup>7</sup>(Cf. *EE.*): «Contemplação para alcançar amor», principalmente os três últimos pontos (235, 236, 237): Deus presente nas criaturas, Deus que age e trabalha em todas as coisas criadas, todos os dons vêm do alto.

de curta oração. Além disso, pode exercitar-se em oferecer a Deus N. S. os seus estudos e cansaços, muitas vezes, considerando que os aceitamos por seu amor, pondo de lado os nossos gostos, para servir em algo à sua divina Majestade e para ajudar aqueles por cuja salvação Ele morreu. Estes dois exercícios podiam ser matéria dos nossos exames de consciência.

A estes dois exercícios pode-se juntar a pregação nos Colégios. Depois do exemplo da vida, uma das ocupações que mais ajudam ao próximo e a que mais se ordena a Companhia, é a pregação. Por isso, parecia ao nosso Rev. Padre que não se alcançaria pequeno fruto se os escolásticos se exercitassem na pregação de domingo, sobre o que eles quisessem. E para exercício, sem perder tempo de estudo, dois ou três declamassem, durante a ceia, aquela determinada fórmula dos «tons». No princípio podiam empregar a que usamos em Roma e, com o fácil desenvolvimento dessa, tomar outra semelhante àquela com acréscimos mais conformes ao costume da terra. Os proveitos deste bom exercício são grandes, mas por brevidade se deixam de enumerar<sup>8</sup>.

Ao 7.º assunto [confissão pormenorizada ou resumida]: a fim de ninguém se enganar nesta matéria, é bom advertir de que parte do inimigo o combate e quer levá-lo a ofender a Deus N. S.<sup>9</sup> Se lhe torna fácil o pecado mortal, trabalhe em tomar a sério as mínimas imperfeições nesse ponto, recorrendo à confissão; se sentir que é

---

<sup>8</sup> A fórmula dos «tons» era composta de movimentos oratórios variados que serviam aos jovens jesuítas para se familiarizarem com os seus exercícios de pregação pela expressão vocal e gesticular dos diversos sentimentos destinados a despertar os ouvintes. Num dia de Março de 1551, Santo Inácio mandou perguntar a cerca de 20 escolásticos da Casa de Roma o que pensavam desse exercício e todos responderam ser muito bom (Dumeige, *Lettres*, 243).

<sup>9</sup>(Cf. *EE*. 327): (O inimigo) onde nos encontra mais fracos e mais necessitados quanto à nossa salvação eterna, por ali nos combate e procura enganar-nos.



levado ao escrúpulo<sup>10</sup>, vendo pecado onde não há, deixará de confessar-se minuciosamente, declarando só os veniais e só os maiores. Se por graça do Senhor chegar à paz com Nosso Senhor, confesse brevemente os seus pecados sem descer a minúcias, mas arrependa-se deles na presença divina e considere ser infinitamente grande aquele contra quem se cometem os pecados veniais, tornando-os infinitamente graves. Felizmente, pela suma bondade de Deus N. S. são veniais e perdoam-se com água benta ou com bater no peito com arrependimento etc.

Ao 8.º assunto, na sua primeira parte [perguntas ao penitente] responde-se poder e dever perguntar algumas vezes sobre pecados veniais, porque daí se vêm a descobrir os mortais e o penitente, manifestando-se mais, fica assim mais ajudado. A segunda parte deste assunto [licença do penitente para informação do Superior] dizia o nosso Rev. Padre quanto importava, para maior clareza, estar o Superior a par de tudo o que sucedia ao súbdito, a fim de providenciar, segundo as necessidades dele. Assim, no tentado de impureza não o ponha, por ignorar o seu mal, perto do fogo, como seria ocupá-lo em confissões de mulheres, ao desobediente não o ponha a governar etc.

Para evitar isso, nosso Rev. Padre costuma reservar para si alguns casos, a saber, todos os pecados mortais de instabilidade contra o instituto da Companhia e sua cabeça<sup>11</sup>. Considerando tal caso, o confessor, com discrição, tendo em vista as circunstâncias, pode pedir licença ao penitente para manifestar o facto ao Superior. Com

---

<sup>10</sup> (Cf. *EE.*): Regras para os escrúpulos 345-351, principalmente 349 e 350: O inimigo... procura fazê-la imaginar pecado onde não há... A pessoa deve proceder ao contrário do inimigo.

<sup>11</sup> Pela celeuma que se levantou contra o instituto da Companhia, não era raro deixarem alguns a Companhia para ingressarem noutra Ordem religiosa, como se os votos dos jesuítas não valessem e não fossem, por isso, verdadeiros religiosos.

isto é de crer que o tentado será mais ajudado do Senhor do que de outra maneira.

Ao 9.º assunto [descobrir ao Superior todas as tentações, mesmo as passadas]: da resposta dada ao 8.º, se entenderá este 9.º, a saber, que em tudo e de tudo se informe o Superior, mesmo de tentações passadas, contanto que não intervenha má vontade nenhuma e se guarde a caridade devida ao próximo.

Ao 10.º assunto, na sua primeira parte, a saber, de corrigir alguma pessoa, para proceder bem neste ponto, muito importa a autoridade de quem admoesta ou um amor bem conhecido. Faltando alguma destas qualidades, cessará o efeito da correcção, que é a emenda. Por isso, o admoestar não convém a todos. De qualquer modo que se realize, depois de se ajuizar que o faltoso se emendará, convém não dizer as coisas claramente, mas colori-las um pouco com rodeios, pois um pecado arrasta a outro e pode ser que o cometido o disponha para não aceitar bem a esmola da correcção.

À segunda parte do 10.º assunto, a saber, se permitirá enganar-se julgando não ser imperfeição, dizia o nosso Rev. Padre que tal proceder servia para o próprio aproveitamento, mas quanto mais alguém atentasse para as faltas alheias, tanto menos se voltaria par si e menos teria em conta as suas e portanto, menos progrediria. Entretanto, se alguém se esforça pela perfeição e já tem moderadas as suas paixões com boa ordem e iluminação do Senhor, para ajudar não só a si mas também a outros, esse poderá admoestar ao faltoso, guardando o modo de que se tratará no 11.º assunto.

Ao 11.º assunto [se lhe parece que, segundo Deus, o seu Superior erra, informará o Provincial, ou desculpar-se com a cegueira do seu juízo]. Para satisfazer a esta pergunta, o nosso Rev. Padre dizia o que dissera aos primeiros Padres, depois da profissão dos seis, a saber: de duas maneiras podiam ajudá-lo na perfeição da sua alma. A primeira, com a perfeição deles próprios; a segunda com avisos, quando

julgassem não ser algo segundo Deus. Mas então, a oração preceda o juízo e, entendendo e decidindo o caso diante de Deus, lho declarassem à parte. Isto é o que faz ainda agora. Para isto se executar bem, dizia o nosso Rev. Padre que é muito bom para o Superior encarregar dessa tarefa alguns dos seus súbditos, como seriam sacerdotes e pessoas de edificação.

Quem quer aproveitar só a si próprio, fará bem em prescindir do seu juízo. Mas se alguém há-de admoestar, procure: 1.º) colocar-se diante de Deus, conhecendo e julgando como deve proceder; 2.º) declará-lo ele mesmo de bons modos, se lhe parece que aproveitará e se não, dizê-lo ao Superior. Aqui notou o nosso Rev. Padre que seria excelente se houvesse alguém como admonitor para avisar o Superior<sup>12</sup>. Além disso, houvesse um ou dois que fossem como Vice-Reitores para ajudarem o Reitor, e este por sua vez melhor ajudar a uns e a outros. Ele seria mais amado de seus súbditos e o considerariam como refúgio, quando estivessem em conflito com os Vice-Reitores.

Ao 13.º assunto [se usarão palavras de cumprimento], dizia-me o nosso Rev. Padre uma coisa muito importante, a saber, que convinha empregar na conversa os mesmos meios que o inimigo usa para arrastar alguém ao mal: entra com ideias do tentado e sai com as dele<sup>13</sup>. Da mesma forma poderá alguém acomodar-se com as inclinações do outro com quem conversa, adaptando-se a tudo no Senhor e finalmente sair com o bem para o qual se trabalha.

O nosso Padre dizia também que, para livrar-se de alguém do qual não se espera proveito espiritual, é falar-lhe fortemente do inferno, do julgamento de Deus e assuntos semelhantes, porque desta

---

<sup>12</sup> Nas comunidades da Companhia continua a existir um «admonitor» do Superior.

<sup>13</sup> (Cf. EE. 332): «É próprio do espírito mau... introduzir-se em conformidade com a alma devota e sair com proveito dele... ».

maneira não voltará e se voltar é sinal de que algo o tocou. O terceiro pormenor em que notava era acomodar-se ao temperamento daquele com quem se conversa, a saber, se é fleumático ou colérico etc., e isto com moderação.

O resto depende das circunstâncias mais do que o dito aqui.

**AO PE. URBANO FERNANDES**

Roma, 1 de Junho de 1551

(Ep. III, 499-503)

(Escrita por Polanco, por incumbência de Santo Inácio)<sup>1</sup>

*Responde-se nesta carta a certas questões que o P. Fernandes tinha proposto, ao ser nomeado para reitor do escolasticado de Coimbra.*

IHS. Esta carta é resposta, Padre caríssimo, à sua de 8 de Março.

1º Antes de mais, quanto à intenção do nosso Padre [Santo Inácio] acerca de escrever, V. R. deve ter em conta que não deve ser para informar sobre a edificação e fruto espiritual em confissões, pregações, etc., porque sobre isto basta escrever uma carta de quatro em quattros meses (como já foi dito).

Mas o que o nosso Padre deseja saber é tudo aquilo (na medida do possível) de que convém estar informado, para mais ajudar e melhor cumprir o cargo que Deus N. S. lhe deu. Mas porque as coisas pequenas são quase sem número, e não se poderiam escrever todas, e para elas basta a opinião dos prepósitos locais e do provincial, o nosso Padre gostaria que desse informação das coisas mais importantes e que oferecem mais dificuldade.

E assim, deseja estar continuamente informado sobre o número de irmãos, os que entram e os que saem ou são despedidos, e para isto pediu-se uma lista de todos cada quatro meses, com os seus no-

---

<sup>1</sup> Polanco escreve por incumbência de Santo Inácio, e por isso umas vezes escreve na primeira pessoa, outras na terceira, referindo-se ao fundador (N. do T.).

mes e donde provêm. E depois de mandar essa lista, bastaria falar do que há de novo na dos quatro meses seguintes.

Desejaria também saber o que há de notável no modo de proceder dos irmãos nos estudos e vida espiritual, como seria o caso daqueles que fossem atingidos violentamente por tentações, e os meios que se usam em relação a eles, e também sobre aqueles que caminham seguros no serviço de Deus.

Seria também de desejar que se falasse brevemente das mortificações, por meio das quais se procuram curar determinados affectos, bem como descrevendo dum modo geral a eficácia dessas mortificações, sem descer aos pormenores.

Aconselha-se a mencionar aqueles que aproveitam e mais se asinalam na doutrina e graça de pregar; aqueles que estão dispostos para umas partes e para outras, depois de terem terminado o curso ordinário dos estudos; aqueles que, sem terem terminado o curso, são enviados temporariamente, para serem provados ou para satisfazer a quem não se pode negar; igualmente de outras coisas que eu escrevi num memorial que entreguei ao P. António Brandão, e cuja cópia penso ter enviado a V. R. ou a mandarei agora.

Quanto ao que pede para escrever algumas máximas no que diz respeito ao governo, etc., não me creio idóneo nem sequer para enumerar as mais pequenas, mas o Espírito Santo, cuja unção *ensina todas as coisas* (1Jo 2,27) àqueles que se dispõem a receber a sua santa ilustração, e especialmente o que diz respeito a cada um no seu officio, informe V. R. E espero que o fará pois lhe concede tão boa vontade de acertar naquilo que é seu maior serviço.

Mas para não deixar de dizer algo daquilo que pude entender da mente do nosso Padre e do seu modo de proceder, primeiramente concluo que deseja pessoas que sirvam para algo, com vigor e aptidão natural, ou para letras e exercício delas, ou para ajudar em obras pias exteriores, e que não lhes falem qualidades para uma e outra

coisa. E devem preferir-se aqueles dos quais se pode esperar assinalar-se nestas coisas exteriores, ainda que não tivessem muita aptidão para as letras, a outros que não fossem inclinados nem aptos para as coisas exteriores, nem tivessem capacidade suficiente para as letras.

2º Desejaria que já não fossem crianças, tendo a idade que aqui indico, com excepção de algum por várias razões ou causas extraordinárias, que fossem comumente de honesta aparência exterior, e pela conversação que se requer no nosso instituto e modo de viver se exige no trato com as pessoas. E assim não devemos admitir pessoas com má aparência exterior, a não ser que tenha outros raros dons de Deus que compensem e os torne edificantes.

3º Não se devem aceitar mancebos que não sejam corporalmente saudáveis. Se as pessoas são letradas ou de particular prudência, tolera-se a falta de saúde, porque com essas qualidades podem ajudar.

4º Em relação aos já admitidos devo dizer que aquilo que pensa que mais se deve ter em conta (não falo de pecados mortais que se pressupõe que não os haja), é a obediência, que não deve consistir somente na execução, mas fazer sua a vontade do superior e pensar o mesmo que ele, em tudo aquilo que a pessoa não possa afirmar que é pecado. E tem como imperfeita a obediência do súbdito que se contenta com fazer aquilo que lhe mandam, e querer fazê-lo se não pensa também que se deve fazer, vencendo e sujeitando o seu juízo à santa obediência, entendendo sempre tudo isto nas coisas nas quais a força da vontade possa vencer a do entendimento, como é o caso em que não há evidência que o obrigue, etc. Não costuma tolerar pessoas teimosas que inquietam e perturbam os outros, mesmo em coisas pequenas.

5º Quanto às mortificações, vejo que mais deseja e aprecia as de honra e estima de si mesmo, que aquelas que mortificam a carne, como são os jejuns, disciplinas e cilícios. E em relação a estas, parece que não somente as fomenta, mas deve aconselhar moderação aos

que não sentem combates molestos ou perigosos da carne, especialmente se são estudantes. Que estes, quando aproveitam nas letras e virtudes, sem ofensa notável, prefere que se deixem estudar, tendo como o tempo mais próprio para as mortificações, antes de se dedicar aos estudos, ou depois de os ter acabado.

6º Quanto ao tempo de oração e meditação, não experimentando necessidade especial por causa das tentações molestas ou perigosas, como disse, penso que prefere procurar a Deus em todas as coisas, que dar muito tempo à oração. E deseja ver este espírito em todos os da Companhia: que não encontrem (se é possível) menos devoção em qualquer obra de caridade e obediência, que na oração ou meditação, pois não devem fazer senão por amor e serviço de Deus N. S., e cada um deve sentir-se mais contente naquilo que lhe é mandado, pois desse modo não pode duvidar que se conforma com a vontade de Deus Nosso Senhor.

7º Deseja nos membros da Companhia a resignação da vontade própria, e indiferença em tudo o que lhes é mandado, o que costuma comparar ao bordão de um velho que se deixa mover segundo a vontade deste, ou como de um corpo morto, que vai para onde o levam. E ainda que costuma informar-se das inclinações (como seria para estudar ou para servir noutras coisas), prefere, contudo, pôr a estudar os que não têm afeição particular a outra coisa que em fazer a vontade de Deus N. S., interpretada pela obediência, do que se eles tivessem grande inclinação para os estudos.

8º Quanto às letras, deseja que todos aprofundem a gramática e letras de humanidades, especialmente se a idade e a inclinação ajudam. Depois, não põe de parte, nem a poesia, nem a retórica, nem a lógica, nem a filosofia natural, nem a moral, nem a metafísica, nem as matemáticas, em especial (como disse), os que têm idade e aptidão, porque deseja que a Companhia possua todas as armas possíveis



para a edificação, e os que as têm, estarem dispostos a usá-las ou não, como se julgar conveniente.

9º Quanto a opiniões, não quer variedade (quanto seja possível) entre os da Companhia, mesmo em coisas especulativas de importância, e muito mais nas práticas. E costuma muitas vezes ceder nos seus juízos, e deixar-se julgar por outros, naquilo em que algum mostra estar agarrado mais do que convém.

10º Quanto à intenção, desejaria que em todos fosse muito recta, na busca da glória de Deus na sua alma e no seu corpo e em todas as acções, e de buscar com zelo a ajuda das almas, uns de uma maneira, outros de outra, ou por si próprios, ou ajudando a outros para que o façam, olhando sempre mais ao bem universal que ao particular.

11º A respeito daqueles que se entregam a uma coisa (por exemplo os estudos), para a qual são idóneos, mas não se aplicam nela, o que vejo fazer ao nosso Padre é tirá-los dessa ocupação, tendo por mais importante que aproveitem mais nas virtudes que nas letras, quando uma coisa não se compadece com a outra. E assim retirou muitos do estudo, por não estarem tranquilos, nem ajudar-se no seu espírito. Em relação aos negócios, far-se-ia o mesmo.

12º Quanto ao rigor em observar as regras da casa, não vejo que o nosso Padre o use com aqueles que por causas particulares (como por exemplo indisposições ou ocupações), não observassem alguma delas. Pelo contrário faz muitas vezes excepção, segundo a discricção de que se falou. Mas devem fazer-se guardar àqueles que não têm essa excepção, dando algumas penitências, para servir de lembrança e aviso para outros que não as guardam, porque não havendo pecado na não observância e sendo justo que se observem, deve haver alguma espécie de pena para quem não as observa. Mas em regras menos importantes, essa pena deve ser mais leve, a não ser que tocasse em pontos de obediência, ou existissem outros de mais importância.

E isto baste. As Constituições do nosso Padre, que brevemente poderão ser enviadas para aí, esclarecerão mais todas as coisas.

Resta-me somente encomendar-me às orações de V. R. e de todos os nossos caríssimos irmãos.

De Roma, primeiro de Junho de 1551

De V. R. servo em Cristo,

João Polanco

**AO PE. FRANCISCO XAVIER<sup>1</sup>**

Roma, 31 de Janeiro de 1552

(Ep. IV, 128)

Jesus. A suma graça e o amor eterno de Cristo Nosso Senhor estejam sempre em nosso favor e ajuda contínua.

Caríssimo Irmão em Nosso Senhor.

Não temos recebido aqui este ano as vossas cartas, que sabemos ter escrito do Japão, pois ficaram retidas em Portugal. Apesar disso, alegramo-nos muito no Senhor por terdes chegado com saúde e por se terem aberto as portas à pregação do Evangelho nessa região. Praza Àquele que as abriu faça sair da infidelidade e entrar no conhecimento de Jesus Cristo, salvação nossa e redenção das suas almas, a essas gentes. Amen.

As coisas da Companhia, graças unicamente à bondade de Deus, vão em progresso e contínuo aumento em todas as regiões da cristandade. Serve-se destes seus mínimos instrumentos Aquele que sem eles ou com eles é o autor de todo o bem.

Sobre notícias em particular remeto-me a Mestre Polanco para que saibais que estou vivo na miséria desta triste vida. Praza Àquele que é a vida eterna de todos os viventes verdadeiros, dar-nos sua

---

<sup>1</sup> Francisco Xavier, tendo partido para a Índia em 1541, desembarca no Japão em 1549. As suas cartas ficaram retidas em Portugal, mas Inácio alegra-se da sua chegada são e salvo dessa missão, e das suas esperanças do reino de Deus, que este facto significa. No fim do ano de 1552, Xavier morria solitário à vista da China, imensa região ainda fechada.

copiosa graça para que sempre conheçamos sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Roma, 31 de Janeiro de 1552.

Todo e sempre vosso no Senhor nosso<sup>2</sup>.

Inácio.

---

<sup>2</sup> Estas expressões e semelhantes, por exemplo, «sem mais me esquecer de vós», comoviam Xavier até às lágrimas e de joelhos respondia a Inácio como a seu pai em Jesus Cristo (Xav. *Ep. II*, 287; Dumeige, *Lettres*, 261-262).

**AO PE. FRANCISCO DE BORJA<sup>1</sup>**

Roma, 5 de Junho de 1552

(Ep. IV, 283-285)

A suma graça e o amor eterno de Cristo Nosso Senhor estejam sempre em nosso contínuo favor e ajuda.

Acerca do chapéu cardinalício me pareceu bem expor-vos, como o faria à minha própria alma, o que se passou em mim para a maior glória divina. Quando soube como certo que o Imperador vos tinha nomeado e o Papa ficava contente de vos fazer cardeal, logo tive inclinação ou inspiração de o impedir quanto pudesse<sup>2</sup>. Contudo, não me sentindo certo da vontade divina neste assunto, por muitas razões, providas ora de um ora de outro lado, ordenei em casa que todos os sacerdotes celebrassem missa e todos os Irmãos rezassem por três dias, para tudo ser encaminhado à maior glória divina.

Nesses três dias, reflectindo durante algumas horas e voltando ao mesmo assunto, sentia em mim certos temores e não aquela liberda-

---

<sup>1</sup> Carlos V pedira a Paulo III que concedesse o chapéu cardinalício a Francisco de Borja, e o Papa concordara. Inácio mal soube do assunto, pôs-se em movimento para impedi-lo. Fez com que se falasse a quatro Cardeais e ele mesmo pessoalmente informou o Papa sobre os inconvenientes dessa promoção. Nesta carta, Inácio expõe a conduta que observou e os motivos importantes que o induziram a isso. Ao princípio, embora se sentisse inclinado a opor-se, não via claro. Orou e mandou fazer orações especiais e ao terceiro dia viu com toda a clareza que devia trabalhar contra a promoção. Contudo, deseja que Borja escreva mostrando a sua opinião neste ponto (*Iparr. BAC*, 811).

<sup>2</sup> Inácio pusera nas Constituições um voto especial de os professores não aceitarem dignidade nenhuma.

de de espírito para resolver e impedir esse desígnio, como se dissesse: «Que sei eu o que Deus Nosso Senhor quer fazer?» e não achava em mim inteira segurança para o impedir. Mas noutras ocasiões, tornando às minhas costumadas orações<sup>3</sup>, sentia que esses temores se afastavam<sup>4</sup>. Andava nesta reza diversas vezes, ora com esse temor ora ao contrário, quando finalmente, ao terceiro dia, na costumada oração e depois dela até agora, vi com uma clareza tão completa, com uma vontade tão livre para impedir, quanto pudeste, diante do Papa e Cardeais, que, se eu não o fizesse, teria e tenho para mim como certo que não daria a Deus Nosso Senhor boa conta de mim, antes inteiramente má.

Entretanto julguei e julgo que é a vontade de Deus a minha posição, enquanto outros defendem a posição contrária, de vos ser conferida esta dignidade. E pode suceder isto, sem contradição alguma. O mesmo Espírito divino pode mover-me a esta posição por umas razões e a outros por outras para a execução do desígnio do Imperador<sup>5</sup>. Que Deus Nosso Senhor realize em tudo e sempre o que for para seu maior louvor e glória.

Creio que seria oportuno, sobre este assunto, respondêsseis à carta que da minha parte vos escreveu Mestre Polanco e nela declarareis a intenção e vontade que Deus vos deu ou vier a dar e seja redigida de tal modo que se possa mostrar onde e quando for necessário.

---

<sup>3</sup> Costumadas orações são aquelas que descreve no seu *Diário Espiritual*, em que se vê que ele resolvia todas as dificuldades pelo discernimento, na oração do levantar, ao preparar-se para a missa, durante ela e depois dela.

<sup>4</sup> Estamos diante de um modelo de «eleição» segundo o 3.º tempo, de razões pró e contra (cf. *EE*. 177), que durou dois dias e acabou no terceiro dia por eleição do 2.º tempo (176).

<sup>5</sup> A vontade de Deus é uma só, mas não se manifesta logo, para que a procuremos mais pela oração e boas obras com maior merecimento nosso.

Responderemos por outro correio às últimas cartas de 13 de Março, aqui recebidas. Praza a Deus Nosso Senhor que a vossa viagem e resultado de todo o sucedido seja como nós o esperamos em sua Majestade<sup>6</sup>. Que esta carta vos encontre com inteira saúde em tudo, exterior e interiormente, como eu o desejo e suplico continuamente a Deus Nosso Senhor nas minhas pobres e indignas orações, para a maior glória de sua divina Majestade, que por suas infinitas misericórdias esteja sempre em nosso contínuo favor e ajuda.

De Roma...

---

<sup>6</sup> Escondido em Onhate, no país basco, depois do sacerdócio, Borja recebia ordem de fazer uma viagem a Portugal e depois, passando por diversas cidades da Espanha, voltou para Onhate.

**AO PE. DIOGO LAÍNEZ<sup>1</sup>**

Roma, 2 de Novembro de 1552

(Ep. IV, 498-500)

Jesus

Ao Pe. Laínez. Confidencial<sup>2</sup>. A paz de Cristo.

Meu Padre, receba esta carta, não como escrita por mim, filho muito respeitoso e reverente de V. Revma., enquanto sou João de

---

<sup>1</sup> Parece que a severidade com que Inácio tratava alguns dos seus primeiros companheiros estava em razão directa da afeição que lhes tinha. Ele amava o amável Pedro Fabro, mas as repreensões que lhe dirigiu sobre a correspondência epistolar estão longe de ser ternas. A carta que manda a Polanco escrever ao Pe. Diogo Laínez não lhe leva vantagem. Ao contrário, dará prova de uma admirável mansidão com Simão Rodrigues e de inaudita humildade com Nicolau Bobadilha. Conhecedor dos homens, sabia o que podia esperar de cada um deles e como os podia atingir para o bem deles.

Três erros de Laínez são aqui estigmatizados: incitou um estranho à Companhia a pedir o ministério de um Padre ao Superior, colocando a este em embaraço; manifestou a outros mais jovens o seu desacordo com o Superior; foi negligente ao fornecer informações incompletas sobre um súbdito. Tudo isso, representava deficiências de obediência. O estilo de Polanco é talvez mais duro que o de Inácio, mas são sem dúvida as ideias deste. Três dias de oração permitirão ao interessado convencer-se dos seus erros e fixar ele próprio a penitência. Laínez respondeu como se esperava e venceu a prova. Pediu perdão, afastamento do governo, da pregação e do estudo. Viria a Roma pedindo esmola, entregando-se aos ofícios mais baixos ou, se não aguentasse, ensinando os rudimentos da gramática. Menos de quatro anos mais tarde, esse homem sucedia a Inácio como Geral da Companhia (Dumeige, *Lettres*, 276).

<sup>2</sup> Em latim: *Soli*. Laínez estava então em Veneza, onde se fundara Colégio da Companhia de Jesus.



Polanco, mas como vinda da pena do nosso Padre, que me mandou escrever o seu conteúdo. Há muito queria que se escrevesse, mas sabendo da vossa febre quartã foi diferindo até agora em que V. Revma. está livre dessa indisposição.

O nosso Padre está a sentir de V. Revma. e tanto mais quanto mais graves se tornam, para quem ama, as faltas dos que são muito amados<sup>3</sup>, pois mais se sentem os defeitos que procedem de quem menos se espera. E assim me mandou escrever sobre alguns erros, para que V. Revma. se conheça e não continue a cometê-los, antes os corrija. Isto será fácil, dada a grande boa vontade que Deus N. S. lhe concedeu.

Em primeiro lugar, o Prior da Trindade<sup>4</sup> escreve, com muita insistência, ao nosso Padre, junto com Mestre André<sup>5</sup>, que, em lugar deste, lhe envie Mestre Jerónimo Otello<sup>6</sup>. São as seguintes as suas palavras<sup>7</sup>: «Por muitos motivos seria conveniente mandar-me o nosso caríssimo filho em Cristo D. Jerónimo Otello, segundo me informou o Revmo. Pe. Laínez». Não foi pequena esta falta, embora não se duvide da boa intenção. Não devia V. Revma. animar nem aconselhar o Prior a que pedisse ao nosso Padre o que ele não havia de conceder. Pelo menos devia saber a opinião do nosso Padre antes de dar esse conselho ao Prior. Embora eu [João Polanco] quisesse desculpá-lo dessa falta, o nosso Padre não aceitou as minhas razões, dizendo: devia bastar a submissão do juízo próprio que V. Revma. deve ao seu Superior em assuntos do seu ofício. Ainda por cima fora

---

<sup>3</sup> Os Companheiros especialmente amados eram os nove primeiros, entre os quais Laínez, considerados por Inácio como fundadores.

<sup>4</sup> Prior da Trindade, André Lippomani, fundador do Colégio de Veneza.

<sup>5</sup> Mestre André Frúsio (des Freux), tradutor dos Exercícios Espirituais em latim, grande latinista, poeta e pregador. Era então chamado a Roma por Inácio.

<sup>6</sup> Mestre Jerónimo Otello, incansável pregador, mas de pouca saúde.

<sup>7</sup> Frase escrita em italiano.

mandado que ninguém mova pessoa alguma a escrever ao nosso Padre para lhe enviar candidatos, sem antes o consultar, pelos muitos inconvenientes que se seguem, quando é preciso negar<sup>8</sup>.

O segundo erro foi causa deste, além do defeito de discordar V. Revma. do seu Superior, quanto ao tirar de Veneza o Pe. Frúsio. E não só discordou, mas também mostrou ao Pe. Frúsio, ao Pe. Salmerón<sup>9</sup> e ao Pe. Olave<sup>10</sup>, discordar, ou não lhe parecer bem o que o nosso Padre ordenava. V. Revma. pode imaginar quanto convém a uma pessoa, em que os novos se hão-de espelhar, parecer-lhe mal o que ao Superior parece bem<sup>11</sup>!

E depois de Mestre André ter escrito algumas razões que a ele, aos PP. Salmerón e Olave pareceram boas sobre a saída dele de Veneza para Roma, tão pouco agradaram ao nosso Padre algumas insinuações dadas por V. Revma. na sua resposta sobre o mal que disso resultaria para as aldeias etc., pois sempre mostra juízo próprio, diferente do parecer do seu Superior. Embora o advertir e representar ao Superior, a seu tempo, seja bom, não o é a contínua discordança.

O terceiro erro, de peso não pequeno para o nosso Padre, foi o enviar para aqui Gaspar<sup>12</sup>, sem aviso prévio do seu estado, dizendo somente que era de Pádua etc. Não convinha a V. Revma. encobrir o assunto mandando essa pessoa para esta casa. Todo este género de dissimulação e escondimentos com o Superior, a quem compete

---

<sup>8</sup> Os pedidos de jesuítas eram demasiado numerosos então, sem poder atender a todos.

<sup>9</sup> Pe. Salmerón, dos primeiros companheiros de Inácio e grande teólogo do Concílio de Trento.

<sup>10</sup> Pe. Martín Olave, doutor da Sorbona, entrado há pouco na Companhia. Inácio pediu frequentemente a jesuítas que visitassem a sua família.

<sup>11</sup> Inácio queria que os primeiros Companheiros fossem modelos para todos os seguintes.

<sup>12</sup> Gaspar era um adolescente, aluno do Colégio de Pádua.

ajudar com aquilo que sabe e não prejudicar, considera-o muito inconveniente para esta Companhia e para qualquer outra Congregação religiosa. Também não lhe agradou que tendo-o enviado a V. Revma. para despedi-lo aí, tenha aprovado a sua volta para aqui, dizendo parecer-lhe digno de misericórdia e outras expressões, a que o nosso Padre chama «decretos»<sup>13</sup>. Ele não gosta de tal modo de escrever «decretando».

Disse-me que escreva a V. Revma. para atender ao seu ofício e não fará pouco se o fizer como deve, sem tomar o trabalho de dar pareceres sobre o de S. Revma., quando não lhe é pedido e menos agora, em que não ganhou muito crédito perante S. Revma., quanto a assuntos de governo. Considere V. Revma. estes erros diante de Deus N. S. e faça três dias oração com essa finalidade. Escreva depois se lhe parecem que foram defeitos ou faltas, e escolha também a penitência que julgar ter merecido, indicando-lha por escrito. Mas, antes de receber resposta do nosso Padre, não faça nenhuma penitência por este motivo.

Nada mais tenho a comunicar, senão rogar a Deus N. S. por todos e especialmente por mim, como mais necessitado, conceda muito da sua luz para conhecer-se e humilhar-se, com a graça, para em tudo sentir e cumprir sua santíssima vontade.

De Roma, 2 de Novembro de 1552.

Por mandado de nosso Padre Inácio

João de Polanco.

---

<sup>13</sup> Soluções teóricas expressas com ênfase.

**AO PE. DIOGO MIRÃO<sup>1</sup>**

Roma, 17 de Dezembro de 1552

(Ep. IV, 558-559)

A graça e o amor eterno de Cristo N. S. estejam sempre em nosso favor e ajuda.

Pelas informações do Dr. Torres,<sup>2</sup> que enviei no meu lugar para visitar-vos em nosso Senhor, nesse reino, soube que existe uma falta notável entre não poucos dos nossos, na virtude mais necessária e mais essencial que nenhuma outra nesta Companhia, e na qual o Vigário de Cristo nas bulas do nosso Instituto nos recomenda que procuremos destacar-nos mais: o respeito, reverência e obediência perfeita aos superiores, que ocupam o lugar de Cristo N. S., ou melhor, à sua divina Majestade neles.

Pelo que sabeis quanto eu devo e costume desejar esta virtude nos meus irmãos, podeis imaginar como terei ficado «contente»

---

<sup>1</sup> O Pe. Diogo Mirão fora nomeado Provincial de Portugal, em lugar do Pe. Simão Rodrigues, em Dezembro de 1551. As circunstâncias tornavam o cargo difícil. O novo Provincial não estava à altura desse posto: era escrupuloso e indeciso. Por influência do Pe. Simão, doente e remisso, houve desobediências graves, que causaram mal estar na Província. Inácio intervém para insistir sobre a obediência severamente, a ponto de se despedirem os incapazes dela.

<sup>2</sup> O Pe. Miguel de Torres foi mandado por Inácio como Visitador, com todos os poderes de Geral. Devia vir com Francisco de Borja, que seria o homem ideal para pacificar a Província, mas foi impedido por um mal entendido do Pe. Mirão. Também Torres se retirou rapidamente e não conseguiu a pretendida paz, apesar de ter despedido da Companhia cerca de 30 membros, em parte culpados, em parte desgostados.

de saber que entre eles há quem, sem acatamento, diz ao Superior: «Não me deveria mandar isto» ou «não está bem que eu faça aquilo». Há quem não quer fazer o que lhe mandam; e quem, com sinais e actos, mostra tão pouca reverência e submissão interior, segundo me informam, a quem deve reverenciar como àquele que tem o lugar de Cristo N. S., e em tudo humilhar-se diante de sua divina Majestade. Parece-me que isto deve ter-se espalhado tanto por culpa de alguém que devia remediá-lo e não o fez<sup>3</sup>. Deus N. S. lhe perdoe! Quanto melhor seria afastar do corpo da Companhia algum membro estragado e garantir os sãos do que deixar contaminar de tão grande mal a muitos outros com os seus exemplos e conversas! Noutra ocasião escrevi mostrando a minha satisfação quando Mestre Leonardo<sup>4</sup>, em Colónia, despediu nove ou dez de uma vez, que andavam mal. Depois fez a mesma coisa e também achei bem, embora, se tivesse feito isso no começo do mal, talvez tivesse sido suficiente despedir um ou dois. Agora, mesmo tarde, dêse remédio a isso, porque sempre é melhor tarde que nunca.

Mando-vos em virtude da santa obediência que, a respeito dela, observeis o seguinte: se houver alguém que não queira obedecer não só a vós, mas a qualquer prepósito ou reitor local daí, fareis uma destas duas coisas: ou o desligueis da Companhia ou mo envieis aqui a Roma, se vos parecer poder ser ajudado com essa mudança, para tornar-se um verdadeiro servo de Cristo N. S. Se for necessário, comunicai isto a Suas Altezas, e não duvido que o aceitarão, segundo o espírito e santa vontade que Deus N. S. lhes deu, pois não convém

---

<sup>3</sup> Alusão ao Pe. Simão Rodrigues que, com o seu inesperado regresso de Aragão, para onde fora nomeado Provincial, acentuou o mal estar da Companhia em Portugal.

<sup>4</sup> O Pe. Leonardo Kessel despediu de facto uma dezena de Escolásticos nesse ano de 1552.

para o bem desse reino, ter aí quem não for verdadeiro filho da obediência. Nem se pode esperar que outras almas possam ser ajudadas por ele (que tanto precisa de ajuda) nem que Deus N. S. o queira aceitar como instrumento do seu serviço e glória.

Vemos por experiência que talentos medíocres e menos que medíocres muitas vezes são instrumentos que produzem frutos muito notáveis e sobrenaturais, porque são obedientes e, por meio desta virtude, se deixam mover e possuir pela poderosa mão do autor de todo o bem. E, ao contrário, vêem-se grandes talentos trabalharem mais sem produzirem frutos nem mesmo medíocres, porque se movem por si mesmos, isto é, pelo seu amor próprio, ou pelo menos não se deixam mover bem por Deus N. S. por meio da obediência aos seus superiores, e por isso não produzem efeitos proporcionais à mão onipotente de Deus N. S., que não os aceita como instrumentos, mas proporcionais à sua mão muito débil e fraca. Portanto, compreendendo isto SS. AA., não duvido que estarão de acordo; e aqui, embora não falte trabalho, fora o que darão os vindos daí, não se recusará mais este, que a caridade exige, a qual Deus N. S. faz ser ainda mais especial para com esse reino.

Nada mais por esta vez, senão pedir à divina e suma bondade que nos dê a todos a sua graça abundante para que sempre sintamos a sua santíssima vontade e a cumpramos inteiramente.

De Roma, 17 de Dezembro de 1552.

**AOS DA COMPANHIA  
EM DIVERSAS PARTES DA EUROPA<sup>1</sup>**

Roma, 24 de Dezembro de 1552

(Ep. IV, 564-565 – original italiano)

A paz de Cristo. Por diversas cartas vemos que Deus Nosso Senhor visita a Vossas Reverências com os efeitos da santa pobreza, isto é, incomodidade e falta de algumas coisas temporais, que seriam necessárias para a saúde e bem-estar do corpo. É uma grande graça que a sua divina bondade se digna fazer dando-nos a experimentar na prática aquilo que deve sempre estar no nosso desejo para conformar-nos com o nosso guia Jesus Cristo, segundo o voto e santo instituto de nossa ordem religiosa.

E na verdade, não me consta que exista algum lugar da Companhia onde não se sinta comunicação desta graça, embora nuns mais que noutros. Mas, se nos compararmos com os nossos irmãos da Índia, que em tantas fadigas corporais e espirituais andam tão mal fornecidos de alimentos, sem comer pão em muitos lugares e ainda menos beber vinho, passando com um pouco de arroz e água, ou coisa parecida de pouco alimento, mal vestidos e, finalmente, no homem exterior com muita incomodidade, não me parece que o

---

<sup>1</sup> Já em 1547, Inácio escrevera uma carta, redigida por Polanco, aos Padres e Irmãos do Colégio de Pádua que sofriam penúria, sobre o valor da pobreza. Agora, véspera do Natal, talvez com os olhos no presépio de Jesus e certamente no espírito da Contemplação do Reino, exorta os Colégios da Europa, que passavam necessidade, a abraçar a pobreza real, pondo como exemplo os jesuítas da Índia.

nosso padecer seja duro demais. Podemos também fazer de conta que estamos nas nossas índias, as quais se encontram em todas as partes<sup>2</sup>.

Contudo, se aquele a quem corresponde ordinariamente não fornece as coisas necessárias, podemos recorrer à santa mendicidade, mediante a qual se poderá suprir a necessidade. Quando, apesar de tudo, Deus N. S. quiser que se tenha de padecer, não se falte aos enfermos, pois os mais sadios podem exercitar melhor a paciência. A todos no-la dê aquele que a fez obra tão amável com o seu exemplo e doutrina, Jesus Cristo S. N., dando o seu amor e o gosto pelo seu serviço em vez de qualquer outra coisa.

De Roma, 24 de Dezembro de 1552.

---

<sup>2</sup> Podia incluir no exemplo das índias orientais também as ocidentais, o Brasil, em que Nóbrega escrevia no mesmo ano de 1552: «Vivemos de esmolas e comemos pelas casas com os criados da gente principal». E Anchieta, dois anos depois: «Estivemos, às vezes, mais de 20, numa casa pobrezinha, feita de barro e paus, e coberta de folha».



**AOS PADRES E IRMÃOS DE PORTUGAL<sup>1</sup>**Roma, 26 de Março de 1553<sup>2</sup>(Ep. IV, 669-685)<sup>3</sup>

A suma graça e o amor eterno de Cristo nosso Senhor vos saúdem e visitem com seus santíssimos dons e graças espirituais. Amen.

---

<sup>1</sup> Esta é a famosa «Carta da Obediência». A extraordinária estima de Inácio pela Obediência fundamenta-se no voto especial ao Papa, desde os votos de Paris até à frustração da viagem dos Companheiros à Terra Santa (1534-1538). Logo em seguida, nas considerações de todos eles sobre o valor da obediência por si mesma e para com um Superior, além da especial ao Papa, a fim de poderem continuar a ser «amigos no Senhor» para sempre, mesmo separados fisicamente (1539). Nessas considerações sobre a Obediência já se encontra toda a sua beleza, utilidade e até necessidade para a santificação própria e para um apostolado unanimemente planeado.

<sup>2</sup> Havia cerca de doze anos que Inácio, eleito Geral da nova Ordem religiosa, aprovada pelo Papa Paulo III (1540), em constituições e noutros escritos, proclamava a Obediência virtude característica da Companhia de Jesus.

A ocasião da Carta foi o estado irrequieto da Província portuguesa, a 1.<sup>a</sup> nomeada por Santo Inácio (1546), onde se formava a maioria da juventude missionária. Diversos Superiores, pouco adaptados às circunstâncias de tempo e lugar, como os PP. Diogo Mirón, Miguel de Torres, Gonçalves da Câmara, Manuel Godinho, Miguel Gomes e até o próprio 1.<sup>o</sup> Provincial, Simão Rodrigues, homem enfermo e um tanto mutável, não souberam dirigir os ardores dessa primeira juventude para um justo meio de penitência e humildade. Impediu-se no momento a ida para lá de S. Francisco de Borja que daria remédio a essa situação. Só a obediência explicada por Inácio pôde produzir o fruto que se esperava.

<sup>3</sup> Note-se que esta carta se serve do dito na de Gandia (1548), copiando por vezes as suas expressões. O original, dobrado pelo secretário Polanco em 4 folhas, foi subdividido, nesta edição, em 30 parágrafos. A exemplo de Dumeige (p. 295), pomos entre colchetes os trechos semelhantes, e até iguais, da carta de Gandia. O

1. Muita consolação me causa, Irmãos caríssimos em Nosso Senhor Jesus Cristo, saber os vivos e eficazes desejos que da vossa perfeição e seu divino serviço e glória vos dá Aquele que, por sua misericórdia, vos chamou a este Instituto e nele vos conserva e encaminha ao bem-aventurado fim onde chegam seus escolhidos<sup>4</sup>.

2. [29] E ainda que em todas as virtudes vos desejo toda a perfeição, é verdade, como outras vezes tereis de mim ouvido, na obediência, mais particularmente do que em nenhuma outra, me dá Deus Nosso Senhor desejo de vos ver assinalar<sup>5</sup>, não somente pelo singular bem que nela há, que a Sagrada Escritura tanto encarece com exemplos e palavras, no Antigo e Novo Testamento, mas por ser a obediência, como diz São Gregório, *uma virtude, que por si só enxerta na alma as outras virtudes, e enxertadas as conserva*<sup>6</sup>.

Enquanto esta florescer, todas as mais florescerão e darão o fruto que eu nas vossas almas desejo e o pede Aquele que por obediência remiu o mundo, perdido por falta dela, *feito obediente até à morte, e morte de cruz* (Fil 2,8).

3. [13] Poderemos compreender que outras Congregações nos excedam em jejuns, vigílias e outras asperezas, que cada uma delas santamente guarda segundo o seu instituto. Mas na pureza e perfeição da obediência, com a verdadeira resignação das nossas vontades e abnegação dos nossos juízos, muito desejo, Irmãos caríssimos, se assinalem os que nesta Companhia servem a Deus Nosso Senhor e

---

esquema da carta feito pelo Pe. Iparraguirre vai no decurso das notas em resumo. Comparando as duas cartas, pode notar-se mais a erudição de Polanco, aceite e querida por Inácio, nos textos do Antigo e Novo Testamento e principalmente na citação dos Escritores Eclesiásticos.

<sup>4</sup> Saudação e consolação de Inácio pelo fervor dos Irmãos de Coimbra.

<sup>5</sup> A virtude da Obediência, característica da Companhia de Jesus.

<sup>6</sup> Gregório Magno, citado em latim: *Obedientia sola virtus est quae menti caeteras virtutes inserit, insertasque custodit* (Moralia, c.14, n.28; PL 76,766).

nisto se conheçam os verdadeiros filhos dela, nunca olhando para a pessoa a quem obedecem, mas nela a Cristo nosso Redentor, por quem se obedece.

Portanto<sup>7</sup>, nem porque o Superior seja muito prudente, muito bom ou qualificado em quaisquer outros dons de Deus Nosso Senhor, senão porque tem as suas vezes e autoridade, deve ser obedecido, dizendo a eterna Verdade: *Quem vos ouve, a mim ouve; quem vos despreza, a mim despreza* (Lc 10,16). Nem pelo contrário por ser a pessoa menos prudente, se lhe há-de deixar de obedecer naquilo em que é Superior, pois representa a pessoa d'Aquele que é infalível sabedoria, e suprirá o que falta ao seu ministro; nem por ser falto de bondade e outras boas qualidades, pois disse Cristo Nosso Senhor: *Na cadeira de Moisés sentaram-se os escribas e fariseus*, expressamente acrescenta: *Observai pois e praticai quanto vos disserem, mas não façais segundo as suas obras* (Mt 23,2).

4. Por isso, desejaria que todos vos exercitásseis em reconhecer em qualquer Superior a Cristo Senhor nosso, e reverenciar nele sua divina Majestade, com toda a devoção. Isto vos parecerá menos novo, se considerardes que S. Paulo, mesmo aos superiores temporais e gentios, manda obedecer como a Cristo, de quem desce todo o poder ordenado, como escreve aos Efésios: *Obedecei aos vossos senhores temporais com temor e tremor e com singelo coração, como a Cristo, não os servindo só na sua presença, como quem quer comprazer a homens; antes, como servos de Cristo, que fazem nisso a vontade de Deus de coração e com boa vontade, como quem serve ao Senhor e não aos homens* (Ef 6,5).

Daqui podeis inferir, quando o religioso toma um, não somente por Superior, mas expressamente em lugar de Cristo Nosso Senhor,

---

<sup>7</sup> Razões sobrenaturais da obediência ou principio fundamental: crer que se obedece a Cristo.

para que o guie e governe no seu santo serviço, como o deve considerar na sua alma, e se o deve olhar como a homem ou não, mas como vigário de Cristo Nosso Senhor.

5. Também desejo se imprima muito nas vossas almas ser muito baixo o primeiro grau de obediência, que consiste na execução do que se manda. Nem lhe merece o nome, por não chegar ao valor desta virtude, se não se sobe ao segundo, que consiste em fazer sua a vontade do Superior, de maneira que não somente haja execução no efeito mas também conformidade no afecto, com um mesmo querer e não querer.

Por isso diz a Escritura: *Melhor é a obediência do que os sacrificios* (1 Sm 15,22) porque, segundo S. Gregório, *por outros sacrificios mata-se carne alheia, mas pela obediência sacrifica-se a vontade própria*<sup>8</sup>. E como esta vontade no homem é de tanto valor, assim é também grande o da oblação em que ela se oferece pela obediência ao seu Criador e Senhor.

Oh! quanto se enganam e em quanto perigo se põem aqueles que, não digo só em coisas *em favor da carne e sangue*<sup>9</sup>, mas ainda nas muito espirituais e santas, têm por lícito afastar-se da vontade dos seus superiores, bem como em jejuns, orações e quaisquer outras obras de virtude! Ouçam quão bem o nota Cassiano na colação de Daniel abade: *Não há dúvida que igual desobediência é violar a ordem do Superior por vontade de trabalhar, como por desejo de estar ocioso; e tão danoso é quebrantar os estatutos do mosteiro para dormir, como para velar. Finalmente tão mau é deixar de executar o que te manda o abade para te pões a ler, como para te deitares a dormir*<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> S. Gregório Magno: *Moralia* 35-22: *Per victimas aliena caro, per obedientiam propria voluntas mactatur*. Insistência de Santo Inácio sobre o valor intrínseco da obediência.

<sup>9</sup> Obras temporais ou materiais (expressão bíblica).

<sup>10</sup> Cassiano, *Collationes* (Conferências) 4,20; PL 49, 609 A.

Santa era a acção de Marta, santa a contemplação da Madalena, santa a penitência e lágrimas com que se regavam os pés de Cristo Nosso Senhor; porém, tudo isto foi necessário fazer-se em Betânia, palavra esta que se interpreta *Casa de Obediência*. Com isto Cristo Nosso Senhor parece que nos quer dar a entender, como nota São Bernardo, *que nem a ocupação da boa acção, nem o descanso da santa contemplação, nem as lágrimas da penitência lhe puderam ser agradáveis fora de Betânia*.

6. Portanto, Irmãos caríssimos, procurai tornar completa a resignação das vossas vontades, oferecendo liberalmente a vosso Criador e Senhor em seus ministros a liberdade que Ele vos deu. E não vos pareça ser pequeno fruto do vosso arbítrio podê-lo inteiramente restituir na obediência Àquele que vo-lo deu, pois nisto não o perdeis, antes o aperfeiçoaís, conformando inteiramente as vossas vontades com a regra certíssima de toda a ordem, que é a divina vontade, da qual é intérprete o Superior que vos governa em seu lugar.

Por isso, não deveis jamais procurar trazer à vossa a vontade do Superior, a qual vos deveis persuadir ser a de Deus, pois isto seria não tomar como regra da vossa vontade a divina, mas da divina a vossa, pervertendo a ordem da sua sabedoria. É grande engano, e de entendimentos obscurecidos pelo amor próprio, pensar que se guarda a obediência, quando o súbdito procura trazer o Superior ao que ele quer. Ouvi a São Bernardo, exercitado nesta matéria: *Quem quer que descoberta ou disfarçadamente procura que o seu Padre Espiritual lhe ordene o que ele quer, engana-se a si mesmo, se acaso se lisonjeia de obediente, pois naquilo não obedece ele ao Prelado mas o Prelado a ele*.

Por isso concluo que a este segundo grau de obediência, que consiste em, além da execução, fazer sua a vontade do Superior, despojar-se da sua e vestir-se da divina, declarada pelo Superior, é necessário que suba quem à virtude da obediência quiser chegar.

7. Mas quem pretende fazer perfeita e inteira oblação de si mesmo, além da vontade, é necessário que ofereça o entendimento<sup>11</sup>, e este é outro grau e supremo da obediência, não tendo somente um querer, mas também um mesmo sentir com o seu Superior, sujeitando o próprio juízo ao dele, enquanto a vontade fervorosa pode inclinar o entendimento.

8. [16] Porque, embora este não tenha a liberdade que tem a vontade, e naturalmente aprove o que se lhe representa como verdadeiro, todavia, em muitas coisas em que não o força a evidência da verdade conhecida, pode com a vontade inclinar-se mais a uma parte que à outra, e nelas todo o obediente verdadeiro deve inclinar-se a sentir o que o Superior sente.

9. [12] Com efeito, a obediência é um holocausto, no qual o homem todo, sem excluir nada de si, se oferece no fogo da caridade a seu Criador e Senhor por mão dos seus ministros. E visto ser uma resignação inteira de si mesmo, pela qual se desapossa de si todo, para ser possuído e governado da divina Providência por meio do Superior, não se pode negar que a obediência compreende não somente a execução para efectuar e a vontade para se contentar, mas também o juízo para sentir o que o Superior ordena, enquanto, como se disse, por vigor da vontade se pode inclinar.

10. [19] Prouvera a Deus Nosso Senhor que fosse tão entendida esta obediência de entendimento, como é necessária a quem vive na vida religiosa e como é agradável a Deus Nosso Senhor. Digo ser necessária, porque assim como nos corpos celestes, para que o inferior seja movido pelo superior, é necessário que lhe seja sujeito e subordinado, com ordem e conveniência de um corpo ao outro, assim no movimento de uma criatura racional por outra, é preciso que

---

<sup>11</sup> Santo Inácio detém-se sobre o mais difícil, o 3.º grau da obediência, a do entendimento, mostrando que é possível, justa, necessária e perfeita.

a movida também esteja subordinada e sujeita àquela de quem recebe o movimento. E esta sujeição e subordinação não se alcança sem conformidade do entendimento e vontade do inferior ao superior.

11-14. [20-23] Pois se olhamos para o fim da obediência, assim como pode errar a nossa vontade, assim o pode o entendimento no que nos convém. E assim como para a nossa vontade não se desviar do bem, é acertado conformá-la com a do Superior, assim também para não errar, o entendimento se deve unir com o dele. *Não confies na tua prudência*, diz a Escritura (Pr 3,5). E por esta razão, ainda nas coisas humanas geralmente pensam os sábios, ser prudência verdadeira não se fiarem os homens da sua prudência, em especial nas coisas próprias, onde a paixão faz que não sejam bons juízes. Ora, sendo assim, deve o homem seguir antes o parecer de outro do que o seu nas suas coisas, ainda que aquele não seja seu Superior, com quanto maior razão deve seguir o parecer do seu Superior, a quem tem em lugar de Deus, para se reger por ele como por intérprete da divina vontade? E é certo que em pessoas e coisas espirituais é ainda mais necessário este conselho, por ser grande o perigo do caminho espiritual, quando se corre sem freio de discrição. Por isso diz Cassiano na colação do abade Moisés: *Por nenhum outro vício leva o demónio ao monge a despenhar-se tanto na sua perdição, como quando o persuade que, desprezando os conselhos dos mais velhos, se fie no seu juízo, resolução e prudência*<sup>12</sup>.

15. [24] Por outra parte, se não há obediência de juízo, é impossível que a obediência de vontade e execução seja qual deve ser, pois as forças apetitivas da nossa alma seguem naturalmente as apreensivas. E assim será coisa violenta, obedecer por muito tempo com a vontade contra o próprio juízo. E quando alguém obedecesse algum tempo, segundo aquela opinião comum de que é necessário obedecer

---

<sup>12</sup> Cassiano, *Collationes*, II, 11 (PL 49,541 B).

ainda no que não é bem mandado, não será coisa que dure. E com isso se perde a perseverança, pelo menos a perfeição da obediência, que está em obedecer com amor e alegria, pois quem vai contra o que sente, não pode, enquanto dura tal repugnância, obedecer amorosa e alegremente. Perde-se a prontidão e presteza, que não pode existir onde não há juízo pleno, antes dúvida se é bem ou não fazer o que se manda. Perde-se a simplicidade tão louvada da obediência cega<sup>13</sup>, duvidando se lhe mandam bem ou mal, ou porventura condenando o Superior por lhe mandar aquilo de que não gosta. Perde-se a humildade, preferindo-se por uma parte a si próprio, ainda que se sujeita por outra, ao Superior. Perde-se a fortaleza em coisas difíceis; e para abreviar, todas as perfeições desta virtude.

16. [25] Pelo contrário, há no obedecer, se o juízo não se sujeita, descontentamento, pena, vagares, frouxidão, murmurações, escusas e outras imperfeições e inconvenientes grandes, que tiram à obediência o seu valor e merecimento. Portanto, com razão diz São Bernardo daqueles que ficam tristes quando os Superiores lhes mandam coisas de que não gostam: *Se isto comesas a levar pesadamente, a julgar o teu Prelado, a murmurar no teu coração, embora faças exteriormente o que te mandam, não é isto virtude verdadeira de paciência, mas disfarce de malícia*<sup>14</sup>.

17. Pois, se olharmos para a paz e tranquilidade de quem obedece, é certo que não a haverá naquele que na sua alma tem a causa do desassossego e perturbação, a saber, o juízo próprio, contra aquilo a que a obediência o obriga.

---

<sup>13</sup> «Obediência cega», expressão tomada dos Padres antigos (Cassiano, João Clímaco e outros) para significar que o obediente não deve procurar com o entendimento razões contra a ordem dada pelo Superior, mas supor que ele reflectiu e lhe manda o que achou ser vontade de Deus.

<sup>14</sup> Bernardo, *Sermo III de Circuncisione*, n. 8; PL 183,140 C.



18. [27] E por isso e pela união, sustentáculo de todas as Congregações, tanto exorta S. Paulo *que todos sintam e digam a mesma coisa* (Rom 15,5), para que com a união dos juízos e vontades se conservem, pois se há-de ser um o sentir da cabeça e dos membros, fácil é de ver se é razão que sinta a cabeça com eles ou eles com a cabeça. Mas já pelo que está dito se vê quão necessária é a obediência de entendimento.

19. [28] E quem quiser ver quanto seja em si perfeita e agradável a Deus Nosso Senhor, vê-lo-á pensando ao valor da oblação nobilíssima que se faz de tão excelente parte do homem. Assim fica o obediente todo um sacrifício vivo e agradável à sua divina Majestade, não retendo nada de si mesmo. E também pela dificuldade com que por seu amor se vence, indo contra a inclinação natural dos homens de seguir o seu próprio juízo. Portanto, a obediência, embora seja propriamente perfeição da vontade, à qual torna pronta para cumprir a vontade do Superior, é necessário, como dissemos, que se estenda ao juízo, inclinando-o a sentir o que o Superior sente, para assim se proceder com inteira força da alma, da vontade e do entendimento à execução pronta e perfeita.

20. Parece que vos ouço dizer, irmãos caríssimos, que vedes quanto importa esta virtude, mas quereríeis ver como podereis alcançar a perfeição dela. A isto vos respondo com S. Leão: *nada há dificultoso para os humildes, nem áspero para os mansos*<sup>15</sup>. Haja em vós humildade, haja em vós mansidão, e Deus Nosso Senhor dará graça com que suave e amorosamente continueis a oblação que lhe fizestes.

Além disso, três meios em especial vos apresento, que muito vos ajudarão para a perfeição da obediência de entendimento.

---

<sup>15</sup> Leão Magno, *De Epiphania Sermo V.* c. 3; PL 54,252. A humildade e mansidão são os meios mais gerais para alcançar a obediência. Seguem-se três meios mais particulares: 1) Ver Cristo na pessoa do Superior; 2) Buscar com amor razões para isso; 3) Avivar a fé também para a vontade de Deus, através das ordens do Superior.

21. O primeiro é, como disse ao princípio, que não considereis a pessoa do Superior como homem sujeito a erros e misérias, antes olheis para Aquele a quem no homem obedeceis, Cristo, sabedoria suma, bondade imensa, caridade infinita, o qual sabeis que não pode enganar-se nem vos quer enganar. E como estais certos que por seu amor vos pusestes sob a obediência, sujeitando-vos à vontade do Superior, para mais vos conformardes com a divina, persuadi-vos que não deixará a sua fidelíssima caridade de vos guiar pelo meio que vos deu.

Não tomeis, portanto, a voz do Superior, enquanto vos manda, senão como a de Cristo, como S. Paulo diz aos Colossenses, exortando os súbditos a obedecer aos Superiores: *tudo o que fazeis, fazei-o de boa vontade, como quem o faz para servir ao Senhor e não aos homens, pensando que haveis de receber em paga a eterna herança de Deus. Servi a Cristo Nosso Senhor* (Col 23,24). A isto São Bernardo acrescenta: *quer seja Deus, quer o homem, vigário seu, a dar qualquer ordem, com igual reverência deve ser respeitado e obedecido, sempre que o homem não mande coisas contra Deus*<sup>16</sup>. Desta maneira, se olhais não ao homem com os olhos exteriores, mas a Deus com os interiores, nenhuma dificuldade achareis em conformar as vossas vontades e juízos com a regra que tomastes para as vossas acções.

22. O segundo meio é que sejais prontos em buscar sempre razões para defender o que o Superior ordena e aquilo a que se inclina, e não para o reprovar. Para isto, ajudará ter amor àquilo que a obediência ordena. Assim nascerá obedecer com alegria e sem moléstia alguma, porque, como diz S. Leão: *ninguém serve forçado, quando ama o que se lhe manda*<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Bernardo, *De praecepto et dispensatione*, c. 9,19; PL 182,871 D.

<sup>17</sup> Leão Magno, *Sermo V de jejuniis septimi mensis*, PL 54,444 B.

23. [27] O terceiro meio para sujeitar o entendimento é ainda mais fácil e seguro, e usado pelos Santos Padres, e consiste em aceitar tudo o que o Superior manda como ordem de Deus Nosso Senhor e sua santíssima vontade. E assim como, com toda a vossa alma, vos aplicais a crer o que propõe a fé católica, assim procedais às cegas e sem mais inquirir, com a força da vontade desejosa de obedecer.

Assim é de crer procedia Abraão na obediência que Deus lhe pediu de sacrificar seu filho Isaac. E da mesma maneira no Novo Testamento, alguns daqueles Santos Padres que refere Cassiano, como o abade João, que não considerava se era útil ou inútil o que se lhe mandava, como regar durante um ano com tanto trabalho um pau seco, nem se era possível ou impossível tão de verdade deslocar, como lhe mandavam, uma pedra que muito número de gente não pudera mover<sup>18</sup>.

24. [18] E para confirmar tal modo de obediência, vemos que algumas vezes concorria Deus Nosso Senhor com milagres, como em S. Amaro, discípulo de S. Bento, que entrando na água por mandado de seu Superior, não se ia ao fundo<sup>19</sup>; no outro que, mandado trazer a leoa, a tomou e trouxe a seu Superior<sup>20</sup>, e outros semelhantes que sabeis. Enfim, quero dizer que este modo de sujeitar o juízo próprio, com pressupor ser santo e conforme à divina vontade o que se manda, sem mais inquirir, é usado pelos Santos e deve ser imitado por quem quer obedecer perfeitamente em todas as coisas onde se não veja pecado manifestamente.

25. Com isto não se conclui que se alguma coisa vos parecesse diferente daquilo que o Superior manda, e fazendo oração, achás-

---

<sup>18</sup> Cassiano, *De coenob. institutis* IV, c. 24 e 26; PL 49, 183 D, 184 B, 186 A.

<sup>19</sup> Gregório Magno, *Diálogos* II, c. 2 e 7; PL 66, 146 A, B.

<sup>20</sup> *De vitis Patrum* 3,27; PL 73,755 D, 756 A, B. A crítica moderna não aceita facilmente estas lendas, aceites com simplicidade na Idade Média e tempos posteriores.

seis diante do divino acatamento convir que lha representásseis, o não possais fazer. Contudo, se nisto quereis proceder sem suspeita de amor e juízo próprio, deveis estar indiferentes antes e depois de a apresentardes, não somente para a execução de tomar ou deixar a coisa de que se trata, mas também para mais vos contentardes e terdes por melhor tudo aquilo que o Superior ordenar.

26. O que tenho dito da obediência<sup>21</sup>, tanto se entende dos particulares para com seus Superiores imediatos, como dos Reitores e Prepósitos locais para com os Provinciais, e destes para com o Geral e deste para quem Deus Nosso Senhor lhe deu por Superior, que é o seu Vigário na terra, para que assim inteiramente se guarde a subordinação e por conseguinte a união e caridade. Sem esta, o bom ser e governo da Companhia, assim como o de qualquer outra Congregação, não se pode conservar.

27-28. [5-6] Este é o modo com que a divina Providência dispõe suavemente todas as coisas, dirigindo as ínfimas pelas médias e estas pelas superiores a seus fins. E por esta causa, entre os Anjos há subordinação de uma hierarquia à outra, e em todos os movimentos corporais dependem os inferiores dos superiores, e os superiores por sua ordem dum movimento supremo. O mesmo se vê na terra em todos os governos seculares bem ordenados, e na hierarquia eclesiástica, que depende do Vigário de Cristo Nosso Senhor. E quanto é melhor guardada esta subordinação, tanto melhor é o governo, e por falta dela se vêem em muitas Congregações faltas tão notáveis.

29. Por isso, desejo tanto se aperfeiçoe esta virtude na nossa (Congregação), na qual Deus N. S. me deu algum cargo, como se da obediência dependesse todo o bem dela.

---

<sup>21</sup> Este parágrafo trata da extensão da obediência e da sua importância em todo o mundo, preparando assim a Conclusão que se segue.

30. Portanto, assim como comecei, quero acabar com esta matéria sem sair dela, rogando-vos por amor de Cristo Nosso Senhor, que não somente deu o preceito da obediência, mas foi exemplo dela, que vos esforceis todos por alcançá-la com gloriosa vitória de vós mesmos, vencendo-vos na parte mais alta e dificultosa, a saber, as vossas vontades e juízos.

Assim o conhecimento verdadeiro e amor de Deus Nosso Senhor possua inteiramente e oriente as vossas almas por toda esta peregrinação, até vos conduzir, com outros muitos por vosso meio, ao último e felicíssimo fim da sua eterna bem-aventurança.

Em vossas orações muito me encomendo.

De Roma, 26 de Março de 1553.

Todo de todos no Senhor nosso

Inácio.

**AO PE. NICOLAU FLORIS GOUDANO<sup>1</sup>**

Roma, 22 de Novembro de 1553  
(Ep. V, 713-715 – original italiano)

A Paz de Cristo.

Meu caríssimo Padre em Jesus Cristo.

Recebi a carta de V. Revma. de 12 de Outubro e muito me edifica ver o seu desejo de ajudar as almas na Alemanha, não só com a pregação e outros meios exteriores, mas também com lágrimas, cujo dom deseja receber do doador de todo o bem.

Quanto à primeira parte de ajudar o próximo com os meios exteriores da pregação e outros, roguemos a Cristo N. S. se digne conceder *à vossa voz a força da sua* (Sl 67,34) e ao ministério dos sacramentos a eficácia que deseja.

Quanto ao dom de lágrimas, não se pode pedir sem restrição alguma, porque não é necessário, nem é bom e conveniente a todos indistintamente. Entretanto, conferi esta resposta com nosso Padre Inácio, e até para mim pedi a Deus N. S. este dom e pedirei que o

---

<sup>1</sup> Nicolau Floris, nascido em Gouda na Holanda, foi companheiro de Pedro Canísio e um de seus colaboradores mais activos na Áustria. Tinha sido óptimo pároco de Berg-op-Zoom, antes de ser jesuíta. Agora em Ingolstadt pregava e ensinava, enquanto se dava todo ao estudo do alemão. A sua saúde ressentiu-se disso. Numa carta a Santo Inácio manifestava as preocupações e ansiedades do seu zelo... (Dumeige, *Lettres*, 325). Para animar-se, desejava receber na oração o dom de lágrimas. Polanco, em nome de Inácio, responde-lhe não ser necessário tal dom e nem sempre conveniente. As lágrimas não aumentam a caridade; a vontade eficaz do serviço de Deus é o que tem valor e por isso não se devia preocupar (*Iparr. BAC*, 853-854).

conceda a V. Revma., na medida que for conveniente para o fim que se propõe, isto é, a ajuda das almas, sua e do próximo.

Caríssimo Padre, *um coração duro acabará na desgraça* (Eclo 3,27), mas o coração desejoso de ajudar as almas e servir a Deus, como é o de V. Revma., não se pode chamar duro, pois na vontade e parte superior da alma tem compaixão das misérias do próximo e quer socorrê-las quanto puder. O homem do dever, que tem tal vontade eficaz em procurar os meios para isso, não tem necessidade de outras lágrimas nem de outras ternuras do coração.

De facto, alguns<sup>2</sup> possuem esse dom, ou porque o seu natural move o afecto da parte superior da alma e o faz transbordar para o exterior, ou porque Deus N. S. vê que é conveniente a eles e lhes dá essa efusão de lágrimas. Mas nem por isso eles têm maior caridade nem mais eficiência do que os outros privados de tais lágrimas. Estes podem ter afecto não menor na parte superior da alma, isto é, na vontade tão forte e eficaz para o serviço divino e bem do próximo, como os outros que abundam em lágrimas.

Digo até a V. Revma., e assim o penso, que, se estivesse na minha mão dar o dom das lágrimas, não o daria a alguns, porque não ajudaria a sua caridade, faria dano ao seu corpo e cabeça e, por conseguinte, impediria o exercício da sua caridade.

Portanto, V. Revma. não se apoquente pela falta de lágrimas exteriores e conserve a sua vontade boa e eficaz, como a tem mostrado em obras. Isto basta para a própria perfeição, ajuda dos outros e serviço de Deus. Lembre-se que os anjos bons fazem o que podem para defender os homens do pecado e Deus ser assim honrado. Entretanto, não se molestam quando sucede o contrário. O Nosso

---

<sup>2</sup> Um deles era Santo Inácio, o místico eucarístico, que possuía extraordinário dom de lágrimas e ao mesmo tempo uma vontade eficaz da maior glória de Deus, ajudando um dom ao outro.

Padre louva muito nos nossos este proceder, semelhante nisso ao dos anjos.

Nada mais, senão recomendar-me às orações de V. Revma

De Roma, 22 de Novembro de 1553.



**AO INFANTE D. LUÍS DE PORTUGAL**

Roma, 24 de Dezembro de 1553

(Ep. VI, 85-86)

*O infante D. Luís, irmão do rei de Portugal D. João III, tinha-se distinguido sempre pelo singular amor para com os jesuítas. Nesta carta, Santo Inácio agradece-lhe o favor que dispensa à Companhia.*

IHS. Meu senhor no Senhor nosso.

A suma graça e amor eterno de Cristo, nosso Senhor, saúde e visite a V. A., com os santíssimos dons e graças espirituais.

Desejo responder à carta de V. A., de 27 de Setembro, não tanto por palavras como pela gratidão, conhecendo e dando infinitas graças a Deus N. S., pela mercê que faz a esta Companhia em dar a V. A., tão grande vontade de favorecê-la e ajudá-la no seu divino serviço.

E ainda que o valor das obras mostra bem a eficácia da vontade que V. A. tem de fazer-nos mercê, vê-se, contudo, que fica muito mais no tesouro do seu coração do que efeitos alguns podem ter mostrado. E isto pela insistência com que nos manda Vossa Alteza que vejamos em que nos pode fazer mercê, naquilo em que nós posamos pedir V. A. no-la possa fazer.

Isto faz-nos recordar da infinita e suma bondade de Deus, nosso Senhor, que imprimiu na alma de V. A. este vestígio de si, de quem é mais próprio querer fazer-nos favores, que nós de recebê-los, e mover-nos a desejar e esperar da sua divina liberalidade para cumprir e até ultrapassar os nossos desejos e esperanças. Seja Ele

bendito e louvado em todas as suas criaturas e todo o bem que nelas depositou. Amen.

Vejo que foi grande o contentamento que V. A. experimentou com a visita do P. Francisco de Borja e do Mestre Nadal, e é confirmado pela carta de V. A.

De outras coisas sobre os nossos remeto-me a eles, encomendando-lhe humildemente toda a nossa Companhia, não tão nossa, como de V. A.

Deus nosso Criador e Senhor nos dê a todos a sua abundante graça, para que sintamos sempre a sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Roma, 24 de Dezembro de 1553

**AO PE. TEUTÓNIO DE BRAGANÇA**

Roma, 1 de Janeiro de 1554

(Ep. VI, 130-133)

*Este jovem jesuíta pertencia à mais alta nobreza portuguesa. Santo Inácio tinha decidido que fosse para Roma, a continuar os seus estudos. Contudo, informado da doença que o afligia, escreve-lhe, exortando-o a tirar todo o fruto possível de semelhante graça. Indica-lhe juntamente que pode ir a Córdova estudar. Infelizmente não se realizaram as esperanças que se tinham posto em vocação tão promissora, e depois de vários penosos incidentes, acabou por sair da Companhia.*

A suma graça e amor eterno de Cristo nosso Senhor esteja sempre em nossa ajuda e favor.

Pelas cartas de Mestre Nadal, comissário, fiquei a saber que Deus N. S. vos visitou, irmão caríssimo, com uma doença grave. Estou persuadido na sua divina bondade, que tudo terá sido para mais importante saúde e merecimento vosso, e exercício da vossa virtude, e que tereis procurado tirar o fruto que Deus nosso Senhor quer que se tire de semelhantes visitas, cuja sabedoria e caridade infinitas busca o nosso maior bem, tanto com as medicinas amargas, como com as consolações muito agradáveis. E assim espero saber notícias da vossa saúde que com divino favor, estou persuadido que a empregareis no seu serviço.

Sobre a vossa vinda para aqui, ainda que isso me daria muita consolação no Senhor nosso, contudo, vendo que durante tanto tempo não tivestes possibilidade de cumprir este desejo meu e vosso,

e tendo em conta a vossa doença, sou de opinião que essa vinda não se realize por agora.

E para maior aproveitamento nas letras e, ao mesmo tempo, consolação de espírito, que vades para Córdova, e ali realizeis os vossos estudos.

E em tudo o mais, que vos poderia preocupar, não penseis nisso, assegurando-vos que eu terei esse cuidado, e que tudo resultará finalmente em maior serviço e glória de Deus N. S., cuja infinita e suma bondade conceda a todos graça suficiente para conhecer e fazer a sua santíssima vontade.

De Roma, primeiro de Janeiro de 1554.

**A MADALENA ANGÉLICA DOMÉNECH<sup>1</sup>**

Roma, 12 de Janeiro de 1554

(Ep. VI, 160-162)

Minha senhora no Senhor nosso.

A suma graça e o amor eterno de Cristo N. S. estejam sempre em nossa ajuda e favor!

Por cartas de Valência soube que Deus N. S. visitava a Vossa Mercê com aflições corporais e espirituais. Com tantas ocasiões de merecer, Ele mostra amor muito especial a Vossa Mercê e vontade de recompensar mais abundantemente os bons desejos e obras<sup>2</sup> de Vossa Mercê na sua eterna bem-aventurança. E tanto mais, quanto menos quer dar o prêmio delas neste mundo e vida temporal.

É verdade, senhora, que eu desejo todo o contentamento e consolação à alma de Vossa Mercê mais que à minha própria. Compadeço-me das suas aflições, como a razão e lei da caridade me obrigam. Porém, não posso senão julgar singular dom de Deus tudo o que provoca

---

<sup>1</sup> Madalena Angélica era meia-irmã do Pe. Jerónimo Doménech. Este, atraído à Companhia por S. Francisco Xavier num encontro em Bolonha, tornou-se um dos PP. insígnies da 1.<sup>a</sup> geração de jesuítas (1540). Era então Provincial da Sicília, extremamente ocupado pelo demasiado trabalho do Colégio. Esta sua irmã pedia a Santo Inácio (1552) uma visita do seu irmão, que não foi possível. Nessa altura, talvez pela ausência do seu director, o Pe. João Batista Barma, S. J., grande pregador, as aflições de Madalena aumentaram e, por cartas do pai ao filho Jerónimo e deste a Santo Inácio, o Santo veio a conhecer o estado de Madalena e escreve-lhe consolando-a com a lembrança do valor do sofrimento com Cristo (Dumeige, *Lettres*, 330).

<sup>2</sup> Bons desejos e obras: o voto de virgindade, o desejo de entrar no Convento e as suas práticas de piedade e perfeição.

em Vossa Mercê o exercício da paciência, da fé e da esperança para com Ele. Estou persuadido de que a divina e suma bondade e caridade do sapientíssimo Pai celeste a provê do que mais a aperfeiçoa. Pois, não menos na adversidade que na prosperidade, e tanto nas aflições como nas consolações, Ele mostra o seu eterno amor, com o qual guia os seus escolhidos para a perpétua felicidade.

A sua piedade e clemência é tal que se conviesse ao nosso bem, mais se inclinaria, da sua parte, a conservar-nos sempre mais consolados que aflitos, ainda neste mundo. Mas a disposição da nossa miséria, no estado presente, requer que, às vezes, em lugar de regalos se usem connosco aflições. Nisto podemos descobrir, pelo menos, a sua paterna e suma misericórdia, pois ela encerra, no breve curso da nossa existência, as aflições de permeio com muitas consolações a seus tempos. Mas na vida que é eterna e sem fim premeia a paciência com contentamento e glória inestimável, sem mistura de trabalho ou tristeza, sem descontentamento algum, porque não há no céu senão completa alegria e bem-aventurança (cf. Rom 8,18; 2 Cor 4,17).

Assim, pois, se Vossa Mercê procura resignar-se nas mãos de Cristo N. S., conformando inteiramente a sua vontade com a d'Ele e dispondo-se a segui-lo nos sofrimentos que Ele padeceu neste mundo e lhos quer comunicar para segui-lo na glória do céu, não duvido de que cessarão em grande parte as aflições e crescerá tanto a fortaleza para sofrê-las, que as sentirá muito pouco.

Eu, da minha parte, juntamente com os que aqui estamos, não deixarei de encomendar muito a Deus os interesses de Vossa Mercê. Se em algo que estivesse nas minhas mãos eu pudesse ajudar à sua consolação, com toda a boa vontade o faria, pois muito amo a Vossa Mercê no Senhor nosso. Praza a Ele dar-nos a todos a sua abundante graça, para sentirmos sempre sua santíssima vontade e inteiramente a cumprirmos.

De Roma, 12 de Janeiro de 1554.

**AO PE. JOÃO BATISTA VIOLA<sup>1</sup>**

(por comissão)

Roma, 10 de Março de 1554

(Ep. VI, 447-449)

A Paz de Cristo<sup>2</sup>!

Caríssimo em Cristo Padre.

Recebemos a sua carta de 3 do presente, à qual respondo. Em primeiro lugar, afaste V. Revma. a ideia molesta e penosa que mostra ter, pensando tornar-se pesado à nossa Companhia. Tenha por certo que a Companhia não se lamentará por despesas nem esforços em seu favor. Seria falta de fé ou falta de confiança para com ela, acolher tal dúvida.

Quanto a retirar-se a Lunegiana ou Sarzana e visitar alguma vez os Padres de Garfanhiana<sup>3</sup>, faça V. Revma. o que lhe for mais cómodo ou mais agradável; basta que não seja contra o parecer dos médicos, aos quais, até certo ponto, é razoável obedecer em assuntos da sua

---

<sup>1</sup> Em Dezembro de 1552, o Pe. João Batista Viola tinha sido nomeado Comissário para a Itália. Este cargo arruinou a sua saúde e acentuou a inquietação do seu carácter escrupuloso. Era indispensável um repouso nas melhores condições de corpo e alma. O secretário Polanco, por encargo de Santo Inácio e com as suas indicações, multiplica as expressões para assegurar ao doente a tranquilidade da sua consciência ansiosa. Às mil questões que afligem um homem doente, parece difícil encontrar resposta de mais precisão e delicadeza (Dumeige, *Lettres*, 351).

<sup>2</sup> Saudação epistolar comum na Companhia de Jesus, abreviadamente P. Xti, em latim, como aqui.

<sup>3</sup> Cidades do ducado de Ferrara, próximas da cidade de Luca. Por elas passou Viola no caminho para Génova.

competência. Enfim, aquilo que V. Revma. julgar no Senhor servir para o descanso e melhoria de sua saúde, persuada-se estar tudo no âmbito da obediência. Pois assim pensa o nosso Padre<sup>4</sup> e não quer que tenha escrúpulo algum.

Quanto a levar companheiro ou não<sup>5</sup>, V. Revma. olhe mais à sua comodidade do que às despesas. Porque, se não bastasse o dinheiro das suas casas<sup>6</sup>, nós proveremos ao mais, com toda a boa vontade. É verdade que a razão, dada por V. Revma., de que fará escrever quando lhe agradar, estamos persuadidos de que será melhor deixá-lo andar sem pessoa alguma da Companhia, porque, provavelmente, seria, para a sua saúde e serviço, de menos ajuda que outro qualquer. Por isso faça-se servir como achar melhor. Não pense que por haver aqui muitas dívidas<sup>7</sup>, se há-de deixar faltar toda a provisão necessária de dinheiro, pois para isso Deus nunca falta.

Se Mestre João Francisco de Parma<sup>8</sup> não levar dinheiro por conta da casa ou se o levar de outra fonte, V. Revma. tome dele quanto nos informou precisar, e mais se lhe parecer. Digo ainda que se não leva dinheiro nenhum e o médico diz ser conveniente partir imediatamente, V. Revma. ordene ao Padre D. Francisco colocar na

---

<sup>4</sup> Inácio tinha um cuidado extremo, um dom especial de carinho para com os doentes.

<sup>5</sup> Era regra comum não sair de casa sem companheiro. De facto, foi seu companheiro Jerónimo Galvanello.

<sup>6</sup> Eram casas de Viola que estavam à venda.

<sup>7</sup> Desde 1551 que o Colégio Romano ainda lutava com dificuldades financeiras pela compra de nova casa mais ampla. Em 1552 fundava-se o Colégio Germânico, aparecendo assim outras despesas. Em Outubro de 1553 compraram-se algumas casas junto da Casa Professa para construir a grande Igreja do Gesù. Disso tudo resultavam dívidas avultadas.

<sup>8</sup> Ecónomo do Colégio de Parma. Quase todos os Colégios tinham dificuldades económicas. D. Francisco, do qual se fala a seguir, é o Pe. Francisco Pálmio, ecónomo do Colégio de Bolonha.



minha conta, em câmbio, todo o dinheiro que quiser levar consigo. Eu pagar-lhe-ei dentro de oito dias ou, como de costume, depois que me apresentem as contas ou o recebam emprestado por 15 ou 20 dias em Bolonha. Logo que formos avisados, mandaremos o dinheiro por qualquer banco.

Não nos importa que gaste destas ou daquelas casas, pois tudo é da Companhia, e ela pagará as despesas onde quiser, seja qual for o preço das casas. E não se teria falado de tal preço, senão pensando que seria uma soma determinada e V. Revma. estaria em Parma ou em lugares vizinhos.

Quanto ao que V. Revma. escreve no caso de não se achar melhor na sua pátria do que tem estado até aqui na Lombardia, se deve continuar naqueles lugares ou voltar a Bolonha etc., sobre isto diz nosso Padre que V. Revma. tem toda a liberdade: poderá estar onde mais lhe agradar. Querendo voltar a Bolonha ou ir a Génova ou vir a algum dos Colégios mais vizinhos de Roma ou também a Tívoli, que está a 15 milhas de Roma, cujo clima é excelente, tudo está à sua disposição. E até vir a Roma e aqui morar, indo de vez em quando a Tívoli, onde temos uma boa casa com alguns irmãos. Tudo isso o poderá fazer, sem oposição dos médicos, e nosso Padre ficará contente.

Portanto, V. Revma. experimente primeiro os ares pátrios; depois poderá mudar-se para onde quiser e julgar de maior alívio. Só lhe impomos uma obrigação: avisar de vez em quando sobre o seu estado. Se tiver consolação em receber notícias da Companhia, sempre lhe serão dadas daqui ou do lugar mais próximo<sup>9</sup>.

Quanto ao protesto de V. Revma. de não se separar da Companhia com a alma, mas apenas com o corpo por algum tempo, diz nosso Padre ser isso claro, porque, se quisesse separar-se de nós,

---

<sup>9</sup> Recebiam-se notícias de todo o mundo, que eram comunicadas a todas as casas da Europa.

prenderíamos V. Revma. com cordas. Nem se julgue separado com o corpo. Com efeito, quem é mandado pela obediência a uma parte ou a outra, embora sozinho, enquanto persevera a obediência, não está separado da sua Congregação nem no corpo nem na alma. E, se para não parecer estar sozinho, com o passar do tempo, quisesse receber um companheiro, V. Revma. escreva e escolha qualquer que lhe agrade e de qualquer Colégio.

Sobre a necessidade de um sacerdote para Bolonha, compreendemos essa necessidade e se proverá com a ajuda divina, depois da Páscoa.

De João António e Tadeu<sup>10</sup> sabemos que chegaram a Ancona e de lá irão a Perúgia, para ver se um poderá ir para Florença e o outro para Sena. Nada mais sabemos sobre eles.

Às orações de V. Revma., embora sejam breves, muito nos encomendamos.

Esteja com todos nós Jesus Cristo!

De Roma, 10 de Março de 1554<sup>11</sup>.

Esquecia-me de dizer que V. Revma. se deve julgar dispensado de abstinências, jejuns, ofício divino etc. Tudo se deve acomodar à sua saúde, podendo usar de todas as faculdades da Companhia, na medida em que ajudam à sua consolação para a glória de Deus N. S., segundo lhe parecer bem.

---

<sup>10</sup> Estudantes jesuítas: João António era de Nápoles, e Tadeu Amarem de Sena.

<sup>11</sup> Da mesma data são dois documentos latinos, um dando licença para estar em qualquer lugar que preferisse; outro para poder receber dinheiro e gastá-lo como lhe parecesse, em favor da sua saúde (*Ep. VI*, 445-447).

**AO PE. MIGUEL DE NÓBREGA<sup>1</sup>**

(por comissão)

Roma, 25 de Agosto de 1554

(Ep. VII, 446-448)

IHS. A graça e a paz de Cristo estejam sempre e cresçam em nossas almas!

Padre e Irmão caríssimo em Jesus Cristo.

O nosso Padre recebeu três cartas suas dessa cidade<sup>2</sup> e soube por elas do seu cativo, dos portugueses e doutros cristãos que foram presos juntamente. Deus nosso Criador e Senhor seja bendito, pois lhes concede a graça de padecer pelo seu serviço, se digne conceder-lhes tanta paciência e fortaleza quanta vê ser necessária para poder transportar tão pesada cruz, agradecendo e reconhecendo que com igual caridade e amor a sua bondade envia aflições, fadigas e adversidades, como costuma enviar repouso, contentamento, alegria e toda a prosperidade.

Ele sabe, como sapientíssimo médico, e quer, como piedosíssimo Pai, tudo o que mais nos convém para sarar as enfermidades das nos-

---

<sup>1</sup> O Pe. Miguel de Nóbrega, despedido da Companhia por S. Francisco Xavier, caíra nas mãos dos turcos com muitos outros companheiros. Do cativo mandou três cartas a Santo Inácio, pedindo auxílio. Além de duas respostas de consolação, que muito serviram ao prisioneiro para belos exemplos de virtude, Inácio interessou-se por ele através dos PP. de Veneza. No mês de Setembro, o Sr. Daniel Barbárico, ex-cônsul do Cairo, informava o Pe. César Helmo da libertação do Pe. Nóbrega pelo comandante da fortaleza de Ormuz, no norte oriental da África.

<sup>2</sup> Cairo do Egipto, que tinha comércio com a república de Veneza.

sas almas, quer sejam ocultas quer manifestas, como acontece agora. Sobre isso Ele provê como mais convém e não como mais agrada. Embora se use a diligência que, conforme a razão, se deva usar para aliviar ou remediar os males temporais causados ou permitidos por sua mão divina, uma vez feita tal diligência, deveríamos sem dúvida alegrar-nos com a participação que Cristo nos comunica na sua cruz. Deveríamos lembrar-nos não somente ser melhor purificar os nossos pecados nesta vida que na outra, mas também merecermos eterna retribuição nos sofrimentos breves desta vida, e não qualquer, mas muito excelente, como diz o Apóstolo: *A nossa tribulação momentânea é leve, em relação ao peso extraordinário de glória que ela nos prepara* (2 Cor 4,17). Sabemos de muitos santos, levados por Deus N. S. através deste caminho do cativeiro à liberdade e bem-aventurança de seu reino.

Portanto, caríssimo Irmão, esforce-se, n'Aquele que o criou e remiu com o seu sangue e vida e entregue-se à sua suavíssima providência. Ele, ou o tirará do cativeiro de algum modo, ou pelo menos o fará muito frutuoso em seu favor, não menos que a liberdade, para o fim pretendido, a saber, a divina glória e serviço e com eles a salvação e felicidade perpétua.

Falando de meios humanos, já sabe serem as casas da nossa Companhia a tal ponto pobres que não têm nem podem ter renda nem propriedade alguma. Só com orações o podemos ajudar. Se se oferecesse alguém que quisesse dar algo para remir cativos, poderíamos procurar algumas esmolas para o seu resgate e dos outros cristãos portugueses que aí estão.

É verdade que um nosso Irmão, chamado da Espanha a Roma, foi preso pelos turcos e posto nas galeras a remar; e era sacerdote e teólogo, muito bom servo de Deus<sup>3</sup>. Pela dificuldade de encontrar

---

<sup>3</sup> Era o Pe. João Gutano, que com o tempo foi resgatado.

resgate não o pudemos tirar, durante algum tempo, mas Deus é grande e de um ou outro modo ajudará aos seus.

Praza a Ele mantê-lo na pureza e firmeza de sua santa fé católica e dar-lhes a todos o ânimo que convém, para se aproveitarem de todos esses sofrimentos.

De Roma, 25 de Agosto de 1554.

## II

Na primeira carta, se fosse preciso mostrá-la, dou pouca esperança do resgate. Com esta, saiba que temos muita compaixão por si. Embora já não tenha união com a Companhia, pois o Pe. Francisco o despediu, sem nosso Padre o aceitar de novo, nem por isso cessa a união da caridade. Graças a ela, falar-se-á com o embaixador do rei de Portugal<sup>4</sup> para procurar junto de Sua Alteza ajudar ao resgate dos portugueses que aí estão e esperamos ajudará com uma boa esmola. Por outra parte, não deixaremos de diligenciar, quanto nos for possível, e com a brevidade que pudermos.

Tenha bom ânimo e esforce-se muito em Cristo Nosso Senhor que ele se voltará para os seus e não tardará.

De Roma, 25 de Agosto de 1554.

---

<sup>4</sup> Era então Afonso de Lencastre o embaixador em Roma de D. João III, de Portugal.

**A BARTOLOMEU ROMANO<sup>1</sup>**

Roma, 26 de Janeiro de 1555  
(Ep. VIII, 328-329 – original italiano)

Caríssimo irmão Bartolomeu.

Pelas suas cartas e as dos outros, mas principalmente pelas suas, entendo o seu estado. E tanto mais me desagrada, quanto mais desejo o seu bem espiritual e salvação eterna.

Está muito enganado se pensa que a causa de não conseguir aquietar-se nem dar fruto no caminho do Senhor, está no lugar, nos Superiores, ou nos irmãos. Isso vem de dentro de si e não de fora, isto é, da sua pouca humildade, pouca obediência, pouca oração e, enfim, pouca mortificação e pouco fervor, para avançar no caminho da perfeição. Pode mudar de lugar, de Superiores e de irmãos, mas se não muda o seu homem interior, nunca agirá bem e em qualquer lugar será o mesmo, até que chegue a ser humilde, obediente, devoto, mortificado no seu amor próprio; de modo que procure esta mudança e não outra. Digo que procure mudar o homem interior e dominá-lo como a servo de Deus, e não pense em nenhuma mudança externa, porque ou você será bom aí, em Ferrara, ou não será bom

---

<sup>1</sup> O estudante jesuíta Bartolomeu Romano, morador do Colégio de Ferrara, atribuía aos outros e ao lugar onde se encontrava o seu desgosto nas práticas espirituais e nos estudos, e sem dúvida desejava mudar de casa. Santo Inácio nesta carta faz-lhe ver como o seu desgosto não depende do lugar nem dos companheiros. Enquanto não mude o seu interior, encontrar-se-á descontente seja onde for. Por isso o exorta a mudar de proceder, a abrir-se ao Superior e a lutar contra as suas imperfeições (*Iparr. BAC*, 896-897).

em nenhum Colégio. E tenho a certeza disto, pois me consta poder ser mais ajudado em Ferrara que em qualquer outro lugar.

Dou-lhe um conselho: que se humilhe muito de coração ao seu Superior e lhe peça ajuda, abrindo-lhe o seu coração em confissão ou como quiser e aceite o remédio que lhe dará. Ocupe-se em ver e chorar as suas imperfeições e não as dos outros; procure daqui por diante dar maior edificação e não abuse, por favor, da paciência daqueles que o amam em Jesus Cristo nosso Senhor e gostariam de vê-lo bom e perfeito servo do mesmo.

Escreva duas linhas cada mês, para dizer como se encontra quanto à humildade, obediência, oração e desejo da sua perfeição, e também como vai nos estudos. Cristo nosso Senhor o guarde.

De Roma, 26 de Janeiro.

## MODO DE TRATAR OU NEGOCIAR COM QUALQUER SUPERIOR<sup>1</sup>

Roma, 29 de Maio de 1555  
(Ep. IX, 90-92 – original italiano)

1. Quem for tratar com algum Superior leve as coisas bem pensadas e estudadas pessoalmente ou consultadas com outros, segundo forem de maior ou menor importância. Contudo, nas coisas mínimas ou de muita urgência, se não tem tempo para olhar e conferir, deixa-se à sua boa discrição se deverá ou não representá-las ao Superior, sem tê-las consultado ou pensado muito.

2. Assim assimiladas e bem pensadas, apresente-as dizendo: estudei este ponto pessoalmente, ou com outros, segundo for o caso, e pensei ou considerámos se seria bem assim ou assim. Nunca diga ao Superior, tratando com ele: isto ou aquilo é ou será bem assim, mas diga no condicional, se é ou se será<sup>2</sup>.

3. Uma vez expostas assim as coisas, caberá ao Superior decidir ou esperar algum tempo para pensá-las, ou remetê-las àquele ou àqueles que as estudaram, ou nomear outros para que as estudem ou decidam, segundo a coisa for mais ou menos importante ou difícil.

---

<sup>1</sup> Na carta que Polanco por comissão escreveu ao Pe. Araoz, em 29 de Maio de 1555, incluiu uma cópia que se mandara às casas da Itália, a 12 de Dezembro de 1554, e agora se mandava a toda a Companhia, sobre o modo de representar aos Superiores, quando os súbditos achavam ser maior glória de Deus algo diferente do ordenado pelos Superiores, tudo em ordem à perfeição da obediência. É o que vem nas Constituições 7.292.

<sup>2</sup> Aqueles que vinham com ideias formadas, sem a devida indiferença, Inácio aborrecia-os e chamava-lhes «decretistas».



4. Se à decisão do Superior ou aquilo que ele disser, replicar algo que lhe parecer bem, uma vez que o Superior tornar a dar a sua decisão, não replique mais nem, de momento, dê outras razões.

5. Depois que o Superior determinou uma coisa, se aquele que trata com ele sentir ou pensar com algum fundamento que seria melhor outra coisa, embora suspenda o sentir por enquanto, depois de três ou quatro horas, ou no dia seguinte, pode representar ao Superior se seria bom isto ou aquilo, conservando sempre um modo de falar e palavras que não haja nem pareça haver nenhuma dissensão ou desacordo e acatando o que for determinado naquela hora.

6. Contudo, embora a coisa tenha sido já decidida uma e outra vez, depois de um mês ou mais tempo pode representar de novo o que sentir e achar da ordem dada, porque a experiência, com o tempo, descobre muitas coisas e inclusive elas mudam com o tempo.

7. Além disso, quem trata deve adaptar-se às disposições e qualidades naturais do Superior, falando claro e com voz inteligível e nos momentos oportunos, na medida do possível... <sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Suprimimos os números finais (8-15) desta instrução, pois tratam de normas administrativas sobre a correspondência.

**A JERÓNIMO VINHES<sup>1</sup>**

Roma, 24 de Novembro de 1555  
(Ep. X, 206-207 – original italiano)

Jesus.

A paz de Cristo.

Meu muito magnífico Senhor em Jesus Cristo. Recebemos a carta de V. S. no dia 16. Quanto ao dinheiro, remeto-me ao que escrevi na outra semana à Sra. Bellotta<sup>2</sup>. Penso falar-lhe um dia desta semana um pouco mais longamente e poderei informar-vos do que tratei com ela.

Compadecemos-nos muito dos nossos navegantes<sup>3</sup>, que Deus nosso Senhor quis provar. Apraza a Ele conceder-lhes depois uma boa viagem.

Quanto à enfermidade do nosso caríssimo irmão Mestre Miguel. Cristo seja nele a saúde espiritual. Com razão lhe temos inveja, por-

---

<sup>1</sup> Jerónimo Vinhes desejava muito entrar na Companhia, seguindo o exemplo dos seus dois irmãos Fabrício e Miguel, mas o cuidado dos seus parentes, já velhos, não o permitiu. Contentou-se com o voto de segui-los quando o Superior lhe ordenasse. Precisou de ocupar-se cinco anos ao serviço dos interesses materiais e espirituais do Colégio de Nápoles. Às suas ansiedades, Inácio recomendara, a 17 de Novembro, calma e abandono à Providência. Oito dias depois, a doença dos dois jesuítas e de outros parentes, forneceu ocasião para nova carta sobre as provações de Deus, prova do amor do Pai celeste (Dumeige, *Lettres*, p. 451).

<sup>2</sup> Bellotta Spínola, benfeitora insigne do Colégio de Nápoles, deu a sua casa à Companhia, para viver em Roma na pobreza e na humildade.

<sup>3</sup> O Pe. Jerónimo Doménech e companheiros navegavam então para a Sicília, no meio a muitas dificuldades.

que alcança duplo merecimento, da paciência nos seus sofrimentos e da caridade com a qual ele aceita e reconhece o benefício da mão divina, tendo por certo que o nosso sapientíssimo e amantíssimo Pai não lhe manda senão aquilo que lhe convém para o seu supremo e último bem. E considerando como ele visita ao outro nosso irmão Fabrício, embora sem perigo de vida, e igualmente a V. S.<sup>a</sup> com bastante trabalho, e aos seus parentes que, como se pode coligir, são tidos por filhos seus, estou persuadido de que Deus ama muito especialmente toda a sua abençoada família, tratando-os como verdadeiros filhos, para os quais peço queira Ele consolá-los no seu reino eterno mais do que neste exílio.

Espero, segundo tudo isto, que na vida presente Ele lhe dará muita consolação, vendo os seus filhos tão dedicados a toda a virtude e bons servos de Cristo, e por conseguinte herdeiros da suprema e eterna felicidade. A carta de Fabrício veja V. S.<sup>a</sup> se a quer dar ou não aos seus ilustres parentes, ou se será melhor guardá-la de modo a não dar a impressão desagradável dos sofrimentos que acometem às vezes o seu filho. Escreve-nos Mestre João Pellitário que estará com fogo no quarto por causa destes frios, embora já esteja curado das suas feridas.

A solicitude mostrada por V. S.<sup>a</sup>, ao aproximar-se o tempo de pagar a grande soma de dinheiro, parece-nos que devia moderar-se, de modo a fomentar diligência, mas não aflição. Pois Deus, cujo serviço só pretende, é muito rico de poder e de misericórdia. Embora em todas estas ocasiões quanto aos bens materiais, como consequências da pobreza, não nos abandona nem nos abandonará. Quer apenas que não nos esqueçamos da nossa profissão e exerçamos a confiança n'Ele, não nos apoiando demasiado nos bens terrenos. De acordo com tudo isto não deixaremos de cooperar com a sua graça e procuraremos os meios que devemos buscar segundo o curso da sua providência.

Escrevem-nos da corte que procurarão alcançar cartas da Majestade real, em favor do Colégio, e Mestre Pedro Ribadeneira<sup>4</sup> dará também a sua ajuda. Se parecer a V. S.<sup>a</sup> que devamos empregar diligência em Roma, nós o faremos. Ao Pe. Cristóvão<sup>5</sup> escrevo que redija o ofício que V. S.<sup>a</sup> lhe ditará com D. João<sup>6</sup>, se não tivesse tirado aquele impedimento.

Nada mais acrescento, senão que o nosso Padre e todos, nos encomendamos às orações de V. S.<sup>a</sup> Seja o Espírito Santo sua consolação e proveito espiritual contínuo.

De Roma, 23 de Novembro de 1555.

[Endereço] Em Nápoles a Mestre Jerónimo Vinhes.

---

<sup>4</sup> O Pe. Pedro Ribadeneira, muito considerado na corte de Filipe II, é o autor da clássica *Vida do Padre Inácio*.

<sup>5</sup> O Pe. Cristóvão de Mendoza era o Reitor do Colégio de Nápoles.

<sup>6</sup> Dom João de Mendoza era o Governador de Castel Nuovo.

**A AFONSO RAMÍREZ DE VERGARA<sup>1</sup>**

Roma, 30 de Março de 1556

(Ep. XI, 184-185)

IHS

Meu senhor no Senhor nosso.

A suma graça e o amor eterno de Cristo Nosso Senhor estejam sempre em nosso favor e ajuda.

Por uma carta de V. Mercê, de 4 de Fevereiro, e outra do Pe. Villanueva<sup>2</sup>, compreendi o que se refere à pessoa e à determinação

---

<sup>1</sup> Afonso Ramírez de Vergara, doutor da Universidade de Alcalá, piedoso e sábio, sentia-se chamado à Companhia. Fizera os Exercícios Espirituais e defendera-os dos ataques de Melchior Cano e Tomás de Pedroche. Como cónego de Cuenca, decidira aplicar os seus bens e rendas à fundação dos Colégios de Alcalá e Cuenca. Envolvido nesses assuntos, foi diferindo a sua entrada na Companhia até à velhice, sem se decidir a dar o passo. Inácio explica-lhe as moções de Deus do 2º e 3º tempo para a eleição definitiva, de acordo com a doutrina dos *EE*. nn. 176 e 177.

<sup>2</sup> O Pe. Francisco Villanueva, dos primeiros jesuítas espanhóis depois dos fundadores, antigo sacristão de aldeia, tendo ido a Roma, fez os Exercícios Espirituais e entrou na Companhia. Dele dizia Santo Inácio: «Embora Villanueva pareça um pouco avançado na idade (34 anos), sem princípios de letras, quanto mais o tratasdes, mais o julgareis homem justo e capaz. Estou persuadido ser um dos bons elementos de lá» (Carta ao Pe. Simão Rodrigues, de 1541). Estudou depois em Alcalá, onde foi Reitor sendo ainda Escolástico, e foi ele que deu os Exercícios a Ramírez. Em 1550 foi ordenado sacerdote e fez os votos de Coadjutor Espiritual, mas diferiu a celebração da sua 1.ª missa até 1552, quando Santo Inácio lhe deu ordem de a celebrar. A grande virtude e bom senso humano supriam o que lhe faltava de ciência terrena.

de V. Mercê. Quanto a encomendá-lo a Deus N. S. e fazê-lo encomendar a outros, tomo esse encargo com toda a boa vontade, porque desejo a V. Mercê não somente toda a perfeição, mas ainda toda a consolação, como é meu dever.

O meio para saborear com afecto e executar com suavidade quanto nos dita a razão que é para maior serviço e glória divina, o Espírito Santo o ensinará melhor do que nenhum outro. É verdade que, para seguir os melhores propósitos e os mais perfeitos, é suficiente a moção da razão, mas a moção da vontade, embora não preceda determinação e execução, pode facilmente seguir a razão, pois Deus N. S. recompensa a confiança depositada na sua providência e a inteira resignação de si mesmo e abnegação das suas próprias consolações. Ele dá tanto maior abundância de consolação espiritual, quanto menos se pretende e mais puramente se busca a sua glória e beneplácito. Praza à sua infinita e suma bondade dirigir todas as coisas de V. Mercê, como Ele vê que mais convém<sup>3</sup>.

O despacho daqueles assuntos que V. Mercê nos encomenda, tenha-o por encomendado. E porque Mestre Polanco escreve mais longamente sobre isso, remeto-me a ele.

Das outras questões que V. Mercê tratou em Alcalá com o Pe. Francisco [de Borja]<sup>4</sup>, e Mestre Nadal levou de memória, eu lhas recomendo. Espero que não faltará em tudo o que se puder, para serviço e consolação de V. Mercê.

---

<sup>3</sup> Ramírez esperava especiais consolações de Deus, para se assegurar da sua vocação à Companhia, bastando para isso a moção da razão, em tempo tranquilo.

<sup>4</sup> Francisco de Borja, depois de entrar na Companhia e ser ordenado sacerdote na cidade de Onhate, celebrou a sua 1ª missa no solar de Loyola, por devoção a Santo Inácio, e depois de diversos cargos importantes, foi para Alcalá como Superior do novo Colégio. A ele se encomendam os assuntos de Ramírez, principalmente a completa fundação dos Colégios de Alcalá e Cuenca.

Cristo N. S. nos dê a todos a graça de sentirmos a sua santíssima vontade e de a cumprirmos inteiramente.

De Roma, 30 de Março de 1556.

Ao Pe. Francisco [de Borja] escrevo que, quando puder, sem prejuízo do maior serviço divino, o Pe. Villanueva venha para Alcalá.

Isto me consolaria muito, pela satisfação que daria a V. Mercê. Espero que assim o fará, embora se detenha ainda algum tempo, a fim de encaminhar a obra de Placência<sup>5</sup>, a qual será toda de V. Mercê, como a de Alcalá.

Data, como acima.

Todo de V. Mercê no Senhor nosso,

[Inácio]

---

<sup>5</sup> A obra de Placência era outro Colégio, cuja fundação o Pe. Villanueva tratava de terminar e por isso não podia ir logo a Alcalá.

*Jesus, meu amor, foi crucificado!*

## **REGRAS DO NOSSO PAI MESTRE INÁCIO<sup>1</sup>**

(Ep. XII, 678-679 – original latino)

1. Nunca contradigas a alguém, nem com razão, nem sem ela, nem ao superior, nem ao igual, nem ao inferior, mas abraça sempre o que os outros aprovam, sem te escusares, embora o possas fazer com todo o direito.

2. Pratica a obediência cega em todas as coisas, tanto grandes como pequenas e ínfimas e pensa que fizeste voto disso<sup>2</sup>.

3. Nunca te fixes nos defeitos de outrem, mas debes estar sempre pronto para o desculpar; pelo contrário, mostra-te sempre pronto para acusar-te a ti próprio. Mais ainda, deseja que todos te conheçam por dentro e por fora.

4. Não fales, não respondas, não medites, não andes, nada faças, enfim, sem antes pensares se aquilo agrada a Deus, e serve para exemplo e edificação do próximo.

5. Conserva, em toda a parte, a liberdade de espírito; não faças acepção de pessoas diante de quem quer que seja. Procura conservar sempre a liberdade de espírito diante dos casos mais opostos. Não a percas diante de obstáculo algum. Neste ponto não desistas nunca.

---

<sup>1</sup> Não se sabe quem recopiou estas Regras, assim como é desconhecida a sua data; mas fica bem, no final destas cartas.

<sup>2</sup> Por «obediência cega» entende Inácio, não uma obediência irracional ou mecânica, mas a «obediência perfeita», como já foi dito. Esta é «cega», porque não olha ao próprio querer e interesse, mas quer unicamente e procura «em tudo e por tudo o maior louvor e glória de Deus» (EE. 189; cf. Const. 547).



6. Não sejas comunicativo e familiar com todos indiferentemente, mas julga com discernimento para quem ele te move e impele. Não te esqueças de olhar com atenção quais as moções que mais te inclinam para este ou aquele.

7. Exercita-te continuamente nos exercícios espirituais, considerando e actuando. Deseja ser tido por estulto e insensato aos olhos dos homens, para seres fiel e sábio perante o teu Senhor Jesus Cristo, para assim, desprezando tudo o mais, ganhares a Ele. Amen

A estes actos te aplicarás de manhã e à noite; e quando te fores deitar, depois de leres isto, recita um *miserere* e uma ave-maria.



### **III PARTE**

**AOS PP. BROET E SALMERÓN<sup>1</sup>**Roma, princípios de Setembro de 1541<sup>2</sup>

(Ep. I, 179-181)

Do modo de tratar assuntos e conversar no «espírito do Senhor».

Nos assuntos com toda a gente, principalmente com iguais ou inferiores em dignidade, falar pouco e esperar, ouvir muito e «de bom grado». Sim, escutar longamente até acabarem de dizer o que querem. Depois disso, responder aos diversos pontos, concluindo e

---

<sup>1</sup> Pe. Pascásio Broet, filho de lavradores remediados, nasceu em 1500, em Betrancourt, diocese de Amiens, França. Sacerdote em 1523, foi em 1534 a Paris, onde o Pe. Cláudio Jaio o pôs em contacto com o Pe. Fabro, que o conquistou para a Companhia de Jesus, pelos Exercícios Espirituais. Assim foi contado entre os dez primeiros. O Pe. Alfonso Salmerón, nascido em Toledo, na Espanha, companheiro de Diogo Laínez, pela fama de Inácio em Alcalá, foi para Paris e aí fez os Exercícios com Santo Inácio, aderindo fervorosamente à Companhia. Grande Teólogo, participou do Concílio de Trento.

<sup>2</sup> Paulo III, por indicação do cardeal inglês Reginaldo Pole, paladino da unidade eclesial, pediu para enviar à Irlanda, como seus Núncios, os PP. Broet e Salmerón, a fim de remediarem o calamitoso estado da nação, oprimida pelos caprichos de Henrique VIII (*Iparr.* BAC. 689). Deviam visitar os bispos, reformar conventos, levantar e sustentar a coragem dos católicos abatidos. Inácio escreveu para eles três instruções. Esta é a mais apostólica, cheia de psicologia espiritual com normas de consumada prudência, sobre o modo de tratar e negociar com pessoas dos mais diversos temperamentos (Dumeige, *Lettres*, 75). Neste ano de 1541, 19 e 22 de Abril, deu-se a eleição de Inácio para Geral da Companhia e primeira profissão solene na capela do SSmo. e da Virgem, na Basílica de S. Paulo-Fora-dos-Muros. Os PP. saíram de Roma a 10 de Setembro, mas não puderam chegar ao seu destino.

despedindo-se. Se retomarem a questão, abreviar as respostas no que for possível. A despedida, embora rápida, seja amável.

No trato de pessoas de qualidades insignes, procurar ganhar-lhes a afeição, para maior serviço de Deus N. S. Para isso, atender primeiro ao seu temperamento e adaptar-se a ele. Se são coléricos e falam com viveza, tomar um pouco o seu modo em boas e santas matérias; para esses, nada de grave, lento ou melancólico. Mas com os sérios, lentos no falar, graves e pesados, tomar também o modo deles, porque isto lhes agrada: «*Fiz-me tudo para todos*» (1 Cor 9,22).

Advirta-se o seguinte: se alguém é de temperamento colérico e trata com outro colérico, se não são de um mesmo sentir, há grandíssimo perigo de se desajustarem as suas conversas. Portanto, se sabe que o outro é de compleição colérica, deve ir, em todos os pontos do assunto, muito armado de consideração, com decisão de suportar e não altercar com ele, principalmente se sabe que é doente. Mas se tratar com aquele que é fleumático ou melancólico, não há tanto perigo de desajuste por palavras precipitadas.

Em todas as conversas que empreendemos para manter as pessoas no caminho do maior serviço de Deus N. S., tenhamos com os outros o mesmo procedimento que o inimigo<sup>3</sup> toma para todo o mal de uma alma, e nós tomaremos para todo o bem dela. Pois o inimigo entra com as ideias do outro e sai com as suas; entra com as ideias da alma, não lhe contradizendo os costumes, antes louvando-os. Toma familiaridade com ela, trazendo-a a bons e santos pensamentos, agradáveis à boa alma. Depois, pouco a pouco, procura sair com as dele, levando-a, sob aparência de bem, sempre ao mal, a inconvenientes de erro ou *ilusões*<sup>4</sup>. Assim nós também podemos proceder

---

<sup>3</sup> O «inimigo da natureza humana», o demónio (EE. 7; 10; 135; 326; 327; 334).

<sup>4</sup> (Cf. EE. 332-334). É próprio do espírito mau, que se disfarça em anjo de luz, introduzir-se em conformidade com a alma devota e sair com proveito dele, isto

para o bem: louvar ou concordar com alguém nos pormenores bons que tem, dissimulando nos seus outros assuntos maus. Deste modo ganhamos o seu amor, alcançamos melhor a nossa parte: entrando com a dele, saímos com a nossa.

Com os que vimos que estão tentados ou tristes, convém procedermos prazenteiramente com eles, falando longamente, mostrando gosto e alegria interiormente e exteriormente, indo ao contrário do que eles sentem, para maior edificação e consolação.

Em todas as conversas, se tratam de paz ou de assuntos espirituais, devemos estar atentos, considerando que tudo o que se fala pode vir um dia a público. Na expedição de assuntos, ser liberais de tempo, isto é, prometer para o dia seguinte, mas fazê-lo nesse mesmo dia, se possível.

Se tiverdes superintendência de negócio, seria bom que Mestre Francisco<sup>5</sup> tivesse cargo das finanças, sem os três tocarem em dinheiro algum. Acho melhor livrar-se disso e poder ocupar-se com todos, sem nenhum dos três tocarem em dinheiro, mas enviando-o com alguém à pessoa abonada, ou verdadeiramente, depois que o requerente da dispensa<sup>6</sup> der o dinheiro à pessoa abonada e trazer dela

---

é, suscitar pensamentos bons e santos, conformes com essa alma justa, e depois procurar, pouco a pouco, atingir os seus objectivos, atraindo a alma aos seus enganos secretos e perversas intenções. É útil para a pessoa, que foi por ele tentada, observar imediatamente a sucessão dos pensamentos bons que lhe trouxe e o princípio deles. E como, pouco a pouco, procurou fazê-la descer da suavidade e gozo espiritual em que se encontrava, até levá-la à sua intenção depravada.

<sup>5</sup> Francisco Zapata, da cidade de Toledo, de família nobre e de recursos, escritor apostólico da cúria pontifícia, fez de ecónomo nesta viagem. Em 1546 emitiu os votos de Irmão Coadjutor, mas não perseverou. Acabou sendo bom franciscano (*Iparr. BAC 680*).

<sup>6</sup> Trata-se de favores eclesiásticos, sujeitos a certas taxas da parte do requerente. Eles, como Núncios do Papa, tinham recebido poderes especiais.

o recibo, dêem-se as dispensas ou expedições, ou por outro modo qualquer mais rápido, de maneira que cada um dos três possa dizer não ter tocado em dinheiro algum dessa missão.

**AO PE. SIMÃO RODRIGUES<sup>1</sup>**Roma, 18 de Março de 1542<sup>2</sup>

(Ep. I, 192-196)

A suma graça e amor eterno de Cristo N. S. esteja sempre em nosso contínuo favor e ajuda!

Considero, em sua divina bondade, salvo melhor juízo, a ingrati-dão como defeito, o mais digno, entre todos, de abominação, diante de nosso Criador e Senhor e diante das criaturas capazes da sua divina e eterna glória. Entre tudo o que se pode imaginar, o desconhecimento dos bens, graças e dons recebidos é a origem, princípio e causa de todos os males e pecados. Pelo contrário, o reconhecimento e gratidão dos bens, graças e dons recebidos, é grandemente estimado e amado, tanto no céu como na terra.

Por isso pensei em recordar-vos como, logo após a nossa entrada em Roma, fomos favorecidos pelo Papa em muitas ocasiões inteira

---

<sup>1</sup> Simão Rodrigues, português, um dos primeiros companheiros de Inácio em Paris, foi quem introduziu a Companhia em Portugal, em 1540, antes mesmo de ela estar definitivamente aprovada pelo Papa Paulo III.

<sup>2</sup> Rodrigues há dois anos que estava em Portugal e exercia grande influência sobre o rei D. João III, que então estava em relações difíceis com o Papa Paulo III. O rei acaba por retirar o embaixador de Portugal em Roma, Cristóvão de Souza, porque o Papa nomeara cardeal a D. Miguel da Silva, antigo embaixador, pessoa nada grata ao rei. A retirada do novo embaixador causava escândalo, que Inácio queria evitar. Este recorda a Simão Rodrigues o que deve a Companhia ao rei, indica que se deve orar e empregar todos os meios para cessar esse conflito, e alegra-se de o cardeal Álvarez de Toledo ter expressado a sua plena confiança no rei (*Iparr. BAC* 681; Dumeige, *Lettres* 77).



e continuamente, recebendo graças especiais de Sua Santidade<sup>3</sup>. Por outro lado, como consta em toda a Companhia e a vós, entre todos, de maneira mais manifesta, por estardes presente, quanto somos obrigados ao rei, senhor vosso e nosso<sup>4</sup>, no Senhor nosso.

Primeiro, pelas muitas graças espirituais que Deus, nosso Criador e Senhor, lhe quis comunicar, exaltando-o ao seu maior serviço e louvor, com a sua costumada graça, olhou com infinito amor como Criador à sua criatura, pois sendo infinito fez-se finito e quis morrer por ela.

Segundo, quem somos nós e donde saímos, para que Deus N. S. tenha ordenado que um príncipe se lembre de nós, movido por si próprio ou por intermédio dos seus súbditos<sup>5</sup>, sem que nós, de modo algum o tivéssemos pensado, e antes mesmo que a Companhia fosse confirmada pela Sé Apostólica<sup>6</sup>, pediu ao Papa com grande insistên-

---

<sup>3</sup> Paulo III, em 1537, acolhera os primeiros companheiros, dando-lhes licença para se ordenarem sacerdotes e irem à Terra Santa. Em 1538, protegeu-os em Roma, contra inimigos que tentaram caluniar Inácio e os companheiros. Em 1539, comunicou-lhes que a Itália ficava em lugar da Palestina. Depois das resoluções dos primeiros Companheiros, aprovou a Companhia oralmente, e em 1540, com bula pontifícia e baseando-se no voto especial de obediência, enviou-os em serviço da Igreja a diversas missões delicadas.

<sup>4</sup> D. João III já desde 1538 pedira jesuítas para a missão da Índia. Em 1540 recebia com afecto Simão Rodrigues e Francisco Xavier, que trabalharam em Portugal com tanto fruto que os queria reter no reino, mas depois consentiu que Xavier partisse para a Índia e Simão Rodrigues fundasse a Companhia em Portugal, cumulando a ambos das maiores ajudas em todos os seus empreendimentos.

<sup>5</sup> Por intermédio de Diogo Gouveia, Reitor do Colégio de Santa Bárbara e da Sorbona, que tratou com os Companheiros em Paris, o rei veio a conhecê-los e a pedi-los para missionários na Índia.

<sup>6</sup> O pedido que o rei fez através de Gouveia está indicado na resposta de Pedro Fabro em nome de Inácio, e tem a data de 23 de Novembro de 1538, quando ainda existia apenas um grupo de «amigos no Senhor».

cia, para seu serviço no Senhor nosso, alguns dos Nossos, e favoreceu-nos com grande amizade, numa ocasião em que se suspeitava da nossa doutrina<sup>7</sup>.

Terceiro, depois da vossa chegada, estais melhor informados que todos os outros, embora nada nos fique escondido também a nós. Tratou-vos com tanta afeição e amor, até com ajudas materiais, o que não sucede com outros príncipes. Ofereceu-se da abundância do seu coração, pela muita afeição que vos dedica, para fundar um Colégio e edificar algumas casas para esta Companhia<sup>8</sup> tão indigna diante de nosso Criador e Senhor no céu e de tal príncipe na terra.

Tudo isto vos quero recordar, porque vós aí e nós aqui, tenhamos todos um mesmo objectivo: servir sempre cada vez mais a Nosso Criador e Senhor, sendo inteiramente fiéis e em tudo gratíssimos a pessoas a quem tanto devemos, depois da sua divina e suprema bondade. Procuremos com todas as forças, que do alto nos forem concedidas, tomar a nossa parte em aflições espirituais e corporais, dentro das muitas que o inimigo da natureza humana toma para contrariar, procurando manter discórdia entre pessoas de tanta importância.

Sabedores do que aconteceu e acontece, devedores e obrigadíssimos, vós aí e nós aqui, todos com muita diligência tomemos as nossas armas espirituais, pois abandonámos para sempre as temporais. Insistamos cada dia, em rezar; continuemos também com a intenção

---

<sup>7</sup> Era o tempo em que os espanhóis Landívar, Mudarra, de Castilha e Pascual, influentes na cúria pontifícia levantaram calúnias contra os Companheiros em Roma.

<sup>8</sup> O Colégio fundado pela generosidade do rei foi o de Coimbra, onde em 1542 já se contavam 103 jesuítas e era, em palavras de Xavier, o «bendito e santo Colégio de Coimbra». A casa era a de Santo Antão-o-Velho, recebida já em 1541 e inaugurada no ano seguinte (Dalm. 187).

especial nas nossas missas, rogando e suplicando a Deus N. S. que queira dignar-se colocar a sua mão e a sua graça em assunto tão árduo e tão digno de ser encomendado à sua infinita e santa bondade. Com a sua divina graça estou persuadido de que o nosso inimigo<sup>9</sup> não erguerá a cabeça sobre este facto, pois seria não pequeno dano e perturbação de muitas almas continuar nestes termos, mesmo por poucos dias.

Assim, falando longamente sobre este assunto com o cardeal de Burgos<sup>10</sup>, nosso especial protector e advogado das nossas causas em Nosso Senhor, disse-me, em confirmação do que eu pensava, palavras que causaram grande consolação à minha alma, a saber, alguém assim declarou: «Diz-se ou parece que o rei de Portugal está contra a obediência ao Papa». O bom cardeal respondeu com muito ânimo, sem poder suportá-lo: «Quem disse isso? Ainda que o Papa pisasse com os seus pés o rei de Portugal, não faria tal coisa. Pensais vós que a gente de lá é como esta daqui, ou como o de Inglaterra que já estava meio fora antes de se declarar? Não penseis isso de Príncipe tão cristão e de tão boa consciência».

Embora eu quisesse escrever uma carta ao Rei, não o fiz, em parte por ver quão pouco e quão indigno me acho para isso e em parte, porque estais aí presente, parece-me que fico desculpado, pois pertence-vos a vós mostrar inteira reverência e falar por todos nós, como por vós mesmo. Contudo, se outra coisa vos parecer

---

<sup>9</sup> O demónio.

<sup>10</sup> É o cardeal João Alvarez de Toledo, dominicano, bispo de Burgos e depois arcebispo de Santiago de Compostela. Dele se fala frequentemente nas cartas de Santo Inácio. Foi ele quem examinou e aprovou os Exercícios Espirituais, por mandato do Papa Paulo III, em 1548; quem tomou sobre si a protecção do Colégio Romano e entregou à Companhia de Jesus o Colégio de Santiago de Compostela (*Ep. XXXVIII*, 5).

melhor, eu não queria nem desejo faltar nem sequer no mínimo, no Senhor nosso.

Depois, por ordem do Papa, saíram Mestre Fabro da Espanha, Mestre Bobadilha da legação do cardeal da Inglaterra e Mestre Jaio do bispado do cardeal Carpi para a Alemanha. Dos últimos recebemos cartas, escritas em 15 de Fevereiro, comunicando que havia seis dias que tinham chegado com saúde a Espira e como começaram a preparar-se para entrar no deserto<sup>11</sup>. Dos Núncios da Irlanda, embora entrassem no mar, não temos notícias se passaram ou entram lá.

Porque vos tenho escrito longamente noutras cartas sobre a Companhia dispersa, sobre o fruto que o Senhor Nosso se digna alcançar por eles, não me resta mais que dizer. Que ele esteja sempre, por sua infinita e suma bondade, em nossa contínua guarda, favor e ajuda!

De Roma, aos 18 de Março de 1542.

Faz hoje oito dias que o embaixador partiu para Portugal.  
Vosso no Senhor Nosso

Iñigo

---

<sup>11</sup> Sobre isso escrevia Fabro, de Espira. O cardeal de Inglaterra era Reginaldo Pole, por cujo conselho Paulo III mandara à Irlanda como Núncios seus os PP. Broet e Salmerón. O cardeal Carpi era Rodolfo Pio, bispo de Faenza. «No deserto»: na destruição causada pela heresia na Alemanha.

**AO PE. PEDRO FABRO<sup>1</sup>**

Roma, 10 de Dezembro de 1542

(Ep. I, 236-259)

Lembro-me de ter falado aqui muitas vezes aos presentes, e outras vezes de ter escrito aos ausentes, que cada membro da Companhia, quando quisesse escrever para cá, escrevesse uma carta principal, que se pudesse mostrar a qualquer pessoa. Mas não ousamos mostrar a muitos que nos são afeiçoados e desejam ler as nossas cartas, porque elas não têm nem guardam ordem alguma. Falam nelas de assuntos que não vêm ao caso. Sabendo esses amigos que temos cartas de um ou de outro, passamos vergonha e damos mais desedificação do que edificação. Há muito pouco tempo me sucedeu ser necessário mostrar umas cartas de membros da Companhia a dois Cardeais que deviam cuidar do assunto das próprias cartas e, por elas virem escritas com factos alheios, dispostos sem ordem, não as pude mostrar e vi-me em apuros para declará-las em parte, e em parte as encobrir.

Portanto, agora de novo repetirei o já recomendado, para nos entendermos todos e em tudo. Assim, por amor e reverência de Deus

---

<sup>1</sup> O saboiano Pedro Fabro foi o primeiro dos Companheiros a seguir Inácio em Paris. Também foi dos primeiros a iniciar a actividade apostólica fora de Roma, depois de constituída a Companhia de Jesus. Na data em que Inácio escreveu esta carta, Fabro encontrava-se, por ordem do Papa Paulo III, em Espira da Alemanha, na corte de Carlos V imperador, ocupado com o problema do protestantismo. O Santo dá-lhe instruções de como redigir as cartas e informações da sua actividade epistolar, não misturando assuntos principais com acidentais e pessoais. Estes conselhos mandaram-se copiados a todas as casas (*Iparr. BAC* 686-689; Dumeige, *Lettres*, 85-88).

N. S., peço que na nossa correspondência procedamos para o maior serviço de sua divina bondade e maior proveito do próximo. Escreva-se na carta principal o que cada um faz em sermões, confissões, Exercícios e outras obras espirituais, conforme Deus N. S. o executa através de cada um, quanto possa servir para maior edificação dos ouvintes ou leitores.

Se a terra fosse estéril e não houvesse assunto para carta, fale-se em poucas palavras da sua saúde corporal, alguma conversa com alguém ou factos semelhantes, mas não se misture matéria que não vem ao caso. Deixem-na para outras cartas separadas, nas quais podem vir as datas das cartas recebidas e o gozo espiritual e sentimentos experimentados ao lê-las, enfermidades, notícias, assuntos vários, podendo até alargar-se em palavras de exortação.

Neste ponto, para ajudar-me a não errar, direi o que faço e espero fazer daqui por diante, no Senhor, ao escrever aos membros da Companhia. A carta principal, escrevê-la-ei uma vez, narrando factos edificantes; depois, relendo e corrigindo e ainda pensando em todos os leitores dela, volto a escrever, atendendo melhor ao que se declara. Porque a escrita fica e dá testemunho, sem se poder corrigir e explicar facilmente como quando se fala.

E apesar de pensar assim, falto e temo faltar no futuro, deixando para folhas separadas as outras particularidades impróprias da carta principal e não aptas para a edificação. Nessas folhas pode cada um escrever da *abundância do coração*, ordenada ou desordenadamente, mas na principal não se admite a falta de cuidado particular e edificação que não permita mostrar-se e edificar os leitores.

Neste ponto vejo faltas em todos e por isso escrevo esta carta e a mando em cópias, pedindo instantemente, no Senhor nosso, que ao escrever a carta principal, como se disse antes, a torneis a ler, a escrevais de novo ou a façais escrever. Assim, escrevendo-a duas vezes, como eu o faço, persuado-me que as vossas cartas virão mais orde-

nadas e claras. Se eu vir que não fazeis assim, daqui em diante, para maior união, caridade e edificação de todos e para Deus não pedir contas da minha negligência em assunto tão importante, serei forçado a escrever-vos e ordenar-vos por obediência que leais cada carta principal, volteis a escrevê-la ou a façais escrever depois de corrigida. Com isto e com o cumprimento do meu dever, ficarei contente, embora prefira que não me deis motivo de escrever sobre isso.

Portanto, exorto-vos, como estou obrigado, para a maior glória de Deus, e rogo-vos somente por seu amor e reverência, que na vossa correspondência vos emendeis, prezando-vos disso e desejando edificar os vossos irmãos e outros próximos com as vossas cartas. O tempo gasto nisso, ponde-o na minha conta, pois será bem gasto no Senhor.

Eu esforço-me por escrever duas vezes uma carta principal, para que leve alguma ordem, além de muitas outras de assunto particular. Até esta, escrevi-a duas vezes por minha própria mão; quanto mais o deve fazer cada um da Companhia, porque vós deveis escrever a um só, e eu devo escrever a todos. Posso dizer com verdade que nesta noite contámos as cartas que mandámos a todas as partes e eram duzentas e cinquenta. E se alguns estão ocupados na Companhia, quero crer que se não estou muito, não estou menos do que ninguém, e com menos saúde corporal<sup>2</sup>.

Não podendo louvar ninguém até agora, neste ponto, embora diga isto não para pôr culpa a ninguém, mas para avisar a todos. Se as cópias que vos envio sobre notícias de outros vos pareceram ordenadas e não supérfluas, isso é devido a muita perda de tempo, para

---

<sup>2</sup> Inácio estava então extremamente ocupado. Além das Constituições, que estudava e escrevia sozinho, continuava a ser o apóstolo de Roma em favor dos judeus convertidos e das mulheres arrependidas, sofrendo frequentes dores de estômago.

separar os factos edificantes, em pôr e retirar as mesmas expressões, cortando e omitindo o que não vem ao caso, para dar prazer a todos, no Senhor nosso, e edificação dos que a ouvirem de novo.

Portanto, torno a pedir-vos por amor e reverência da sua divina Majestade que, com toda a boa vontade e inteira inteligência, trabalheis neste ponto que importa não pouco ao proveito espiritual e consolação das almas. Podeis escrever de quinze em quinze dias uma carta principal, revista e emendada, que equivale ao trabalho de duas cartas, deixando para folhas separadas e detendo-vos como quiserdes no assunto destinado para quem tendes de escrever em particular.

Eu, com a ajuda de Deus N. S., escrever-vos-ei a todos uma vez por mês sem falta, embora brevemente, e de três em três meses mais longamente, enviando-vos todas as notícias e cópias de todos os da Companhia<sup>3</sup>. Assim, por amor de Deus N. S., nos ajudemos todos e me ajudeis a levar e aliviar, de algum modo, tanta carga como me pusestes às costas e outras que aqui não faltam<sup>4</sup>, de obras pias e frutos espirituais. Mesmo que eu valesse por dez ou estivéssemos todos juntos em Roma, não conseguiríamos fazer tudo o que temos que fazer. Se vos falhar a memória, como a mim me sucede muitas vezes, ponde esta diante dos olhos ou um sinal em lugar equivalente, quando escreverdes cartas principais.

De Roma, 10 de Dezembro de 1542

---

<sup>3</sup> Foi graças a esta ordem que os arquivos da Companhia de Jesus guardam tão numerosos documentos de correspondência epistolar, preciosíssimos para a história.

<sup>4</sup> Alusão à sua eleição para Geral, unanimemente votado pelos Companheiros em 1541, e alusão também aos seus ministérios que lhe mereceram o título de apóstolo de Roma.



**A D. JOÃO BERNARDO DIAZ DE LUGO<sup>1</sup>**

Roma, 16 de Janeiro de 1543

(Ep. I, 239-242)

A suma graça e amor de Cristo N. S. esteja sempre em nosso contínuo favor e ajuda.

Recebi duas cartas de V. Mcê. e senti que eram reveladoras de grande devoção e desejos intensos de serviço, louvor e glória de Nosso Senhor. Por isso me alegrei muito em sua divina Majestade. Praza à sua infinita e suma bondade que lhe queira aumentar tais sentimentos em todas as empresas do seu santíssimo e devido serviço.

Quanto à casa que aí se instituiu para as convertidas<sup>2</sup>, queria dizer o seguinte: o clérigo que veio da Espanha para pedir esta aprovação esteve muitos dias na prisão. A causa diferiu-se muito. Há vinte dias, falei ao Marquês de Aguilar<sup>3</sup>, a quem todo o assunto vem recomendado. Pedi-lhe e encarregou-me de o despachar com muita benignidade e prazer e até em seu nome, como melhor o pu-

---

<sup>1</sup> Sobre esta personagem, escrevia de Valladolid o Pe. Araoz, a 25 de Março de 1545: «O bispo de Calahorra agora eleito, é o Doutor Bernardo, muito amigo de V. Revma., admirador da Companhia e meu antigo devoto. Pede-nos, com muita instância, para colaboradores e auxiliares na sua diocese, ao menos por algum tempo». Era natural de Lugo, na Província basca de Alava.

<sup>2</sup> Trata-se da casa que Frei Bernardino de Minaya O.P. alcançara do licenciado Medrano para as arrependidas de Santa Maria Madalena. Mais tarde, com a ajuda de Carlos V e Filipe II, conseguiu-se casa maior com o título de S. Filipe da Penitência (Ep. I 239).

<sup>3</sup> João Fernández Manrique, marquês de Aguilar, era embaixador especial de Carlos V em Roma (Ep. I 183).

desse fazer. Depois falei a Madama<sup>4</sup> e por sua intercessão, a Santa Sé mandou ver os capítulos da acusação, com boa vontade e mostras de os querer resolver. Depois, quando lhos demos para que os vissem, partiu o Papa para Castro<sup>5</sup>. Quando voltar, dentro de trinta dias, como se espera, terei cuidado especial disto. Se S. S. não partir para Bolonha, como dizem, depois de voltar de Castro, espero, com a ajuda e favor de Deus N. S., que teremos bom êxito do assunto, com toda a brevidade possível.

Quanto à questão de unir os nossos serviços, certamente desejo no Senhor nosso, e muito mais do que posso, para que se unam em favor de numerosas casas pias, fundadas em muitas partes e totalmente acabadas, tanto essa como outras muitas que esperamos, com a ajuda e favor do nosso Senhor e Criador. Para isso, pareceria a propósito que alguns tomassem especial cuidado de avisar daí e solicitar aqui. Quanto de mim depender, Deus N. S. me comunique o dom de poder favorecer em algo, de acordo com as minhas débeis e mínimas forças e segundo a minha profissão e modo de proceder. Ofereço-me de muito boa vontade e julgo que não falharei, não faltando ao que Deus N. S. mais me obriga, pois não posso fazer tudo.

Quanto ao desejo tão bom e santo de irem alguns desta nossa mínima Companhia, uns para a Espanha, outros para as Índias e para muitas outras partes, é também meu desejo, no Senhor nosso. Mas como não nos pertencemos, nem queremos pertencer-nos, contentamo-nos em peregrinar por onde o Vigário de Cristo N. S. quiser mandar-nos. À voz dele ressoa o céu e não a terra e não sinto com isso preguiça alguma nem movimento algum contrário, porque a Santa Madre Igreja é sempre iluminada, e cada vez mais esclarecida

---

<sup>4</sup> Margarida de Áustria, filha de Carlos V, dirigida de Santo Inácio, de muito prestígio em Roma.

<sup>5</sup> Castro, cidade da Etrúria, capital de ducado, no norte da Itália.

pelo Senhor nosso, que a rege e governa. Não sou eu o juiz, como disse acima, podendo vir ao maior serviço e glória do nosso Criador e Senhor e maior devoção e louvor da sua bendita e gloriosa Mãe, Senhora nossa. Da minha parte deponho o juízo, ínfimo como é, e ponho-o nos meus Superiores.

Creio que viria a propósito buscar um prelado, bispo, arcebispo ou cardeal, pessoa prudente e letrada que tomasse isto a peito, o julgasse e aprovasse como maior glória de Deus e consolação das almas. V. Mcê., da sua parte, leve esse prelado a escrever uma carta para algum cardeal ou para Madama ou pelo menos para mim, a fim de que eu possa dar algum testemunho, informando quem é o solicitante, declarando a sua vida, letras, posição social, a sua intenção nesse pedido e tudo o mais que possa ajudar o processo. Com inteira boa vontade farei todo o esforço que em favor de V. Mcê. possa empregar no Senhor nosso. Servir aos seus verdadeiros servos, como V. Mcê. de quem tenho muito especial informação por Araoz, julgo e estou certo ser serviço meu ao Senhor de todos.

Aos 16 de Janeiro de 1543.

## A D. JOÃO III, REI DE PORTUGAL

(Roma, 8 de Março de 1543)

(Ep.1, 243-246)

*Santo Inácio, aproveitando o desejo que lhe tinha mostrado o agente de D. João III, decide-se por fim a escrever directamente ao rei, para agradecer a sua benevolência para com a Companhia, e fá-lo com sentidas expressões de gratidão. Oferece-se ao serviço do rei e louva os agentes que o rei tem na cidade eterna.*

IHS. Senhor nosso, em Cristo Jesus.

A suma graça e amor infinito de Cristo, nosso eterno Senhor, saúde e visite V. A.<sup>1</sup>, conservando sempre, e aumentando louvor e glória, para seu maior serviço.

Há muito tempo que desejava escrever-vos, mas fui impedido pelo meu pouco ser e valer. Agora, readquirindo algumas forças no Senhor nosso, e persuadido por Francisco Botelho<sup>2</sup> (o qual não só nas coisas de maior importância, também nas menores, tanto na doença como na saúde corporal), sendo tão desejoso e solícito, no justo e devido serviço de V. A., aproveitei a ocasião para vos escrever esta carta. E ao escrevê-la, não posso deixar de me alegrar no Senhor nosso, dando infinitas e incessantes graças à sua divina e eterna bondade, ao considerar quanto faz por nós, indignos de ser lembrados, manifestando continuamente,

---

<sup>1</sup> V. A. (Vossa Alteza) (título cristão para os reis). V. M. (Vossa Majestade) reservava-se para Deus.

<sup>2</sup> Francisco Botelho era agente do rei de Portugal, enviado a Roma, por ocasião do problema da Inquisição e do cardeal Miguel Silva.

segundo a infinita e suma bondade de Deus, que elegeu V. A., como seu fiel instrumento. Por um lado, se Paulo plantava e Apolo regava, por outro parece que V. A. planta e rega, porque fazendo tudo o que faz por nós, em tudo tenha mérito no Senhor nosso.

Como é que nós poderíamos merecer que na altura em que sofremos as maiores contradições em Roma, V. A. se tenha lembrado de nós? Como sendo tidos como sedutores, nos tivesse como fiéis? Por influência de quem, ou por que mérito se lembra de nós, sendo tão baixos e abatidos na terra, que chegando alguns de nós a Portugal, fossem tão favorecidos, louvados e tidos em tanta estima por V. A.? Donde, finalmente, pode cair tanto maná e com tanta quantidade, sobre esta mínima Companhia, sendo nós tão inúteis e sem ter servido nem no céu nem na terra?

Profundamente me consolo e alegre sumamente no Senhor nosso, por me sentir tão ligado e obrigado a V. A., porque ao experimentar e reconhecer tanta inestimável dívida para com Deus e V. A. que para nós ocupa o lugar do mesmo Deus, seria impensável poder cair em qualquer ingratidão.

Por isso, acredito, e sem poder duvidar espero no Senhor nosso, que pela sua infinita e suma bondade, recompensará em tudo a V. A., tanto na terra como no céu e se dignará dar-nos a costumada graça, tanto aos que já pertencemos como aos que hão-de ingressar nesta Companhia. Da nossa parte, se alguns sacrifícios, orações e quaisquer acções forem aceites pela sua divina e eterna majestade (como na soberana e suma bondade esperamos), V. A. tenha nelas inteira parte, por tudo o que V. A. faz por ela. Deste modo, a sua divina clemência o recompensará em tudo, com as suas santíssimas consolações e bênçãos espirituais, a fim de o ajudar a caminhar sempre no seu divino serviço, louvor e glória. Com a graça e auxílio de Deus, nenhum inimigo poderá prevalecer contra V. A., tanto nesta vida como na outra, e poderá viver em completa paz no céu e na terra.

Para o que ajude a boa e santa companhia, impedindo sempre a má, alegrámo-nos muito no Senhor nosso, quando soubemos do vantajoso casamento que V. A. promoveu<sup>3</sup>, sendo mais obra divina que humana, para tanto bem de muitos e para pacificar e assegurar esses reinos, nos quais parece que o Senhor nosso está bem presente, enquanto noutras partes está completamente ausente.

Praza à altíssima e santíssima Trindade, pela sua infinita e suma bondade, conceder a V. A. pleno gozo espiritual por tudo aquilo que sob a inspiração de Deus determinou, dignando-se, pela sua infinita misericórdia, proteger esse povo cristão tão dolorosamente remido, transformando tanta tempestade em bonança, e tantas calamidades em honra, louvor e glória.

Quanto ao pedido de V. A. de algum ou alguns de nós, ainda que indignos, para maior serviço divino, com a promessa de nos conceder mercês, tendo o Papa partido para Bolonha, quando aqui chegou a carta de V. A., só foi possível agora fazer alguns planos, para que com maior facilidade se pudesse pedir o que V. A. pede e nós desejamos.

Quanto aos assuntos da santa Inquisição e outros relacionados com eles, V. A. não tem que agradecer, em parte por serem tão pequenos e tão poucos os nossos serviços no Senhor nosso, e por outra parte, por nos sentirmos obrigados a V. A., para tudo em que possamos prestar auxílio, representando para nós grande benefício e grande mercê, mesmo que tudo isto seja só em desejo.

Para sempre sejam dadas incessantes graças à sua divina e eterna Majestade, por todas as coisas estarem em perfeita ordem, e em tudo tão bem orientadas, que parece que o nosso eterno Senhor põe a sua mão, com meios tão próprios, necessários ou convenientes, como

---

<sup>3</sup> Refere-se ao casamento que se combinou entre a infanta D<sup>a</sup> Maria, filha de D. João III, com o infante D. Filipe, filho do imperador Carlos V. O casamento realizou-se no dia 13 de Novembro de 1543.

são os que V. A. escolheu para mandar para esta terra, de tal modo que tanto aqueles que dispunham de pouco tempo, como aqueles que conseguiam mais disponibilidade, e com destreza e diligência, fez com que todos caminhassem em segurança, orientados todos para um fim seguro.

Termino, pedindo a Deus N. S., pela sua infinita e suma bondade, nos queira conceder a sua graça, para que sintamos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Roma, 8 de Março de 1543.

De V. A. perpétuo e humílico servo no Senhor nosso

Iñigo

**A D. JOÃO III, REI DE PORTUGAL<sup>1</sup>**

Roma, 15 de Março de 1545

(Ep. I, 296-298)

A suma graça e amor eterno de Cristo Senhor nosso saúde e visite V. A. Amen!

O Senhor nosso o sabe, e eu me persuado, por várias conjecturas e sinais, que, se não chegaram já, chegarão aos ouvidos de V. A., factos acontecidos comigo<sup>2</sup>. Como são mais do meu Senhor do que meus, a Ele seja a glória para sempre.

Ao falar neles, desejo gloriar-me, não em mim, mas em meu Criador e Senhor (cf. 2Cor 12,15). Por isso me pareceu bom avisar de antemão e rapidamente a V. A. cristianíssima, a quem somos obrigados por tudo e para sempre<sup>3</sup>. Serei breve.

Tendo voltado de Jerusalém, em Alcalá de Henares, três vezes os meus Superiores abriram processo contra mim, prenderam-me e meteram-me na prisão por quarenta e dois dias. Em Salamanca, outro me pôs não só em prisão, mas em cadeias, por vinte e dois dias. Em Paris, onde continuei os estudos, outro me fez o mesmo. Em todos esses cinco processos e duas prisões, não quis nunca valer-me de intercessor, procurador ou advogado, senão Aquele

---

<sup>1</sup> Corriam boatos contra Santo Inácio por causa das suas prisões e perseguições na Espanha, na França e na Itália. D. João III de Portugal, que fora o primeiro a receber os Companheiros de Inácio, queria conhecer melhor este homem tão perseguido.

<sup>2</sup> Corriam de facto boatos, até de Inácio ter sido queimado em imagem.

<sup>3</sup> Em carta ao Pe. Simão Rodrigues faz um rol dos benefícios iniciais do Rei.



em quem pus toda a minha esperança presente e futura, mediante a sua graça e favor<sup>4</sup>.

Depois do processo de Paris, daí a sete anos, na mesma Universidade, instauraram-me outro processo, outro em Veneza, e o último aqui em Roma contra toda a Companhia. Nestes três últimos, por estar acompanhado de todos os desta Companhia, mais de V. A. que nossa, por resultar ofensa de Deus N. S., na difamação de todos os Companheiros, procurámos tivesse lugar a justiça. E assim, ao dar-se a última sentença, três juízes abriram processo contra mim: os de Alcalá, de Paris e de Veneza<sup>5</sup>.

Em todos estes oito processos, só pela graça e misericórdia divina, nunca fui reprovado em proposição alguma, nem sequer numa sílaba ou algo mais importante, nem fui penitenciado ou desterrado<sup>6</sup>.

Se V. A. quisesse ser informado porque havia tanta indignação e investigação contra mim, saiba que foi por pensarem nalguma doutrina de cismáticos, luteranos ou iluminados<sup>7</sup>, mas nunca tratei com eles, nem sequer os conheci. Eu, por não ter letras, maravilhavam-se, sobretudo em Espanha, de que falasse e tratasse tão longamente de assuntos espirituais. É pura verdade, e o Senhor que me criou e há-de julgar para sempre é testemunha que nem por todo o poder e riquezas temporais do mundo, eu quisera que todos estes factos não me tivessem sucedido, antes desejaria que todo o

---

<sup>4</sup> Resumo do que se encontra na *Autobiografia*, nn. 54-67; 81,86. Notar as frases seguintes: «Não quis nunca tomar advogado, embora muitos se oferecessem... Aquele por cujo amor entrei aqui, me tirará, se for servido» (60).

<sup>5</sup> As três testemunhas foram: Figueroa de Alcalá; Mestre Ory de Paris; De Doc-tis de Veneza.

<sup>6</sup> *Autob.* final do n. 68: «E por fim, eles foram-se, sem condenar nada».

<sup>7</sup> Três doutrinas condenadas, das que queriam que não entrassem em Espanha.

acontecido fosse muito pior para mim, para glória de sua divina Majestade<sup>8</sup>.

Portanto, meu senhor no Senhor nosso, se alguns destes factos chegaram a V. A., com aquela imensa graça e suma misericórdia concedida a V. A. pela divina Majestade, para mais servi-lo e louvá-lo, detenha-se a reconhecer as suas graças e saiba distinguir o bem do mal, aproveitando-se de tudo. Quanto maior desejo alcançarmos da nossa parte, sem ofensa do próximo, de nos revestirmos com a veste de Jesus Cristo N. S., feita de opróbrios, falsos testemunhos e de todas as outras injúrias, tanto mais nos iremos aproveitando espiritualmente, ganhando riquezas interiores, das quais a nossa alma deseja ser adornada, se vivemos em espírito<sup>9</sup>.

Vendo o grande desejo que os Nossos daqui têm de ver a Mestre Simão<sup>10</sup> e a necessidade de prover em assuntos grandemente importantes para a Companhia<sup>11</sup>, humildemente suplicamos a V. S., para a glória divina, lhe queira dar grata e amorosa licença, como a

---

<sup>8</sup> Espírito de Cristo explicado por Inácio nos seus Exercícios Espirituais: Contemplação do Reino, Duas Bandeiras, Três modos de Humildade – *EE*. 98, 146, 167.

<sup>9</sup> Além da nota anterior, cf. Const. 101-102: «aproveita à vida espiritual de- testar, não só parcial mas totalmente, todas as coisas que o mundo ama e abraça, e aceitar e desejar com todas as forças tudo o que Cristo N. S. amou e abraçou. Assim como os mundanos que seguem o mundo amam e procuram, com grande diligência, honras, fama e estima de grande nome na terra, conforme o mundo lhes ensina, assim os que caminham em espírito e seguem deveras a Cristo N. S., amam e desejam intensamente tudo o contrário, que é vestir-se do mesmo traje e insígnias do seu Senhor, pelo amor e reverência que lhe são devidos».

<sup>10</sup> Padre Simão Rodrigues, Provincial em Portugal.

<sup>11</sup> Inácio deseja reunir os primeiros Companheiros por causa da Bula «Iniunctum nobis» que confirma novamente a Companhia e exclui a limitação de 60 professores. Pensa também em receber Coadjuutores Espirituais e Temporais. Deseja, por fim, estreitar mais a pobreza.

deu S. S. o Papa. Da vinda de Mestre Simão e de alguns outros que esperamos reunir, confio seja servida a divina Majestade e V. A., de quem esta Companhia é mais própria do que nossa.

E recebendo a sereníssima Rainha esta carta como sua, humildemente me encomendo na sua abundante graça e orações no Senhor nosso, que por sua infinita bondade, nos queira conceder graça completa para sentirmos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumprirmos.

De Roma, 15 de Março de 1545.

De V. A. humílmo e perpétuo servo no Senhor nosso,

*INÁCIO*

**AO PE. PEDRO FABRO<sup>1</sup>**

Roma, 21 de Novembro de 1545

(Ep. I, 333-334)

A suma graça e amor de Cristo Nosso Senhor estejam sempre em nosso favor e ajuda.

Fui informado pelo nosso Revmo. Pe. Mestre Inácio<sup>2</sup>, sobre o assunto da reforma dos mosteiros de monjas de Barcelona, tendo-me mandado S. Revma. que vos escrevesse, por sua incumbência.

Segundo diz nosso Pe. Inácio, ele escreveu-vos para que esse intento tivesse mais força e autoridade e se efectuasse mais depressa, e que para isso buscásseis o Príncipe<sup>3</sup>, e como favorecedor de Barcelona escrevesse cartas para diversas pessoas aqui de Roma, a fim de assim encaminhar o assunto.

Usando o Senhor da sua costumada misericórdia e servindo-se da pouca diligência dos seus instrumentos, o Príncipe apareça em

---

<sup>1</sup> Fabro encontrava-se então em Madrid, na corte de Filipe II, muito ocupado em confissões e dar Exercícios. Em Toledo encontrara muitas vocações. A carta é severa, como se Pedro se tivesse descuidado do assunto importantíssimo da reforma dos conventos de Barcelona.

<sup>2</sup> Inácio, nesse Novembro, estava também ocupado na compra de novas casas e hortas junto da nova Casa Professa. Vale-se de vários secretários, neste caso Jacobo Guido, enquanto não chega Bartolomeu Ferrão, que exercerá o ofício durante dois anos, até à feliz escolha do Pe. João de Polanco.

<sup>3</sup> Filipe II ainda era príncipe e não rei, mas ajudava o pai, Carlos V, no governo e estava interessado na reforma dos conventos da Catalunha, principalmente de Barcelona. O meio que Inácio indicava era que o príncipe escrevesse a pessoas da Cúria Romana, e nisso Fabro podia ajudar, exortando a Filipe II.

tudo como autor e favorecedor desta obra. Sendo tão fácil, como escrevestes na vossa carta, mostrando a facilidade de tudo isso, desde essa altura não recebemos aqui nenhuma informação sobre o assunto, sendo ele tão importante e necessário. Falando do modo o mais suavemente possível, não pode V. Revma. deixar de se admirar de tanta negligência. Dificilmente se persuade, e não é seu costume esquecer-se de assuntos semelhantes nos quais sua divina Majestade pode ser sumamente servida.

Pois esta obra não é menos piedosa e frutuosa para muitas almas que podem servir e amar a Nosso Senhor, com mais perfeição e sinceridade, quanto o mundo e o inimigo são confundidos, para maior glória e louvor do Senhor. Qualquer mínima negligência e perda de tempo, que se gasta no seu serviço e amor, segundo a grande dívida, obrigação e finalidade da nossa profissão, dever-se-ia considerar como grande falta e imperfeição.

Por meio desta carta pedimo-vos, em seu nome [de Inácio]<sup>4</sup>, muito intensa e encarecidamente, que compenseis a perda de tempo, e com rapidez nos deis notícias de tudo, e pondo toda a diligência no Senhor nosso, procureis conseguir as mencionadas cartas do Príncipe, levando-o particularmente a escrever às pessoas de que falámos em folha anexa. Com a maior brevidade possível, tenhamos a vossa resposta com tudo o mais<sup>5</sup>.

Como vos escrevemos há pouco tempo, e ainda não tivemos resposta, não nos alargaremos mais nesta até que escrevais.

De Roma, aos 21 de Novembro de 1545.

---

<sup>4</sup> Esclarecimento do tradutor.

<sup>5</sup> Não se conservam as cartas com as repostas de Fabro às preocupações de Inácio, que já vinham de há muito tempo.

Por incumbência de Mestre Inácio, servo no Senhor nosso,

JACOBO GUIDO

Post Scriptum: *Aviso a S. Rev.ma, se não o conseguir por este caminho, Mestre Inácio determinou, segundo seu intenso desejo, experimentar outra maneira junto do Príncipe.*

*Endereço: Ao Revmo. em Cristo N. S. Mestre Fabro da Companhia de Jesus, na corte do Príncipe.*

**AOS PADRES ENVIADOS A TRENTO<sup>1</sup>**

Roma, princípios de 1546

(Ep. I, 386-389)

**Para conversar**

IHS. – 1º. Assim como muito se ganha em conversar e tratar muitas pessoas para a saúde e proveito espiritual das almas com o divino favor, assim, pelo contrário, em tal conversação, se não formos vigilantes e favorecidos de Nosso Senhor, muito se perde da nossa parte, e às vezes da parte de todos. E já que, pela nossa profissão, não nos podemos escusar de tal conversação, quanto mais formos prevenidos e de alguma forma preparados, tanto mais iremos tranquilos no Senhor nosso.

2º. Seria escasso no falar, com amor e consideração, principalmente ao definir as coisas que se tratam ou podem tratar no Concílio.

3º. Seria escasso no falar, ajudando-me no ouvir, calmo para sentir e conhecer os juízos, afectos e vontades dos que falam, para melhor responder ou calar.

4º. Quando se falar de tais matérias ou de outras, dar razões de ambas as partes, para não se mostrar movido por juízo próprio, procurando não deixar ninguém descontente.

---

<sup>1</sup> Os PP. Diogo Laínez, Afonso Salmerón e Pedro Fabro foram enviados pelo Papa Paulo III ao Concílio de Trento. Fabro, vindo de Espanha, morreu ao chegar a Roma (1º de Agosto). A estes juntaram-se os PP. Cláudio Jaio e Pedro Canísio. Inácio escreve estes conselhos para o bem espiritual deles, dos PP. Conciliares, das pessoas com quem tratarem, sem esquecer as crianças, os pobres e os doentes. Os Padres assim procederam, com grande prestígio para a Companhia de Jesus.

5º. Não citaria como autor a nenhuma pessoa, principalmente se for grande, a não ser que seja em matérias muito ponderadas, dando-me com todos e não me inclinando por ninguém.

6º. Se as coisas de que se fala forem tão justas que não se possa ou deva calar, dando ali o seu parecer com a maior tranquilidade e humildade possível, concluindo desta forma: «Salvo outro melhor parecer».

7º. Finalmente, para conversar e tratar das matérias adquiridas ou infusas, querendo falar delas, ajuda muito não olhar para o meu tempo ou falta dele, com pressa, isto é, não olhar à minha comodidade, mas eu mesmo adaptar-me à comodidade e condição da pessoa com a qual quero tratar, para movê-la à maior glória divina.

### **Para ajudar as almas**

1º. O que principalmente nesta jornada de Trento se pretende de nós para a maior glória de Deus, procurando estar juntos nalgum lugar decente, é pregar, confessar e leccionar, ensinando as crianças, dando Exercícios, visitando pobres em hospitais e exortando aos próximos, segundo cada um se sentir chamado com este ou aquele talento. Isto para movermos as pessoas que pudermos à devoção ou oração, para que todos rezem e rezemos a Deus nosso Senhor, para que sua divina Majestade se digne infundir o seu espírito divino em todos aqueles que tratarem as matérias referentes a tão importante reunião, para que o Espírito Santo desça sobre o Concílio, com maior abundância de dons e de graças.

2º. Pregando, não tocaria em nenhuma das coisas em que discordam os protestantes e católicos, mas simplesmente exortaria aos bons costumes e devoções da Igreja, movendo as almas ao total conhecimento de si mesmas e ao maior conhecimento e amor do seu Criador e Senhor, falando muitas vezes do Concílio e sempre, no fim dos sermões, conforme está dito, fazendo orar por ele.



3º. Leccionando a mesma coisa que pregando, esforçar-me-ia assim, com desejo de inflamar as almas no amor de seu Criador e Senhor, tanto explicando o que se lê, como fazendo com que os ouvintes façam oração, como já foi dito.

4º. Confessando, faria de conta que o que digo aos penitentes o diria em público, dando-lhes em todas as confissões alguma penitência de orações para tal efeito (o concílio).

5º. Ao dar Exercícios, e noutros colóquios, pensaria também que falo em público, tendo cuidado de dar a todos em geral os Exercícios da Primeira Semana e não mais<sup>2</sup>, a não ser a muito poucas pessoas, dispostas a encaminhar as suas vidas por meio da eleição. Nem na eleição nem durante os Exercícios deixaria fazer promessas<sup>3</sup>, nem tão pouco os fecharia, principalmente no início. Mais adiante, segundo fosse oportuno, sempre os moderaria e principalmente se alguma vez tivesse que dar os Exercícios completos. E encomendaria as orações pelo Concílio.

6º. Doutrinando as crianças, por algum tempo cómodo, segundo a possibilidade e disposição de ambas as partes, ensinaria os primeiros rudimentos, e segundo os ouvintes, os explicaria mais ou menos. E no fim de tal ensino e exortação, faria rezar pelo Concílio.

7º. Visitaria hospitais em alguma hora ou horas do dia mais conveniente para a saúde corporal, confessando e consolando os pobres e mesmo, quando possível, levando-lhes alguma coisa, fazendo-os rezar como está dito nas confissões. Se fôssemos pelo menos três, a visita aos pobres será cada um de 4 em 4 dias.

8º. Exortaria as pessoas (na conversa) a confessar, comungar e celebrar com frequência, a Exercícios Espirituais e a outras obras de piedade, movendo-os também a orar pelo Concílio.

---

<sup>2</sup> Cf. *EE*. Anotação 19: dar a 1ª Semana a muitos; as outras a poucos.

<sup>3</sup> Cf. *EE*. Anotação 14: prudência nas promessas e votos durante os Exercícios.

9º. Assim como para definir as coisas ajuda falar pouco como foi dito, pelo contrário, para mover as almas ao seu proveito espiritual ajuda falar largamente com acerto, com amor e afecto.

### **Para mais ajudar-nos**

À noite tomaremos uma hora para partilharmos entre todos o que se fez durante o dia e o que se pretende para o seguinte.

Nas coisas passadas ou futuras ficaremos de acordo por meio de votação ou de outra maneira.

Uma noite alguém peça a todos os outros para que o corrijam em tudo o que lhes parecer. E quem assim for corrigido não replique se não lhe disseram que apresente as razões daquilo pelo qual foi corrigido.

Outra noite, o segundo faça a mesma coisa, e assim sucessivamente, para se ajudarem todos à maior caridade e bom exemplo da parte de todos.

Pela manhã propor, e duas vezes ao dia examinar-nos.

Estas instruções se comecem a pôr em prática cinco dias depois que tivermos chegado a Trento. Amen.

## AOS PADRES E IRMÃOS DO COLÉGIO DE COIMBRA

Roma, 8 de Agosto de 1546

(Ep.1, 405-407)

*O secretário de Santo Inácio, P. Bartolomeu Ferrão, comunica, por incumbência do Santo, aos jesuítas de Coimbra, a morte do Bto. Fabro.*

[...] Precisamos de ter muita paciência, ele [Mestre Inácio] e nós, por não podermos ir. Mas também sentimos muita alegria, por termos connosco tão grande guia, e vá o segundo representante da Companhia e fiel intérprete, já que está aí o Rv. Mestre Pedro Fabro, de boa memória, que no dia de S. Pedro, primeiro de Agosto, por disposição do Senhor, foi libertado dos laços desta morte, partindo gozosamente para o Senhor. Mestre João Codure, primeiro representante, morreu também no seu dia, a saber, no dia do martírio de S. João<sup>1</sup>, cujas almas, estando juntas no céu, e os seus corpos em Santa Maria da Estrada, nos fazem companhia aqui em Roma.

E aconteceu da seguinte maneira, assim o permitindo a divina bondade. Estando ausente de Roma, durante bastante tempo [cerca de oito anos], peregrinando por muitas partes, em santa obediência, tendo chegado aqui bem de saúde no dia 17 de Julho, e alegrando-nos todos nós e os seus devotos no Senhor, oito dias depois foi acometido de «tercianas»<sup>2</sup> duplas, no dia primeiro de Agosto, como

---

<sup>1</sup> O P. Codure faleceu no dia 29 de Agosto de 1541.

<sup>2</sup> Febres intermitentes que se manifestavam de três em três dias (nota do T.).

disse, dia de S. Pedro «*ad vincula*», tendo-se confessado no sábado à noite, e ouvindo missa no dia seguinte, e recebendo o santíssimo sacramento e a extrema-unção, entre o meio dia e as vésperas, estando presentes todos os da casa e muitos dos devotos no Senhor nosso que tinham vindo, com muitos comentários da sua vida passada e da eterna que esperava, entregou a sua alma ao seu Criador e Senhor.

Como temos necessidade de amigos e santos, que em todas as partes peçam por nós, todos esperamos na divina majestade, sendo essa a sua santíssima vontade, não menos nos ajudará na outra vida que nesta. Por tudo e para sempre seja louvada e glorificada a divina e suma bondade. Amen. Amen. Amen.

De Roma, aos 8 de Agosto de 1546.

Por incumbência do P. Mestre Inácio, seu mínimo e indigno irmão no Senhor nosso,

BARTOLOMEU FERRÃO

**A D. FERNANDO DE ÁUSTRIA,  
REI DOS ROMANOS<sup>1</sup>**

Roma, Dezembro de 1546<sup>2</sup>

(Ep. I, 450-453)

*O irmão de Carlos V, o arquiduque Fernando, mostrou sempre grande benevolência para com a Ordem de Inácio e serviu-se dos seus trabalhos para muitas empresas. Levado por este amor, quis eleger o P. Cláudio Jayo, um dos primeiros companheiros de Santo Inácio, para bispo de Trieste.*

*Nesta carta, Santo Inácio enumera as poderosas razões que o levaram a afastar da Companhia toda a espécie de dignidades.*

Conheço a boa e santa vontade que V. A. sempre teve para com esta mínima Companhia e especialmente com alguns membros dela. Agora, querendo torná-la mais efectiva e pensando servir mais a Deus N. S. e favorecer-nos a todos, escolheu e ordenou que o nosso Mestre Cláudio<sup>3</sup> seja elevado a uma dignidade. A todos consta a santa intenção de V. A. que deseja prover às almas dos seus súbditos

---

<sup>1</sup> D. Fernando, Rei de Boémia e Hungria (1521), irmão de Carlos V, pela renúncia deste, imperador da Alemanha (1558), distinguiu-se na luta contra os protestantes: organizou a liga União Cristã (1529), para os cinco cantões suíços católicos, negociou a paz de Augsburg (1555) e procurou obter da Igreja reformas para atenuar a gravidade do conflito.

<sup>2</sup> Parte principal da carta, talvez, sem a costumada saudação e conclusão.

<sup>3</sup> Cláudio Le Jay (Jayo), um dos dez primeiros Padres, conquistado para a Companhia em Paris pelos Exercícios Espirituais, dados pelo Pe. Pedro Fabro, seu compatriota. Exerceu cargos importantes na nova Ordem.

para a maior glória divina e proveito espiritual delas, mostrando a nosso respeito, mui indignos, tanta benevolência e caridade no Senhor nosso. Por isso todos demos incessantes graças a V. A. na sua divina Majestade.

Praza a Ele, na sua infinita misericórdia, recompensar a V. A. e queira pôr e gravar na vossa alma (como espero) o modo com que nos possa favorecer mais e mais para prosseguirmos segundo a nossa mínima profissão. Isto aconteceria realmente quando V. A. se dignar servir-se de nós, como sumamente o desejamos, sem dar-nos nenhuma dignidade. Porque julgamos, segundo as nossas consciências, que se a aceitássemos, deitaríamos a perder a Companhia, a tal ponto que, se eu quisesse imaginar ou conjecturar alguns meios para arruinar e destruir esta Companhia, este de tomar bispados seria um dos maiores ou o maior de todos. E isto por três razões entre outras muitas.

*Primeiro:* Esta Companhia e seus membros foram congregados e unidos num mesmo espírito, a saber, para irmos por umas partes e outras do mundo, entre fiéis e infiéis, segundo nos for mandado pelo sumo pontífice. Assim, o espírito da Companhia é andar com toda simplicidade e humildade, de cidade em cidade e de uma parte a outra, sem apegar-nos a um lugar determinado. Este espírito da Companhia, está confirmado pela Santa Sé Apostólica, como o temos nas suas bulas onde se diz de nós: *inspirados pelo Espírito Santo, segundo piamente se crê*<sup>4</sup> etc. Portanto, se saíssemos da nossa simplicidade, contrariando em tudo o nosso espírito, destruiríamos a nossa profissão, e uma vez esta destruída, a Companhia seria completamente aniquilada. Assim, parece que, por fazer bem num lugar particular, faríamos um mal maior em todo o universal.

---

<sup>4</sup> Bula ou Carta Apostólica de aprovação da Companhia de Jesus «Regimini Militantis Ecclesiae» (1540, 27 de Setembro).

*Segundo:* foi caminhando neste espírito que nosso Senhor se manifestou especialmente nela com muito proveito espiritual das almas. Se na região germânica se encontrou muita terra árida, nas Índias do Rei de Portugal houve anos em que um dos Nossos converteu oitenta mil pessoas<sup>5</sup>. Outro que está em Portugal<sup>6</sup>, além de fazer muito fruto no reino, enviou às Índias mais de vinte pessoas que renunciaram ao mundo, e tem mais cem escolásticos dispostos a fazer a mesma coisa ou ir a outras partes onde poderão servir mais a Deus N. S. Se não fosse para evitar a prolixidade, poderia ainda falar longamente de Castela, Barcelona, Valência, Gandia e outras muitas partes da Itália, quanto bem Deus N. S. se dignou realizar por meio desta Companhia.

*Terceiro:* Nós somos até agora só nove professores<sup>7</sup> e a quatro ou cinco da Companhia ofereceram-nos diversos bispados, que recusámos. Ora, se alguém o aceitasse, outro faria a mesma coisa, e assim por diante os outros. Deste modo, além de perder o nosso espírito, seria a ruína total da Companhia, pois pelo menor se perderia o maior.

*Quatro:* Se alguém dos nossos aceitasse bispados, principalmente agora que a Companhia e seus membros gozam do odor de tão boa estima, onde quer que tenham peregrinado, com tanta edificação das almas, converter-se-ia toda em veneno, desedificação e escândalo das almas daqueles que nos amam e se aproveitam no espírito, e em muito desgosto dos que são indiferentes e desejariam aproveitar-se, e

---

<sup>5</sup> Trata-se de Francisco Xavier. O número «oitenta mil» pareceu excessivo ao livreiro, que escreveu à margem: «error de pena senza dubbio» («erro do que escreveu, sem dúvida»). Entretanto, sabe-se historicamente hoje, que foram pelo menos uns vinte mil convertidos, e os baptizados por sua mão que se cansava, uns dez mil.

<sup>6</sup> Trata-se do Pe. Simão Rodrigues, dos dez «Companheiros», fundador do Colégio de Coimbra e 1º Provincial de Portugal.

<sup>7</sup> Dos dez primeiros, eram então nove, por ter morrido o Pe. João Codure.

em muita desedificação e escândalo de outros que não têm bons sentimentos a nosso respeito. Daríamos muito pretexto para murmurar muito, maldizer e escandalizar as almas pelas quais Cristo N. S. morreu na cruz. De facto, o mundo está tão corrompido que só pela razão de alguns dos Nossos entrarem no palácio do Papa, de príncipes, cardeais ou senhores, se pensa que o fazemos por ambição. Se agora aceitássemos algum bispado, facilmente poderiam falar, murmurar e ofender a Deus nosso Senhor.



**AO PE. MIGUEL DE TORRES<sup>1</sup>**

Roma, 2 de Março de 1547

(Ep. I, 460-467)

A suma graça e amor eterno de Cristo nosso Senhor estejam sempre em nosso contínuo louvor e ajuda. Amen!

Pensei no Senhor nosso, nesta carta, dar conta a V. Mcê., como se estivesse presente, de uma oculta perseguição que o inimigo da natureza humana fez contra a Companhia<sup>2</sup>, pois V. Mcê. é pessoa que tanto a ama, e com isso não se engana; sei que, com muita caridade, tem em grande veneração toda ela.

Creio que V. Mcê., antes de partir daqui, soube que o Rei dos Romanos enviou o seu confessor, o bispo labicense<sup>3</sup>, para que entre-

---

<sup>1</sup> Miguel de Torres, aragonês de Alagón, formou-se doutor em Teologia na Universidade de Alcalá e foi mandado a Roma como procurador dela, porque havia ali pleitos com a mitra. Era prevenido contra Inácio pelo que ouvira dele em Alcalá. Com muito custo aceitou uma entrevista com o Santo, pela qual ficou mudado, entregando-se aos Exercícios Espirituais e resolvendo entrar na Companhia. Impediram-no os assuntos seculares de que tratava até fins de 1545. Logo no ano seguinte, é aceite na Companhia, continuando oculta a sua entrada e primeiros votos, como sucedeu com S. Francisco de Borja. Só em 1547 se apresentou como jesuíta ao ser mandado a Salamanca para a fundação desse Colégio. Tornou-se homem de tanta confiança de Santo Inácio que este chegou a dizer que quem lhe tocasse em Miguel de Torres lhe tocaria a ele na menina dos olhos.

<sup>2</sup> Trata-se da perseguição movida pelo dominicano Melchior Cano e pelo arcebispo Silíceo.

<sup>3</sup> Rei dos Romanos, assim se chamava Fernando I, irmão de Carlos V, que muito trabalhou contra o progresso do protestantismo. O seu confessor era o bispo Urbano Textor, titular de Labico, diocese extinta do Lácio.

gasse uma carta sua ao P. Cláudio Jaio, da nossa Companhia, que estava no Concílio de Trento.

Aconteceu que o Padre, para repartir o caminho com o bispo, encontrou-se com ele em Veneza. Ali se viram e conversaram durante dois ou três dias. Mestre Cláudio abriu a carta e viu que não continha outra coisa senão pedir-lhe, com muita caridade e intenção cheia de amor, que aceitasse o bispado em Trieste que tinha ficado vago. Está ele nos confins de Veneza e Eslavônia, terra de muitas almas e de dois mil ducados de renda. O confessor do Rei fazia quanto podia para movê-lo a aceitar essa dignidade; porém o Padre, persuadindo-se que era maior serviço do Senhor não recebê-la, decidiu-se a isso e escreveu ao rei, escusando-se o melhor que pôde.

Passados três meses, um dia soubemos aqui, por Mestre Bernardino Mafeo, secretário de S. S., que queriam novamente fazer bispo ao mencionado Padre. No dia seguinte, de manhã, foi o nosso Padre Mestre Inácio ao palácio para falar com o secretário. Este leu-lhe uma carta que o Rei dos Romanos escrevia com grande insistência ao Papa, tocando nela três pontos principais.

O primeiro era que, tendo vagado a sede de Trieste, ele tinha eleito a Mestre Cláudio Jaio, por ser muito necessário naquela terra, tão cheia de erros e de vícios, um perfeito pastor. Não via quem fosse melhor do que ele, cuja grande bondade e doutrina conhecia, pois tinha conversado com ele e escutado muitos sermões dele na Alemanha e o louvava com muita intensidade.

O segundo era que tinha escrito ao mencionado Padre por meio do seu confessor para aceitar o bispado, e ele, por humildade, o tinha recusado.

O terceiro, que, portanto, S. S. lhe devia mandar em virtude da obediência, pois era muito justo e necessário tomasse o bispado, pelo grande fruto espiritual que se seguiria com a sua pessoa, tão assinalada em vida e doutrina.

E acentuava tanto esses três pontos que parecia uma das grandes súplicas que se costumam dar nas assinaturas.

Vendo isso, o Pe. Inácio foi à casa de D. Diogo Lasso, embaixador do Rei dos Romanos, o qual lhe mostrou uma carta do Rei, seu senhor, parte dela escrita pela sua própria mão. Nela o encarregava com grande instância que, trabalhando com toda a solicitude e diligência, lhe enviasse o despacho do bispado, como ele o enviava a suplicar ao Papa. Disse o Padre ao embaixador que cumprisse da melhor maneira possível com o rei, seu senhor, mas não levasse por diante o assunto, para que não se ofendesse tanto à Companhia como se ofenderia aceitando aquele bispado. Ele respondeu, depois de muitas palavras gentis, que, se Mestre Cláudio não quisesse aceitar o bispado e o Papa não o excomungasse, ele se retiraria de Roma.

Vendo, pois, que o assunto ia tanto a sério, o Padre voltou a falar com Mestre Bernardino Mafeo e soube que três cardeais dos encarregados desses assuntos tinham visto a carta do rei ao Papa e, com santa e boa intenção, tinham determinado se seguisse nisso outro caminho. Porque, embora o sumo pontífice, a pedido do embaixador, tivesse mandado fazer um breve no qual mandava ao Pe. Cláudio aceitar o bispado, diziam os cardeais, para evitar mais insistência, ser melhor que S. S. o nomeasse imediatamente bispo e depois lhe enviasse o mencionado breve. Desta maneira, dizia o secretário achar que todos os cardeais nos seriam contrários, e se alguns deveriam ser a nosso favor, seriam o cardeal da Inglaterra<sup>4</sup> e o mestre do sacro palácio<sup>5</sup>, porque naqueles dias também tinham recusado bispados.

---

<sup>4</sup> Reginaldo Pole, bom humanista e promotor da Reforma Católica, feito cardeal por Paulo III em 1536; foi um dos legados pontifícios do Concílio de Trento (1545-1548), amigo da Companhia.

<sup>5</sup> Frei Tomás de Padia O. P. Foi ele que examinou o texto dos 5 Capítulos da Companhia e os aprovou pela redacção da Bula de Aprovação da Companhia de Jesus. Cardeal desde 1542, retomou o título de Mestre do Sacro Palácio pela morte prematura dos seus sucessores. Era amigo da Companhia.

Mas, tendo falado o nosso Padre a um deles e não encontrando o que desejava, determinou ir falar ao próprio Papa, para que a consciência não o acusasse de não ter usado todos os meios possíveis neste assunto. Assim o fez e, com muita humildade, deu conta longamente de tudo, mostrando com muitas razões que essa eleição não convinha nem à Companhia nem ao bem das almas.

A primeira, que dizia respeito à Companhia, era esta: esta Companhia começou com espírito de simplicidade e humildade e é bem evidente quanto nosso Senhor se dignou realizar por ela com esse espírito. Por isso, se agora deixasse o seu princípio e primeira devoção, procedendo com espírito muito contrário a ela, como é aceitar assumir dignidades, é claro que não poderá conservar-se na sua paz e boas obras, sem que venha a grande ruína de si mesma.

A segunda razão era que como são tão poucos os professos dessa Companhia, se aceitasse essa dignidade, é de se pensar que, por causa disso, podia vir a grande destruição. Porque se o Pe. Cláudio tomasse o mencionado bispado, outro professo faria a mesma coisa, e a este seguiria outro e assim por diante, até não ficar mais ninguém. Confirma-se o dito porque, de sete anos para cá, foram oferecidos quatro bispados a quatro dos Nossos, dos quais, se um só deles aceitasse, facilmente os outros o seguiriam, o que Deus não permita.

A terceira, que diz respeito ao bem das almas era que nisto se ofenderia muito ao bem delas e ao proveito universal do próximo. Porque, afinal de contas, Mestre Cláudio não poderia ajudar mais almas do que as que tivesse no seu bispado, se o aceitasse. Porém, se não for assim, poderia fazer grande fruto no Senhor por muitas cidades, províncias e reinos. Com efeito, se numa não se recebe a Palavra de Deus, noutra é muito bem semeada e dá cem por um, como consta das coisas que fazem os membros da Companhia, cooperando o Senhor, por diversas partes da Itália, Espanha, Alemanha, Hungria, Portugal e suas Índias.

A quarta era que sendo que a Companhia goza por todas essas partes de grande crédito e veneração no Senhor, porque procede com espírito de humildade e simplicidade, tão afastada da cobiça, não há dúvida de que, se agora aceitasse dignidades, poderia causar com isso mais escândalo, desedificação e murmuração por todas as partes onde era conhecida, do que o proveito que se pode fazer num bispado particular.

A quinta: aceitando-se tal dignidade, poder-se-ia causar outro prejuízo grave à Companhia. Conta com perto de duzentos membros, entre noviços e estudantes, que deixaram todas as coisas do mundo e resolveram entrar nela em pobreza, castidade e obediência e muitos deles poderiam ficar escandalizados porque mudávamos o nosso propósito e aceitávamos bispados, e voltariam atrás. Outros teriam ocasião para entrar e ficar na Companhia com o pensamento e dúvida de que, a seu tempo, também poderiam ser bispos. Assim a devoção da Companhia poderia transformar-se em separação e ambição.

O Padre fez muita força com estas razões e muitas outras, quando esteve sozinho com S. S. na primeira audiência, e no quarto, depois do almoço, e pensou que tinha feito tudo. O Papa respondeu-lhe com muita caridade, louvando as suas razões e longos discursos e louvando a Companhia. Mas insistiu numa coisa que ele tinha firme e determinada na sua alma, a saber, que aquilo que o Rei dos Romanos tinha feito em prover o bispado por Mestre Cláudio, tinha sido do Espírito Santo. Aduzia para isto autoridades, como: «o coração do Rei está na mão do Senhor» (Prov 2,1) etc. É que S. S. o pensava assim.

Finalmente, depois de longas práticas, o Pe. Inácio disse a S. S. que se aceitasse esse bispado, haveria tão grande escândalo e murmuração por causa disto, que os da Companhia não poderiam vir para falar com S. S. ou com cardeais ou outros senhores sem que o povo

dissesse que vinham com ambição, a buscar e pretender semelhantes dignidades. Este mesmo escândalo já o tinham sentido o Sr. João de Vega<sup>6</sup> e Madama<sup>7</sup>, e por isso evitavam falar disso a S. S.

Então o Papa respondeu que fosse e fizesse oração sobre o caso e que ele também pensaria nisso. Assim, depois de pedir certas graças, que S. S. lhe concedeu, foi de novo a apresentar todas as razões possíveis para impedir o referido, sem encontrar nenhum repouso antes de ter alcançado isto, como desejava. Depois, falando ao Sr. João de Vega, fez com que o secretário do imperador fosse falar e tratar o caso com o Papa a nosso favor. Porém, embora tenha desenvolvido a sua embaixada com todo o calor que pôde, não obteve de S. S. outra resposta mais favorável que aquela que deu ao nosso Padre e ainda mais disposto a dar o bispado a Mestre Cláudio. Ao ver isso, o Pe. Inácio, com a ajuda de Mestre Pedro Codácio e de quantos podia, resolveu visitar e falar a quantos cardeais pudesse, porque se esperava o consistório dentro de três ou quatro dias, no qual se proporia a questão.

É incrível a diligência que se fez nesta matéria. Com efeito, aconteceu ao Padre que não lhe bastando o trabalho do dia inteiro, ir falar de noite a três cardeais. E isto morando a uma boa milha de distância um do outro, como era do cardeal Gaddi, que mora em Montecitório, ao cardeal Salviati que está em Borgo, junto ao palácio. Foi tanta a diligência, com ajuda do Senhor, que a metade dos cardeais eram da nossa opinião e todos a nosso favor, porque, além destes, os outros que queriam que se aceitasse o bispado eram movidos a isso porque julgavam que os bons bispados se devem dar a pessoas boas e de doutrina suficiente. Dizem eles que são assim os nossos, e por isso não deveríamos de nenhum modo recusar os bis-

---

<sup>6</sup> Embaixador do Imperador Carlos V em Roma.

<sup>7</sup> Margarida de Áustria, filha natural de Carlos V, casada com Otávio Farnese, Duque de Parma, sobrinho do Papa Paulo III.

pados. São deste parecer uma boa parte deles, até os que nos querem e amam no Senhor.

Não ficou cardeal a quem não se falasse deste assunto da nossa parte, excepto dois. A um porque lhe foi dado o cargo de propor o bispado no consistório e, assim, não adiantaria nada; e ao outro porque, tendo renunciado no início, por sua devoção, a outro bispado, depois o voltou a aceitar.

Assim, vimo-nos cercados por todas as partes, já que o consistório ia realizar-se no dia seguinte e o Papa permanecia no seu parecer. Então o nosso Padre tomou por remédio ir a Madama e fez com que escrevesse um bilhete a S. S. no qual lhe suplicava tivesse por bem não tratar o caso no referido consistório, mas que esperasse até que S. E. e o Sr. João de Vega escrevessem sobre isso ao Rei. Depois, se ele não desistisse e S. S. o mandasse, a Companhia aceitaria o bispado. Enviada a cédula na mesma quinta-feira, véspera da sexta em que se realizaria o consistório, o Papa respondeu a Madama que aceitava de bom grado. Porém, como o cardeal que tinha de propor o assunto não sabia disso, o propôs no dia seguinte. Mas não chegou a fazê-lo, porque um dos da nossa opinião lhe expôs as boas razões que tinha para isso. Depois o Pe. Inácio fez com que o Sr. João de Vega, Madama e o cardeal Carpi, nosso protector, escrevessem ao Rei. Ele mesmo também o fez com tantas razões e lamentos que tínhamos boas esperanças do sucesso.

Deu também ordens aos Nossos que estão no Concílio e a Mestre Bobadilla, onde quer que estivesse, para que escrevessem e fizessem escrever aos que pudessem, em Trento, a sua majestade, sobre este caso. Porém, no Concílio só conseguiram que escrevesse um prelado, porque também ali havia diversas opiniões sobre o assunto.

Feitas todas estas diligências por aqui, ainda D. Diogo Lasso instava quanto podia para que não houvesse demora no cumprimento da súplica do rei, seu senhor. Fez com que no consistório seguinte,

que foi oito dias depois, o cardeal encarregado voltasse a propor a sua causa. Mas, pela graça de Deus foi impedido, como na primeira vez. S. S. declarou que queria cumprir a palavra dada a Madama e esperar a resposta do rei. Esta chegou há poucos dias. Manda ao seu embaixador que não insista mais nem vá por diante com o assunto, pois julga que assim é melhor.

Por isso, aqui em casa se ordenou que se digam missas e «Te Deum laudamus» em acção de graças por sairmos de tanta tribulação e pestilência. Pois, certamente, todos achávamos que ficaríamos como manchados ou tismados se recebêssemos tal bispado. Sejam dadas infinitas e incessantes graças a Deus N. S. por isso.

A uma [carta] de V. Mcê., tão desejada, responde o Pe. Mestre Inácio que é todo seu no Senhor nosso, o qual por sua infinita e suma bondade nos queira dar a sua graça abundante para que sintamos a sua santíssima vontade e inteiramente a cumpramos.

De Roma, 2 de Março de 1547.

Servo de V. Mcê. no Senhor nosso.

## BARTOLOMEU FERRÃO

Inscrição<sup>8</sup>: *Carta que o Pe. Bartolomeu Ferrão escreveu de Roma, em Março de 1547 ao Pe. Miguel de Torres, o qual, ainda que já em Roma fora recebido na Companhia e tinha feito os votos dela, todavia em Espanha não se tinha declarado como tal, por ter que concluir alguns assuntos de importância, e assim lhe escreve como a pessoa secular.*

---

<sup>8</sup> Em português no original.



**AOS PADRES ENVIADOS À ALEMANHA<sup>1</sup>**

Roma, 24 de Setembro de 1549

(Ep. XII, 239-242 – Original latino)

**Coisas que parece podem ajudar aos que vão à Alemanha**

O fim que sobretudo se deve ter diante dos olhos é aquele que, ao enviá-los, pretende o Sumo Pontífice, a saber, ajudar a Universidade de Ingolstadt e, quanto possível, a toda a Alemanha, no que se refere à pureza da fé, obediência à Igreja e, enfim, à sólida e sã doutrina e aos bons costumes. Terão como fim secundário promover a Companhia na Alemanha, procurando particularmente que se fundem Colégios da Companhia em Ingolstadt e noutras partes, sempre para a glória de Deus e bem comum.

Embora os meios que ajudam a estes fins estejam muito unidos, como os fins mesmos o estão, contudo alguns ajudam a ambos quase por igual, outros mais ao segundo, e com esta ordem se proporão.

**Meios comuns para ambos os fins**

1. Em primeiro lugar, e principalmente ajudará, desconfiando de si mesmos, confiar com grande magnanimidade em Deus e ter um

---

<sup>1</sup> A pedido do Duque da Baviera, Guilherme IV, e do Papa Paulo III, Inácio mandou à Universidade de Ingolstadt jesuítas escolhidos: os PP. Salmerón, Jaio e Canísio. Depois da morte de João Eck, a Universidade decaíra muito. Ela devia ser o centro de uma renovação espiritual da Alemanha invadida pela heresia. Daí estes conselhos que, vencidas muitas dificuldades, só foram aplicados sob o Duque Alberto V, quando os PP. partiram para Ingolstadt.

ardente desejo, estimulado e alimentado pela obediência e caridade, de conseguir o fim proposto. Isto fará que se lembrem e tenham diante dos olhos esse fim e o encomendem a Deus nos seus sacrifícios e orações e usem, com diligência, todos os outros meios que forem oportunos.

2. O segundo é a vida recta e, portanto, exemplar, de modo que evitem não só o mal, mas até a aparência de mal e sejam exemplos de modéstia, caridade e todas as virtudes, porque a Alemanha necessita muito desses exemplos e será com isso muito ajudada, e ainda que eles não falem, a Companhia prosperará e Deus trabalhará por eles.

3. Tenham e mostrem a todos sentimentos de sincera caridade, principalmente com os que têm mais importância para o bem comum, como é o mesmo Duque, com quem se devem desculpar de terem chegado tão tarde e a quem se há-de mostrar o amor que lhe têm, tanto o Sumo Pontífice e a Sé Apostólica, como a nossa Companhia. Para ajudar os seus súbditos, devem prometer-lhe cortesmente todo esforço e trabalho próprio etc.

4. Mostrem o amor com obras e de verdade e façam o bem a muitas pessoas, quer servindo-as no espiritual, quer no temporal, como depois se dirá.

5. Compreendam que não buscam os seus próprios interesses, mas os de Jesus Cristo (cf. Fil 2,21) ou seja, sua glória e o bem das almas e por isso não recebam estipêndios por missas, pregações ou administração de sacramentos, nem podem ter rendas de nenhuma espécie<sup>2</sup>.

6. Tornem-se amáveis pela humildade e caridade, fazendo-se cada um tudo para todos (cf. 1Cor 9,22). Adaptem-se, quanto o permite o instituto religioso da Companhia, aos costumes desses povos. Se possível, não deixem a ninguém aflito, se não for para o bem da sua alma. Porém, de tal modo procurem agradar, que tenham cuidado

---

<sup>2</sup> Cf. Const 565-566: Gratuidade dos ministérios.

com a sua consciência e que a excessiva familiaridade não degenerem em desprezo.

7. Onde houver facções e partidos diversos, não sejam contra ninguém, mas mostrem-se neutros e que amam a uns e a outros.

8. Seria muito bom para a Companhia em geral e para eles mesmos, gozar de autoridade e apreço (baseado na verdade) de boa doutrina, e isso para com todos, mas especialmente com o Príncipe e outras pessoas importantes. Para essa autoridade ajuda muitíssimo não somente a rectidão interior dos costumes, mas também a exterior no andar, nos gestos, na decência do vestir e, sobretudo, na prudência das palavras e maturidade dos conselhos, tanto no que se refere a coisas práticas como no que se refere à doutrina. Faz parte dessa maturidade não dar o seu parecer com precipitação, quando a questão não é fácil, mas tomar tempo para pensá-la, estudá-la ou aconselhar-se com outros.

9. Deve-se procurar conservar a amizade e a benevolência dos que governam. Para isso ajudaria muito se o Duque e os mais influentes da sua casa se confessassem com eles e, enquanto permitissem as suas ocupações, fizessem os Exercícios<sup>3</sup>. Devem-se conquistar os doutores da Universidade e as autoridades com humildade, modéstia e bons serviços.

10. Por conseguinte, se percebem que alguns, sobretudo se são autoridades, têm mau conceito deles ou da Companhia, oponham-se com prudência e façam compreender as suas coisas e as da Companhia para a maior glória de Deus.

11. Será bom conhecer bem a índole dos homens e pensar no que pode acontecer nas diversas circunstâncias, sobretudo em coisas importantes.

---

<sup>3</sup> Santo Inácio pensa nos Exercícios Espirituais na Vida corrente conforme a Anotação 19.

12. Ajudará que todos os Companheiros não só sintam e digam o mesmo, mas também trajem do mesmo modo e sigam, nas coisas externas, os mesmos costumes e cerimónias<sup>4</sup>.

13. Os Irmãos tenham cuidado de pensar cada um o que será conveniente para os referidos fins e conferi-los entre si. O Superior, depois de ouvir os pareceres, determine o que se deve fazer ou omitir.

14. Escrevam para Roma, quer pedindo conselho, quer relatando a situação dos acontecimentos; e faça-se isto com frequência, porque poderá ajudar muito em tudo<sup>5</sup>.

15. Leiam algumas vezes esta instrução e o que se dirá depois e o que eles quiserem acrescentar, para que renovem a memória naquilo que comecem a esquecer.

### **Meios mais próprios do fim principal, isto é, a edificação daqueles povos na fé, doutrina e vida cristã**

1. Nas lições públicas, para as quais foram especialmente solicitados pelo Duque e enviados pelo Papa, comportem-se bem e proponham doutrina sólida sem muitos termos escolásticos que costumam fazê-la antipática, sobretudo se são difíceis de entender. Sejam lições sábias, mas claras, frequentes, mas não longas demais, e acompanhadas de alguma elegância no falar. As disputas e os demais exercícios escolares far-se-ão conforme indicar a prudência.

2. Para que haja muitos ouvintes e aproveitem o máximo possível, juntamente com as verdades que nutrem o entendimento, acrescentem-se coisas piedosas para alimentar o afecto, de modo que os

---

<sup>4</sup> Const. [821] Professem a mesma doutrina e guardem, quanto possível, a uniformidade em tudo.

<sup>5</sup> Const. [629] O Superior manter-se-á em frequente contacto epistolar, e será informado, tanto quanto as condições permitirem, de tudo o que acontece para, do lugar onde está, dar os conselhos e a ajuda possível.

discípulos voltem para suas casas, não só mais sábios, mas também melhores.

3. Além das lições escolásticas, parece oportuno que, nos domingos e festas, haja também sermões ou lições sacras que tenham por objectivo mover o afecto e formar os bons costumes, mais do que ilustrar o entendimento. Isso poderá fazê-lo Mestre Canísio, seja nas aulas em latim, seja em alemão na igreja onde todo o povo está presente<sup>6</sup>.

4. Enquanto as mencionadas ocupações o permitirem, ocupar-se-ão nas confissões com as quais se costuma colher o fruto daquelas plantas que se cultivam com as lições e pregações. Falo de confissões não tanto de mulheres simples e gente do povo, que devem ser deixadas a outros, mas de jovens de boa índole que possam, por sua vez, ser operários e de outros que tenham maior importância para o bem comum, se forem ajudados espiritualmente, porque quando não se pode satisfazer a todos, é melhor preferir aqueles de quem se espera um maior proveito no Senhor<sup>7</sup>.

5. Procurem atrair os discípulos a uma amizade espiritual, se possível à confissão e a fazer os Exercícios, e preferivelmente completos no caso de parecerem aptos para o Instituto da Companhia<sup>8</sup>. Aos Exercícios da Primeira Semana e alguns modos de orar podem admitir-se mais e até convidar, sobretudo àqueles dos quais se pode esperar maior bem e cuja amizade se deve desejar mais por Deus Nosso Senhor.

---

<sup>6</sup> São Pedro Canísio, hoje doutor da Igreja, discípulo dos Cartusianos de Colónia, atraído à Companhia pelo Beato Pedro Fabro e formado por Santo Inácio, era dotado de inteligência e afectividade insignes. Entre muitas obras escreveu o famoso catecismo.

<sup>7</sup> Const. [624]: Para tratar com pessoas inteligentes e instruídas... enviar homens particularmente dotados... pois poderão ser de maior ajuda.

<sup>8</sup> *EE*. Anotações 20 e 18; Exercícios completos e parciais.

6. Pelo mesmo motivo se deve ter muito trato e familiaridade com esta classe de homens. E ainda que nalgumas ocasiões se tenha de consentir um pouco naquilo que é humano, cedendo à natureza dos homens, contudo, para que as conversas não sejam inúteis, procurem levá-los sempre a algo de edificação.

7. Ocupem-se algumas vezes nas obras de misericórdia que mais se vêem, como hospitais, prisões e socorro de outros pobres, que podem edificar muito no Senhor (cf. Mt 5,16). Do mesmo modo, em fazer as pazes e ensinar aos rudes a doutrina cristã. A prudência dirá quando convém fazer tudo isto e se o devem fazer por si mesmos ou por outros, segundo as circunstâncias de lugares e pessoas.

8. Procurem fazer-se amigos daqueles que são os chefes dos adversários, se houver algum, e daqueles que sobressaem entre os hereges ou entre os suspeitos e não parecem completamente obstinados, e afastá-los pouco a pouco dos seus erros com destreza e com mostras de muito amor. Para isto se dão algumas regras noutra parte.

9. Sejam instruídos em casos de consciência. Se aparecerem alguns difíceis, estudá-los e consultá-los durante o tempo necessário, como antes se disse. Porque assim como não convém ser muito escrupulosos e angustiados, tão pouco convém ser demasiado descuidados, indulgentes ou negligentes, com perigo das suas almas e das dos próximos.

10. Procurem todos ter à mão os pontos do dogma controvertidos com os hereges, sobretudo nestes tempos e nesses lugares onde se encontram. Quando for oportuno afirmem e confirmem a verdade católica com as pessoas com quem tratem, impugnem os erros, fortifiquem aos duvidosos e vacilantes tanto nos sermões e lições, como nas confissões e conversas particulares.

11. No que diz respeito ao modo, lembrem-se de agir com prudência e conveniência, acomodando-se à inteligência e afecto das pessoas, sem pôr vinho novo em odres velhos (cf. Mt 9,17).

12. De tal modo defendam a Sé Apostólica e a sua autoridade, que atraiam todos à sua obediência. Por causa de defesas imprudentes não sejam tidos por papistas e, com isso, desacreditados. Ao contrário, devem-se impugnar as heresias com tal zelo que se mostre amor com as pessoas dos hereges, desejo do seu bem e compaixão, mais que outra coisa.

13. Ajudará o bom uso das graças concedidas pelo Sumo Pontífice, tanto à Companhia como a eles em particular, as quais se deverão dispensar para edificação e não para destruição; com generosidade, mas com discrição.

14. Será conveniente, quanto possível, dispor as pessoas a receber a graça de Deus, exortando-as a bons desejos, orações, esmolas e obras de piedade que servem para conseguir e aumentar a graça do Senhor.

15. Para que os ouvintes recebam melhor, conservem e exercitem o que se lhes propõe, vejam se é conveniente dar-lhes algo por escrito e a quem.

16. Será muito conveniente escolher um lugar cómodo para celebrar, ouvir confissões e pregar a Palavra, onde e quando os procurarem, os possam encontrar, quer se faça isso por obra do Duque, quer por Eck ou por outros amigos<sup>9</sup>.

17. Será conveniente que os mesmos sacerdotes da Companhia examinem juntos os seus estudos, sermões e lições para que, se encontrarem nelas algum defeito, o corrijam em casa, e assim se tornem mais úteis e agradáveis a todos.

---

<sup>9</sup> João Eck, grande teólogo da Universidade de Ingolstadt, adversário de Lutero.

## **Meios para o fim secundário, isto é, para promover a Companhia na Alemanha**

Ao já dito, que talvez bastasse, mesmo que não se fizesse nada mais, acrescentar-se-ão aqui outros meios mais próprios, e se reduzem praticamente a um: o Duque e os outros que puderem, queiram ter nas suas terras seminários da Companhia.

1. Procure-se fundar o Colégio de modo que não pareça que os nossos intervêm, mas que se veja que o fazem pelo bem da Alemanha, sem nenhuma aparência de ambição ou cobiça. Será conveniente também advertir que a Companhia não quer para si, dos Colégios, senão o trabalho e o exercício da caridade, pois usa as rendas em benefício dos estudantes pobres, para que, acabados os estudos, sejam operários úteis na vinha de Cristo.

2. Procure-se que os que podem mover o Duque da Baviera e outros que estão com ele, como Eck, a fundar ali um colégio, não façam menção disto, mas imprimam de tal modo as ideias nas suas almas, que eles por si mesmos, suavemente, tirem as consequências.

3. Contribuirá para isto que tenham bom conceito do Instituto da Companhia, explicando os elementos dele que mais possam agradar-lhes e falando do progresso que, pela graça de Deus, fez nestes poucos anos em tantas partes do mundo. Poderão contar isto com mais eficácia, quando o Duque o começar a entender por experiência nos seus estados.

4. Compreenda o Duque quão útil será para os seus e para toda a Alemanha, ter seminários de pessoas que, trabalhando sem ambição nem avareza, ajudam os outros com doutrina recta e exemplo de vida, e quão grande bem alcançou o Rei de Portugal que, só com um colégio que tem no seu reino, tem provido de operários espirituais tantos lugares da Índia, Etiópia, África e até fora do seu reino.



5. Entenda também o Duque que a Universidade de Ingolstadt teria uma grande ajuda se tivesse ali um colégio como os de Gandia e Messina, onde se ensinassem línguas e filosofia, e não só teologia, com exercícios escolásticos, segundo o modo de Paris.

6. Entenda também quão grande será a sua glória, se for o primeiro a introduzir na Alemanha estes seminários e colégios para proveito da sã doutrina e piedade.

7. Para mostrar-lhe também a facilidade desta empresa, façam-lhe ver que estes colégios se podem fundar e dotar com a união de alguns benefícios tomados de abadias ou de outra obra pia já de pouca utilidade, sobretudo porque o Papa e os principais cardeais aprovam tão calorosamente as fundações de colégios.

8. Se alguns se agregassem ao Instituto da Companhia e crescesse a Comunidade e o Duque a sustentasse com as suas esmolas, talvez fosse mais fácil atrair o Duque para fazer uma fundação perpétua que lhe pouparia as despesas e salários com os Professores.

9. Muitas destas coisas se poderiam fazer com mais decoro por meio de outros que tenham influência junto do Duque, como seriam Eck e outros amigos, sobretudo cavaleiros da sua corte, assim como cardeais que poderiam escrever sobre o desejo do Sumo Pontífice, e com mais eficácia, quando o fruto alcançado começar a dar maior e mais oportuna ocasião.

10. Se o Duque e outros desejassem que os colégios fossem mais livres e pudessem admitir-se para viver neles alguns que não fossem religiosos, seja-lhes dito que se podem fundar de maneira que alguns sejam religiosos e outros não. Mas a administração fique nas mãos daqueles que, pelo seu exemplo e doutrina, possam estimular os outros no aproveitamento em letras e virtude.

11. Dever-se-ia também ver se algumas pessoas particulares que tivessem rendas para iniciar o colégio, não se sentiriam movidas por Deus para isso. Nesse caso estudar-se-ia o assunto e se trabalharia em

dispor outras pessoas importantes da Alemanha para procurar o bem de toda ela.

12. Além dos Colégios, podem-se promover os interesses da Companhia, incentivando os jovens e outras pessoas de mais idade e sabedoria a seguir o nosso Instituto. Isto se fará com bons exemplos e com o contacto por meio dos Exercícios e de conversas espirituais e por outros meios de que já se falou. Se não puderem sustentar-se aí, ou não for conveniente que fiquem, deveriam ser enviados para Roma ou para outros lugares da Companhia, como também, se for necessário, poderão chamar-se outros de outras partes, como de Colónia, Lovaina, etc., e trazê-los a Ingolstadt.

**AO PE. JERÓNIMO NADAL<sup>1</sup>**

Roma, 6 de Agosto de 1552

(Ep. IV, 353-354 – Escrita por Polanco)

IHS. Pax Christi. Caríssimo Padre em Jesus Cristo.

Não deixarei de comunicar a V. Revma., pois tenho comissão do nosso Pe. Mestre Inácio para isto, uma ideia que ele tem na mente nestes dias, para V. Revma. nos escrever o que pensa sobre ela. Porque, se Deus N. S. desse a S. P.<sup>2</sup> algum sinal interior mais do que até agora, ou se persuadissemos que teria crédito com S. M.<sup>3</sup>, não esperaríamos conselho de ninguém. O assunto é o seguinte: ele está a dar-se conta que, ano após ano, estas armadas do turco chegam à terra dos cristãos e fazem tanto mal, levando tantas almas que se perdem por renegar a fé do Cristo que morreu para salvá-las. Além disso, aprendem e tornam-se práticos nestes mares e passam a fogo diversos lugares. Vendo também o mal que os corsários costumam tão frequentemente fazer, nas regiões marítimas, às almas, aos corpos e aos bens dos cristãos, concluiu muito firmemente no Senhor nosso, que o imperador deveria equipar uma grande armada e assenhorear-se

---

<sup>1</sup> Vê-se por esta carta e a seguinte a confiança que Inácio depositava no Pe. Nadal, grande jesuíta da 2ª geração, a fim de consultá-lo em tão importante empresa, como a de se equipar uma grande esquadra, para livrar o Mediterrâneo dos infiéis, os corsários turcos.

<sup>2</sup> Sua Paternidade; assim chamam os jesuítas ao seu Superior Geral.

<sup>3</sup> Sua Majestade o Imperador Carlos V. Inácio duvidava de que ele lhe desse crédito.

do mar. Com ela evitaria todos esses inconvenientes e teria outras grandes vantagens importantes para o bem universal<sup>4</sup>.

Sente-se movido a isto não só pela caridade e zelo das almas, mas também pela luz da razão que mostra ser isto muito necessário e se poder levar a cabo, gastando o imperador menos do que agora gasta<sup>5</sup>. Nosso Padre está tão convencido disto que, como disse, se pensasse que encontraria acolhimento junto de S. M., ou tivesse um sinal maior da divina vontade, com muito gosto empregaria nisto o resto da sua velhice. Nem temeria a dificuldade ou o perigo do caminho, nem as suas indisposições<sup>6</sup>, nem outros inconvenientes, para ir ter com o imperador e o príncipe<sup>7</sup>. V. Revma. encomende isto a N. S., pense sobre ele, e comunique, logo que possa, o que lhe parece na sua divina presença.

De Roma, 6 de Agosto de 1552.

---

<sup>4</sup> «Bem Universal»: era o bem, quanto mais universal mais divino, regra para melhor e mais certa escolha dos ministérios sagrados (Const. 622-623). Temos aqui um belo exemplo de discernimento pelo 2º e 3º tempo (*EE*. 176, 177): a) pela moção de Deus, Inácio sente um sinal da vontade divina, mas quer senti-la mais eficaz, embora o sinta já fortemente; b) pela razão: apresenta o mal espiritual e material que fazem os turcos devastando tudo, e pelo contrário o bem que seria derrotá-los.

<sup>5</sup> Gasto enorme em guarnições militares de populações marítimas muito numerosas, desde a Espanha até Nápoles e Sicília.

<sup>6</sup> No princípio do ano anterior, Inácio achou-se tão doente que a todo o custo queria abdicar do cargo de Geral, mas os Companheiros não o aceitaram.

<sup>7</sup> O futuro Filipe II, já associado ao governo de seu pai, o imperador Carlos V.

**AO PE. JERÓNIMO NADAL**

Roma, 6 de Agosto de 1552

(Ep. IV, 354-359 – Escrita por Polanco)

Jesus. Pax Christi!

Caríssimo Padre em Jesus Cristo.

Na outra carta mais geral<sup>1</sup> disse brevemente que o nosso Padre não só era movido pelo zelo da caridade, mas também pela luz da razão, para pensar que devia construir-se uma grande armada e que isto era possível. Nesta mostrarei mais por extenso, primeiro, o que se deve fazer e é muito conveniente que se faça; segundo, que se poderá equipar, sem muita despesa, antes, com menos do que agora S. M.<sup>2</sup> gasta para as coisas do mar.

As razões que o movem para pensar que se deve fazer são as seguintes.

A primeira, é que a honra e a glória de Deus sofrem muito, porque cristãos de tantos lugares, grandes e pequenos, são levados pelos infiéis e muitos deles renegam a fé de Cristo, como se vê por experiência, com grande sentimento daqueles que têm zelo da conservação e do progresso da nossa santa fé católica.

A segunda, que com grande cargo de consciência de quem deve prover e não provê, perde-se tão grande número de pessoas, pois crianças e gente de todas as idades, acabrunhados por tão pesada escravidão e males sem número que sofrem dos infiéis, tornam-se

---

<sup>1</sup> Na carta anterior.

<sup>2</sup> O imperador Carlos V.

mouros ou turcos. São tantos os milhares que procedem assim, que no dia do juízo os príncipes verão se deviam esquecer-se de tantas almas e corpos que valem mais que todas as suas rendas, dignidades e senhorios, pois por cada uma delas deu Cristo N. S. o preço do seu sangue e da sua vida.

A terceira, é que tira um grande perigo que toda a cristandade corre com estas idas e vindas dos turcos. Eles, que até agora não eram belicosos por mar, começam a tornar-se práticos e estimulados para empregar, com o pouco que resta da cristandade, a mesma tática que usaram para conquistar o império de Constantinopla: ajudam a um príncipe para resistir e lutar contra um outro e enfraquecendo-se assim os dois, enquanto eles sobrevivem; e depois tomam o que é de um e o que é do outro. Agora estão a fazer este jogo com a França, com perigo de que depois venham sem ser chamados e ponham a cristandade em grande perigo por mar e por terra. Este e os outros inconvenientes seriam evitados, se S. M. se assenhoreasse do mar com uma poderosa armada.

A quarta razão, é que com esta armada eliminar-se-iam, em grande parte, as ocasiões que tem o reino de Nápoles de revoltas e desordem, pois, sem esperança do apoio dos turcos, não haveria maneira de os revoltosos pensarem que poderiam ter sucesso no seu propósito. Além disso, tirar-se-lhes-ia também a esperança de ajuda da França por mar e temeriam que a armada caísse imediatamente sobre os rebeldes. Deste modo não só Nápoles sossegaria, mas todo o resto da Itália, Sicília e outras ilhas deste mar<sup>3</sup>.

A quinta, é que com uma armada tão poderosa, o rei da França teria a certeza de que a força turca não poderia vir para cá, e não teria também essa ajuda que tem para distrair e desgastar a S. M., e assim

---

<sup>3</sup> Milão, Nápoles, Sicília, com os seus territórios, estavam nas mãos dos espanhóis e havia revolta por essa situação, apoiada pelo rei da França, Francisco II.

veria que lhe convinha não intervir. E mesmo que não interviesse dentro do seu reino e nas fronteiras, não teria ocasião de revoltar a Itália mas, como é interior no mar e lhe faltaria o auxílio marítimo, ficaria mais fraco e, por conseguinte, mais amigo da paz.

A sexta, é que se evitariam os danos materiais que os turcos e corsários causam continuamente em toda a costa da Espanha, Itália e outras partes, e as despesas que se fazem com guarnições em todo o litoral, pois não se sabe por onde a armada turca vai atacar. Quão grandes sejam estas despesas bem se pode ver no reino de Nápoles, Sicília e outras partes nestes dois anos passados. Sendo a armada uma muralha universal, não seriam necessárias estas guarnições.

A sétima, que a travessia da Espanha para a Itália se tornaria fácil e segura. Sabe-se quanto isto importa para o bem geral destes reinos e para o particular de muitos que tanto sofrem quando se fecha a via de comunicação que é o mar.

A oitava, que com uma poderosa armada e assenhoreando-se de todo este mar, seria fácil ganhar o perdido, e muito mais, nas costas da África, da Grécia e das ilhas do mar Mediterrâneo. Poder-se-ia chegar a muitas terras de mouros e de outros infiéis e abrir caminho para conquistá-los e, conseqüentemente, torná-los cristãos. Se não houver armada, assim como foi tomada Trípoli, poderiam ser tomados outros lugares importantes da cristandade<sup>4</sup>.

A nona, é que para a boa reputação de S. M. (tão necessária entre fiéis e infiéis) muito se ganharia tendo essa armada que fosse combatê-los nas suas terras, em vez de se defender com dificuldade nas próprias e perder muito crédito e autoridade no conceito dos homens, quando poderia, sem armas, de certa forma defender a seus súbditos em muitas partes.

---

<sup>4</sup> Os turcos vinham tomando desde 1516 o norte da África: Argélia, Tunísia e Líbia, com sua capital Trípoli, em 1551, no ano anterior à carta, facto que causou impressão em toda a cristandade.

São estes os motivos que movem, por via de razão, ao nosso Padre para pensar que deveria construir-se esta armada.

Para a segunda parte, de como se poderia fazer, ocorre-lhe o seguinte.

Suposto que não há-de faltar gente à S. M., pois pela graça de Deus a tem, mais que nenhum príncipe conhecido do mundo, o dinheiro poder-se-ia tirar de diversas partes.

Primeiramente, poder-se-ia mandar que muitas ordens religiosas ricas que há nos domínios de S. M. (às quais bastaria muito menos do que possuem) armassem um bom número de galeras<sup>5</sup>. Por exemplo, a ordem de São Jerónimo, tantas; a de São Bento, tantas; a dos Cartuxos, tantas etc. Aqui entram as abadias da Sicília e Nápoles, onde não há religiosos<sup>6</sup>.

A segunda ajuda seria dos bispados, seus capítulos e beneficiados, que poderiam contribuir nos seus senhorios com grande soma de dinheiro para armar muitas galeras em favor da cristandade.

A terceira ajuda, seria a das quatro ordens militares<sup>7</sup> que, como a de S. João e também as outras, segundo a sua instituição, deveriam

---

<sup>5</sup> Galera: embarcação de guerra, dotada de três ou mais velas e séries de remos para movimentos rápidos. Galeotes, seus remeiros, que nos barcos turcos, eram frequentemente cristãos aprisionados e feitos escravos.

<sup>6</sup> Ordem de São Jerónimo: os seus monges chamavam-se Jerónimos, Congregação fundada na Itália por Tomás Succio. Cartuxos ou Cartusianos, monges fundados por S. Bruno. Ludolfo, o Cartusiano, escreveu a *Vita Christi*, livro da conversão de Santo Inácio, que pensou, em dada altura, fazer-se cartuxo (Cf. *Autob.* nº 5 e 12). Estas duas Ordens tinham mosteiros em Nápoles e Sicília, dependentes de casas da Espanha.

<sup>7</sup> Ordens Militares eram Congregações de cavaleiros combatentes leigos, herança das Cruzadas da Terra Santa. As quatro principais da Espanha eram as de Calatrava, Compostela, Alcântara, Montesa. Fora da Espanha continuavam a existir a de S. João de Jerusalém ou Hospitalários, a dos Teutões e as de outros países. Com o tempo, tornaram-se meras Associações honoríficas, não se empenhando mais em batalhas contra os infiéis.



ajudar com os seus bens e pessoas a esta armada contra os infiéis. Para dar forma a isto, o Papa daria licença para tirar o dinheiro ou tratar o assunto com os seus superiores na Espanha e nos demais senhorios seus, pois seria para o bem universal da cristandade.

A quarta, é a de alguns dos grandes e cavaleiros leigos de seus reinos. O que se gasta por ostentação em caçadas, banquetes e cortejos excessivos, seria mais justo e mais honroso para eles que se gastasse em armar galeras contra os infiéis, para a glória de Deus. Se não servem com as suas pessoas, gloriem-se de ajudar e servir com os seus bens. Daqui se poderiam tirar grande número de galeras.

A quinta, é a dos mercadores<sup>8</sup>, os quais, se se pusessem de acordo, poderiam contribuir para um bom número de naves ou galeras. Isso seria também vantajoso para as suas mercadorias, além do bem da cristandade.

A sexta ajuda, seria das mesmas cidades e lugares dos seus reinos e senhorios, especialmente as marítimas, que sofrem tantos prejuízos de turcos, mouros e outros corsários; é melhor que aquilo que lhes poderia ser roubado, o gastem em galeras para que não haja quem os roube. O que costumam gastar em guarnições, que o gastem na armada, com a qual não será necessário fazer aquelas despesas, nem distrair-se dos seus negócios para defender-se. Poderão contribuir mais para esta causa as regiões que mais ganharão com isso, como são as do reino de Nápoles e Sicília.

A sétima ajuda, poderia dá-la o Rei de Portugal, tirando do seu reino certo número de galeras e outras velas da mesma ou semelhante maneira, como se disse dos de S. M.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Comerciantes católicos, como aqueles a quem Inácio em Paris recorria para a ajuda dos seus estudos (cf. *Autob.* nº 76).

<sup>9</sup> O rei de Portugal, D. João III, tinha ao seu dispor os bens das Ordens de Aviz e de Cristo.

A oitava, as senhorias de Génova, que poderiam pagar algumas galeras, a de Luca e a de Sena que certamente ajudarão, pois a de Veneza não pode<sup>10</sup>.

A nona, do Duque de Florença, ao qual convém para o seu próprio senhorio, além do bem comum. Também ele poderia valer-se, como se disse do rei de Portugal, de bens eclesiásticos e seculares semelhantes àqueles de que acima se falou<sup>11</sup>.

A décima ajuda, poderia e deveria ser do Papa e das terras da Igreja, se Deus lhe der suficiente espírito; se não, pelo menos concederá o que acima se disse, que não será pouco<sup>12</sup>.

De modo que, caríssimo Padre, veja o que a razão sugere aqui ao nosso Padre. Além do que o imperador pode ajudar com as suas rendas, que é muito, destas dez partes parece que poderia arrecadar-se o suficiente para manter uma grande armada. Com a ajuda também das rendas reais parece que, sem muito esforço, poderiam manter-se mais de duzentas, e até se for necessário, trezentas velas, a maior parte delas ou quase todas galeras. Seguir-se-ia rapidamente um grande bem para o pouco que resta da cristandade. E seria de esperar que, por este meio, aumentaria muito, assim como agora, com razão, tememos a sua diminuição e grande dano<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> As repúblicas do norte da Itália, também atacadas pelos corsários, deviam ajudar igualmente; não a de Veneza, com o trabalho de transportar e proteger os peregrinos da Terra Santa.

<sup>11</sup> Os bens eclesiásticos estavam frequentemente nas mãos dos seculares, como em Nápoles e na Sicília.

<sup>12</sup> Júlio III parece que não se inclinava por essa empresa, devido a outros gastos, mas concederia bens eclesiásticos em mãos de leigos.

<sup>13</sup> O imperador Carlos V e o príncipe D. Filipe, além dos impostos do Império, tinham proventos das novas colónias da América e Oriente.

Pense V. Revma. em tudo isto, e diga o que sente. Se outros, dos quais seria mais próprio fazê-lo, mas não falam disto, poderia ser que um dos pobres da Companhia de Jesus se dispusesse a fazê-lo<sup>14</sup>.

Deus, sabedoria eterna, dê a S. M. e a todos, em tudo sentir a sua santíssima vontade e graça para cumpri-la perfeitamente.

De Roma, a 6 de Agosto de 1552.

---

<sup>14</sup> Um «pobre da Companhia», Nadal ou o próprio Inácio, que se oferecera até para a missão da Etiópia (*Mon. Ign. Ep. I*, 429).

**A DONA JOANA DE ARAGÃO<sup>1</sup>**

Roma, fins de Novembro de 1552

(Ep. IV, 506-511)

Minha Senhora no Senhor nosso,

Já de viva voz dei a V. Exa. o meu parecer sobre os meios de concórdia com o Sr. Ascânio. Penso, no Senhor nosso, que eles são mais conformes com a divina vontade e sobremaneira convenientes a V. Exa., sem falar da afeição que a Bondade infinita me concedeu para o serviço e toda a perfeição de V. Exa. Embora não seja meu costume, não deixarei de registrar por escrito as razões que a isso me movem.

Olhando-as e ponderando-as algumas vezes, com a boa e santa intenção que Deus nosso Senhor lhe dá e principalmente com a sua graça, poderiam mudar o parecer e vontade em que V. Exa. se acha presentemente.

---

<sup>1</sup> Dinheiro e política meteram a discórdia entre os esposos, Ascânio Colonna e Joana de Aragão, separados desde 1535. Um dos filhos, Marco António, não suportava o pai; era o cúmulo do escândalo. Nem o imperador nem o papa conseguiram remediar o caso. Inácio, que se comunicava com a poetisa Vitória Colonna, alcançou, por meio dela, uma audiência com a duquesa. Foi a Alvito, perto de Nápoles, e durante dois dias procurou acalmar as tempestades interiores de Joana. Conseguiu o que pretendia; mas, para ela não voltar atrás, quis mandá-lhe por escrito o resumo das suas longas conversas. Mas na realidade, não durou muito a reconciliação. O Duque Ascânio acabou preso e acusado de alta traição, enquanto a sua mulher, em 1555, era praticamente refém do papa Paulo IV, hostil aos espanhóis. Mas conseguiu fugir disfarçada de homem. Depois da morte do papa, entrou triunfalmente em Roma, onde continuou a ajudar a Companhia, como antes o fizera.

Digo, pois, senhora, que o meio melhor segundo penso, entre todos os considerados por mim, é dispor-se V. Exa. com generosidade e confiança, no Senhor, a voltar para a casa do Sr. Ascânio e pôr-se sob seu inteiro poder, sem buscar outros pactos nenhuns, como a mulher costuma e deve estar sob o poder de seu marido. As razões que a isto me movem são estas<sup>2</sup>.

1ª Se a concórdia se deve realizar inteira e perfeitamente, não há outro caminho que ganhar o amor e o coração do Sr. Ascânio. Isto não se alcançará à custa de pactos e buscas de segurança, como se costuma entre inimigos, mas com mostras de amor, humildade e confiança para com ele, como marido. A esta finalidade se chega pelo meio acima dito.

2ª Este modo, mostraria em V. Exa. mais perfeição de humildade do que nenhum outro. Na verdade, se uma das partes não se dobra e humilha, não se pode obter a paz e as feridas do coração ficam abertas. Se um dos dois se há-de dobrar e humilhar, com quanto maior razão se assinala, na humildade, a mulher do que o marido, e quanto menos escusa tem ela diante de Deus e dos homens, se, por falta de humildade, deixa de haver a união devida entre mulher e marido.

3ª Este acto seria também prova de maior fortaleza e magnanimidade, dignas do vosso sangue e do vosso coração generoso. Com ele mostraria não temer nem sequer o perigo da morte receada por alguns. É nisto que se conhecem os corações generosos. Pelo contrário, muitas cautelas e seguranças são provas de pessoas pouco animosas.

4ª Este modo de vencer-se a si própria, será tanto mais heróico quanto mais difícil, e subjugar rancores, se os teve ou tem, contra o Sr. Ascânio. Por conseguinte seria mérito mais excelente diante de Deus nosso Senhor, se o executar por seu divino amor. Assim

---

<sup>2</sup> É um discernimento pelo Terceiro Tempo, isto é, por motivos racionais (EE. 177).

deveria V. Exa. preferi-lo como mais perfeito, embora ocorresse outro mais fácil.

5ª Seria obra de maior perfeição e, portanto, mais agradável e mais conforme aos conselhos de Cristo nosso Senhor, que é tão amante da paz entre quaisquer, mesmo estranhos, a ponto de dizer que se suspendam as oblações e sacrifícios, até que as pessoas se reconciliem entre si. Quanto mais quererá a paz entre os que Ele uniu em matrimónio, sobre cuja união diz no seu Evangelho: *Não separe o homem o que Deus uniu... serão dois numa só carne*, e para essa vida em comum, *deve deixar pai e mãe etc.* (Mt 19,5-6).

6ª Isto será mais conforme com as leis que sua divina Majestade deu ao santo matrimónio, como nos declara em tantos lugares da Escritura, afirmando que a cabeça da mulher é o homem e que as esposas sejam sujeitas a seus maridos, e apresentando o exemplo de Sara, que chamava o seu marido por seu Senhor (cf. 1 Cor 11,3; Ef 5,22-23; Pr 3,6).

7ª Este acto seria de mais confiança em Deus nosso Senhor, que se alegra por confiarmos na sua Providência para connosco. Isto não seria tentar a sua divina Majestade, como pensam pessoas prudentes e doutas e dizem ser esta confiança muito louvável e, de resto, sem ou quase sem nenhum perigo.

8ª Seria obra tanto mais agradável a Deus, quanto mais inteiramente por ela o demónio é despojado das armas com que se ofende a Divina Majestade. Estas são muitas, tanto da parte de V. Exa. como dos outros, nas circunstâncias actuais. Oxalá aprouvesse a Deus nosso Senhor que isto não fosse tão claro.

9ª Seria acção da maior caridade com o Sr. Ascânio, tendo intenção de ganhá-lo por este meio, como me persuado no Senhor, que o ganharia e o conduziria a estado mais seguro para a sua salvação. Viveria mais na graça de Deus, obrigando-o, com este acto tão virtuoso, a assinalar-se também S. Senhoria em todas as virtudes cristãs.

10<sup>a</sup> Seria igualmente grande caridade para com ele aliviá-lo V. Exa., não só dos cuidados domésticos, governando a sua casa, como ele o desejava, e daria à sua alma paz e contentamento em boa velhice, pois já tem 60 anos. Assim acabaria a vida em união e amor com a sua mulher e filhos.

11<sup>a</sup> Também este modo de reconciliar-se seria remédio mais rápido e eficaz para as senhoras suas filhas. Este acto roubaria o coração do Sr. Ascânio.

12<sup>a</sup> Ainda mais: o Sr. Marco António<sup>3</sup> reconciliar-se-ia inteiramente com o Sr. Ascânio, pois a sua concórdia com ele depende de V. Exa. Assim cessariam algumas das aflições que agora sofre.

13<sup>a</sup> V. Exa. se livraria a si mesma das paixões, muitos pecados e sofrimentos, bem como aos seus criados e aos do Sr. Ascânio, e ainda aos seus amigos e partidários de um e de outro lado, dando a todos grande ocasião de consolar-se no Senhor.

14<sup>a</sup> Com esta submissão, humildade e caridade, se daria um louvável exemplo de comportamento a todas as mulheres para o acordo com os seus maridos.

15<sup>a</sup> Com este acto de tanta virtude e nobreza de carácter, V. Exa. daria muita edificação e motivo de louvar a Deus nosso Senhor a toda a gente, tanto grandes como pequenos, aos quais se deu ocasião para falar e murmurar sobre esta divisão.

16<sup>a</sup> Se devemos ter em conta a reputação e honra de V. Exa., como é justo, tenho por certo que a conquistaria por este meio muito assinalado, porque a honra é prémio devido à virtude. Assim, quanto mais generoso e perfeito fosse este acto de reconciliação, tanto maior honra lhe dariam todas as pessoas de bem. E quanto mais pública se tornar no mundo esta acção, tanto mais se estenderá a fama da magnanimidade de V. Exa. com maior glória sua no céu e na terra.

---

<sup>3</sup> Marco António Colonna, filho do casal.

17<sup>a</sup> Também deveria mover muito o coração bom e nobre de V. Exa., pensar que com esse acto resgataria e fortaleceria a fama do Sr. Ascânio, a qual deve considerar como própria de V. Exa. e de todos os seus filhos.

18<sup>a</sup> Pois, se V. Exa. cuida da sua utilidade temporal, tenha certeza de ser este o modo que convém, porque ficaria o Sr. Ascânio como seu prisioneiro e escravo. Disso se seguiria, além de dotar as filhas, pagar as dívidas e suprir os gastos necessários de V. Exa., como senhora e governadora de tudo o que possui. Assim o entendi do Sr. Ascânio e estou certo que será de grande alívio para V. Exa. não precisar agravar mais, neste ponto, aos seus amigos.

19<sup>a</sup> Também com isto se aliviaria V. Exa. de alguns gastos, pois parte da gente, que precisa para a sua guarda em casa, poderá ser dispensada.

20<sup>a</sup> Quanto à segurança da pessoa de V. Exa., este é o melhor caminho de todos, quanto posso entender; porque com ele se dá inteiro remédio a esta chaga, presente na alma do Sr. Ascânio, se lhe ganha a sua vontade, e se lhe tira a ocasião de ofender a V. Exa. Assim se acaba todo o temor, pois ninguém teme a quem ama, e ele não pode deixar de amar, vendo que V. Exa. confia nele e o honra dessa maneira. Assim todas as forças dele seriam em defesa de V. Exa. e não contra.

21<sup>a</sup> Ainda que ele continuasse de má vontade (o que acho impossível agindo V. Exa. da maneira que disse), não é verosímil que ele a ofendesse, porque temeria, senão a Deus, pelo menos ao papa, ao imperador, ao seu filho e a toda a nação espanhola, pois veria que era deitar a perder a fama, estado, vida e quanto possui. Quanto menos se entregaria ele a essa aventura, se V. Exa. se humilhasse, como se disse, e lhe obedecesse no que convém.

22<sup>a</sup> Se olhamos ao contentamento e descanso de V. Exa., este é o caminho para alcançá-los: afastar o temor e a desconfiança, suspeitas



e sobressaltos, que sofreria necessariamente, se tivesse de guardar-se do seu marido, sem se entregar e pôr inteiramente nas suas mãos.

23<sup>a</sup> Também é este o meio para a tranquilidade de espírito de V. Exa., livrar-se de tantas ocasiões de dissabores, como agora suporta, para viver com comodidade temporal e espiritual em sua casa.

24<sup>a</sup> Igualmente, se pensarmos na facilidade desta concórdia, é mais certo e fácil o caminho que propus, que qualquer outro, sem tantos negócios, rodeios e intermediário<sup>4</sup>.

25<sup>a</sup> Se pensarmos na brevidade, por este caminho essa tarefa hoje mesmo estará terminada, ou logo que V. Exa. a quizer acabar; por outro, não sei quando se acabará.

26<sup>a</sup> Por fim, pense V. Exa. ser este o parecer dos mais afeiçoados ao seu serviço, em Cristo nosso Senhor, e ser justo, em causa própria, acreditar nos outros mais do que em si mesma (Pr: Ninguém é bom juiz em causa própria).

---

<sup>4</sup> Os três últimos parágrafos foram acrescentados em Roma e daí se enviaram todos a D. Joana, sem a cláusula final acostumada.

**AO PE. FRANCISCO XAVIER<sup>1</sup>**

Roma, 28 de Junho de 1553

(Ep. V, 148-151)

*Numa carta anterior, Inácio tinha comunicado a Xavier o desejo de o ver. Nesta, manda em virtude da santa obediência, que regresse à Europa, deixando qualquer tarefa que tenha entre mãos. As razões que lhe dá para tomar tão séria resolução, como diz na carta, são a conveniência de informar exactamente o rei de Portugal e a Santa Sé, para que possam tomar as medidas mais convenientes para a evangelização; dar um impulso ao envio de missionários, pois muitos com a sua presença se sentiriam animados a ir; poder seleccionar melhor as pessoas, conhecendo as qualidades que se requerem.*

*Inácio ignorava, quando escrevia esta carta, que há mais de meio ano, Dezembro de 1552, Xavier tinha falecido.*

A suma graça e amor eterno de Cristo N. Senhor esteja sempre em nossa ajuda e favor.

---

<sup>1</sup> Esta carta chama para perto de Inácio aquele a quem o Japão acaba de se abrir. Seria que o fundador queria preparar um sucessor para si? É possível, mas os motivos do pedido para vir não o esclarecem. Evocam simplesmente a necessidade de alargar o campo do apostolado, a importância de informações precisas para a Santa Sé, que poderá tomar decisões com conhecimento de causa, a maior facilidade de recrutar pessoalmente missionários, sobretudo na Província de Portugal; e por fim a influência salutar que provocaria junto do rei D. João III a presença de Xavier. Inácio previne a objecção que poderia apresentar à ordem que ele dá e apresenta a consideração de um bem universal cada vez mais amplo que este chamamento significa (Dumeige, *Lettres*, 309-310).

Caríssimo Irmão no Senhor nosso,

Recebemos as vossas cartas de 28 de Janeiro de 52, mais tarde do que seria natural, por causa da dificuldade do envio de Portugal para Roma. Por este motivo não recebestes resposta tão depressa como eu desejaria<sup>2</sup>. Soubemos que Deus N. Senhor abriu as portas ao anúncio do Evangelho e conversão dos pagãos no Japão e na China por vosso ministério<sup>3</sup>. Consolámo-nos muito em sua Divina Majestade e esperamos que o seu conhecimento e glória se estenda cada dia mais e se possa perpetuar e progredir o rebanho dessas gentes com o favor divino.

Pareceu-me também um acerto ter enviado à China Mestre Gaspar Berceo e outros<sup>4</sup>. E se vós mesmo fostes à China (aonde vos animais a ir), se não vos estorvam os assuntos da Índia, eu o considerarei bem feito, pois estou persuadido que é a Sabedoria divina que vos guia. Contudo, quanto aqui se pode pensar, julgo eu que será maior serviço de Deus para a vossa pessoa, se ficardes na Índia, enviando outros e orientando-os para que realizem o que vós realizaríeis, porque desta maneira fareis em muitas partes o que vossa pessoa faria numa.

Acrescento mais: olhando para o maior serviço de Deus Nosso Senhor e auxílio das almas nessas regiões, e ao quanto depende de Portugal o bem delas, determinei mandar-vos em virtude da santa obediência que, entre tantos caminhos, empreendais este de Portugal, na primeira oportunidade de boa viagem; isto vos mando em

---

<sup>2</sup> Esta carta vai encontrar Xavier já falecido desde o início de Dezembro de 1552. Só em Outubro de 1555 se veio a saber na Europa essa notícia.

<sup>3</sup> O anúncio do Evangelho no Japão, desde 15 de Agosto de 1549, já era uma realidade. Xavier detivera-se aqui mais de dois anos. O anúncio na China era só projecto. Às suas portas, na ilha de Sanchoão, a 10 km da costa, morria o Apóstolo na noite de 2 a 3 de Dezembro de 1552.

<sup>4</sup> Grande missionário de Ormuz e da Índia.

nome de Cristo Nosso Senhor, embora seja para voltar depressa à Índia.

Para que lá possais persuadir os que quereriam deter-vos para o bem das Índias, dir-vos-ei as razões que a isto me movem, olhando por outro lado ao bem delas<sup>5</sup>.

Em primeiro lugar, já sabeis quanto importa para a conservação e aumento da cristandade nessas partes, na Guiné e no Brasil, a boa ordem que o rei de Portugal, quando informado de quem conhece, por experiência, os assuntos dessas terras, tão bem como vós, podeis pensar que se moverá a realizar muitas propostas vossas para o serviço de Deus N. Senhor e auxílio dessas regiões.

Depois importa muito que a Sé Apostólica tenha informações certas e completas do estado das Índias, de pessoa fiável para ela. Pois deve tomar decisões sobre meios necessários ou muito importantes para o bem dessa cristandade nova e dos cristãos antigos que aí vivem. Também para isto vós sois mais indicado do que qualquer outro dos que aí se encontram, pelo conhecimento que tendes do país e do que se tem aqui da vossa pessoa.

Igualmente sabeis quanto importa, para o bem das Índias, estarem lá os homens idóneos, para o fim que se pretende nessas e noutras regiões. A vossa vinda a Portugal e a Roma será grandemente útil para esta finalidade. Porque não somente se moverão muitos mais a desejarem ir para aí, mas ainda, dos candidatos vereis os que são mais aptos para ir ou não ir, os que são mais para um país ou para outro. Julgareis vós mesmo quanto importa o acerto neste ponto. Não basta o que escreveis de lá para nos dar ideia exacta, se vós mesmo não tratais e conheceis os que se hão-de enviar<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Segue um modelo de discernimento pelo 3º tempo (*EE*. 177).

<sup>6</sup> Xavier teve de remeter para Portugal vários que não eram aptos para a Índia.

Independentemente dessas razões, todas para o bem das Índias, penso que inflamareis o rei para o problema da Etiópia. Há tantos anos que se está para executar e não se acaba de concluir. O mesmo sucede no caso do Congo e do Brasil; podereis de Portugal ajudar muito, o que não podeis conseguir na Índia, por falta de comunicação. Se aí parecer que é importante para o governo a vossa presença, podeis governar não menos de Portugal do que do Japão ou da China; antes muito melhor.

Numerosas e bem mais longas ausências tivestes de sofrer. Ajuntai esta, deixando aí os reitores que vos parecer e alguém encarregado do cargo geral de tudo, com os consultores que julgardes mais aptos. Deus N. Senhor estará com eles.

Sobre outros assuntos, remeto-me a Mestre Polanco. Encomendo-me muito de coração às vossas orações e rogo à divina e suma bondade queira dar a sua inteira graça para sentirmos e perfeitamente cumprirmos a sua santíssima vontade.

De Roma, 28 de Junho de 1553.

Vindo a Portugal, estareis à obediência do rei que disporá da vossa pessoa para glória de Deus N. Senhor. Todo vosso no Senhor nosso.

*INÁCIO*

**A TODA A COMPANHIA DE JESUS<sup>1</sup>**

Roma, 25 de Julho de 1553

(Ep. V, 220-22)

JESUS.

Inácio de Loyola, Prepósito Geral da Companhia de Jesus.

A meus queridos Irmãos em Cristo, tanto superiores como inferiores da Companhia de Jesus, saúde eterna no Senhor.

A condição da caridade, pela qual devemos amar o corpo da Igreja na sua cabeça, Cristo Jesus, exige que o remédio se aplique principalmente na parte onde o mal é mais grave e perigoso. Entendemos que, segundo o limite das nossas forças, a nossa Companhia deve intervir com particular amor para socorrer a Alemanha, Inglaterra e as regiões setentrionais, infectadas pela heresia<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A deplorável situação da Alemanha não podia deixar de comover Inácio, que para lá destinou os melhores dos seus filhos: Fabro, Jaio, Láñez, Bobadilha e logo a seguir também Canísio. Este último, não contente de trabalhar neste campo difícil onde gastará a sua vida, pedia determinadas orações, que imploravam a Deus a volta à fé de sua querida Alemanha. Inácio acedeu e, alargando ainda mais os desejos apostólicos que desejava presentes em seus filhos, acrescentou a Inglaterra, separada já da Igreja Católica. A oração pelos países invadidos pela heresia é uma forma de caridade apostólica e mantém sob o olhar da alma o escândalo de uma Igreja dividida e faz desejar o regresso à unidade. Desde o século XVI, os jesuítas do mundo inteiro oferecem cada mês uma missa pela volta dos irmãos separados (Dumeige, *Lettres*, 315).

<sup>2</sup> A ideia de um Colégio em Roma para a formação de sacerdotes alemães, pedida por Canísio, concretizou-se em 31 de Agosto de 1552 com a bula da fundação do Colégio Germânico. Em Maio de 1554, começaram a estudar no Colégio Romano alguns ingleses. Já se pensava também no Colégio Húngaro.

Por outros meios já cuidámos solícitamente disto, e desde há muitos anos, vários dos nossos tratámos de ajudar às necessidades dessas regiões em orações e aplicação de missas. Contudo, para que o ofício da caridade se dilate mais e seja mais duradouro, decretamos que todos os nossos Irmãos, tanto os súbditos imediatos como os prepósitos e reitores que governam a outros, todos, tanto estes como os que lhes estão confiados, uma vez ao mês ofereçam a Deus o sacrifício da missa, se são sacerdotes, e os que não possuem essa dignidade, orem também pelas necessidades espirituais da Alemanha e Inglaterra, a fim de que o Senhor se compadeça destes e outros países infectados de heresia e se digne reconduzi-los à pureza da fé e religião cristã.

E queremos que isto dure enquanto as necessidades das mencionadas regiões precisarem deste auxílio. E nenhuma província, nem as que se acham nas extremidades das Índias (onde a nossa Companhia estiver presente), desejamos que seja excluída de prestar este serviço de caridade.

De Roma, 25 de Julho de 1553.

**AO PADRE MANUEL DA NÓBREGA<sup>1</sup>**

Roma, 13 de Agosto de 1553

(MI Epp. V, 329-330)

A Paz de Cristo!

Caríssimo Padre em Jesus Cristo.

Até agora só se receberam informações muito incompletas dos sucessos daí. Em parte, porque se deixa aos que estão em cada região o cuidado de escrever e assim uns o fazem, mas a maior parte não; por outra parte, porque os que escrevem dão informações sobre algumas coisas e esquecem-se de outras que conviria se soubessem<sup>2</sup>.

Portanto, para remediar este inconveniente, nosso Padre Mestre Inácio ordena a V. Revma. e a quem tiver o cargo principal desse Colégio e de outros da Índia, como é o Provincial ou substituto do Provincial, tome o encargo de enviar as cartas de todos e os mande escrever alguns meses antes, para que não falhem<sup>3</sup>. Quanto

---

<sup>1</sup> Nóbrega era superior de cerca de 30 jesuítas, idos de Portugal, em três levas, nos anos de 1549, 1550 e 1553, como de outros entrados no Brasil. Neste mesmo ano de 1553, em 9 de Julho, foi nomeado Provincial. Encontrava-se então em S. Vicente, reorganizando o Colégio e a Residência fundados pelo Pe. Leonardo Nunes e projectando uma entrada para o Paraguai, que ficou no primeiro posto do sertão, onde se fundou um novo Colégio, de que nasceu a cidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Escreveram-se muitas cartas, mas para Portugal, de cuja Província dependiam os jesuítas do Brasil. Ainda não se seguiam os avisos de Santo Inácio dados aos Companheiros da Europa. Como nova Província, Inácio queria que a correspondência viesse para ele, Geral.

<sup>3</sup> Não se imaginava em Roma a dificuldade de se reunirem as cartas, dadas as distâncias das povoações e a falta de navios entre uns e outros lugares.



aos assuntos sobre os quais devem escrever, porei aqui os pontos seguintes.

Nas cartas que se podem mostrar a outros, informar-se-á em quantos lugares há residência da Companhia, quantas pessoas há em cada casa e em que se ocupam, tendo em vista a edificação. Do mesmo modo, como andam vestidos, qual é o seu comer e beber, em que camas dormem e o que gasta cada um deles. Igualmente, quanto à região onde moram, qual o clima e graus geográficos, quais os vizinhos, como andam vestidos, que comem, como são as suas casas e quantas, segundo conste, e que costumes têm. Quantos cristãos pode haver, quantos gentios ou mouros<sup>4</sup>.

Finalmente, como a outros se escrevem, por curiosidade, informações muito particulares, assim se escrevam ao nosso Padre, para que saiba melhor como se há-de providenciar, e igualmente satisfazer a muitos senhores principais e devotos que desejariam saber algo do mencionado. Se houvesse algum assunto que não desse aquela edificação, escreva-se de modo a entender-se bem, mas em cartas à parte.

Enfim, o nosso Padre, como não desejaria faltar em providenciar o que convém, assim também quereria ser informado do que importa saber<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> A todo esse pedido de pormenores satisfaz o Irmão Anchieta, encarregado pelo Pe. Nóbrega, em S. Vicente, de escrever a Santo Inácio, principalmente o Quadrimestre de Maio a Setembro de 1554. O mesmo fez da Baía, a 27 de Dezembro do mesmo ano, o Pe. Luís da Grã, antes de embarcar para o sul (cf. *Mon. Bras.*, II 101-118; 129-139).

<sup>5</sup> As cartas dos primeiros anos estão cheias de pormenores pitorescos que satisfaziam a curiosidade dos europeus quinhentistas. Inácio também as queria para amigos e benfeitores, mas a principal finalidade era para ele poder providenciar melhor como Superior às necessidades administrativas e espirituais dos súbditos, através de informações múltiplas e exactas.

Sobre outro assunto se escreve noutras cartas.  
Esteja Jesus Cristo em nossas almas!

De Roma, 13 de Agosto de 1553<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> O Pe. Serafim Leite (*Mon. Bras.*, I 520) faz notar ler-se, à margem no fim, que cópia desta carta foi mandada ao Pe. Gaspar Berzeo, grande missionário do Oriente e então Vice-Provincial da Índia; por isso se fala na carta de substituto do Provincial que fora S. Francisco Xavier, falecido no ano anterior, e de mouros habitantes próprios da Índia Oriental.

**AO PE. GASPAR BERCEO<sup>1</sup>**

Roma, 24 de Dezembro de 1553

(Ep. VI, 89-92)

A graça e a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo!

Por meio desta, responderei em particular a alguns pontos da (carta) de V.Revma., que pedem resposta mais particular. O nosso Padre em Cristo, Mestre Inácio, assim mo recomendou<sup>2</sup>.

O nosso Padre teve notícia da despedida (da Companhia) do Pe. António Gomes<sup>3</sup>, ordenada pelo Padre Mestre Francisco. Aqui não sabemos as causas. Poder ser que tenham sido trazidas pelo ir-

---

<sup>1</sup> O Pe. Gaspar Berceo (ou Barzeo, do latim «Barzeus») nasceu em Goes (Países Baixos), em 1515. Obteve o título de Mestre em Artes, pela Universidade de Lovaina. Foi soldado do Imperador Carlos V, eremita em Monserrate e servidor do tesoureiro real na corte de Lisboa, onde conheceu os jesuítas. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus de Coimbra, em 1546. Ordenado sacerdote, no final do mesmo ano, foi enviado para a Índia, em 1548. Lá foi nomeado Vice-Provincial e Reitor do Colégio de S. Paulo, em Goa.

<sup>2</sup> Esta carta, como tantas outras do epistolário inaciano, foi escrita pelo Pe. João de Polanco, secretário de Santo Inácio, desde 1547 até a morte do fundador da Companhia.

<sup>3</sup> O Pe. António Gomes, natural da Ilha da Madeira (1520), entrara na Companhia em Coimbra (1544). Renunciou à herança paterna a favor do Colégio de Coimbra. Mestre em Artes e doutor em Teologia, adquiriu fama de bom pregador. Ordenado sacerdote em 1546, foi enviado para a Índia, em 1548, juntamente com Mestre Gaspar Berceo. Chegou a Goa como reitor do Colégio, dando ordens e mudando todos os costumes locais. Na ausência de S. Francisco Xavier, Provincial da Índia, considerou-se vice-Provincial e negou-se a ceder o cargo de Reitor ao padre enviado da Europa para o substituir. Na viagem de regresso a Portugal, desapareceu num naufrágio.

mão que daí enviaram, mas este não chegou a Roma, nem tão pouco escreveu. Sabendo que (o Pe. Ant3nio Gomes) 3 bom pregador, e se de resto tivesse jeito para a Companhia, 3 parecer de N. P. que se lhe permita vir a Roma, se ele quiser, para dar raz3o de si. A mesma raz3o vale para os outros despedidos, cujos nomes n3o sabemos. Isso no caso de terem sido despedidos por algumas faltas, e n3o por serem inaptos para a Companhia.

Portanto, V. Revma. confira isso com os consultores, e se lhes parecer que alguns dos despedidos s3o corrig3veis e bons para a Companhia, embora n3o nessas regi3es, poder3 dizer-lhes isto, de poderem vir a Roma. Se n3o forem bons elementos para a Companhia, nem numa nem noutra parte, n3o h3 motivo para transmitir-lhes o que se disse. Nem se pense que esta licen3a de vir a Roma, seja reprovar o que Pe. Mestre Francisco (Xavier) fez. Pelo contr3rio, pensamos ter3 feito muito bem, mas permitimos a vinda a Roma, para que n3o falte este 3ltimo ref3gio aos que provavelmente o aproveitar3o e servir3o a Deus na Companhia.

O cargo confiado ao Pe. Nicolau Lancilotto<sup>4</sup>, tanto de C3lon como do Cabo de Comorin, est3 muito bem para ele. 3 de esperar que V. Revma. olhar3 por ele, para que n3o tenha carga maior da que possam suportar as suas for3as.

Do cargo de Mestre Paulo<sup>5</sup>, nada temos a dizer, sen3o que tamb3m parece ao N. P. ser adequado para ele.

---

<sup>4</sup> Nicolau Lancilotto, italiano, entrou na Companhia em Roma (1541). Enviado a Portugal, para completar os estudos (1542), passou a 3ndia, onde foi professor de gram3tica (latina), reitor do Col3gio de Goa e superior da miss3o, na aus3ncia de Francisco Xavier.

<sup>5</sup> «Mestre Paulo», sacerdote da diocese de Camerino (It3lia), agregou-se 3 Companhia de Jesus e foi para a 3ndia com S. Francisco Xavier e com o jovem portugu3s Francisco Mansilhas. Este foi despedido por Xavier. Paulo perseverou, trabalhando silenciosamente no Col3gio de Goa, at3 3 sua morte, acontecida em 1560.

As contas benditas e as indulgências para as casas e colégios da Companhia serão levadas, se Deus for servido, pelos que forem ao preste João<sup>6</sup>, que serão doze. Se este ano não partirem, temos por certo que partirão no próximo. V. Revma. terá recebido outra indulgência plenária que lhe foi enviada o ano passado. Agora, também lhe são enviados dois jubileus diferentes, concedidos por S. S. a toda a cristandade. Não é preciso que levem chumbo pendente nem selos «sob o anel do pescador», nem se devem exigir nas Índias mais cerimônias que nas outras nações da cristandade. V. Revma. poderá enviar, em tempos diversos, algumas coisas desta a outras regiões.

As regras e ordenanças desse colégio de Goa ainda não foram vistas pelo N. P. Quando forem enviadas as (regras) comuns da Companhia, tudo se tornará mais claro para V. Revma. E quando venham (essas regras e ordenanças), escrever-se-á o que lhe parecer ao N. P. Entretanto, direi somente que é muito tempo o que se dá à oração, sobretudo tratando-se de estudantes, aos quais as Constituições não permitem mais de uma hora de oração, além da Missa<sup>7</sup>. Nessa hora entram os exames de consciência e as horas de Nossa Senhora, em parte, embora se possam trocar por meditação ou oração mental, de acordo com o parecer do Superior. Se essa terra suporta pior as meditações que esta, haverá menos razão que aqui para alongar a oração.

---

<sup>6</sup> «Preste João» era o nome de um lendário rei cristão do Oriente, falsamente identificado com o «Negus» ou Imperador da Etiópia.

<sup>7</sup> Const. 342: «Além da confissão e da comunhão, que frequentarão cada oito dias, e da Missa que ouvirão diariamente, terão uma hora, durante a qual recitarão o ofício de Nossa Senhora e examinarão a consciência duas vezes por dia, com algumas outras orações segundo a devoção de cada um, até perfazer a hora marcada, no caso de esta se não ter ainda completado. Tudo isto farão seguindo a ordem e o parecer dos Superiores, aos quais se obrigam a obedecer como a quem está em lugar de Cristo N. S.».

Entre as acções e estudos, pode-se elevar a Deus a mente. E dirigindo todas as coisas para o divino serviço, tudo é oração. Disto devem estar muito persuadidos todos os da Companhia, a quem os exercícios de caridade, com frequência, tiram o tempo da oração. Mas não pensem que neles agradam menos a Deus do que na oração<sup>8</sup>.

O N. P. desejaria enviar os professores de Artes<sup>9</sup> e Teologia, que V. Revma. deseja para esse Colégio, bem como os que se pedem para o Japão, mas não é fácil encontrá-los. Contudo, quando o patriarca for<sup>10</sup>, pode ser que vão alguns dos que V. Revma. pede. Os que foram depois de escrita aquela carta, devem já ter ajudado, pois alguns deles eram homens de letras.

Agradou muito a N. P., tanto o colégio de 100 crianças, que estudam nele três ou quatro anos, como o dos 72 alunos de inteligência viva e boa condição. Estes poderão formar-se em Artes e Teologia e entrar na Companhia, se forem aptos para o seu instituto e Deus N. S. os chamar. Os outros podem ser cooperadores, ajudando na conversão dos infiéis, no ensinamento dos cristãos e nos outros meios espirituais que a Companhia emprega. Mesmo que fossem em número maior de 72, poder-se-ia conservar este nome, por devoção aos discípulos que Cristo N. S. designou (cf. Lc 10,1). Além destes, houve outros muitos discípulos e os há até ao dia de hoje.

---

<sup>8</sup> Cf. Const. 288: «Sejam frequentemente exortados a procurar em todas as coisas a Deus N. S., arrancando de si, quanto possível, o amor de todas as criaturas, para o pôr todo no Criador delas, amando-O em todas, e amando a todas n'Ele, conforme a sua santíssima e divina Vontade». Cf. também EE. 230-237: «Contemplação para alcançar amor».

<sup>9</sup> O curso de «Artes», na época, equivalia aos actuais estudos filosóficos.

<sup>10</sup> A pedido do rei de Portugal, Santo Inácio, em 1555, enviou de facto um «patriarca» (João Nunes) e vários missionários à Etiópia, inclusive dois bispos coadjutores.

Quanto ao canto das vésperas, parece bem ao N. P., mas não na Missa, para que não se tome como exemplo e se obrigue a Companhia a fazer o mesmo. As nossas Constituições permitem o (canto) das vésperas, para entreter o povo, enquanto chega a hora de pregar ou ensinar<sup>11</sup>.

Não pode deixar de ser aprovada a confraria instituída por V. Revma., para ajudar o próximo, e outros meios semelhantes, para aumentar a devoção e frequência dos sacramentos. Procurar-se-ão indulgências para elas.

Aqui vai uma carta colectiva do N. P. a todos os da Companhia, sobre a obediência. A respeito de outras coisas particulares que V. Revma. pede que se lhe escreva, poder-se-á dispensar a resposta, em boa parte com as Constituições, e no resto suprirá a unção do Espírito Santo, a quem apraza dirigir V. Revma. em todas as suas coisas.

V. Revma. cuide da sua saúde; não tome tantos trabalhos que não possa continuar neles por muito tempo<sup>12</sup>.

Encomendo-me muito especialmente nas suas orações. Rogarei a Deus N. S. dê a todos a graça de sentir e cumprir a sua santa vontade.

De Roma, 24 de Dezembro de 1553.

---

<sup>11</sup> Santo Inácio sentia grande consolação nas celebrações litúrgicas com cantos (*Autob.*, 20). No entanto, para defender a mobilidade apostólica da Companhia, prescreveu que os jesuítas não recitassem as horas canónicas em coro nem fizessem Missas cantadas (Const. 586). As Constituições permitem a recitação das vésperas, «sem canto de órgão nem canto chão, mas num tom devoto, suave e simples», para entretenimento e devoção do povo (Const. 587).

<sup>12</sup> Preocupado com a saúde do zeloso Pe. Berceo, Santo Inácio escrever-lhe-á outra carta, dois meses depois desta, ordenando-lhe que se submeta a outra pessoa, no que diz respeito à sua saúde. Infelizmente, as duas cartas chegaram tarde; Mestre Gaspar Berceo tinha falecido no dia 8 de Outubro de 1553.

**AO INFANTE D. LUÍS DE PORTUGAL**

Roma, 24 de Dezembro de 1553

(Ep. VI, 85-86)

*O infante D. Luís, irmão do rei de Portugal, tinha-se sempre distinguido pelo seu amor e benevolência para com os jesuítas. Santo Inácio, nesta carta agradece os favores que dispensa à Companhia.*

IHS. Meu senhor no Senhor nosso.

A suma graça e amor eterno de Cristo, nosso Senhor, saúde e visite a V. A. com os santíssimos dons e graças espirituais.

Desejo responder à carta de V. M., de 27 de Setembro, não tanto por palavras, mas por gratidão, sabendo e dando infinitas graças a Deus N. S., por todas as mercês que faz a esta mínima Companhia, por dar a V. A. tanta consideração para a favorecer e ajudar no seu divino serviço.

E ainda que o valor das obras mostra bem a eficácia que V. M. tem de fazer-nos mercês, contudo adivinha-se que fica ainda muito mais no tesouro do seu coração do que quaisquer efeitos podem mostrar. E assim Vossa Alteza nos pede com insistência que vejamos em que nos pode conceder mercê, e a maneira como o poderíamos fazer.

Isto faz-nos recordar a infinita e suma bondade de Deus nosso Senhor, que imprimiu no íntimo de V. A. o vestígio dessa bondade, de quem é próprio desejar mais fazer-nos favores que nós em recebê-los, e mover-nos a desejar e esperar da sua divina liberalidade para cumprir e até superar os nossos desejos e esperanças. Que Ele



seja bendito e louvado em todas as suas criaturas e tudo com que as favoreceu. Amen.

Sinto grande contentamento e pela carta de Vossa Alteza vejo que também o sente pela ida aí do P. Francisco de Borja e do Mestre Nadal.

Sobre outras coisas poderá V. A. saber e a eles me remeto, encomendando-lhe toda a Companhia, não tanto nossa como de V. A.

Que Deus nosso Senhor nos conceda a todos a sua infinita graça, para sentir sempre a sua divina graça e inteiramente a cumprir.

De Roma, 24 de Dezembro de 1553.

**A D. JOÃO III, REI DE PORTUGAL**

Roma, 6 de Abril de 1554

(Ep. VI, 570-571)

*No dia 2 de Janeiro de 1554, morria o príncipe D. João, único filho que sobrevivia ao rei de Portugal, dos nove que tinha tido. Poucos dias depois, no dia 20 de Janeiro, nascia o filho do defunto infante, o príncipe D. Sebastião. Por ocasião destes acontecimentos, escreve Santo Inácio, consolando pela perda e alegrando-se pelo nascimento.*

Meu Senhor no Senhor nosso.

A suma graça e amor eterno de Cristo, nosso Senhor, saúde e visite a V. A. com os seus santíssimos dons e graças espirituais.

O grande sentimento que todos experimentamos por esta perda, não pelo facto de que Deus N. S. tenha levado para si (que é muito maior o reino eterno que o temporal), mas pela nossa [perda], a quem a sua sabedoria infinita quis privar de um tal príncipe e senhor, nos faz entender claramente o que terá sentido o coração de V. A., que para nós representa outro novo e não pequeno sentimento.

Considerando o grande e real ânimo e singulares dons, de que Deus N. S. dotou V. A., parece que quis prová-los nesta tão dolorosa visita, e dar ao mundo um salutar exemplo de fortaleza e de conformidade com a sua divina vontade, em V. A., como a fama que já aqui chegou o mostra, com grande admiração dos que ouvem falar nela, e ocasião para louvar profundamente àquele que é fonte perpétua e indefectível de todo o bem, e mostra por tão claros efeitos o muito que ama e confia na virtude de V. A., dando-lhe tão grandes ocasiões de exercitar-se para sua glória.

Por outro lado, a sua suavíssima providência quis dar-lhe este presente, e consolar a todos com o nascimento do novo príncipe, mostrando-se com isso (como de facto é), pai de misericórdia e Deus de toda a consolação. Que Ele seja sempre bendito, e se digne conservar este seu dom para seu serviço e bem universal.

E para isso nós lho pediremos constantemente nas nossas orações e sacrifícios. Isto e a solicitude da alma daquele que Deus tem na sua glória, mesmo sem o escrever, entenderá V. A. que será aquele que pede a obrigação que tem esta mínima Companhia, que é toda de Vossa Alteza.

Praza à sua divina e suma bondade conceder-nos a todos a sua graça, para que sempre sintamos a sua divina vontade, e a cumpramos inteiramente.

De Roma, 6 de Abril de 1554

**A MONS. FERNANDO VASCONCELOS,  
ARCEBISPO DE LISBOA**

Roma, 26 de Julho de 1554

(Ep. VII, 327-328)

*Recorda Santo Inácio ao arcebispo de Lisboa, como está recomendado a todos os jesuítas que reconheçam ao bispo como pai e senhor. Por isso, não contente com que os padres de Lisboa cumpram com o seu dever, deseja o Santo oferecer pessoalmente ao Sr. Arcebispo a ajuda da Companhia, para tudo o que achar bem servir-se dela.*

Rmo. meu senhor, no Senhor nosso.

A suma graça etc.

Sendo não somente conforme ao nosso instituto, mas muito especialmente recomendado nas nossas Constituições<sup>1</sup>, que em qualquer parte que os da nossa mínima Companhia residam, recorram ao prelado, e o reconheçam como pai e senhor, e se ofereçam para o servir, segundo as nossas poucas forças e profissão, no cuidado das almas que estão a seu cargo, pareceu-me conveniente, não só recomendar aos nossos que têm casa e colégio nessa cidade, cumpram o seu dever nesta matéria, mas fazê-lo também eu a toda a nossa Companhia.

Por isso peço a V. Sria. Rma. que nos aceite a todos e tenha por seus filhos e servos no Senhor nosso e tenha a certeza de ter sempre, em todos os da nossa Companhia que se encontrarem no seu arce-

---

<sup>1</sup> Const. N.º 824.

bispado, outros tantos ministros fiéis e obedientes, para suportarem, de acordo com a sua profissão, a pequena parte que puderem do peso que Deus N. S. pôs sobre os seus ombros.

E constituirá para mim grande consolação, tanto pela qualidade do cargo, como pelo muito valor de V. Sria. Rma. que a todos nos tenha como coisa sua, e tome especial protecção dos de Lisboa e lhes comunique as graças que V. Sria. parecer que eles devem usar para ajudar às almas que estão a seu cargo.

E nada mais tenho a comunicar, a não ser pedir humildemente a bênção e orações de V. Rma., e pedir a Deus N. S. que queira dar a todos a sua abundante graça para que sempre sintamos e cumpramos a sua santíssima vontade.

De Roma, 26 de Julho de 1554.

**AO PE. PEDRO CANÍSIO<sup>1</sup>**

Roma, 13 de Agosto de 1554<sup>2</sup>  
(Ep. VII, 398-404 – Original italiano)

Pax Christi.

Revdo. Padre muito amado em Jesus Cristo,

Entendemos o que V. Revma. com pia solitudine pedia nas suas cartas de 7 e 17 de Julho, isto é, que escrevêsemos aquilo que achásse-

---

<sup>1</sup> São Pedro Canísio, doutor em Filosofia e bacharel em Teologia, tinha feito os Exercícios Espirituais com Pedro Fabro, em Colónia, na Alemanha, em 1543. Editou as obras de S. Cirilo de Alexandria (1546) e de São Leão Magno (1547). Participou do Concílio de Trento. Em 1548, recebeu mais profunda formação do próprio Santo Inácio. Feita a profissão solene, na Basílica Vaticana, recebeu a missão oficial da Alemanha. Canísio combateu com todas as suas forças o protestantismo, que estava no seu auge. Em cartas precedentes, pedia a Inácio uma instrução, de acordo com as dificuldades de que o informara, em relação à política do Rei e da índole do povo alemão. A pedido seu, rezava-se em toda a Companhia pela volta ao catolicismo dos países protestantes.

<sup>2</sup> Santo Inácio responde com esta instrução, valiosa certamente para aqueles tempos, mas pesada e difícil de compreender, no contexto ecuménico actual. A carta deve ser situada nas circunstâncias históricas e na mentalidade próprias da época, uma das mais difíceis para a Igreja de Cristo, dolorosamente dividida. Lembremos ainda que, em Agosto de 1554, Inácio sofria uma das piores crises de sua debilitada saúde. Polanco pedia insistentemente orações pela saúde do fundador. Sem dúvida, a carta recolhe, em boa parte, o pensamento dos homens de confiança de Inácio. Hoje, entre os direitos humanos fundamentais, o Concílio Vaticano II reconhece o direito à liberdade religiosa (Declaração *Dignitatis humanae*, 7.12.1965). Isto era impensável no tempo de Inácio, Lutero, Calvino, Henrique VIII da Inglaterra, etc. Se o pensamento de Inácio, nesta carta, está fortemente condicionado pelo ambiente da época, não podemos deixar de reconhecer, porém, o seu amor à Igreja una, santa, católica e apostólica.

mos poder ser mais proveitoso para conservar na fé católica as províncias da autoridade de S. R. M.<sup>3</sup>, para restaurar a religião onde se tiver acabado e sustentá-la onde ameaça ruína. Este assunto parece-nos dever tratar-se com grande diligência, pois se sabe que S. M. – príncipe verdadeiramente cristão – tem o ânimo bem disposto, não só para receber conselho, mas também para pô-lo em prática. De outro modo, se à diligente informação não acompanhasse a corajosa execução, os nossos esforços, longe de produzirem fruto, acabariam em zombaria.

Mas fica à prudência de V. Revma.<sup>4</sup> ver quais os meios aqui escritos se deverão propor à S. R. M., porque todos poderão ser muito úteis se forem apropriados aos lugares, tempos e pessoas. Mas pode acontecer seja necessário não falar dalguns deles, porque não seriam bem aceites pelas províncias ou homens com quem se deveriam tratar.

Por isso devo advertir que isto se escreve para o Reitor<sup>5</sup> e para V. Revma., com a finalidade de ambos escolherem o que julgarem conveniente e omitirem o restante.

Agora procurarei indicar brevemente aquilo que, no presente assunto, pensam alguns ponderados teólogos da nossa Companhia, pessoas de critério e doutrina, animados de um especial afecto de caridade para com a Alemanha<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Sua Real Majestade Fernando I, «Rei dos Romanos», governava a Áustria e outras partes ainda católicas, como a Hungria.

<sup>4</sup> Inácio confia em seus súbditos bem formados, como era o caso de Canísio, profundo conhecedor da Alemanha e dos alemães.

<sup>5</sup> Reitor da casa de Viena era o Pe. Nicolau de Lanoy, homem de grande valor em letras e piedade.

<sup>6</sup> Além de Canísio e Lanoy, os que mais se interessaram pela Alemanha católica foram os PP. Lafnez, Salmerón e Polanco. Este último, secretário de Inácio, participou, sem dúvida, na redacção desta instrução.

Do mesmo modo, pois, que nos males do corpo, primeiro se devem afastar as causas geradoras da enfermidade e depois aplicar os remédios aptos para recuperar as forças e a boa disposição anterior, assim nesta peste das almas que, pelas várias heresias, faz estragos nas províncias do Rei, primeiro deve-se procurar arrancar as causas dela e depois ver como se poderá restabelecer e robustecer nelas o vigor da doutrina sã e católica. Para ser breve, direi em poucas palavras as conclusões claras, pois os motivos de cada uma delas, qualquer um que tenha os olhos sãos, os verá facilmente.

Em primeiro lugar, se S. M. El Rei se confessasse não somente católico, como sempre o fez, mas abertamente contrário e inimigo das heresias, e declarasse guerra aberta, e não encoberta, a todos os erros heréticos, este parece que seria o maior e mais eficaz entre os remédios humanos.

Deste, seguir-se-ia o segundo de grandíssima importância: não tolerar, no seu real conselho, nenhum herege, para não parecer que tem em grande estima esta raça de homens. É forçoso crer que os seus conselhos, aberta ou dissimuladamente, tendem a fomentar e alimentar o vício herético, do qual estão imbuídos.

Seria também de grande proveito não permitir que alguém, contaminado de heresia, continue no governo, especialmente supremo, de nenhuma província ou lugar, nem em cargos de justiça ou dignidades.

Finalmente, oxalá ficasse reconhecido e bem patente a todos, que se alguém for descoberto ou cair em grave suspeita de heresia, não seja agraciado com honras e riquezas, mas espoliado dos seus bens. E se castigarem alguns, na vida ou nos bens, ou degredando-os, seria mais eficaz este remédio. Assim ficaria claro que o assunto da religião se tome a sério.

Todos os professores públicos da Universidade de Viena e das outras, ou que tenham cargo de governo, se tiverem má fama no que



se refere à religião católica, devem, a nosso entender, ser exonerados dos seus cargos. O mesmo proceder aprovamos para com os reitores e professores dos colégios particulares, para evitar que corrompam a juventude, precisamente aqueles que deveriam formá-la na piedade. Portanto, parece que os suspeitos não deveriam ser tolerados de nenhum modo, para não contaminar a juventude, muito menos os que são abertamente hereges, quando se vê não poderem ser facilmente corrigidos, parece-nos que deveriam ser expulsos sem hesitação. Todos os mestres primários públicos e domésticos deveriam saber e até experimentar que não haverá lugar para eles nos domínios do Rei, se não forem católicos e derem publicamente prova disso.

Seria conveniente que se fizesse uma diligente pesquisa e todos os livros heréticos que se encontrassem em poder de livreiros ou de particulares, fossem queimados ou levados para fora de todas as províncias do reino. O mesmo se diga dos livros de autores hereges, embora não sejam heréticos, como os que tratam de gramática, retórica ou dialética, os de Melanchton<sup>7</sup> etc., deveriam ser totalmente afastados como repulsa à heresia dos seus autores, porque nem nomeá-los é conveniente e, menos ainda, que os jovens lhes tomem gosto<sup>8</sup>, pois é por meio desses opúsculos que os hereges se vão insinuando entre eles. Podem-se encontrar outras obras mais eruditas e sem este grave perigo.

Seria também muito proveitoso proibir, sob graves penas a todos os editores, imprimirem alguns desses livros ou publicarem comen-

---

<sup>7</sup> Filipe Melanchton, grande humanista e teólogo alemão, seguidor de Lutero, autor de várias «Confissões» protestantes, tornou-se muito duro e altivo. Dele se disse que morreu com «raiva teológica».

<sup>8</sup> Const. 359, recomenda que os estudantes da Companhia não leiam nem mesmo uma obra boa «quando o autor for mau, para que não se venha a simpatizar com ele». Cf. Const. 465, que acrescenta: «É muito raro que não se misture algum veneno que sai dum coração cheio dele».

tários de alguns hereges que contenham exemplos ou frases com sabor de doutrina ímpia ou citarem o nome de algum autor herege. Oxalá também se proibisse a qualquer mercador, ou a outros, sob as mesmas penas, introduzir nos domínios do rei tais livros provenientes de outras partes<sup>9</sup>.

Não deveriam tolerar-se vigários ou confessores com fama de hereges. E os que de facto o forem deveriam ser imediatamente despojados de todas as rendas eclesiásticas. É preferível que o rebanho fique sem pastor, do que ter por pastor a um lobo. Os pastores católicos quanto à fé, mas perversos do povo pela sua grande ignorância e mau exemplo de pecados públicos, deveriam ser rigorosamente castigados e privados das rendas pelos seus bispos, ou pelo menos afastados da cura de almas, porque foi a má vida e ignorância deles que introduziram na Alemanha a peste das heresias.

Os pregadores de heresias, e finalmente, quantos forem encontrados contaminando a outros com esta peste, deveriam ser castigados com graves penas. Seria bom que se publicasse por toda a parte o seguinte: os que dentro de um mês, desde o dia da publicação, se arrependerem, alcançarão benigno perdão em ambos os foros; e, passado esse tempo, os que forem apanhados em heresia, serão infames e inábeis para todas as honras. E, até, se for possível, talvez fosse prudente castigá-los com o desterro ou a prisão e até, alguma vez, com a morte. Mas do último suplício e do estabelecimento da

---

<sup>9</sup> Com a invenção da tipografia na Alemanha e com a quantidade das obras impressas, surgiram por toda a parte livreiros e editores, comércio e importação de livros. Hoje, quando a liberdade de imprensa figura entre os direitos humanos fundamentais, não podemos compreender tão severa censura, como a que sugere Santo Inácio. Mas também é difícil avaliar, actualmente, a decadência do clero da época, que o santo conhecia muito bem, as doutrinas falsas que corriam e daí as confusões de ideias sobre religião.

inquisição<sup>10</sup> não falo, porque parece ser mais do que pode tolerar a presente situação da Alemanha.

Seria conveniente que, quem chamasse aos hereges de evangélicos, pagasse multa, para o demónio não se alegrar de que os inimigos do Evangelho e da cruz de Cristo usurpem um nome contrário às suas obras. Aos hereges se há-de chamar pelo seu nome, para que produza horror até nomear os que o são e não se cubra o veneno mortal com o véu de um nome salutar<sup>11</sup>.

Os sínodos dos bispos e a declaração dos dogmas, especialmente os definidos em concílios, talvez contribuam para que os clérigos mais simples e enganados por outros, fiquem informados da verdade e voltem atrás. Será proveitosa também para o povo a energia e veemência dos bons pregadores, párocos e confessores em detestar abertamente e mostrar ao povo os erros dos hereges. Sobre outros pontos que podem tolerar-se, contanto que os povos creiam o necessário para salvar-se e professem a fé católica, conviria, talvez, fechar os olhos.

Até aqui temos tratado dos meios que visam arrancar os erros. Falemos agora dos que ajudam a implantar a sólida doutrina e a verdade católica<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Inácio não será nunca partidário da Inquisição, da qual fora vítima, em Alcalá e Salamanca.

<sup>11</sup> «Evangélicos» chamam-se até hoje todos os membros das diversas denominações protestantes. Costuma-se distinguir, porém, entre Igrejas protestantes (tradicionais) e «seitas» (movimentos religiosos autónomos). O tom fortemente polémico desta carta contrasta com a discrição do Inácio dos Exercícios Espirituais. Nestes não faz a menor alusão aos protestantes, nem mesmo nas «Regras para sentir com a Igreja» (EE. 352-370).

<sup>12</sup> Esta segunda parte visa o objectivo fundamental do Concílio de Trento: a verdadeira reforma da Igreja. Na chamada «Contra-Reforma» ou «Reforma católica» tiveram grande influxo os jesuítas, como pregadores e professores da doutrina católica, directores de Exercícios Espirituais, confessores de reis e povos,

O que primeiro levaria a isso seria que o rei não tivesse no seu conselho senão varões católicos, que só a estes favorecesse e honrasse em todas as partes, os agraciasse com dignidades civis e eclesiásticas e também com rendas. Do mesmo modo, para nomear governadores, juízes e quantos deverão mandar e ter autoridade sobre outros, sejam católicos e jurem que sempre o serão.

Os domínios do rei deveriam ser providos de bons bispos, trazidos de onde quer que seja, que edifiquem as suas ovelhas com a palavra e com o exemplo. Seria também conveniente procurar conseguir o maior número possível de pregadores religiosos e clérigos seculares, assim como confessores. Todos eles, com zelo da honra de Deus e da salvação das almas, proponham fervorosa e assiduamente ao povo a doutrina cristã e confirmem-na com o exemplo da sua vida. A estes deveriam conferir-se as dignidades e prebendas das igrejas. Poderiam, nos dias festivos, andar pelas vilas e aldeias a ensinar ao povo a doutrina que conduz à salvação das almas e, depois, voltar às suas igrejas. E se ensinarem o evangelho de graça, edificaria mais<sup>13</sup>.

Aos párocos ignorantes ou suspeitos de má doutrina, se não é possível tirar-lhes facilmente os benefícios, seria bom obrigá-los a que mantenham, à sua custa, outros bons e competentes, os quais, no lugar deles, apascentem o povo, administrando os sacramentos e anunciando a palavra de Deus etc., de cujo ministério aqueles deveriam abster-se absolutamente.

---

missionários de novas terras na Ásia e na América, compensando a perda parcial da Europa, etc.

<sup>13</sup> A Fórmula do Instituto da Companhia de Jesus, de 1550, afirma que todos os ministérios da Companhia devem ser «absolutamente de graça» (n. 1). As Constituições lembram o princípio evangélico, dar de graça o que de graça se recebeu (Const. 565; cf. Mt 10, 8). A Congregação Geral XXXI (1965-1966) adaptou, porém, a prática da pobreza na Companhia à situação e mentalidade actual.

De agora em diante não deveria dar-se benefício paroquial a ninguém que não fosse previamente examinado e mostrasse que é católico, de bons costumes e suficientemente inteligente. E as rendas deveriam ser tantas que os homens desta qualidade não recusassem aceitar tal cargo.

Aos reitores e professores públicos das universidades e academias, assim como aos reitores dos colégios particulares e também aos mestres primários, públicos e até domésticos, parece se deveria exigir que, antes de serem admitidos nos seus cargos, precedesse um exame ou informação secreta, e nela se mostrasse serem todos católicos e recomendados pelo testemunho de católicos. Deveriam jurar que são e serão sempre católicos. E descobrindo-se que eles são hereges e até perjuros, deveriam ser severamente castigados.

Seria bom confiar a algumas pessoas o encargo de examinar os livros trazidos pelos mercadores e os que se imprimissem nos domínios do rei, e que não se possam vender senão os previamente aprovados por esses censores.

Seria proveitoso também que os mestres propusessem a toda a juventude um ou dois catecismos ou doutrinas cristãs, que contenham o resumo da verdade católica, que andem nas mãos dos adolescentes e dos ignorantes. Também ajudaria um livro escrito para párocos e pastores menos instruídos, mas de boa intenção, onde aprendam o que deve ser abraçado e rejeitem o que merece ser rejeitado. Também seria proveitoso uma suma teologia escolástica autêntica, de modo que não a olhem com menosprezo os eruditos deste tempo, ou os que se julgam eruditos<sup>14</sup>.

Mas, como nos domínios de S. M. é extrema a falta de párocos, confessores, pregadores e mestres que sejam ao mesmo tempo cató-

---

<sup>14</sup> Seguindo as normas do Concílio de Trento, para a sua aplicação será publicado o Catecismo Romano, especialmente para os párocos. O próprio S. Pedro Canísio foi autor de três Catecismos, muito apreciados.

licos, instruídos e de bons costumes, parece, por um lado, deveria S. M. R. procurar, com toda a diligência, trazê-los de outras partes, até prometendo grandes prémios. Por outro lado, deveria erigir muitos seminários destes homens ou, se forem poucos, sejam muito grandes, para o bem dos seus domínios. Na minha opinião poder-se-iam fazer quatro seminários.

O primeiro, dos religiosos que costumam desempenhar cargos semelhantes. Para isso seria de grande proveito S. M. R. cuidasse de que, nos mosteiros ou colégios, aumente o número de alemães, tanto da Companhia de Jesus como de outros, tanto em Viena como noutras universidades suas. Assim, dedicando-se às letras mediante a real liberalidade, poderão depois sair excelentes pregadores, professores e confessores<sup>15</sup>.

O segundo, é o Colégio Germânico de Roma, para onde poderia enviar muitos jovens inteligentes, pagando-lhes as despesas. Todos eles seriam devolvidos às suas terras quando estivessem bem formados em boas letras e costumes. Isto, se não lhe parecer melhor fundar em Roma outro colégio semelhante, para os das suas províncias de Áustria, Hungria, Boémia e Transilvânia<sup>16</sup>.

O terceiro, é de novos colégios parecidos ao Germânico de Roma, que poderia fundar nas suas universidades, sob o ensino de homens doutos e piedosos. Estes colegiais, depois de terem aprendido, tomariam cura de almas ou se tornariam mestres de escola ou pregadores.

Estes três seminários poderiam sustentar-se em parte com as rendas dos mosteiros abandonados, e em parte com as de paróquias de-

---

<sup>15</sup> Numerosos Colégios e Universidades surgiram por toda a parte, e Canísio foi um dos seus grandes promotores.

<sup>16</sup> Antes do Colégio Germânico, émulo do Colégio Romano, fundou-se mais tarde, nos mesmos moldes, o colégio Húngaro, todos regidos por jesuítas, formadores do melhor clero alemão, austríaco e húngaro.

samparadas dos seus pastores, e ainda com algum pequeno imposto recolhido das vilas. Assim para o seu bem espiritual, se custeariam, com recursos públicos, os estudos de um, dois, três ou mais jovens de bons costumes e inteligência, escolhidos pelas mesmas vilas. Uma parte dos recursos poderiam tomar-se de pensões requeridas aos bispos e a outros benefícios maiores ou de onde parecer à S. M. R.

O quarto seminário, seria de colégios onde estudariam jovens nobres e ricos à sua custa, que fossem depois aptos para dignidades seculares e eclesiásticas, inclusive as mais elevadas<sup>17</sup>.

Mas nesta e nas outras classes de seminários é totalmente indispensável que haja reitores e mestres que possam ensinar piedade, juntamente com doutrina sã e católica àqueles para os quais são fundados.

Endereço: Viena. Ao Pe. Canísio.

---

<sup>17</sup> Assim era o internato de Viena, fechado pouco depois de fundado, por dificuldades políticas. Nele estudou, durante um ano, Santo Estanislau Kostka.

**AO PE. JOÃO NUNES BARRETO<sup>1</sup>**

Roma, 17 de Fevereiro de 1555

(Ep. VIII, 432-436)

IHS. A suma graça e amor eterno de Cristo N. Senhor esteja sempre em nossa ajuda e favor!

Caríssimo Irmão em N. Senhor,

Recebi as vossas cartas de 12 de Setembro, 29 de Outubro e 2 de Novembro. Por meio desta darei resposta ao que nelas pede. Mas primeiro agradeço a Deus N. Senhor a saúde verdadeira que Ele quis restituir-vos<sup>2</sup>. Praza-lhe dar-vos graça de empregá-la no seu inteiro serviço e aumento da sua glória nessas nações<sup>3</sup>. Espero que o fará com edificação e ajuda espiritual de muitas almas, pois para este efeito quis [Deus] alongar a vossa peregrinação na terra. Seja bendito e louvado seu santo nome!

Quanto ao cargo de Patriarca, para o qual o rei vos elegeu, o nosso Santo Padre Vigário de Cristo Nosso Senhor<sup>4</sup> confirmou-o, em

---

<sup>1</sup> João Nunes Barreto, nobre português, formado em Cânones por Salamanca, administrador da abadia perto de Vila Verde, entrou na Companhia em 1544. Trabalhou em Ceuta e Tetuão, na África do Norte, em prol dos cativos. Contra a sua vontade de homem verdadeiramente humilde, foi eleito Patriarca de Goa, em favor da missão na Etiópia. Foi o primeiro jesuíta consagrado bispo.

<sup>2</sup> Adoeceu e esteve à morte, mas recuperou e tomou com ardor o cargo que lhe impunham.

<sup>3</sup> Trata-se da Etiópia, em que o Imperador, atacado pelos muçulmanos, pedira auxílio a D. João III, com promessa de unir-se a Roma, pois eram ortodoxos.

<sup>4</sup> O rei era D. João III que, depois de longamente indiferente, se entusiasmou por essa empresa. O Papa era Júlio III, que faleceria pouco depois.



comum consenso e aprovação de todo a colégio cardinalício, como já noutra ocasião vos escrevi. Sinto que não podeis deixar de o aceitar, vós e os vossos bispos coadjutores<sup>5</sup>.

À vossa humildade e à deles e ao amor da simplicidade, tão conformes com a profissão que abraçastes, parece pesado, e de facto é, tomar qualquer dignidade<sup>6</sup>. Mas estas, pelos trabalhos e perigos que as acompanham, são muito diferentes das que costumam dar matéria a ambição e cobiça. E sendo necessárias para poder atender ao bem tão universal dessas nações, e aptas para redundar em tão serviço divino, não se devem recusar, confiando na bondade d'Aquele por cujo puro e único amor se toma tal peso e que vos ajudará a levá-lo.

O perigo que assumis pelo seu serviço transformar-se-á em coroa de muito singular e eterna recompensa. Quanto a mim, colocais-me em grande obrigação, com a prontidão que mostrais em seguir o meu parecer, mesmo em assunto tão grave e tão repugnante à vossa inclinação.

Por isso nas minhas orações e de toda a Companhia vos prometo uma lembrança muito particular na divina submissão, como é natural se tenha da vossa pessoa e companheiros em empresa tão importante.

O vosso desejo de Deus N. S. vos transformar num outro homem, espero que a sua clemência o há-de cumprir com muita abundância de dons, mudando o bom em melhor e o perfeito em mais perfeito, suprimindo com isso tudo as faltas da fragilidade humana.

---

<sup>5</sup> Bispos coadjutores eram os PP. André de Oviedo e Melchior Carneiro. O segundo, indicado por Santo Inácio para segundo bispo coadjutor de Nunes e impedido de entrar na Etiópia, foi nomeado para o Extremo Oriente.

<sup>6</sup> A Companhia faz voto de não aceitar dignidades (cf. Const. 817-818). Fez-se excepção para a missão da Etiópia, em que a dignidade era mais peso do que honra. Outras excepções só o Papa as pode fazer.

A dispensa da obrigação de ensinar por 40 dias a doutrina cristã<sup>7</sup> se vos dá com muita razão; aliás nem haveria tempo, desde a chegada desta carta até à vossa partida. No lugar desta obrigação fiquem as outras anexas ao ofício que tomareis.

A dispensa para ter rendas do Patriarcado e gastá-las em obras pias e nos vossos gastos convenientes, não é necessária, porque é consequência natural do cargo que assumireis. Mas porque vejo o vosso espírito religioso e amante da pobreza, para vossa consolação, quanto de mim depende, dispenso e parece-me bem que assim se proceda<sup>8</sup>.

Acerca do número de acompanhantes que pedis, doze sacerdotes, sem contar a vossa pessoa, parece-me muito bem. Além dos oito que terão ido daqui e de Castela, será preciso que se tomem de Portugal outros quatro sacerdotes não religiosos, como ao Rei aprouver. Daqui não se pode determinar quem sejam eles, mas parece-me bem reunir-vos aí com o Provincial e o seu conselho ordinário, e com outros que julgueis bem. Assim aconselhareis os sacerdotes e os demais.

Embora eu deseje toda a vossa consolação e ajuda, há obrigação de ter em conta que o reino e os lugares que dependem dos membros da Companhia não fiquem desprovidos. Alguns lhe são necessários e não tanto outros que seriam aptos para a Etiópia. Isso se considerará melhor aí. Assim, remeto-me ao que vós juntos decidirdes. Se não

---

<sup>7</sup> Os jesuítas, ao receberem cargos de governo, devem ensinar a doutrina cristã por 40 dias (cf. Const. 437). Está especialmente na fórmula dos professores como promessa (cf. Const. 528).

<sup>8</sup> As casas de jesuítas já formados não podem possuir rendas fixas, nem sequer as igrejas (cf. Const. 555); (Diário Espiritual 1-10 e Apêndice III). A Congregação Geral XXXII distinguiu entre comunidade religiosa e instituição apostólica. Esta, como por exemplo os Colégios, pode ter todo o género de posse (cf. Decr. 12 nn. 267-268), com aprovação papal.

fordes em tudo de um parecer com os que tratarem dos membros da Companhia, apresentem-se ao Rei as razões de uma e outra parte, e cumpra-se o que mandar Sua Alteza<sup>9</sup>.

Sobre a ideia de ter alguém a quem presteis obediência em segredo, por comissão minha, embora muito me edifique a vossa devoção em obedecer e o vosso espírito tão unido à Companhia, não me parece que tenhais mais ninguém que Deus N. S. e o seu Vigário na terra. Se me tocasse nomear superior entre os que vão para aí, não tenho outro de quem mais me deva fiar do que vós e os vossos Bispos Coadjuutores.

Assim, de todos os que para aí forem, sujeitos à obediência da Companhia, vós tereis o cargo não só como Patriarca, mas também como Superior, fazendo as minhas vezes para com eles e quantos outros lá entrarem na nossa Companhia. O mesmo penso a respeito daqueles que estão nomeados como vossos sucessores quando, Deus N. S. dispondo da vossa vida, vos sucederem.

Por agora não me parece convir nomear um Comissário sobre o Patriarca, nem tão pouco Visitador com Breve apostólico<sup>10</sup>. Mas mandar por obediência que aceitásseis este peso, se ordena por oráculo de *viva voz*<sup>11</sup>, que poderia fazer fé em juízo, e terá o mesmo valor de Breve Apostólico para todos vós. As faculdades, que se procurou fossem muito amplas, como vereis nestas que vão, podeis ainda aumentá-las, avisando-nos o que falta e aqui se procurará alcançar.

---

<sup>9</sup> Confiança de Santo Inácio em D. João III, homem de muito pensar, em assuntos e soluções adequadas, e muito amigo e protector da Companhia.

<sup>10</sup> Comissário é um enviado do Pe. Geral com poder sobre determinado assunto. Visitador apostólico é um enviado papal com poderes importantes, como visitas de seminários, reformas de conventos, Congregações religiosas, etc..

<sup>11</sup> Declaração só por palavra, mas com valor, sem precisão de documento escrito.

Não se escreve Breve particular ao Preste João<sup>12</sup>, porque as Bulas vão endereçadas a ele, embora se tenha pedido também isso, como se escreve nos documentos anexos. Alguma Instrução vos é enviada do que podemos julgar por certas informações havidas sobre o Preste e aqueles reinos<sup>13</sup>. Usareis dela quanto vos parecer, sem ceder a escrúpulos de não segui-la, quando outro proceder se vos apresentar como melhor<sup>14</sup>.

Entre os que ireis para aí, é bom que se determine o conselho dos quatro: serão os dois Bispos Coadjuutores e mais dois a nomear, e além dos quatro, mais um admonitor (ou com outro nome que vos parecer). Possa ele, com respeito e humildade conveniente, avisar-vos aí e informar o Provincial da Índia e aqui em Roma, se for preciso. Os que o deverão escolher parece devam ser os mesmos enviados, em votos de maior número<sup>15</sup>.

Para ajudar espiritualmente as terras vizinhas aos reinos do Preste João e outras semelhantes, já vedes ter-se alargado muito o vosso poder.

Praza a Jesus Cristo, Criador e Senhor nosso, que vos revista, lá do céu, com a força do Espírito Santo e com a sua santa bênção vos torne a todos operários fiéis e instrumentos eficazes da sua divina Providência, para a redução daqueles reinos ao seu verdadeiro co-

---

<sup>12</sup> Assim se chamava então o Imperador da Etiópia, que nesse tempo era Cláudio (Galawdêwos), sucessor de David (Lebda Dengel).

<sup>13</sup> Trata-se de informações dadas por Francisco Álvares, clérigo de Coimbra, que em 1520 chegou à corte do Imperador David como embaixador de Portugal. Recebeu dele cartas para o Papa e uma cruz de ouro em sinal de união. O clérigo voltou a Portugal e depois para Roma, onde faleceu cerca do ano de 1536. Escreveu o livro interessantíssimo, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João*.

<sup>14</sup> Documentos e Instrução de Inácio.

<sup>15</sup> Admonitor: todos os Superiores, desde o Geral até ao Superior local, têm na Companhia um conselheiro que os avisa, com modéstia e humildade, sobre qualquer falta que impeça a glória de Deus (cf. Const. 770).

nhecimento e culto. Isto se vos conceda a vós e a quantos ireis para aí, insistindo em ajudar as almas dos outros, de tal modo que sempre tenhais o cuidado conveniente de vós mesmos, a fim de vos conservar e vos aperfeiçoardes em toda a virtude, para glória de Deus N. S. Ele por sua infinita e suma bondade queira dar a todos graça abundante para sentirmos sua santíssima vontade e inteiramente a cumprirmos.

De Roma, 17 de Fevereiro de 1555.

**AO PE. MELCHOR CARNEIRO**

Roma, 26 de Fevereiro de 1555

(Ep. VIII, 489-490)

*A Santa Sé tinha nomeado os PP. Melchor Carneiro e André de Oviedo, patriarcas da Etiópia, no caso de o P. João Nunes Barreto morrer. Nesta carta pede ao primeiro que aceite o cargo e manifesta-lhe o amor que professa aos missionários da Etiópia e o muito que está unido a eles.*

A suma graça e amor eterno de Cristo N. S. esteja sempre em nossa ajuda e favor.

Ainda que sei que tomareis por vossas as cartas que escrevo aos Padres João Nunes e André de Oviedo, não quis deixar de escrever esta, porque não sei se vos poderei escrever outra nos próximos tempos, para vos pedir no Senhor nosso, que não ponhais nenhuma dificuldade em aceitar o peso que o Vigário de Cristo N. S. na terra vos põe sobre os ombros, porque além de se impedir o maior serviço divino, não se faria aquilo a que a obediência a esta Santa Sé apostólica obriga.

Mas não me alongarei nisto, porque nem as vossas cartas dão lugar a que tenhamos que não entenderéis, nem a vossa virtude a que não vos contentareis com aquilo a que sois obrigado. E em especial vendo aqueles que tanto vos amam no Senhor nosso, que isto concorre para o seu santo serviço, na vossa pessoa. E sei que o vosso único desejo é que em vós seja glorificado o seu santo nome, na ajuda de muitas almas.

E por isso só me resta encomendar-me encarecidamente às vossas orações, e pedir a Deus N. S. que vos dê a sua bênção e graça, a fim de que os vossos trabalhos sirvam para seu grande e universal serviço e da sua santa Igreja.

E como estou profundamente persuadido que da vossa parte te-reis, na medida do possível, total união connosco, assim da nossa po-deis estar certo que sempre (em qualquer estado que vos encontréis), vos teremos presente, sendo tanto maior a união interior, quanto mais longe venhais a estar da presença exterior.

Que Cristo N. S. nos conceda a todos a sua abundante graça, para que sintamos a sua santíssima vontade, e inteiramente a cum-pramos.

De Roma, 26 de Fevereiro de 1555.

Dai a todos os companheiros dessa missão da Etiópia os meus especiais cumprimentos, e de todos os que os conhecem de vista, e ainda àqueles que não conhecemos temos sempre presentes nas nossas almas com o mesmo amor, e a todos saudamos no Senhor nosso.

**AO PE. SIMÃO RODRIGUES**

Roma, 12 de Outubro de 1555

(Ep. IX, 707-708)

*Santo Inácio viu-se obrigado a retirar o P. Rodrigues de Portugal. Ao chegar este a Veneza, escreveu-lhe esta carta, cheia de affecto e carinho, em que louva a obediência que mostrou, manifesta-lhe a estima que lhe tem e deixa à sua escolha a cidade onde quer ficar.*

A suma graça e amor eterno, etc.

Recebi a vossa carta de 4 de Setembro, e ouvindo também de palavra do P. Mestre Nadal, o que mais convinha acerca da vossa pessoa. E como quem muito vos ama no Senhor nosso, consolame sobremaneira tudo aquilo que oiço sobre o vosso bem-estar. E quanto ao reconhecimento que mostrais na prontidão em obedecer, dou graças a Deus nosso Senhor, a quem praza dar-vos a indulgência plenária com remissão de culpa e pena que me pedis, porque da minha parte sempre esqueci e continuo a esquecer as coisas passadas, e especialmente em relação a quem tanto sempre amei para glória divina, que penso ser mais generoso do que aquilo que pedis.

A vossa morada, uma vez que gostais de estar nessa ermida, será nessa terra, ou em Pádua, ou em Veneza, como vos parecer melhor, e seja de maior consolação para vós. E escreve-se aos que têm o cargo desses colégios ou casas nossas, que tenham o cuidado que convém à vossa pessoa, e que não sintais as necessidades que aqui experimentamos, mas acreditamos que a divina e suma sapiência as encaminhará todas, segundo o que mais convém a todos, para seu serviço, e glorificar e conseguir com isso o nosso último e sumo bem.



Onde quer que vos encontreis, desejaria que nunca vos esquecêsseis de ajudar as almas, que tão caro custaram a Cristo N. S., de acordo com a nossa profissão, mais que não fosse em conversas e exortações particulares e, finalmente, naquilo que comodamente possais.

E nada mais tenho a dizer, senão pedir a Deus nosso Senhor que vos conserve na sua santa graça e a todos a conceda, para sempre sentir e cumprir a sua santíssima vontade.

De Roma, 12 de Outubro de 1555.

## AO PE. LUÍS GONÇALVES DA CÂMARA<sup>1</sup>

Roma, antes de 15 de Janeiro de 1556

(Ep. X, 504-505 – Escrita por Polanco)

Jesus.

Conselhos para o Pe. Luís Gonçalves.

Para a finalidade que se pretende, do serviço e glória divina, do bem comum e da particular ajuda da Companhia em Portugal, Índia e Brasil<sup>2</sup>, parece que V. Revma. dividiria frutuosa e diligentemente a sua consideração e diligência em quatro partes:

---

<sup>1</sup> Nobre jesuíta, natural de Lisboa, o Pe. Câmara foi o confidente a quem o santo ditou, como sabemos, a sua *Autobiografia*. A pedido do Provincial, Pe. Miguel de Torres, voltava então para Portugal, onde ainda não tinha chegado. O fundador depositava nele grande confiança pelas suas qualidades e pelo zelo que mostrava pelos costumes das Casas de Roma, algo diferente das Casas da Província portuguesa. Dotado de zelo fogueiro, teve muita parte nos conflitos com o Pe. Simão Rodrigues. Ia agora com muitas recomendações elogiosas, da parte de Santo Inácio, a personagens importantes da Espanha e Portugal e, além disso, com o cargo de adjunto do provincial. Este ofício de então descrevia-se assim: «Embora o adjunto não esteja sob a obediência do Superior..., entretanto servirá de exemplo aos que estão submetidos à obediência» (Const. VIII c. I. 3 D). Os conselhos encerrados nesta instrução, apresentam pontos úteis também para o nosso tempo.

<sup>2</sup> Chegaram a Portugal os PP. Simão Rodrigues e Francisco Xavier, quando ainda a Companhia de Jesus não recebera a confirmação apostólica pela Bula «Regimini Militantis Ecclesiae» de Paulo III (27 de Setembro de 1540). Xavier e Camerino aportaram à Índia em 1542. Para o Brasil, os jesuítas foram em 1549. Eram o Pe. Manuel da Nóbrega e cinco companheiros, seguidos em 1550 e 1553, por outras levas, chegando nesta última o Beato José de Anchieta, chamado Apóstolo do Brasil, como a Xavier, Apóstolo do Oriente.

### **A respeito da corte<sup>3</sup>**

1. Quanto ao rei e senhores<sup>4</sup>, dever-se-ia procurar, com orações e lembranças, tudo o que possa ajudar a pessoa real, tanto na compreensão e vontade eficaz de cumprir aquilo a que seu cargo o obriga, como na execução da tarefa, com os meios mais convenientes possíveis para o bom governo dos seus reinos.

2. Com o próprio rei, deve-se procurar que conserve o amor e bom conceito que tem da Companhia, da cabeça e corpo dela, especialmente dos membros que estão nos seus reinos.

3. Para os eleitos desta benevolência conviria mover S. A. a ajudar os nossos com recursos, onde é preciso. Com o favor da sua autoridade, dêem-se ordens para que decorra com mais facilidade o divino serviço confiado à Companhia nos seus reinos.

4. Se ocorrer apresentar a S. A. outros modos de ajudar no serviço divino, diferentes dos da Companhia, devem-se também aceitar, embora nos seja mais próprio o que se pode fazer pelo nosso ministério.

5. Com a rainha, infantes e outros senhores e pessoas de autoridade<sup>5</sup>, observar-se-á, na devida proporção, o que se disse a respeito do rei, procurando ajudar não só a eles mesmos, mas também ao bem comum e à Companhia por meio deles. Se alguém tiver entrada com eles, de cujo bem espiritual redunda tanto bem para muitos outros,

---

<sup>3</sup> Os jesuítas, desde a sua chegada, foram convidados a melhorar espiritualmente a corte portuguesa, conseguindo reformas de vida entre os fidalgos, como o atestam muitas cartas desse tempo.

<sup>4</sup> Trata-se de D. João III, príncipe e ministros, que se tornaram grandes protectores dos jesuítas e suas missões.

<sup>5</sup> A rainha era D. Catarina, irmã de Carlos V e mulher de D. João III, que detinha muita autoridade, pela doença do rei. Infantes ou príncipes eram os seus filhos, entre os quais D. Luís e o irmão do rei, o cardeal D. Henrique.

parece que não se deve deixar de empregar este talento, embora não se possam definir daqui meios certos. Deve começar-se talvez pela conversação e Deus N. Senhor ensinará com quem e de que modo, e como caminhar, aumentando, com a sua graça, a luz da discrição.

### **A respeito do povo**

1. Poderá ajudar ao povo em geral, além das orações, missas e exemplo de vida, pela administração dos sacramentos, especialmente da confissão; para alguns, também pelos Exercícios Espirituais. Estes deviam dar-se àqueles cujo aproveitamento espiritual se pode estender a muitos outros, como seriam pessoas de posição e de influência, e também a alguns que são aptos para o trabalho apostólico. Com estes deve decididamente gastar-se mais tempo, ou procurar que outros o façam<sup>6</sup>.

2. Pela pregação e explicação da Sagrada Escritura, de modo adaptado ao povo, poderá estender-se na ajuda a maiores multidões. Entretanto, a discrição ensinará a medida em que se deve entregar a esses meios, para os quais há tantos que estão capacitados.

3. Esteja atento e procure que o povo seja ajudado por outros operários. Com esse cuidado trabalhará para o bem universal, através deles, mais do que conseguiria, porventura e com muita fadiga, por si mesmo. Essa solicitude estender-se-á não somente aos de Portugal, mas também aos da Índia e do Brasil e aos portugueses que lá vivem<sup>7</sup>. Em relação a estes e de tudo o referente à conservação e

---

<sup>6</sup> Ao povo dava-se em missões a Primeira Semana dos Exercícios, e por inteiro só a pessoas de influência ou capazes de especial consagração a Deus e ao apostolado. Aparece clara a estima do método inaciano.

<sup>7</sup> Cristandades que Xavier animara ou fundara, desde as costas da Índia até à península de Malaca, ilhas e principalmente o Japão. No Brasil, eram as aldeias da Baía, Pernambuco, Espírito Santo e S. Vicente. Os colonos portugueses habi-

aumento da religião naquelas regiões, parece que deveria ter cuidado muito especial, como anjo delas, pensando nos melhores meios de ajudar aquelas almas, conferindo-os com o Provincial e Comissário<sup>8</sup> e, se for preciso, com o nosso Padre, e procurando, quanto puder, a execução deles.

### **A respeito da Companhia**

1. O benefício feito à Companhia, como se disse acima, redundava no bem comum. Por isso poderia V. Revma. ajudá-la sob o aspecto material, a fim de confirmarem as fundações existentes e outras que, com o tempo, parecessem convenientes para o divino serviço, especialmente nas Índias. Essas ajudas de custo para a existência humana, enquanto promovem mais a obra do Senhor, parece que se deviam tratar directamente com SS. AA. e pessoas de poder<sup>9</sup>.

2. Em todo o corpo da Companhia destes reinos se deve procurar a união e conformidade dos membros entre si e com os da nação, e destes principalmente os que mais importam para o responsável de todos nós, o Padre Geral, em favor do qual se deve procurar tenham o conceito, amor e reverência convenientes. Para esta união ajudaria o trato contínuo e outros meios que V. Revma. mais saberá usar do que eu escrever.

3. Para a união de todo o corpo da Companhia poderá ser útil procurar que se compreendam e observem as Constituições e Regras, do modo que sabe ser a intenção do nosso Padre. Procedam

---

tavam sobretudo em Salvador, Olinda, Ilhéus, Porto Seguro, Vitória, S. Vicente, Santos, S. Paulo e Itanhaém.

<sup>8</sup> Provincial era o Pe. Miguel de Torres. Comissário, uma espécie de Visitador, era o Pe. Francisco Borja, que então residia na Espanha.

<sup>9</sup> Suas Altezas, o rei, a rainha, D. Luís, D. Henrique; pessoas de poder, os ministros.

todos num só espírito, isto é, «saibamos todos o mesmo, digamos todos o mesmo» etc. Procurem cessar, se houver, qualquer distinção de nações e outros affectos mais humanos do que espirituais.

4. Sendo V. Revma. como é, adjunto do Provincial<sup>10</sup>, embora não obrigado a estar sempre com ele, é necessário que tenha particular solicitude em ajudá-lo, principalmente no mais importante do seu ofício, advertindo-o do que lhe parecer merecer um aviso ou lembrança, a respeito da sua presença ou do seu governo. Mas isto, com aquela caridade e prudência que V. Revma. saberá usar e com a intenção de que o Provincial tome amorosamente os seus avisos e até se alegre com a ajuda que lhe prestam em lhos dar e até a busque, sem ele tomar a ocasião para encobrir-se ou para esquivar-se da comunicação de V. Revma, como sucede com a de alguns censores molestos. Para isso ajudará ter-lhe muito respeito e mostrar-se muito pronto, mesmo naquilo a que não estaria obrigado a obedecer-lhe. E, enfim, procurar ser amado pelo Provincial, para ele confiar muito em V. Revma.

5. Para mais poder ajudar, assuma o seu cargo, como se o tivesse todo sobre si, excepto a obrigação. Assim poderá ajudar em todas as partes, tanto de Portugal como das Índias que lhe são encomendadas.

6. Poderá auxiliar não só ao Provincial, mas também aos outros Superiores particulares, declarando, quando lho pedirem, o que sente, nas dúvidas ocorridas acerca das Constituições, Regras e nosso modo de proceder. Mesmo sem que lho peçam, poderá avisar, se visse que se apartam do nosso Padre Mestre Inácio.

7. Como adjunto do Provincial, poderá aconselhar qualquer Superior de Casa ou Colégio, onde se achar, como se tivesse tudo a

---

<sup>10</sup> O ofício de adjunto, aqui descrito, pela inerente dificuldade da sua natureza, foi caindo em desuso com o tempo.

seu cargo, sem aquela obrigação. Desta forma, procure com esses Superiores, na devida proporção, fazer o que fica dito da conduta com o Provincial, embora possam ocorrer circunstâncias que V. Revma. julgue dever conferir, não com eles, mas com seu Superior, quer seja o Provincial, quer o Comissário, quer mesmo o Geral.

8. Nos lugares onde estiver, parece ser bom que V. Revma. trate familiarmente com as pessoas, procurando conhecer a todos, principalmente os mais qualificados em talento ou em esperanças. Tiraria daí ocasião de auxiliar a muitos nas suas dificuldades espirituais ou corporais, pois deverá atender a estes dois aspectos. Da conversação com essas pessoas, poderá lançar mão de muitos meios, que servirão para ajuda dos Superiores e bem da comunidade. Especialmente atenderá a ser como um anjo de paz e união entre súbditos e Superiores imediatos, entre Reitores e Superiores particulares e o Provincial, e igualmente entre o provincial e o comissário.

9. Comunique-se também com o nosso Padre em Roma e com o Comissário de Espanha, avisando o que convém avisar, a respeito de pessoas e assunto dessas Províncias<sup>11</sup>.

10. Tenha particular consideração de como se procede nos estudos, especialmente nos de Coimbra, para que se promova o bem comum pela boa instituição do ensino e formação da juventude. Exorte a que se atenda aos Nossos, a fim de torná-los pessoas idóneas em Línguas e Filosofia<sup>12</sup>, e retenha, o menos tempo que puder, os que já estariam preparados para o serviço divino.

---

<sup>11</sup> Trata-se das três Províncias: Portugal, Índia, Brasil.

<sup>12</sup> Latim, grego, hebraico, vernáculo, constituía o Curso de Letras que preparava o de Filosofia e Teologia.

## **A respeito de si próprio**

1. Quanto à vossa pessoa, procure estar são e forte, a fim de melhor atender ao que se disse acima. Para isso, regular-se no comer e beber, da maneira que sabe convir à sua melhor disposição corporal.

2. Algumas vezes, se lhe parecer, convém sair a um ou outro lugar, a pregar, por algum tempo, a fim de tirar algum fruto e dar exemplo, mas deve voltar depressa a algum Colégio da Companhia ou da Casa, ou à Corte. Como a sua presença será útil nos lugares onde estiver e a isso se encaminha a sua estadia neles, não deve ter escrúpulo de deter-se em qualquer Colégio<sup>13</sup>. Poderia residir neles como Superintendente, à maneira do Mestre André Frúsio e do Doutor Olavo<sup>14</sup>, ou como Visitador, se assim parecer ao Provincial, ou com qualquer outro título. Aliás, poderia bastar o ofício de Confessor, Pregador ou Leitor ou Ajudante para o entendimento das regras e modo de proceder da Companhia, ou de outros assuntos orientados para o bem da comunidade.

3. Quanto aos meios de realizar tudo isto, parece que deveria dividir as obrigações do ofício<sup>15</sup> com a consideração, durante alguns dias, para pensar mais particularmente o que convém a uma região, como à Índia ou ao Brasil ou aos Estudos de Portugal<sup>16</sup>, ou às ocu-

---

<sup>13</sup> Sem escrúpulo, porque os professos solenes deveriam viver geralmente nas Casas Professas, cujo regime é viver de esmolas e donativos. Faz-se excepção para os Professores e Superiores que habitam nos Colégios, cujo regime era o de Fundação.

<sup>14</sup> André Frúsio (des Freux), exímio latinista, era Superior do Colégio Germânico; Martim Olavo (de Olave) era Superintendente do Colégio Romano e óptimo teólogo.

<sup>15</sup> Consideração do Ofício. Prática de reflexão frequente e até quotidiana em uso na Companhia sobre o desempenho de cargos, para o Superior, em dois aspectos: espiritual e temporal.

<sup>16</sup> Estudos de Portugal, principalmente o «Colégio das Artes» (Filosofia), entregue pelo rei à Companhia em 1555.



pações públicas de pregar, ensinar a doutrina cristã e de confessar os externos. Outras considerações seriam sobre assuntos domésticos, tanto de pessoas como de coisas materiais, como fundações e outros assuntos importantes.

4. Esteja atento a algumas pessoas que lhe pareçam de mais prudência, quer sejam seus Consultores ou outros e reflecta sobre os seus conceitos ou propostas com três características. A primeira, meditar sobre isso ou encomendá-lo a Deus e, pelo menos duas ou três vezes, repensá-lo, especialmente se a matéria dele é importante e árdua. A segunda, será discuti-lo com algum deles, ouvindo o seu parecer, e estudar pormenorizadamente o assunto. A terceira, consiste em apresentá-lo aos Superiores particulares, onde estiver, ou ao Provincial, ao Comissário e até ao Geral, se for preciso.

5. Peça ou recomende a alguém, quer seja o companheiro, quer seja um dos que mais conversam ou tratam com V. Revma., que o avise, se notar algo na sua pessoa ou no seu modo de proceder, digno de aviso. Faça-o de tal maneira que esse admonitor, tendo-o advertido uma vez, conserve a vontade de repetir a advertência, se for necessário.

6. Parece que deveria morar um tempo em S. Roque, outro em S. Antão, outro em Coimbra, outro em Évora<sup>17</sup>, ver o que sucede e anotá-lo; depois declará-lo ao responsável, como acima se disse.

7. Se sobrar tempo, seria bom que ouvisse as Lições dos Mestres, com um pouco de espírito crítico, para melhorá-los, se no método que usam têm necessidade de ajuda, para mais aproveitarem aos alunos nas Letras e bons costumes, tanto aos externos como aos Nossos.

---

<sup>17</sup> S. Roque era a Casa Professa de Lisboa, e Santo Antão era o Colégio da Companhia também em Lisboa. Em Évora era o Colégio que se viria a transformar em Universidade da Companhia.

**AO PE. PEDRO RIBADENEIRA<sup>1</sup>**

Roma, 3 de Março de 1556

(MI Epp. XI, 82-86)

IHS. A Paz de Cristo.

Por estes dias escreveu-se em duplicado sobre o assunto de D. João de Mendoza, de Nápoles<sup>2</sup>, e sobre o que não se duplicou, vai aqui uma cópia. E também das segundas cartas para a Real Majestade e os senhores Ruy Gómez e Gonzalo Pérez. Se as primeiras chegaram, não seria preciso mandar estas.

Parece que começa Deus N. S. a servir-se de D. João de Mendoza, como verá na conversão daquele escravo que, com o exemplo da humildade de seu senhor, o moveu Cristo N. S., quando na prosperidade temporal do mesmo não se conseguia. Esperamos seja D. João um bom instrumento da graça divina, e tanto mais cada dia, quanto mais o conhecemos. V. Revma. apresse-se quanto puder, para alcançar-se a licença de S. M., se ainda não a deu quando esta chegar.

Daqui de Roma o que há a dizer sobre a Companhia é que Deus N. S. se serve dela e de muitas maneiras. Nesta quaresma escolhe-

---

<sup>1</sup> Ribadeneira, espanhol, pajem do cardeal Farnese. Santo Inácio recebeu-o e formou-o em Roma. Sacerdote em 1553, foi enviado à Bélgica para aí fundar uma casa da Companhia. Exerceu grandes cargos e, íntimo como era do fundador, escreveu-lhe a vida em latim e espanhol.

<sup>2</sup> D. João de Mendoza, nobre espanhol, prefeito de Castel Nuovo, no reino de Nápoles, renunciou a tudo para entrar na Companhia. Com esta renúncia converteu-se à fé o seu escravo mouro. Estava no Colégio de Nápoles como hóspede, esperando a licença de Filipe II, para se desligar dos seus cargos políticos, o que conseguiu, e foi óptimo religioso.

ram-se, além dos ordinários, doze pregadores do Colégio que estão a pregar, a pedido de diversos mosteiros e prelados, e por própria vontade, nos cárceres. Os pregadores ordinários seguem o seu curso na nossa igreja e na de Santa Catarina. Depois da ceia, nos domingos e festas, Mestre Laínez explica os Actos dos Apóstolos e, a pedido do Marquês<sup>3</sup>, embaixador de Suas Majestades, prega em espanhol duas vezes na semana, e fá-lo tão bem nessa língua que os ouvintes na italiana o julgam superior a si mesmo, com muita edificação da sua doutrina e espírito para os assistentes que são muitos.

Estes dias enviámos dezassete, entre eles doze para o Colégio de Praga na Boémia. Em pouco mais de quinze dias, o número já está completo ou quase, porque entram tantos que já não guardo o número na cabeça. São elementos muito bons<sup>4</sup>.

Entre eles veio um rapaz de óptima categoria, sobrinho do Bispo cerimoniário do Papa, que noutro tempo discordou de algum da Companhia. Lutou tanto com o seu tio que já o tinha vencido, antes de nos dizer nada, e só então veio falar connosco. Tinha um ofício em Roma, de que podia viver bem<sup>5</sup>.

Um outro, francês, também oficial na casa do Papa, boa pessoa, entrou com alguns outros da mesma nação. Assim é de crer que Deus N. S. quer agora fundar algum Colégio na França, pois envia franceses a nossa casa, todos bons elementos. Penso que seremos 160 ou perto disso, sem contar os do Colégio Germânico.

---

<sup>3</sup> Marquês de Sarriá, Fernando Ruíz de Castro, amigo da Companhia, mas censurou o repentino abandono do cargo por D. João de Mendoza.

<sup>4</sup> Começa uma enumeração de vocações à Companhia, algumas extraordinárias e tantas que preenchiam imediatamente o lugar dos que saíam para as diversas casas e Colégios.

<sup>5</sup> João Jacob Barba, sobrinho do bispo de Terni. Este foi prefeito do Palácio Apostólico de vários Papas da época.

Entrou também um doutor flamengo e outro chamado Diogo de Carvajal<sup>6</sup>, parente do Revmo. Bispo de Placência. É muito boa pessoa.

De Arezo de Toscana pedem-nos um Colégio. Esteve lá nestes dias o Mestre Ludovico<sup>7</sup>, Reitor de Florença, que conseguiu grande fruto em sermões, doutrina cristã e confissões. Parece quererem dotar o Colégio para o número de 14 ou 15 da Companhia. Em Catânia da Sicília, também determinaram a cidade e o bispo contribuir para outro Colégio e davam já 325 ducados por ano, sem contar com a casa e a igreja. Por ser terra de Universidade, embora decaída, creio que se aceitará. Em Ancona e Macerata também pedem o mesmo, e igualmente noutra cidade chamada Castello. Far-se-á o que se puder.

De Portugal chegam cartas com a notícia de que os Nossos começaram a passar para o Colégio Real e de que lhes tinham dado a posse dele. Começaram aulas com muita concorrência e satisfação em catorze classes. Talvez lhes mande cópia da carta<sup>8</sup>.

Da Espanha não temos informações desde Setembro. Agora é de esperar que venham cartas mais amiúde, com estas benditas tréguas que queira Deus N. S. convertê-las em verdadeira paz<sup>9</sup>.

Das Índias e do Brasil, temos notícias de como começaram a comunicar-se os Nossos que estão na Capitania de S. Vicente com

---

<sup>6</sup> Seu parente era o bispo de Placência na Espanha, Gutiérrez de Vargas y Carvajal, amigo da Companhia.

<sup>7</sup> Ludovico du Coudrey era irmão de outro jesuíta, Aníbal, ambos homens de valor na administração e pastoral.

<sup>8</sup> Trata-se do Colégio das Artes (Letras e Filosofia) agregado à Universidade de Coimbra, dirigido por seculares até 1555, quando os jesuítas, a pedido de D. João III, tomaram a sua direcção (cf. Francisco Rodrigues *História da Companhia de Jesus em Portugal*, tomo I, vol. II e III).

<sup>9</sup> Tréguas entre Francisco II da França e o Imperador Carlos V, na guerra pela posse dos principados italianos.

uma cidade de castelhanos chamada Paraguai no Rio da Prata, que estará a cento e cinquenta léguas de distância da residência dos Nossos. Escreve-nos Nóbrega, nosso Provincial do Brasil, que lá existe uma povoação de castelhanos, com sujeição de índios, ao redor de cem léguas, índios de melhor disposição para o baptismo. Fazem de lá grande instância ao Pe. Nóbrega para que vá lá e prometem-lhe executar quanto lhes mandar. Parece terem muita falta de quem os ensine aos próprios espanhóis, quanto mais aos índios<sup>10</sup>.

Dizem que três castelhanos conduziam duzentos daqueles gentios, chamados Carijós, ao Pe. Nóbrega, em S. Vicente, para que os tornasse cristãos. Por desejo do Baptismo e da doutrina de Cristo, atreveram-se a passar por terras de inimigos e estes os mataram a todos, baptizando-os com o seu sangue. O mesmo sucedeu a outro grupo de sessenta, que vinham com um castelhano para o mesmo efeito. Deus N. S. seja bendito que tanta mercê concedeu a homens só desejosos da sua fé e religião<sup>11</sup>.

Enviou o Pe. Nóbrega dois da nossa Companhia a pregar e baptizar entre os Carijós, para que não viessem com tanto risco a buscá-los e para mover muitos outros. Por eles começou a haver muitas conversões. Um chamava-se Pedro Correia, a melhor língua que os Nossos tinham, homem de muita virtude e grande servo de Deus. Tendo pregado e feito muito fruto, quis Deus N. S., com a sua morte, abrir também caminho para a vida espiritual de muitos mais. Assim outros índios que eram contrários e inimigos da paz, não se deixando persuadir, mataram-nos a flechadas e com diversos géneros

---

<sup>10</sup> Estas notícias sobre o Paraguai e sobre os seus índios Carijós vieram na carta do Pe. Leonardo Nunes de S. Vicente para o Pe. Nóbrega na Baía que as transmitiu a Portugal e dali chegaram a Roma.

<sup>11</sup> É o Irmão Pero Correia que conta comovidamente este facto em carta de 18 de Julho de 1554, chamando aos mortos mártires baptizados no próprio sangue.

de martírios. Deus N. S. aceite a sua vontade, trabalhos e sangue e tenha misericórdia daquelas nações<sup>12</sup>.

O Pe. Nóbrega estava determinado a ir ele mesmo ao Paraguai. Poderá acontecer que aceite ali um Colégio ou casa, para poder enviar dela para todos os arredores gente que pregue, baptize e ajude aquela gentildade a salvar-se, assim como aos cristãos da cidade, bem necessitados, segundo creio. Se ali se começar a trabalhar, será necessário que os Nossos sejam ajudados pelo favor de sua Majestade. Sobre isto, porém, se darão notícias, a seu tempo<sup>13</sup>.

Nada mais direi, senão ter ouvido dizer que os embaixadores dos suíços prestam obediência ao Papa: voltaram de novo à Igreja dois ou três Cantões<sup>14</sup>. Seja bendito o Autor disto e de todo o bem.

Nas orações de todos os daí desejamos ser encomendados.

Esteja na ajuda e favor de todos Jesus Cristo Nosso Senhor.

De Roma. 3 de Março de 1556.

---

<sup>12</sup> É o Irmão Anchieta que narra longamente a expedição, pregação e martírios dos dois missionários Pero Correia e José de Souza. Faz-lhes um verdadeiro panegírico, como nossos primeiros mártires, na carta de fim de Março de 1555.

<sup>13</sup> Nem Nóbrega nem o Pe. Luís da Grã, nas suas tentativas, puderam realizar esse sonho, só conseguido mais tarde, por Anchieta, Provincial, que mandou os primeiros missionários ao Paraguai, em 1586.

<sup>14</sup> Por influência de Calvino (1536-1556) em Genebra, a Suíça abraçou, em grande parte, o protestantismo. Só se conservaram católicos alguns cantões alpinos. S. Pedro Canísio trabalhou muito para a conversão de alguns e perseverança de outros.

**AOS COMPANHEIROS DE PORTUGAL<sup>1</sup>**

(Ep. XII, 293-294)

Aos Nossos de Portugal, para conservar-se e crescer no Senhor.

Pela confiança que tenho em vós, sei que as minhas palavras serão recebidas com a mesma intenção e vontade sadia com que as escrevo. Por isso, farei algumas advertências, como advertiria à minha própria alma.

Se eu estivesse aí, procuraria escrever primeiro o que depois haveis de pregar. Não pregaria coisas duvidosas ou nas quais encontrasse qualquer dificuldade. Falaria com simplicidade<sup>2</sup>, corrigindo vícios e pecados, com modéstia e bom senso.

Se desse todos os Exercícios<sup>3</sup>, dá-los-ia a pouquíssimas pessoas cultas ou muito desejosas de perfeição, de muitas qualidades, ou que poderiam ser para a Companhia.

Comummente proporia os Exercícios da Primeira Semana. Feita a confissão geral, daria alguns exames<sup>4</sup> e não iria além disto.

---

<sup>1</sup> Este documento inaciano, sem data, dá prudentes avisos sobre o modo de agir na prática pastoral.

<sup>2</sup> O conselho é digno de um S. Francisco de Assis. Todos os santos estão irmanados pela humildade.

<sup>3</sup> Os Exercícios Espirituais de Santo Inácio estão divididos em quatro partes ou «semanas». Cada semana não dura necessariamente sete dias. Os EE completos acabarão «mais ou menos em 30 dias» (EE. 4).

<sup>4</sup> «Pode-se propor o exame particular (EE. 24-31), depois o exame geral (EE. 32-43) e ao mesmo tempo o método de orar sobre os mandamentos, pecados capitais etc. (EE. 238-248), para meia hora de meditação matutina» (EE. 18).

Introduziria nas «eleições»<sup>5</sup>, excepcionalmente, a pessoas desejosas de letras, ou que não nos possam causar embaraço algum. Acontece que, quando se sai dos Exercícios sem ter tirado todo o proveito que se esperava, as pessoas sejam tentadas e espalhem que nós as queremos tornar pobres, empurrando-as a abraçar a pobreza da vida religiosa.

A não ser na igreja e em público, não conversaria com mulheres moças e de pouca qualidade<sup>6</sup>, porque geralmente são levianas. Tais conversas frequentemente despertam suspeitas, com fundamento ou sem ele, por serem, em geral, ligeiras e não adequadas ao serviço de Deus N. S.. Além do mais, as suas devoções, muitas vezes acabam em coisas carnavais ou em canseiras para que se lhes dêem esmolas para as suas necessidades materiais.

Se conversasse de assuntos espirituais com mulheres, seria com nobres e com quem não fosse ocasião para qualquer falatório. Sobretudo, não falaria com nenhuma mulher a portas fechadas, nem em lugares afastados. Para prevenir toda a murmuração e suspeita, falaria em público, de maneira que possa ser visto.

Em todas as conversas espirituais, procuraria antes um grau de proveito certo do que, por querer ganhar cem, arriscar-me a desencontrar-me com o outro, mais adiante, mesmo que eu tivesse toda a razão. Porque um escândalo, seja com fundamento ou sem ele, faz-nos muito mais dano do que se não fizessemos mais da metade do proveito que Deus N. S. faz por nosso meio, sobretudo neste tempo e em tais lugares.

---

<sup>5</sup> A «eleição», central nos Exercícios, consiste na descoberta, por parte do exercitante, da vontade de Deus, sobre o seu estado de vida ou sobre algum outro assunto importante.

<sup>6</sup> No começo da sua conversão, Santo Inácio tratava com todo tipo de pessoas. Depois, a experiência de governo e o zelo do bom nome da Companhia, tornaram-no mais reservado (cf. *Autob.* n. 97).



Faria questão de contentar todos com quem conversasse e falasse, de maneira que sentissem em mim o modo humilde de quem não provoca problemas com ninguém, sobretudo em coisas de pouca ou nenhuma importância<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> O documento não conserva data nem assinatura. Aparece num códice intitulado: «Cópias de algumas cartas de N. Padre Santo Inácio, na forma em que se encontram no livro ou caderno que está no arquivo desta casa professa de Roma». O estilo e o pensamento são inequivocamente inacianos.



## ÍNDICE



<i>Introdução</i> .....	7
<i>Siglas e referência bibliográfica</i> .....	21
<b>I Parte</b> .....	23
1. A Inês Pascual .....	25
2. A Martin Garcia Oñaz .....	27
3. A Isabel Roser .....	31
4. A Inês Pascual .....	34
5. A Jaime Cassador .....	37
6. A Soror Teresa Rajadell .....	44
7. A Soror Teresa Rajadell .....	52
8. A João Pedro Caraffa .....	55
9. Ao Pe. João de Verdolay .....	60
10. A Diogo de Gouveia .....	65
11. A Isabel Roser .....	69
12. Aos Senhores de Loiola .....	77
13. A Beltrão de Loiola .....	79
14. A Madalena de Araoz .....	84
15. A Francisco Bandini .....	86
16. Aos habitantes de Azpétia .....	89
17. A Pedro Contarini .....	94
<b>II Parte</b> .....	97
18. Ao Pe. João Baptista Viola .....	99
19. Ao Pe. Simão Rodrigues .....	101
20. A Teresa Rajadell .....	103
21. Ao Pe. Nicolau Bobadilha .....	106
22. A Francisco de Borja .....	113

23. Ao Dr. Pedro Ortiz .....	118
24. Aos Padres e Irmãos de Coimbra .....	120
25. Ao Sr. Dom Manuel Sanches .....	134
26. Aos Padres e Irmãos de Gandia .....	137
27. Aos Padres e Irmãos de Pádua .....	146
28. A Teresa Rajadell .....	153
29. Ao Pe. André d'Oviedo .....	156
30. A Francisco de Borja .....	163
31. Ao Pe. André Iseren .....	169
32. Ao Pe. António Brandão .....	171
33. Ao Pe. Urbano Fernandes .....	181
34. Ao Pe. Francisco Xavier .....	187
35. Ao Pe. Francisco de Borja .....	189
36. Ao Pe. Diogo Laínez .....	192
37. Ao Pe. Diogo Mirão .....	196
38. Aos da Companhia de Jesus em diversas partes da Europa .....	199
39. Aos Padres e Irmãos de Portugal .....	201
40. Ao Pe. Nicolau Floris Goudano .....	214
41. Ao Infante D. Luís de Portugal .....	217
42. Ao Pe. Teotónio de Bragança .....	219
43. A Madalena Angélica Doménech .....	221
44. Ao Pe. João Baptista Viola .....	223
45. Ao Pe. Miguel de Nóbrega .....	227
46. A Bartolomeu Romano .....	230
47. Modo de tratar ou negociar com qualquer superior .....	232
48. A Jerónimo Vinhes .....	234
49. A Afonso Ramírez de Vergara .....	237
50. Regras do nosso Pai Mestre Inácio .....	240
<b>III Parte .....</b>	<b>243</b>
51. Aos PP. Broet e Salmerón .....	244
52. Ao Pe. Simão Rodrigues .....	248

53. Ao Pe. Pedro Fabro .....	253
54. A D. João Bernardo Diaz de Lugo .....	257
55. A D. João III .....	260
56. A D. João III .....	264
57. Ao Pe. Pedro Fabro .....	268
58. Aos Padres enviados a Trento .....	271
59. Aos Padres e Irmãos do Colégio de Coimbra .....	275
60. A D. Fernando de Áustria .....	277
61. Ao Pe. Miguel de Torres .....	281
62. Aos Padres enviados à Alemanha .....	289
63. Ao Pe. Jerónimo Nadal .....	299
64. Ao Pe. Jerónimo Nadal .....	301
65. A Dona Joana de Aragão .....	308
66. Ao Pe. Francisco Xavier .....	314
67. A toda a Companhia de Jesus .....	318
68. Ao Pe. Manuel da Nóbrega .....	320
69. Ao Pe. Gaspar Berceo .....	323
70. Ao Infante D. Luís de Portugal .....	328
71. A D. João III .....	330
72. A Mons. Fernando Vasconcelos .....	332
73. Ao Pe. Pedro Canísio .....	334
74. Ao Pe. João Nunes Barreto .....	344
75. Ao Pe. Melchor Carneiro .....	350
76. Ao Pe. Simão Rodrigues .....	352
77. Ao Pe. Luís Gonçalves da Câmara .....	354
78. Ao Pe. Pedro Ribadeneira .....	362
79. Aos Companheiros de Portugal .....	367
<i>Índice</i> .....	371

